



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



IRANEIDE SOARES DA SILVA

***É PRETA, É PRETO EM TODO CANTO DA CIDADE  
HISTÓRIA E IMPRENSA NA SÃO LUIS/MA (1820 - 1850)***



UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS – BRASIL  
2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**IRANEIDE SOARES DA SILVA**

***É PRETA, É PRETO EM TODO CANTO DA CIDADE***  
***HISTÓRIA E IMPRENSA NA SÃO LUIS/MA (1820 - 1850)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHI) na Linha de Pesquisa História, Trabalho e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em História Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Célia Rocha Calvo

UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS – BRASIL  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586e Silva, Iraneide Soares da, 1970-  
2017 É preta, é preto em todo canto da cidade : história e imprensa na São  
Luís/MA (1820 - 1850) / Iraneide Soares da Silva. - 2017.  
202 f. : il.

Orientadora: Célia Rocha Calvo.  
Tese (doutorado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. São Luís (MA) - História - Teses. 3.  
Escravidão -São Luís (MA) - História - Séc. XIX - Teses. 4. Imprensa -  
São Luís (MA) - História - Teses. I. Calvo, Célia Rocha. II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

---

CDU: 930



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



***É PRETA, É PRETO EM TODO CANTO DA CIDADE***  
***HISTÓRIA E IMPRENSA NA SÃO LUIS/MA (1820 - 1850)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHI) na Linha de Pesquisa História, Trabalho e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em História Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Célia Rocha Calvo

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Célia Rocha Calvo  
INHIS/UFU  
(Orientadora)

---

Profa. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa  
INHIS/UFU

---

Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos  
INHIS/UFU

---

Profa. Dra. Joelma Rodrigues da Silva  
UnB

---

Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues da Silva  
UFMA

**Resultado:** \_\_\_\_\_

Uberlândia, MG, Brasil, 07 de março de 2017



## EU SOU MESMO ASSIM, CHEIA DE HISTÓRIAS E MOVIDA PELAS MEMÓRIAS



1



2

<sup>1</sup>Foto Iraneide – Marcha das Mulheres Negras 2015. Brasília, DF. Da esquerda para a direita: Dras: Ana Cristina Santos, UFC; Maria Aparecida Santos, UFAL; Joselina da Silva, UFRRJ e as companheiras Bia Onça, Bia Leonel, Katia Costa e Karlinha Sutil de Minas Gerais, Rio de Janeiro e da Bahia.

<sup>2</sup> Foto Iraneide - Brasília, DF, 2006. Na foto, da esquerda para a direita: Dras. Maria Nilza, UEL; Ana Beatriz Gomes, UFPI; Renata Rosa, UniCeub/DF; Benilda Rosa, UFMG; Msc.: Barbara Rosa, UnB; Ivone Silva, UnB; Simone Santos, UNEB; Cristiane Pereira, Unb; Aurea Cristina, UFMA; Iraneide Soares, UFC. Drs: Alexandre Nascimento, UFRJ; Silvio Humberto, UFBA.

Essa mulher da imagem acima, junto com outras Camaradas de sonho e samba se dispõe a mover o mundo por justiça social, por equidade, por oportunidade igual para todas as pessoas.

Eu, como mulher negra, aprendi a fazer história no universo do Nós. Foram as muitas narrativas rememoradas por mulheres anônimas como minha vó Eteivina, nascida no Estado de Pernambuco no ano de 1917; mas também por mulheres como as Doutoradas Joselina da Silva, Renata Rosa, Ana Beatriz Gomes, Nilma Gomes, Maria Nilza, Ana Cristina Santos, Maria Aparecida Silva, Joelma Rodrigues da Silva e tantas, mas tantas pretas importantes que contribuíram ao tecer um pedacinho da minha rudilha. Elas falavam/falam de gente como a gente, de cor e cabelos pixains, mas também de reis e de rainhas pretas. De histórias que inspiram, elevam a alma e fortalece a pessoa negra.

Foram também nos batuques do xangô de Recife, e nas cantigas das mulheres xangozeiras, catimbozeiras, cirandeiras, dançadeiras de côco de roda da zona da mata de Pernambuco, ou mesmo ouvindo o canto de Dona Militana, uma preta brincante e integrada ao movimento de cultura popular, em Ceará Mirim, no Rio Grande do Norte que aprendi a me compor mulher negra. Foi esse encontro contínuo com o universo do Nós que me constituiu quem eu sou. Foi desse lugar social que aprendi a fazer história.

Compor narrativas históricas e seguir os ritos da academia sempre me foram um desafio. Mas o exercício da profissão de professora de história e a experiência do vivido têm me permitido fazer e, me constituir historiadora.

Ainda hoje, século XXI, vive-se num universo social em que, a consciência do direito gera a sensação de privilégio para a maior parte das trabalhadoras e trabalhadores negros. Todavia, somos essas doutoras e doutores pretos, somadas a tantas outras pessoas como a gente, que se projetou a partir da

educação. Somos doutorxs, pesquisadorxs, mulheres e homens negros ativistas. E, isso é vitória, é conquista coletiva. É UBUNTU! Eu sou porque elxs são. Eu me fortaleço quando elxs estão fortes. Eu sou o que sou pelo que NÓS SOMOS!



---

<sup>3</sup>Fonte: <<http://muitoalem2013.blogspot.com.br/2015/10/ubuntu-eu-sou-porque-nos-somos.html>>. Acesso em: 16/12/2016.

## **DEDICATÓRIA**

*Ao homem que me deu uma estrela quando eu tinha apenas 09 anos de idade, meu pai (in memoriam); as minhas mães: Dona Josefa aquela que me pariu e me acarinhou quando ainda muito menina e a tia Irenilda, a que caminhou comigo da adolescência à mulher negra que sou, com um largo sorriso no rosto e a certeza de que amanhã vai ser sempre um novo dia. Aos homens e mulheres que encontrei no caminhar, pelo muito que aprendi com elas(es). A minha pequena Kizzy, filha amada, pelos enormes sorrisos e aprendizados diários; ao meu amado Cláudio Melo pelo amor tranquilo, carinhos constantes e apoio incondicional.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos Deuses e Deusas que muito me protegem em todos os caminhos.

Aos meus pais Josefa Laurentino e Arlindo Soares (in memoriam) e as minhas queridas Tia Irenilda, Tia Aia e Tia Teca pelo amor, carinho, apoio e incentivo aos meus estudos.

Gratidão pelo carinho e inocência da minha filha Kizzy que, muitas vezes sem compreender o porquê da sua mãe precisar se ausentar e ficar tanto tempo longe, se mostrou compreensiva e colaborativa.

Enorme gratidão pelo apoio incondicional do meu amado amor Cláudio Melo, que sempre soube com muita sutileza e carinho, oferecer sua valorosa contribuição na hora certa. Companheiro que tem me seguido e apostado nos meus sonhos que também são nossos. A ele, minha gratidão e amor.

A minha grande família preta, que para mim é a mais linda do mundo. Para qual eu sou a ovelha desgarrada, mas também, aquela que os menores amam a partir da linda fotografia que minha mãe faz questão de manter mesmo amarelada pelo tempo, na parede da sua sala. Gratidão pela esperança que desperto nos olhares dos mais jovens e pela credibilidade que suscito naqueles que abriram caminhos para a minha chegada e permanência.

Gratidão a minha sogra, Dona Francisca, meu sogro Senhor Zé Pedro, cunhadas Conceição e Ana; cunhados e sobrinhas pelo apoio, incentivo e carinho, sobretudo, com a minha filha.

Enorme gratidão às lindas, cunhada e sobrinha Conceição (tia Ção) e (Dandan) Rejanne Melo pelo grandioso apoio, incentivo e cuidado com a minha filha nas minhas ausências que não foram poucas.

Enorme Gratidão as amigas super lindas, Ana Patrícia R. Barros e Maria dos Remédios pelas contribuições nas transcrições de algumas fontes.

Enorme gratidão ao amigo muito querido Carlos Benedito R. da Silva pelo importante apoio e orientações na ilha de São Luis. Gratidão amigo pelo acolhedor abraço de urso!

Gratidão ao amigo querido Nilson Mendes pela valiosa contribuição na produção do Abstract.

As rainhas negras do Instituto da Mulher Negra do Piauí – AYABÁS, minha instituição de referência e luta em prol da população negra. Gratidão pelo apoio, incentivo, carinho e compreensão. Gratidão pelo asê, força vital de cada dia.

À Universidade Estadual do Piauí/UESPI, minha instituição de trabalho pela concessão de afastamento integral e remunerado, especialmente a administração superior, na gestão do Prof. Dr. Nougá Batista e Profa. Dra. Barbara Melo pelo apoio institucional.

A minha orientadora Profa. Dra. Célia Rocha Calvo pelas reflexões, orientações, amizade e toda a atenção dispensada. Esta gratidão se estende às Profas. Dras. Marta Emísia e Regina Ilka que tão bem me conduziram no exame de qualificação com reflexões críticas e sugestões feitas à pesquisa.

À Universidade Federal de Uberlândia, especialmente, o Núcleo de Pesquisas e Estudos em História, Trabalho e Cidade (*NUPEHCIT*), pelo acolhimento e apoio à pesquisa. As professorxs e funcionárixs que compõe o programa de Pós-Graduação em História da UFU pela possibilidade de crescimento.

A todos os funcionários e estagiários do Arquivo Público do Estado do Maranhão/APEM, bem como, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão/APTJMA, pela dedicada atenção.

Aos amigos/irmão Tadeu Santos, Artur Costa e Túlio Henrique pelo valioso apoio, carinho e amizade. Tadeu Santos, gratidão irmão! Nunca esquecerei que você me recebeu e acolheu de braços abertos em sua casa. E ao Artur, que carinhosamente leu meus escritos e me fortaleceu quando as pernas reclamavam do peso sobre elas. Minha eterna gratidão Artur.

Gratidão ao amigo queridíssimo Pablo Henrique pelas importantes contribuições técnicas à tese.

A todos as amigas/os e colegas de turma, principalmente as amigades que esses anos de pesquisa e de Uberlândia me proporcionaram: Raquel Salimento, Floriana Silva, Rosangela Souto, Catia Safelice, Lucileide, Roberto Camargo, Tulio Henrique, Tadeu Santos, Pablo Henrique, Johnysson Xavier, Auricharme Cardoso, João Gabriel e Camila Nganga, Guimes Rodrigues, Mauro Machado, Janaina Ferreira e tantas outras escutas atentas e solidárias as minhas lamúrias nas dificuldades de pesquisa e escrita. Sou feliz e agradecida por tê-lxs em meu caminho.

Gratidão enorme as pessoas mais que especiais: Macilane Gomes, Edmundo Neto e sua linda família pelo apoio e carinho comigo e com os meus.

Gratidão as pessoas amigas queridas: Irineia Lino Cesário, Ivan Costa Lima, Franklin Roosevelt Martins de Castro, Denise Botelho, Eliane Cavalleiro, Joselina da Silva, Ana Beatriz Gomes, Ana Lúcia Fontenele, Solimar Lima, Francisca Raquel Costa, Mairton Celestino, Waldirene Alves, José Bispo de Miranda, Cristiana Costa, Rosangela Assunção, Maria do Socorro Batista, Franklin Oliveira, Mara Ligia, Reinaldo Barroso Jr., Odilanir Leão, David Stanhy, Daniel Solon, Lucineide Barros, Rebeca Hernnerman, Tatiana Gimenez, Emerson Cassiano, Pedrina Nunes, Sergiano Araujo, Ivan Costa Lima, Franklin Roosevelt, Sandra Petit, Elio Ferreira, Assunção Sousa, Nilson Mendes, Ana Flávia Pinto Magalhães, Maria Cláudio Cardoso, Marcio André e sua família, Olujumum e Nzinga Santos, Ilma Fátima de Jesus, Carlos Benedito, Maria Da Guia e Nonato Viana, Rosangela Reis e as pessoas queridas de Belém, PA; Alexsara Maciel no Amapá, Lucia Brito em Porto Alegre tantas outras Brasil a fora que, mesmo distante fisicamente sempre me fortaleceram com palavras de incentivos e energias positivas.

Como esquecer dos meus dos meus alunos, ex-alunos, orientandos... pelas energias positivas, carinho, amizade, alegrias, torcida! Muito agradecida a todos vocês. Alda Juliana, Alice Rock, Camila Macedo, Sandra, Rosa, Darci Silva, Zé Carlos, todas! Todos! Minha gratidão.

Às mulheres e homens que fazem o Movimento Negro brasileiro pela tão grande contribuição científica para a constituição da história do povo de descendência africana, aos quais eu os saúdo em nome do Dr. Carlos Benedito R. da Silva, Dras. Ana Flavia Magalhães, Joelma Silva, Joselina da Silva e Solange Rocha.



Por fim, a todas e todos que direta ou indiretamente contribuíram com esta produção, por ser também merecedor(a) dos louros e da minha gratidão.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar e compreender como se deu a constituição da cidade de São Luís do Maranhão, Brasil, imersa nas relações entre senhores e senhoras brancas com negros e negras escravizadas, na primeira metade do século XIX, especialmente entre os anos de 1820 e 1850. Bem como, discutir a conformação da imprensa na capital do Maranhão, seguindo o jornal *Publicador Maranhense*, (1842-1880) a fim de verificar e analisar naquele periódico, entre os anos de 1842 e 1850, a presença dos trabalhadores e trabalhadoras negras. Na primeira metade do século XIX, a cidade de São Luís era a principal comarca da província do Maranhão. Sua fundação e constituição, assim como muitas cidades do Brasil e das Américas se deu com o uso de modo exploratório de trabalhadores e trabalhadoras negras, que ocorria desde o século XVII. Entre os temas discutidos na tese podemos citar: um debate historiográfico sobre a escravidão brasileira; um estudo sobre a constituição da cidade de São Luís do Maranhão, a influência e a participação dos africanos e seus descendentes na formação da sociedade local, vista já nos anos de 1820, como uma cidade muito negra. Buscou-se encontrar as mulheres e homens trabalhadores negros escravizados em diversas fontes históricas, como Passaportes e documentos produzidos pela secretaria de polícia, Inventários e Testamentos *post-mortem*, trilhando um caminho pela História Social, buscamos examinar os homens negros e as mulheres negras escravizadas.

**Palavras-chave:** Escravidão Negra no Século XIX. Cidade. Imprensa. Trabalho. São Luís do Maranhão.

## **ABSTRACT**

The main objective of this work is to analyze and understand how the constitution of the city of São Luís do Maranhão, Brazil, happened. A city immersed in the relationship between white slaveholders, men and women, and enslaved black Africans, men and women, in the first half of the 19th century, especially from 1820 to 1850. As well as, to discuss the formation of the press in the capital of Maranhão, following the newspaper *Publicador Maranhense* (1842-1880) to verify and analyze from 1842 to 1850 the presence of black workers in it. In the first half of the nineteenth century, the city of São Luís was the main district of the province of Maranhão. Its founding and constitution, as well as many cities in Brazil and in the Americas, came about through the exploratory use of black workers which had taken place since the 17th century. Among the topics discussed in the thesis we can mention: a historiographical debate on Brazilian slavery, a study on the constitution of the city of São Luís do Maranhão, and the influence and participation of Africans and their descendants in the formation of the city of São Luís local society, the municipality was already known as a very black city in the year of 1820. It was sought to find the black working enslaved women and men in diverse historical sources like: Passports and documents produced by the police department, *post-mortem* Inventories and Testaments, even though, privileging a newspaper as its main source. Tracing a path through Social History, we seek to examine not only black enslaved men, but also black enslaved women.

**Keywords:** Black Slavery in the 19th Century. City. Press. Work. São Luís do Maranhão.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Marcha das Mulheres Negras: Brasília, DF 2015.....	03
Imagem2 - Pesquisadores Negros, Brasília DF 2006.....	03
Imagem 3 - Rua do Sol.....	18
Imagem 4 - Antão Bibiano Silva.....	24
Imagem 5 - passaporte de escravo.....	28
Imagem 6 - Jornal The Times.....	32
Imagem 7 - Testamento <i>post mortem</i> de Aleixo.....	41
Imagem 8 - São Luís, Cais da Sagração no início do século XX.....	55
Imagem 9 - Maranhão.....	59
Imagem 10 - Rua da estrela.....	61
Imagem 11 - <i>J. C. Guillobel - "Interior de uma casa do baixo povo (1820)"</i> .....	64
Imagem 12 - Matéria do jornal Publicador Maranhense.....	74
Imagem 13 - Eleições na província do Maranhão.....	75
Imagem 14 - Edição nº 1 do jornal Publicador Maranhense.....	79
Imagem 15 - Anúncios de compra e venda.....	81
Imagem 16 - Edição nº 2 do Jornal Publicador Maranhense.....	89
Imagem 17 - Modelo de Décima Urbana.....	96
Imagem 18 - Rua da Estrela.....	103
Imagem 19 - Jornal Publicador Maranhense – ed. nº 3.....	111
Imagem 20 - Porto de São Luís no séc. XIX.....	112
Imagem 21 - Trabalhadores urbanos em São Luís do início do século XX.....	117
Imagem 22 - Carta Circular da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha Ultramar.....	119
Imagem 23 - Anúncios de vendas.....	127
Imagem 24 - Anúncio de fuga de escravos.....	129
Imagem 25 - Fotografia de São Luís do Maranhão no século XIX.....	142
Imagem 26 - Johann Moritz Rugendas – Negras com tabuleiro.....	149
Imagem 27 - Jornal Publicador Maranhense: Parte Geral do dia 5 de março de 1843.....	178
Imagem 28 - Largo do Carmo em São Luis/MA.....	183

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Cartas da Província do Maranhão.....	56
Mapa 2 - Província do Maranhão – 1838.....	72
Mapa 3 - Bairro da Praia Grande 1844.....	106
Mapa 4 - Bairro da Praia Grande 2015.....	107

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Jornal Publicador Maranhense.....	79
Quadro 2 - Jornais de Circulação no Maranhão da Primeira Metade do Século XIX.....	82
Quadro 3 - Profissão, trabalhadores e sua condição jurídica.....	164
Quadro 4 - População do Maranhão – 1821/1872.....	165

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1. BREVES LEITURAS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE O ESCRAVISMO CRIMINOSO CONTRA OS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL.....</b>	<b>41</b>
1.1. Nossas leituras e os caminhos da pesquisa.....	43
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2. SÃO LUÍS: UMA CIDADE- ILHA INTEGRADA AO CONTINENTE.....</b>	<b>55</b>
2.2. As Disputas Eleitorais e Projetos de Cidade.....	61
2.3. Imprensa: a cidade-porto nas lentes da sua gente letrada.....	68
2.4. O que o Jornal Anunciava? Nas sessões de anúncios se vendia, se comprava, alugava, propagava e neles as pessoas comuns aparecem nos seus modos de vida.....	95
2.5. Os avisos Diversos do Jornal Publicador Maranhense.....	102
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3. BRAÇOS QUE MOVEM A CIDADE: Nas páginas do jornal e nos códigos de posturas, as relações de trabalho e a resistência escrava na São Luís do século XIX.....</b>	<b>117</b>
3.1. Os códigos de posturas.....	120
3.2. Como os trabalhadores negros apareciam no jornal.....	127
3.2. Os Trabalhadores e os Escravos.....	125
3.3. O Controle sobre os trabalhadores e trabalhadoras negras: no jornal os sujeitos presos pela polícia.....	134
3.4. Legislação e Liberdades.....	138
3.5. As Mulheres Trabalhadoras Negras das Páginas do Jornal Publicador Maranhense.....	142
3.7. Os Ofícios Femininos.....	154
3.8. Transgressões e Prisões sofridas por mulheres negras.....	157
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>180</b>



**ACERVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIAS.....186**



4

*Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo o que corre, grita, trabalha, tudo o que transporta e carrega é negro.*

*Robert". (Avé-Lallemant, 1859/1980, p. 22)<sup>5</sup>*

<sup>4</sup> Imagem 3 - Rua do Sol.

<sup>5</sup> AVE-LALLEMANT, Robert. **1980 Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe/1859**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP.

## INTRODUÇÃO

Quando estive em São Luís do Maranhão pela primeira vez, nos anos 2000, já vi ali uma cidade negra no extremo da região Nordeste do Brasil.

Naqueles anos 2000, em cumprimento a uma agenda de trabalho aceitei articular e coordenar diálogos com agentes públicos e sociais visando um entendimento para a implementação de políticas públicas de cunho afirmativas em favor da população negra<sup>6</sup> do Estado do Maranhão.

O ano era 2005 e nós, servidora do Ministério da Educação/MEC<sup>7</sup>, à frente da pasta de articulação institucional para diálogo com Estados, municípios e o Distrito Federal, a fim de divulgar a Lei federal de nº 10.639/03<sup>8</sup>, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica<sup>9</sup>. E, fomento a implementação de tal lei, com a realização do I Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-racial do Maranhão que foi realizado no período de 01 a 03 de junho daquele ano de 2005. Conforme notícia veiculada na imprensa local e no portal do MEC:

A capital do Maranhão, São Luís, vai sediar o I Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-Racial, entre os **dias 1º e 3 de junho**. Segundo a professora Iraneide Silva, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), uma das organizadoras do evento, a expectativa é que mais de 700 pessoas participem do evento que será realizado no Hotel Praia Mar, Avenida São Marcos, Quadra Comercial 4 - Ponta da Areia. [...] nos três dias do encontro serão montados painéis, mesas-redondas, oficinas, palestras e debates. A primeira mesa-redonda discutirá o tema

---

<sup>6</sup> Utilizamos-nos do termo “população negra” aqui para referimo-nos aos pretos e pardos, seguindo o tratamento dado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

<sup>7</sup> Eu, militante e ativista do movimento social negro e, na época, a frente da secretaria municipal de combate ao racismo do Partido dos trabalhadores/PT em Natal/RN, bem como atuante no movimento popular; quilombola; de mulheres; juventude...fui convidada a contribuir com governo popular do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. Quando assumi a priori uma pasta na ouvidoria do gabinete da então Ministra da Assistência Social Benedita da Silva; em seguida a convite, fui deslocada para o MEC, onde fiquei de 2004 a 2007 quando sai para cursar um mestrado na Universidade Federal do Ceará.

<sup>8</sup> Lei sancionada em 9 de janeiro de 2003, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, a qual acrescenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional os artigos 26A e 79B, que institui a obrigatoriedade do ensino e história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica.

<sup>9</sup> Documento produzido a partir da Resolução nº 1, de 17 de junho 2004, publicada no Diário Oficial da União, Brasília, em 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11. Parecer CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004.

Políticas de Ações Afirmativas no Contexto da Educação, com representantes das secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (<sup>10</sup>Secad/MEC); de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); Estadual de Educação (Seduc); de Estado e Desenvolvimento Social (Sedes); do Conselho Estadual e Municipal de Educação (CEE/CME); e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime<sup>11</sup>)<sup>12</sup>.

Aquele evento coordenado por mim e por outros componentes, com o apoio da UNESCO<sup>13</sup>, da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão e da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, bem como diversas entidades públicas e privadas, ligadas aos Movimentos sociais. Com participação direta de mais de 700 pessoas de todo Estado, foi um belo evento e uma empreitada que culminou com a instauração de um Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial no Maranhão em 03 de junho daquele ano.

[...] A instalação do Fórum Permanente do Maranhão será no **dia 3**, último dia do evento. “No dia 2, paralelo às atividades do Fórum, haverá uma reunião com os dirigentes de educação das secretarias estaduais e municipais e representantes das comunidades remanescentes de quilombolas da região”, informou a professora<sup>14</sup>.

Evento passado, ficou àquela cidade na minha memória e história, como uma cidade muito negra. Não que eu não tivesse antes estado em São Luís, mas foi aquele evento que me mostrou desvelou a cidade e desde então, não mais a deixei. Essas primeiras impressões e muitas inquietações nos levou a pesquisa que ora apresentamos conclusa.

---

<sup>10</sup> Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. Esta secretaria foi criada no âmbito do MEC em 2003. Esta secretaria foi criada a partir da idealização de três atores com proeminência no governo Lula: Ricardo Henriques, (economista); Tarso Genro, Ministro (advogado) e Fernando Haddad, (administrador); depois do Estado brasileiro, sofrer pressão internacional, (Conferência de Durban, África do Sul em 2002) e internamente, por meio dos movimentos sociais para incluir a desigualdade e a pobreza na agenda pública. Esta pasta reunia políticas e programas sobre temas e sujeitos até então, excluídos da agenda governamental, ou que recebiam um tratamento isolado: alfabetização de jovens e adultos; educação do campo; educação ambiental; educação escolar indígena; educação e diversidade étnico-racial; educação prisional; educação Especial para pessoas com deficiência e Educação e Direitos Humanos. Todas essas pautas ganharam coordenações especiais para tratar das suas demandas. A coordenação e Educação e Relações Étnico-Racial, da qual fiz parte tinha a extensão de uma diretoria, em 2005 com cerca de 50 servidores. Todas essas coordenações estavam ligadas diretamente a Diretoria de Diversidade.

<sup>11</sup> União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação/UNDIME.

<sup>12</sup>JACINTO, Sonia. Repórter. **São Luís Sedia Fórum sobre Diversidade Étnico-Racial**. Notícia veiculada em: 27 de maio de 2005 no portal do MEC. disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3113&catid=202&Itemid=164](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3113&catid=202&Itemid=164)> . Acesso em: 14/04/2016.

<sup>13</sup>Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura.

<sup>14</sup> Idem.

Evidenciar a cidade negra de São Luís do Maranhão nos legou muita pesquisa e dedicação, num trabalho intenso com documentos e registros produzidos pela imprensa local a fim de organizar uma teia não somente de ideias, mas, sobretudo de reflexões coerentes. Perceber como se constituiu uma cidade tão negra e imersa nas contradições de uma memória marcada por marcos franceses, portugueses, holandeses em detrimento a tão pouca referência aos africanos e indígenas. Marcos esses que se constituem a partir dos ocultamentos de outros grupos como os negros trazidos como escravos para o trabalho forçado e mesmo os brancos pobres que ali já habitavam quando da chegada dos europeus.

Quando referimo-nos a marcos fundadores europeus, estamos tratando primeiro das narrativas de fundação da cidade de São Luís do Maranhão por franceses, que de acordo com uma historiografia mais conservadora produzida a partir dos registros de memorialistas, que vigora como verdade até fins do século XX, foi este o primeiro marco de fundação datado de 8 de setembro de 1612, que tem como “heróis” os franceses *Daniel de La Touche e François de Rasilly*, cujo objetivo comum, dentro do contexto da economia mercantilista, era estabelecer a França Equinocial no Brasil. Inicia-se pelo nome da cidade em homenagem ao então Rei da França, Luís XIII, São Luís. Conforme Meireles, (2000, p. 42)<sup>15</sup>.

Três anos após a sua fundação pelos franceses (1615), a cidade de São Luís foi tomada da França e incorporada ao domínio português. Nesse ano, o engenheiro português Francisco Frias de Mesquita projetou o seu traçado original, mantido no período de expansão urbana dos séculos XVIII e XIX. Ainda no decorrer do século XVI, a cidade sucumbiu ao domínio holandês (1641) que foram expulsos pelos portugueses, em 1645, quando se inicia, efetivamente, a colonização portuguesa da antiga Upaon Açú (Ilha Grande), segundo a denominação tupinambá para a Ilha de São Luís.<sup>16</sup> Tais informações podem ser conferidas no livro intitulado

---

<sup>15</sup>Com a constituição da França Equinocial, escolheu-se para a sede da colônia um altaneiro promontório, ou um lugar alto que segundo MEIRELES (2000: 42) “localizava-se na confluência dos dois maiores rios da Ilha, defronte a Jeviré, aí rezaram os capuchinhos, a 12 de agosto, a primeira missa no Maranhão”.

<sup>16</sup> As informações apresentadas até agora sobre a fundação da cidade de São Luís, estão disponíveis em todos os livros e manuais que tratam da fundação e constituição da cidade de São Luís do Maranhão. Fontes: sítios do IPHAN/MA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sede Maranhão; IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/MA; Academia Maranhense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; Biblioteca Nacional.

*Fundação do Maranhão*, de José Ribeiro do Amaral<sup>17</sup>, quando este afirmou ser a missa rezada pelos capuchinhos em 8 de setembro de 1612 considerada “o verdadeiro ato de fundação da cidade”.

Este livro, por sua vez, é tido como um marco na construção de uma “tradição inventada”, o que nos lembra a conhecida expressão do historiador britânico Eric Hobsbawm. No caso de São Luís e suas fundações, não estamos aqui negando os fatos, e propondo que não houve os atos de fundação, mas repensando sob a lógica dos sujeitos trabalhadores negros e indígenas que viveram esses fatos de modo compulsivo e invisível sob a lente de uma historiografia marcada pelo herói que chegou e fundou; conquistou; invadiu. Para este historiador:

[...] “As tradições inventadas” são reações a situações novas que ou assumem a forma de referências a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a invenção de tradições um assunto da história contemporânea.<sup>18</sup>

Além de nomear aquela cidade, as marcas europeias impressas nos registros historiográficos produzidos sobre aquele lugar, permanecem na memória da sua gente. Empiricamente, à primeira vista, é como se houvesse uma espécie de consenso na crença nesses marcos fundadores, ao mesmo tempo, permeia certo orgulho desse passado europeu, sobretudo, francês, a ponto de se questionar: e se fôssemos colonizados pelos franceses como seríamos?

---

<sup>17</sup> Literato maranhense que nasceu em São Luís, a 3 de maio de 1853, e faleceu na mesma cidade, a 30 de abril de 1927. Ele foi catedrático de História e Geografia do Liceu Maranhense, instituição a que também serviu na condição de seu diretor. Encarregado provisoriamente da reorganização da Biblioteca Pública, foi nomeado diretor dessa instituição em 13 de abril de 1896, ali permanecendo até 16 de agosto de 1896. Na Academia Maranhense instituiu a Cadeira Nº 11, patroneada por João Francisco Lisboa, e exerceu a Presidência da Entidade desde sua fundação até abril de 1927, quando faleceu. Foi o segundo que por mais tempo exerceu a Presidência da AML. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, figurou entre os que em 30 de novembro de 1925 fundaram o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, então denominado Instituto de História e Geografia do Maranhão e foi, por seguidos anos, o zeloso possuidor da maior coleção de jornais antigos do Maranhão, a contar do primeiro deles, *O Conciliador* (1821). Morto o mestre, sua família vendeu a coleção ao Estado do Maranhão, que a transferiu para o acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite. Autor de numerosa bibliografia historiográfica, dentre os quais, “*A Fundação do Maranhão*” de 1896.

Fonte: Academia Maranhense de Letras.

Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/jose-ribeiro-do-amaral/>>. Acesso em: 12/09/2016.

<sup>18</sup>HOBBSAWN, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWN, E. RANGER, T. **A invenção das tradições**. [Trad. Celina Cardim Cavalcanti]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 316 p. p. 9-23.

Ademais, durante todo século XX, a ideia de uma fundação francesa foi aceita, por historiadores e o poder público. Todavia, a historiografia mais recente, especialmente depois dos anos 2000 para cá, vem trazendo outra discussão, especialmente pautada pela historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix, que em sua tese de doutorado, “*A fundação francesa de São Luís e seus Mitos*”<sup>19</sup> a qual faz uma revisão nessa historiografia ao lançar outro olhar sobre o fato, o que causou debates no meio acadêmico e literário.

Lacroix (2008) nos informa com suas pesquisas que, a ideia de que São Luís é a única cidade do Brasil fundada por franceses foi gerada e acalantada no início do século XX, momento em que a cidade encontrava-se em decadência literária e econômica, logo, o fortalecimento desse mito leva a cidade a um lugar de destaque no cenário nacional. Apesar de Lacroix ter provocado importantes reflexões às controvérsias da fundação, de origem francesa ou portuguesa, sua contestação, assumiu uma dimensão ainda maior, pois suscitou o debate também acerca dos mitos e símbolos que subjazem a historiografia.

Dessa forma, Lacroix, (2008) provocou-nos também a necessidade de verificar esses debates acerca da fundação francesa; da conquista do território pelos portugueses e até mesmo da invasão holandesa ainda em dias do século XXI e anotar o quanto permanece vivo na memória da cidade, fortalecido, inclusive pelos monumentos e bustos.

Quanto à permanência desses marcos, em frente ao palácio La Ravardière (sec. XIX), em São Luís do Maranhão, há um busto construído em bronze de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, esculpido por Bibiano Silva<sup>20</sup>, conforme imagens a seguir:

---

<sup>19</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2008. (Primeira edição de 2001).

<sup>20</sup> É curioso que por trás dessa história aonde é exaltado o feito de La Touche, encontramos Antônio Binbiano da Silva, um pernambucano, nascido em 1889, na cidade de Vitória de Santo Antão. Bibiano é filho de Francisco da Silva e Josefa Paraguassu. Causou-nos estranhamento o sobrenome do escultor e logo fomos atrás das suas origens. Descobrimos que Bibiano nasceu de uma família de pai (Silva) descendente de africano e mãe indígena (Paraguassu). Logo, as contradições dessa história aparecem não somente nas lacunas e ausências de alguns sujeitos como os negros e indígenas.





21

Conforme já dito, esses marcos estão presentes não somente em monumentos e fortes, mas também da memória social de gente daquele lugar. Enquanto enxergamos também as contradições de uma cidade negra. Imersa numa paisagem urbana permeada por homens e mulheres escravizados africanos e indígenas misturando-se com marinheiros, negociantes, caixeiros, viajantes e outros setores do mundo do trabalho e da cultura transatlânticos. O Brasil escravista que desenha-se no século XVI era isso.

O que para nós são questões que ficam para serem exploradas, pois bem sabemos quem estava nessas terras antes de 1612 e 1615 e que aqueles cenários de descobertas/invasões e transformação da natureza e dos modos de vida dos grupos ali viventes. Enquanto historiadores temos a missão de enxergar o mundo com os olhos do passado, isso é, unir o olhar para ser capaz de presentificar uma ausência, conforme assevera Pesavento<sup>22</sup>.

Vendo o que outros não vêem, enxergando nas marcas de historicidade deixadas pelos homens de um outro tempo, a vida que habitou nelas um dia. Historiadores devem ser mesmo capazes de buscar a palavra onde há silêncio, de encontrar o gesto onde se registra a ausência. Historiadores devem, sobretudo, ver além do que aquilo que é mostrado ou dito, pois eles vêm de outra forma...De Mnemósine e Clio, estas são as deusas e musas que iluminam seu olhar, no cruzamento da Memória com a História.

<sup>21</sup>Imagem 4 - Antão Bibiano Silva

<sup>22</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboço nº II**, UFSC,

Quantos aos africanos que constitui a cidade negra, eles são introduzidos na cidade de São Luís pelo menos, desde 1683, conforme registros de Malheiro, (1867, p. 9-10)<sup>23</sup>:

Notavel foi esse com a companhia de commercio do Grão-Pará e Maranhão, approvada por Alv. de 12 de Fevereiro de 1682, pois obrigou-se a metter na colonia 10.000 negros em 20 annos, a razão de 500 por anno, para serem vendidos por 100\$000 cada um - *peça de India* - na phrase do mesmo Alvará. Erefere Berredo que em 1683 o povo alli se amotinará contra a companhia por não haver até então introduzido um só escravo, apesar de ser a isto obrigada pelo seu contracto!

[...] O commercio destes (africanos) era, pois, alimentado quasi que sem interrupção em maior ou menor escala. [...] A fim de satisfazer a essas exigencias dos colonos, sobretudo no Maranhão, o governo da metropole chegou a conceder a diversos e a companhias a facilidade, e até a impor a obrigação de introduzir um certo número de escravos negros no Brasil.

Em busca de respostas, e ao encontro da cidade negra que dorme ao som dos tambores, fui a campo. Primeiramente conversar com historiadores locais, artistas, vendedores, brincantes do Bumba-Meu-Boi<sup>24</sup> e de Tambor de Crioula Ferretti (2009)<sup>25</sup>. Conversar com as pessoas de modo informal e sem compromisso, a fim de

<sup>23</sup> MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Escravidão no Brasil**: ensaio histórico jurídico-social. Parte 3 – Africanos. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1867.

<sup>24</sup> VIANA, R. N. A. O bumba meu boi como fenômeno estético: *corpo, estética e educação*. São Luís: EDUFMA, 2013. O Bumba-Meu-Boi do Maranhão é uma grande celebração na qual se confundem fé, festa e arte, numa mistura de devoção, crenças, mitos, alegria, cores, dança, música, teatro e artesanato, entre outros elementos. Considerado como uma das mais importantes manifestações da cultura popular do Estado tem seu ciclo festivo dividido em quatro etapas: os ensaios, o batismo, as apresentações públicas ou brincadas e a morte.

<sup>25</sup> FERRERTTI, Sérgio. Ao Som dos Tambores. De acordo com Ferretti, o Tambor de Crioula é uma manifestação popular, (aqui entendido como a cultura popular e costumeira, alimentada por experiências distintas daquelas da cultura de elite; transmitida por tradições orais, reproduzida pelo exemplo, expressa pelo simbolismo e pelos rituais. (THOMPSON, 1998, p.69) que tem como principais elementos os tambores, os cantos e a dança. Composta por elementos fortemente percussivos e circulares, trazido para o Brasil pelos africanos, sua origem embora esteja relacionada aos terreiros de tambor-de-mina, onde era realizado em contexto religioso e sagrado, o tambor de crioula foi ganhando o espaço da rua e se tornou uma celebração popular festiva, praticada em diversos contextos. O tambor de crioula está associado aos festejos de São Benedito, santo protetor dos pretos, que ocorrem no mês de agosto, mas também é frequentemente praticada no encerramento de encontros de bumba-meu-boi. *“Dizem que São Luís é uma cidade “que dorme ao som dos tambores”. Mas como sua elite se pretende “branca”, muitos não sabem distinguir que sons são esses. Até hoje existe confusão entre o tambor de Mina e o tambor-de-crioula. O primeiro é o nome mais comum para designar a religião afro-maranhense. O termo Mina vem do Forte de El Mina (ou São Jorge da Mina), antigo empório português de escravos na Costa da Mina, atual República de Gana. Por ser um elemento importante nesse culto religioso, o tambor foi incorporado ao nome da prática. Como as outras religiões afro-brasileiras, o tambor de Mina é caracterizado pela presença do transe ou possessão de entidades espirituais sobre as dançantes, em sua maioria mulheres”*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/ao-som-dos-tambores>>. Acesso em: 16/04/2016.

perceber como as pessoas que viviam e trabalhavam naquela cidade-ilha de São Luís do Maranhão, a via e a concebia? Nessas conversas encontrei um brincante, cantor e compositor do bloco afro-cultural Akomabu e também professor Doutor e pesquisador da universidade Federal do Maranhão/UFMA chamado Carlos Benedito Rodrigues da Silva<sup>26</sup>, mais conhecido como “professor Carlão”. Conversamos por diversas vezes, e em todas as conversas, o Professor Carlão sempre me falava da professora Mundinha<sup>27</sup>; dos arquivos públicos; e da vasta documentação sobre a história do Maranhão existente nos arquivos públicos.

Seguindo a orientação do citado professor, fui à procura dos arquivos daquela cidade e, quão grata foi a minha surpresa ao subir a ladeira do museu de gastronomia e chegar à Rua de Nazaré, nº 218, no centro histórico de São Luís e me deparar com um lugar que para mim foi o primeiro encontro com a memória ocultada daquela cidade. Naquele Arquivo Público do Estado do Maranhão/APEM<sup>28</sup>, me apresentei e fui muito bem recebida pela diretora que me apresentou ao lugar e às possibilidades de pesquisa. Descobri também que “Mundinha”, foi diretora do arquivo entre os anos de 1991 a 2002, período em que a mesma, desenvolveu uma importante pesquisa sobre a resistência do negro escravizado no Maranhão e coordenou o Mapeamento Cultural dos Povoados de Alcântara entre 1985 e 1987.

---

<sup>26</sup> Formação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1978), Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1992) e Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Atualmente é coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFMA e professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, atuando principalmente nos seguintes temas: diversidade cultural, relações étnico-raciais, e ação afirmativa. É Presidente do Centro de Estudos do Caribe no Brasil e Coordenador Geral da Associação Maranhense de Pesquisas Afro-Brasileiras.

<sup>27</sup> Mundinha - jornalista, escritora, pesquisadora e militante do movimento social negro, Maria Raymunda Araújo.

<sup>28</sup>O APEM tem sob sua guarda a maior parte do acervo documental do estado do Maranhão. De acordo com os dados da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, possui aproximadamente 2 km de documentos textuais (manuscritos, datilografados e impressos) dos períodos Colonial, Imperial e Republicano, além de mapas, plantas, discos e microfílm. Possui uma biblioteca de apoio com aproximadamente seis mil volumes, onde reúne livros, periódicos e outras publicações, incluindo publicações das áreas de Arquivologia. Ainda, o possui também alguns conjuntos documentais incorporados ao acervo como os de: Arquidiocese, Câmara Municipal de São Luís, Delegacia de Ordem Política e Social e João Mohana. Ademais, um acervo Digital que armazena mais de 700 documentos digitalizados como livros, editais e correspondência e 327 mil imagens. a maioria desses documentos são manuscritos e muito antigos, disponíveis em Formato Portátil de Documento (PDF), que podem ser acessados de forma direta, através de links para cada conjunto de dos livros digitais ou simplesmente por meio do uso da ferramenta de busca. Tudo isso num espaço muito acolhedor, apesar das limitações estruturais do espaço, e que recebe muito bem os pesquisadores e visitantes, assim como fui por muito tempo e continuo amiga do APEM da Rua de Nazaré nº 218 em São Luís do Maranhão.

O APEM é um arquivo bastante organizado e conta com uma equipe e pesquisadores e estagiários que me auxiliaram no encontro de uma série de documentos sobre os trabalhadores negros e escravizados no Maranhão da primeira metade do século XIX, conforme minha linha de pesquisa. Naquele lugar, tive acesso a uma série de documentos, dentre estes, o livro Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão, o qual traz de forma resumida, os documentos existentes no APEM que trata da escravidão contra africanos e seus descendentes.

Dos documentos que consultei naquele arquivo, o “Setor de Documentos Avulsos”<sup>29</sup> e lá, encontrei uma pasta contendo uma série de passaportes de escravos que me interessou ao perceber naquela fonte, o Estado, na pessoa do Chefe de Polícia, o qual por meio daquele documento, controlava a entrada e saída daqueles trabalhadores negros. Enquanto fonte, percebi que os passaportes seriam um bom instrumento para compreender a dinâmica das diferenças identitárias; para questões de análises quantitativas de homens e mulheres, sua faixa etária; destino, naturalidade, designação de cor; quantos viajavam sozinhos e acompanhados; valores pagos pelo documento, grau de instrução dos viajantes. Exemplo de passaporte:

O passaporte da escrava Antônia que possuía naturalidade da Nação de Angola (África), que seu dono era o brigadeiro Manoel de Sousa Coutinho, essa escrava seguia destino para a fazenda que ficava no distrito de Viana, que leva em sua companhia o pretinho João, idade de 07 anos, por consentimento de seu senhor. A validade do passaporte era de 20 dias tendo sua data de expedição dia sete de junho de 1843. Também vem a descrição da escrava que tinha idade de 60 anos, a estatura era baixa, rosto comprido, cabelos carapinhos, olhos pretos, com boca e nariz regulares de cor preta, a escrava não sabia escrever e o órgão expedidor era a Secretária de Polícia do Maranhão (PASSAPORTE 1087, SECRETÁRIA DE POLÍCIA DO MARANHÃO, 7/6/1843)<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup>O Setor de Avulsos reúne as documentações “soltas” que é constituída, em grande parte, de correspondências enviadas por autoridades aos governantes do Maranhão, Chefe de Polícia. Além da correspondência, destacam-se as séries: cartas de datas e sesmarias, cartas patentes, passaportes, mapas de nascimento, batismos, casamento entre outras.

<sup>30</sup> Secretária de polícia/ chefatura de polícia passaportes (1843-1891). Setor de avulsos pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão/APEM.



Das análises que fizemos, percebemos a partir desse exemplo tratar-se de um tipo de documento específico que era emitido para os negros escravizados ou libertos.

O estudo desses documentos me fez perceber ainda que, o papel do passaporte destinado ao trabalhador escravizado era de qualidade inferior ao do cidadão português, pois este fornece uma série de informações sobre o sujeito escravizado ou liberto: como a sua condição, se escravizado ou não e conhecimento das letras. Minha compreensão acerca dessa diferença é que, a Secretaria de Polícia, ao compor o passaporte do escravizado, previa o controle deste e, em caso de fuga em viagens, identificar algumas características físicas, poderiam ser um diferencial para a localização deste.

No mesmo acervo de documentos avulsos, encontrei algumas fontes também produzidas pela Secretaria de Polícia – Estado também – que são as “Partes do Dia”, ou boletins de ocorrências policiais. Destes, recortei um período de 10 anos para análise – 1828 a 1838<sup>32</sup>. Esta documentação, além de me permitir identificar esses sujeitos a partir também da apresentação e descrição feita pelo agente do Estado, me fez compreender como se dava a relação entre escravos e senhores. Nestes, ao mesmo tempo em que percebe-se trabalhadores escravizados sendo açoitados por seus senhores, vemos em dado momento, senhores entregando-os para polícia punir; outros cometendo crimes contra seus senhores e vice-versa.

Esta série de documentos – boa parte transcrita por mim – me levou a outro arquivo público, que foi o Arquivo Público do Tribunal de Justiça do Maranhão/APTJMA<sup>33</sup>, situado no bairro Alemanha em São Luís. Lá eu buscava

---

<sup>32</sup> Escolhemos esse recorte temporal foi a fim de verificar ainda na primeira metade do século XIX, os atos de resistências à escravidão por parte dos trabalhadores escravizados, a considerar os atos infracionais de fugas, bebedeiras e pequenos furtos, de certa forma, um enfrentamento ao poder do estado. Ademais, aqueles documentos nos possibilitavam o encontro daqueles sujeitos na rua; se movimentando pela cidade, sem necessariamente estarem trabalhando. Outro fator que também nos levou ao recorte temporal, foi a coleta desse material no arquivo. Conseguimos fechar um espaço de 10 anos, logo, exploramos na leitura de tais fontes.

<sup>33</sup> Num espaço relativamente pequeno, porém muito organizado, possui um acervo que guarda documentos processuais manuscritos, datilografados e impressos que datam a partir do século XVIII de várias Comarcas do estado, como: São Luís, Alcântara, Caxias, Icatú, Imperatriz, Cururupu, Coroatá, Viana, Rosário, Itapecuru-Mirim, Brejo, entre outras. Bem como, também, obras raras como códices; livros de registro de testamentos; registros gerais e registro de notas de comarcas, tais como o Livro de Registro de Notas da Comarca de Viana 1776-1791 e o Regimento da Relação de 1813; a Carta da Relação do Maranhão de 1832, que são os documentos de nascimento do Tribunal de Justiça do Maranhão, o terceiro mais antigo do país, instituído em 1811 e instalado somente em 04 de novembro de 1813, completando, desse modo em 2013, duzentos (200) anos de criação.

conhecer os senhores de escravos. Àquela APTJMA, fui acompanhada de um historiador Maranhense chamado Reinaldo Barroso Jr.<sup>34</sup>, que assim como eu, pesquisa o Maranhão. Naquele arquivo, assim como no anterior, encontramos muito material e, impecavelmente organizados em prateleiras móveis, bem acondicionados. Porém, diferentemente do anterior, não encontrei uma instituição tão aberta, sobretudo para os estudos referentes à escravidão. Os funcionários e coordenação, apesar de nos receber bem, não liberavam todas as caixas de documentos para pesquisa, ou liberavam sob um rígido controle, até mesmo sobre o que buscávamos nos documentos. Havia ainda aqueles documentos que não eram liberados para pesquisa pública, sob a justificativa de que determinado promotor estava pesquisando; ou devido ao ineditismo do documento ou mesmo sem informar os reais motivos.

Todavia, como nosso interesse era sobre a Comarca de São Luís, nos foi apresentado um catálogo<sup>35</sup> com o acervo específico. Naquela publicação, nos “Verbetes Autos Cíveis”, encontramos uma série enorme de Inventários *Post Mortem* de famílias. Destes, me dediquei a analisar os datados entre os anos de 1785 a 1815<sup>36</sup>, a fim de encontrar entre aqueles homens e mulheres de posses, algum africano e indígena. Desses, do primeiro encontrei alguns poucos Inventários e também testamentos. Dos indígenas, não encontrei, logo, percebi o quão ocultado eram esses grupos ante a volumosa quantidade deles naquela província, sobretudo o africano que avolumavam as fortunas daqueles senhores e senhoras.

Dos Inventários e Testamentos de africanos e seus descendentes, encontrei os do casal de pretos forros Victoriano Ramos e Marias dos Santos Neves, datado de 1802, os quais transcrevi e fiz uma breve análise, sobretudo atestando que

---

<sup>34</sup> Doutorando em História, pela Universidade Federal do Pará com pesquisa em curso sobre “a rota do arroz de Guiné ao Maranhão”; mestre em História pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência em pesquisa com ênfase em História do Brasil Colônia, Tráfico de Escravos, África Ocidental e Mundo Atlântico. É professor assistente da Universidade Estadual do Piauí, do curso de História.

<sup>35</sup> Maranhão. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos. Catálogo de documentos manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão: Comarca de São Luís, 1785 - 1835, / [elaborado por] Christofferson Melo de Oliveira; Natália Athan Fernandes. — São Luís, 2012. Disponível em: <[http://gerenciador.tjma.jus.br/app/webroot/files/publicacao/409563/catalogo\\_sao\\_luis\\_vol2\\_tomo1\\_06072015\\_1201.pdf](http://gerenciador.tjma.jus.br/app/webroot/files/publicacao/409563/catalogo_sao_luis_vol2_tomo1_06072015_1201.pdf)>. Acesso em: 19/04/2016.

<sup>36</sup> Quando fomos ao arquivo a procura de tais fontes, pensamos em buscar documentos datados entre 1790 e 1810, todavia, devido ao estado de conservação de tais fontes e, sobretudo, a disposição e qualidade desses documentos no arquivo, demarcamos 1785 como início. Desses, seguimos a leitura até 1815, o qual foi possível produzir um breve, mas importante quadro que nos revela as famílias abastadas daquela cidade de São Luís do Maranhão naquele início de século.



mesmo ante a tanta opressão, ainda no início do século XIX, era possível encontrar dois pretos afortunados.

Nosso trabalho de pesquisa que teve início pelo deslumbramento e segue tempos depois, seguindo os ritos acadêmicos, tendo como objetivo geral examinar a constituição da cidade de São Luis do Maranhão e as relações desta com o Brasil e o mundo, que perpassam pelas relações de trabalho e resistência entre senhores escravocratas e escravos fugitivos.

Entre os objetivos específicos, podemos reestudar a historiografia da escravidão no Brasil, a fim de compreender o modo como se deu a ocupação da província do Maranhão e a constituição da ilha São Luís, enquanto cidade portuária e capital da província.

Compreender como se dava a permanência de trabalhadores negros na condição de escravizados e suas relações com a cidade em meio a fugas e resistências cotidianas, pelas quais buscavam melhorar suas condições de vida ou minimizar os males vivenciados no cativeiro, à luz de uma história local. Se os trabalhadores estavam lá exercendo as mais diversas funções laborais, isso é fato. Porém, como esses viviam a cidade na sua diversidade, ou seja, permeada por viajantes, marinheiros, europeus e indígenas, sendo São Luís uma ilha, de fronteiras mais largas? Como viver como homens e mulheres negros e escravizados na cidade ilha de São Luís do Maranhão?

Aquela documentação me permitiu muitas análises, sobretudo perceber e compreender, como a cidade de São Luís do Maranhão foi constituída, a partir do ocultamento de negros e indígenas. Pois eles estavam lá. Não tinham fala nem posses, mas não eram somente números e fortunas, eram sujeitos que viviam o cotidiano da cidade. Poucas famílias viabilizam um projeto de colonização da província do Maranhão através da solidez dos interesses manifestos nas relações familiares que se concretizou com a dominação das populações nativas, a apropriação das terras e a captação dos recursos necessários à sua exploração.

Dos arquivos, ainda procurei, a partir de indicação do professor Carlão, a Biblioteca Pública Benedito Leite que fica na Praça Deodoro, bem no centro da cidade de São Luís. A fim de encontrar jornais, que pudessem me nortear quanto à imprensa da primeira metade do século XIX, pus-me a pesquisar. A visão da sociedade letrada seria um enfoque também importante para aquele lugar de pesquisa, fui muito bem

recepcionada, assim como nos demais. Lá, encontrei um acervo com centenas de documentos referentes à província do Maranhão em estado físico e muito bem conservado e acondicionado. Assim como, em acervo digital de fácil acesso e liberado para pesquisadores e o público em geral.

Nossa análise primeira permitiu-nos perceber que nas primeiras décadas do século XIX, a imprensa que adentrava a província do Maranhão era a de opinião, ideológica, ou seja, a imprensa de partido. Esse tipo de jornalismo imperava em virtude do aumento crescente do nível de politização da população na cidade e, ao mesmo tempo, da falta de matéria-prima para a produção de notícias factuais. Fato que não estava isolado do resto do mundo.

**Nos séculos XVIII e XIX, os líderes políticos tomaram consciência do grande poder que os jornais poderiam ter para influenciar a população. O *The Times*, de Londres, começa a circular em 1785, com o nome de *The Daily Universal Register*. Três anos depois foi renomeado para *The Times*.**



**Exemplo de Jornais *The Times*  
(The Times; The Game; Times2; etc...)**

(The Times; The Game; Times2; etc...)  
Exemplo de jornais The Times

3738

Outro fator importante que influenciava diretamente no desenvolvimento e direcionamento da imprensa no Maranhão era o baixo índice de pessoas alfabetizadas no seio da sociedade.

<sup>37</sup> Imagem 6 - Jornal The Times

<sup>38</sup> Fonte: ANJ - Associação nacional dos Jornais. <<http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia-2/>>. Acesso em: 18/08/2016.

Salientamos que não era nosso propósito escrever a história ou qualquer dimensão da nova cultura industrial urbana do século dezenove no Maranhão. Até porque, seria muito difícil se fazer mesmo que de forma esboçada, dessa cultura como um todo, nos seus aspectos históricos específicos e nas suas conexões internas e externas. Sempre com o cuidado para não contar uma história linear, numa reta de continuidade. Buscamos ler os periódicos produzidos no Maranhão de forma a:

[...] enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e da luta por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257)<sup>39</sup>.

Dessa forma, ler e analisar aqueles jornais nos permitiu encontrar os sujeitos viventes daquela cidade de São Luís. Compreender o cenário sócio-político-histórico e cultural daquele lugar que era de morada, passagem, trabalho e viver de muitos homens e mulheres brancos, negros e indígenas ou a cultura urbana daqueles. (WILLIAMS, 2007)<sup>40</sup>

Daquele acervo, resolvi por uma questão de comodidade e tempo, trabalhar com o acervo digital que, por sua vez me levou a outros acervos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, também com centenas de jornais digitalizados e com acesso livre. Do número de acervo e locais de pesquisa, e vasta documentação lida e analisada à luz da história, consegui compreender de modo bastante amplo, àquela Cidade-Ilha-Província do Maranhão na sua complexidade e diversidade.

Dos muitos documentos e fontes existentes nos três arquivos pesquisados, verificamos que a memória da cidade de São Luís está registrada na enormidade de fonte existente nas prateleiras e pastas muito bem guardadas naqueles espaços de memórias. São Luís do Maranhão é uma cidade que possui espaços primorosos que permitem a guarda e o cuidado merecido à sua história. Quanto às fontes, estas são as mais diversas como já mencionado, todavia, a história da cidade necessita de maior

<sup>39</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina Do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa**. História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

<sup>40</sup> WILLIAMS, Raymond. **A Imprensa e a Cultura Popular: uma perspectiva histórica**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 15-26, dez. 2007.

visibilidade, sobretudo de modo que venha desmistificar a memória de sua gente negra e indígena ainda ocultada por uma historiografia mais conservadora, de expressão nacional e internacional.

Do conjunto de fontes, escolhemos trabalhar num primeiro momento com os jornais, em conjuntos com outros documentos. Dentre tantos, o jornal “Publicador Maranhense”. Este periódico passou a circular em 5 de julho de do ano de 1842. Jornal de propriedade de Ignácio José Ferreira, ou I. J. Ferreira, como assim assinava seu proprietário, impresso na tipografia de mesmo nome, (“Maranhão. TYP. de I. J. Ferreira. Rua do Sol nº 33”).

História e imprensa são tratadas neste trabalho a partir da perspectiva de Baker (1987), sendo o jornal como um texto constituído por discursos e práticas nos quais indivíduos ou grupos, de uma dada sociedade articulam, negociam, implementam reivindicações divergentes entre si, e/ou não, estando quase sempre relacionados aos grupos dominantes, aos quais pertencem o jornal constituindo, assim, a cultura política de um período numa dada sociedade letrada<sup>41</sup>.

Visto que, a história da província do Maranhão, assim como todo Brasil em fins do século XVIII, tem na imprensa um meio de comunicação em diálogo com outras províncias e com o mundo, apesar de, a instalação da Imprensa Régia, ocorrer somente em 1808, marco que oficializa a imprensa brasileira, muitas iniciativas datam de períodos anteriores.

O Maranhão assistiu e participou do rápido e fecundo nascimento e expansão das publicações periódicas, conforme Sodré, (1999). As discussões ocasionadas pelo período pré e pós-independência deram origem a uma série de publicações que, em fins da década de 1820, já se alastrava pelos principais centros urbanos<sup>42</sup>. Especialmente em São Luís, capital do Maranhão, pude listar 41 jornais em circulação entre os anos de 1821 e 1850, conforme alguns a seguir: O Conciliador Maranhense, (1821), A Folha Medicinal (1822); Brado Maranhense (1822), Palmatória Semanal (1822), Amigo do Homem (1824), O Argos da Lei (1825), O Censor (1825), O Farol Maranhense (1827), Minerva (1827), Bandurra (1828), Poraquê (1829), A Cigarra (1829), O Brasileiro (1830), Constitucional (1830), Publicador Official (1834),

---

<sup>41</sup>BAKER, Keith M. Introduction. In: BAKER, K. (org.) **The French Revolution and The Creation of Modern Political Culture**. Oxford: Pergamon Press, 1987. V.1. p. XII.

<sup>42</sup>SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

Echo do Norte (1834), Investigador Maranhense (1836), Chronica Maranhense (1838), Bem-ti-vi (1838), A Revista (1840), O Legalista (1840) e Jornal Maranhense (1841)<sup>43</sup>.

Nossas leituras nos permitiram perceber a partir dessa imprensa letrada que a Província do Maranhão, o Brasil e o mundo oitocentistas estavam presentes nas páginas de pasquins, folhetos e panfletos os quais dividiam o espaço, nas rotinas das tipografias, com os jornais, que eram utilizados como meio transmissor e difusor para a expressão e debate das temáticas que fervilhavam no momento. Com suas pautas mais gerais relacionadas à liberdade, constituição, patriotismo, em confrontos com as de despotismo, tirania e escravidão e essas discussões passaram a circular com mais intensidade entre os leitores através dessas folhas periódicas, que constituíam um espaço político de debates e enfrentamentos das demandas do governo, por meio das mensagens nacionais e internacionais que chegavam via porto<sup>44</sup>.

A imprensa periódica se estabelecia, nesses termos, como elemento essencial para a cultura política do século XIX brasileiro, entendendo que sua vigorosa produção e circulação que eram alimentadas, em boa parte, pelas atividades políticas desenvolvidas nesse momento histórico.

A cidade de São Luís do Maranhão e sua constituição na primeira metade do século XIX nortearam este debate. Ao longo do texto vamos percebendo por meio de mapas e seguindo as páginas do jornal Publicador Maranhense que, ao mesmo tempo em que acumulamos em extenso repertório de estudos sobre àquela cidade-ilha e seus viventes.

Ancoramo-nos num referencial teórico que aponta a cidade negra ocultada nos marcos fundadores e nas memórias, deixadas por uma elite branca e estrangeira que são forcerizados, numa historiografia mais conservadora, como fundadores e

---

<sup>43</sup> Nota: Essas informações foram levantadas nos sítios da Biblioteca Nacional/Hemeroteca <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/>> e da Biblioteca Pública Benedito Leite no Maranhão. <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>>. Em 10/03/2016.

<sup>44</sup> Nota: nosso entendimento perpassa pela ideia de que, mesmo aquelas pessoas não letradas, ou, que não eram capazes de ler e escrever entrava em contato com as temáticas em debate no seio na sociedade, seja como ouvintes das leituras públicas oralizadas, ou debatendo essas ideias nos diversos espaços de sociabilidade a partir das suas vivências. Bem como, por meio das notícias trazidas pelos barcos, navios e viajantes que passavam por São Luís. Com isso não estamos afirmando que todas as pessoas, inclusive os trabalhadores escravizados (negros) tinham acesso a informação de modo a participar da agenda pública. Todavia, estes periódicos na sua diversidade, nos permitiram perceber que, a sua constituição necessitava de elencar todas as pessoas daquela província, mesmo que o trabalhador negro só apareça como mercadoria, ou elemento perigoso, fugitivo.

donos daquela cidade-ilha do Maranhão. Chauí (2000); Chalhoub (1990; 2012); Moreira (2006); Sodré (1999); Lacroix (1992); Mattoso (1992); Lara (2002; 1995); Rocha (2007); Calvo (2001); Pereira (2009); Paoli (1992) e tantos outros.

Da documentação já mencionada e daquele jornal *Publicador Maranhense*, variadas dimensões foram exploradas e perspectivas diferenciadas foram construídas. O foco da leitura pautava a constituição da cidade, os trabalhadores negros e suas experiências, verificando como esses sujeitos apareciam no cenário da cidade e com que frequência? Ou porque não apareciam nos projetos da cidade? No jornal, investimos em diferentes matérias, tais como: relatórios oficiais; editorial do anunciante; anúncios de mercadorias e escravos. A larga produção acadêmica acerca da temática, desde a legislação, carta cartográfica, até teses produzidas em diferentes universos e linguagens contribuíram sobremaneira para a composição de um percurso de visibilidade da temática e elucidação de algumas questões.

O tema escravidão que desponta do cenário no Brasil e Maranhão do século XIX, à luz dos escritos no Jornal *Publicador Maranhense*, e preenche na atualidade do século XXI uma vasta produção historiográfica, sobretudo no âmbito das ciências humanas têm avançado significativamente ao longo dos últimos 30 anos. As abordagens vão desde teóricas e metodológicas interdisciplinares, até a abertura para novas possibilidades de análises. Indubitavelmente, o tratamento dado à temática nas últimas três décadas são visíveis a exemplo do trato de homens e mulheres escravizadas como agentes/sujeitos históricos e com isso, abre-se espaço para se compreender a sua lógica e autonomia na análise e reflexão das suas ações cotidianas.

## **A DIVISÃO DOS CAPÍTULOS**

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro com o tema: “breves leituras da historiografia sobre o escravismo criminoso<sup>45</sup> contra os africanos e seus descendentes no Brasil”, trata de uma revisão de literatura, especialmente a literatura que trata do escravismo contra os africanos e seus descendentes. Neste texto, fizemos uma memória das principais produções sobre o tema escravidão, tentando contemplar todas as regiões do país e, a partir desse movimento, procuramos dialogar com a nossa perspectiva de pesquisa.

Nosso segundo capítulo, com o título de: “*São Luís: Uma Cidade-Ilha Integrada ao Continente*” trata da constituição da cidade de São Luís. Cidade ilha; portuária; inserida na província do Maranhão; com fronteiras muito largas e um porto que liga a cidade ao mundo atlântico num movimento de ida e vinda de mercadorias e pessoas. A escrita deste capítulo também segue este movimento de percepção da cidade a partir dos registros legados do passado, mas atentas para os ocultamentos, os não ditos.

---

<sup>45</sup> O uso do termo escravismo criminoso utilizado ao longo desse trabalho tem sido usado com frequência por alguns estudiosos do tema racismo anti-negro e escravidão contra africanos e seus descendentes, especialmente pelo professor e pesquisador Henrique A. da Cunha Júnior em muitos dos seus escritos. Decidimos utilizá-lo não por acreditar que somente a escravidão contra os africanos e seus descendentes seja crime, pois bem sabemos e defendemos que toda forma de escravidão seja criminosa e precisa ser combatida. Todavia, durante a nossa pesquisa, nos apropriamos de alguns estudos e referentes ao tema, sobretudo a “Declaração de Durban” (Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, no seu Art. 12, p. 7. Produzida em 31 de agosto a 8 de setembro de 2001 em Durban – África do Sul) e seu plano de ação que: *“Reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo, incluindo o tráfico de escravos transatlântico, foram tragédias terríveis na história da humanidade, não apenas por sua barbárie abominável, mas também em termos de sua magnitude, natureza de organização e, especialmente, pela negação da essência das vítimas; ainda reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo são crimes contra a humanidade e assim devem sempre ser considerados, especialmente o tráfico de escravos transatlântico, estando entre as maiores manifestações e fontes de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; e que os Africanos e afrodescendentes, Asiáticos e povo s de origem asiática, bem como os povos indígenas foram e continua a ser vítimas destes atos e de suas consequências”*. A considerar o escrito e as consequências desse escravismo para a história e memória dos africanos e seus descendentes no Brasil é que julgamos pertinente este termo. Ademais, a comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil também tem se utilizado desse termo e dos preceitos formulados na Declaração de Durban com a anuência do governo brasileiro em 2001. III Conferência contra o Racismo (Durban, 2001) – Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%A2ncia.pdf>>; <<http://www.palmares.gov.br/?p=40752>> Acesso em: 11/09/2016.

Para melhor compreender àquela cidade e reavivar suas memórias, trabalhamos sob os horizontes apontados por Paoli (1992); Calvo (2001)<sup>46</sup> e as contribuições de Chauí (2000)<sup>47</sup> com: *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. Considerando os apontamentos de Paoli<sup>48</sup>, na produção do nosso primeiro capítulo nos orientamos em pensar a cidade de São Luís do Maranhão a partir da “[...] construção de um outro horizonte historiográfico” que:

Se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo. Apostar, portanto, na existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências de grupo mesmo quando tenham um fraco nexos com a história instituída. É exatamente aí que se encontra um dos maiores desafios: fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica. Por esta via, pode-se constituir uma política de preservação (e uma historiografia) que deverá ter em mente o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido das participações coletivas, destruindo a possibilidade de um espaço público diferenciado. PAOLI, (1992).

As reflexões de Paoli nos possibilitaram ampliar o olhar para analisar a partir de fontes como mapas, telas, leis e decretos, códigos de posturas e textos jornalísticos a cidade de São Luís do Maranhão de modo a encontrar os marcos de memórias tradicionalmente reconhecidos. Mas também, as memórias dos trabalhadores negros ocultadas nestes marcos e, por conseguinte, silenciadas nos projetos de cidade e de futuro. Ou seja, apostamos na potencialização de um “[...] *horizonte historiográfico que se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos*”, conforme os ensinamentos de Fenelon (2004)<sup>49</sup>.

<sup>46</sup> CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memória e Histórias de uma Cidade**: Experiências e Lembranças de Viveres Urbanos - Uberlândia 1938-1990. Tese de doutoramento produzida no âmbito do programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no ano de 2001.

<sup>47</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2000.

<sup>48</sup> PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

<sup>49</sup> Fenelon, Dea R. et al. **Introdução Muitas Memórias, outras histórias**. CAPES/PROCAD. São Paulo. Olho d’Água, 2004. p. 6.



Com Marilena Chauí apreendemos na produção deste capítulo que o “*Mito Fundador*” esvazia as origens históricas desses. Ao mesmo tempo em que desqualifica a ação do povo como sujeito na constituição do país, colocando-o como obra do Estado, a partir da ação criadora de Deus e da Natureza, e isso explica o ocultamento nos diversos textos oficiais e literários, de alguns grupos que compõe a história do Maranhão, como os indígenas e os africanos e seus descendentes. Calvo por sua vez, orienta-nos no sentido de conceber:

[...] a cidade nas suas diferentes memórias que revelam a sua materialidade (ordenação espacial) nos viveres urbanos, em processos que definem sua paisagem social, tanto nos atos de intervenção técnica\política dos projetos dominantes, como naqueles que se cruzam e se conflitam nas relações vividas.<sup>50</sup>

Nesta cidade-ilha portuária, percebemos os sujeitos ocultados nas memórias a partir das suas práticas ao reavivarmos essas memórias nos marcos tradicionalmente constituído.

Nosso terceiro capítulo, um pouco mais extenso que os demais, foi produzido na perspectiva de encontrar na cidade de São Luís do Maranhão, a partir do olhar de grupos letrados, a imprensa, os trabalhadores e as trabalhadoras negras escravizadas. Esse exercício consistiu em analisar nas páginas do jornal *Publicador Maranhense* (1842-1885) como esses e essas trabalhadoras apareciam naquele periódico? Como eles eram descritos e apresentados naquele jornal? Quais as práticas e movimentos daqueles sujeitos? A partir dessas questões analisamos cerca de 146 anúncios de fugas de trabalhadoras e trabalhadores escravizados dos anos de 1842 a 1850, nos quais verificamos como estes eram descritos, apresentados e, analisamos as fugas como uma forma de resistência do escravizado ao escravismo criminoso.

Ademais, ainda neste terceiro capítulo, desvelamos mesmo que com brevidade, o universo das mulheres negras na cidade, tendo o jornal *Publicador Maranhense* como fonte principal. Nosso intuito era num primeiro momento, verificar como as mulheres negras eram apresentadas pelo jornal? Como elas apareciam? Nesse movimento, analisamos os anúncios de compra, venda aluguel..., mas também

---

<sup>50</sup> CALVO, Célia Rocha. **Sobre Cidades, Culturas, Memórias e Histórias**. Anais eletrônicos – VI encontro de História – ANPUH/BA – 2013.

a coluna da repartição de polícia. Encontramos dezenas de mulheres nas ruas, nas casas, nas praças.

Nesse movimento, percebemos ainda que as ruas de São Luís e as muitas memórias de mulheres negras escravizadas que viveram num passado estão impressas nas páginas daquele jornal e nas ruas daquela cidade, nos permitindo pensar amparadas em (Rolnik, 1992) que:

Uma rua para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve (ROLNIK, 1992, p. 28).

Com isso Rolnik, afirma que, os espaços e ruas da cidade não devem ser vistos apenas como o “espaço função”, mas deve ser compreendido, nas palavras da própria autora, como “*marca, como expressão, como assinatura, como anotação das relações sociais e como cartografias destas relações*”. E as mulheres negras do jornal eram bem assim. Mulheres cercadas de marcas de violências e resistências; ligadas a uma memória de luta, resistência, de coragem que parece encher de orgulho étnico e racial as pessoas que delas falam. E essas memórias enchem aqueles escritos jornalísticos de histórias.

## CAPÍTULO I

### BREVES LEITURAS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE O ESCRAVISMO CRIMINOSO CONTRA OS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL



51

---

<sup>51</sup> Imagem 7 - Testamento *post mortem* de Aleixo. 17 de fevereiro de 1800. Em São Luís, Aleixo Dias da Serra expressa as últimas vontades em testamento - prática rotineira das famílias nobres dos séculos XVIII e XIX. O testamento do negro Aleixo, nascido em São Luís, e à frente de sua época (a Abolição da Escravatura só aconteceria em 1888), é uma das relíquias dos Registros de Testamentos (1751 a 1865), que integra o acervo de obras raras da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

## 1. BREVES LEITURAS<sup>52</sup> DA HISTORIOGRAFIA SOBRE O ESCRAVISMO CRIMINOSO CONTRA OS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL

A partir das leituras e reflexões da historiografia sobre a escravidão contra os africanos e seus descendentes no Brasil, tendo como ponto de partida, a cidade de São Luís do Maranhão e sua gente negra da primeira metade do século XIX pudemos identificar três vertentes principais de interpretação: a primeira que busca uma visão paternalista, seguida por Gilberto Freyre. A segunda que traz uma discussão meramente econômica do escravo que – em linhas gerais, muitas vezes entende-o como objeto, seguida pelo grupo de historiadores e cientistas sociais formados na Universidade de São Paulo, essa vertente teve a participação de nomes importantes, como Caio Prado Jr., e até Emília Viotti nos seus primeiros trabalhos sobre o tema.

Ainda nessa vertente, Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender apresentam o conceito de modo de produção escravista colonial, pelo qual buscam identificar a lógica interna de reprodução da ordem escravista, se opondo ao aspecto que trata a escravidão brasileira como forma de sujeição ao processo externo de desenvolvimento do capital mercantil europeu (PINTO, 2004)<sup>53</sup>.

A terceira vertente busca compreender o escravo como um agente de sua própria história, seguido por Sílvia Lara, Sidney Chalhoub, Solange Rocha e outros. Os que seguiram essa vertente propunham uma revisão historiográfica, no sentido de perceber as fissuras existentes na história do Brasil e dos trabalhadores. Conforme propunha Chalhoub<sup>54</sup>:

[...] adensar e enriquecer, [...] a produção acadêmica sobre a história dos trabalhadores no Brasil, [a fim de provocar – *grifo nosso*] [...] a

---

<sup>52</sup> As leituras acerca do tema escravidão partem do nosso campo de pesquisa que é a cidade de São Luís do Maranhão na primeira metade do século XIX, uma cidade negra no extremo nordeste brasileiro. Compreender a configuração daquela cidade negra perpassava por compreender o negro na história do Brasil e, por conseguinte, a produção acadêmica acerca do tema. Ante a enorme produção historiográfica desde Gilberto Freyre, perpassando por Caio Prado Jr., Clóvis Moura, até chegar à produção dos últimos 30 anos, são muitas as contribuições. Portanto, a sistematização deste capítulo não tem a pretensão de abarcar toda a produção, mas de nos fazer compreender pelo menos as vertentes e caminhos percorridos por alguns daqueles que vieram antes de mim.

<sup>53</sup>PINTO, Diana Berman Correa. A produção do novo e do velho na historiografia brasileira. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, 2004.

<sup>54</sup> CHALHOUB, S.; SILVA, F. T.. Sujeitos no **imaginário acadêmico**: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. IN: Cadernos AEL, Campinas, UNICAMP, v. 14, n. 26, 1º semestre 2009.

revisão de algumas interpretações clássicas e sugerido novos caminhos de investigação. Grosso modo, pode-se dizer que tal esforço intelectual e político abalou o que chamaremos aqui de “paradigma da ausência”. Ademais, ameaça derrubar o muro de Berlim historiográfico, decorrente do paradigma mencionado, que ainda emperra o diálogo necessário entre os historiadores da escravidão e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário.

As produções revisionistas da década de 1980, desenvolveu grande combate à imagem do escravo como mera mercadoria de um sistema econômico, procurando entendê-lo dentro de relações sociais, étnicas e culturais. Essas novas leituras se iniciaram perto do centenário da abolição da escravidão (1988), como uma forma de comemoração. Em muitos desses estudos temos uma grande influência de E. P. Thompson, historiador inglês que, embora nunca tenha estudado a escravidão no Brasil, sua leitura criativa do marxismo apoiada em amplo diálogo com antropólogos, nos possibilita perceber a tamanha contribuição deste para a renovação do pensamento historiográfico brasileiro no que se refere aos estudos sobre a escravidão e os trabalhadores de um modo geral. Para Schwartz (2001), e nós corroboramos dessa perspectiva, a nova historiografia da escravidão brasileira tenta compreender sua prática e seu funcionamento não apenas como forma de trabalho, mas também como um sistema sociocultural.

### **1.1. Nossas leituras e os caminhos da pesquisa**

Nossas leituras sobre o tema seguiram a linha clássica, primeiramente os estudos inaugurados por Gilberto Freyre, sobretudo a obra “Casa Grande e Senzala”, publicada em 1933 que, refutava a inferioridade do negro e sua contribuição negativa para a formação do povo brasileiro, defendida por Nina Rodrigues e Oliveira Viana. Na concepção de Freyre, o senhor era bom e o escravo era dócil e obediente, o que acabou criando uma visão idílica de nosso passado colonial que recai sobre o mito da democracia racial no Brasil.

Essa perspectiva perpassava pela compreensão de que a base do sistema seria a “família patriarcal brasileira”, espaço onde ocorreria a miscigenação entre os grupos humanos, proposta que seria muitas vezes interpretada, devido às ambiguidades do autor, como a existência de uma escravidão branda no Brasil. Suas

ideias contribuiriam fortemente para a consolidação do chamado "mito da democracia racial brasileira" e, por conseguinte, influenciariam trabalhos de autores norte-americanos, como Frank Tannenbaum e Stanley Elkins, que contrastavam a violência do escravismo norte-americano com a suposta brandura do escravismo brasileiro<sup>55</sup>.

Nosso caminho de pesquisa nos jornais e demais fontes encontra em Freyre contradições, pois as marcas deixadas pelos maus tratos nos trabalhadores negros não sugere amistosidade ou bem querer; comprovado aqui com os seguintes anúncios: Cristóvão fugiu há dias. Cristóvão era “*escravo crioulo com 24 anos oficial de carpina, pertencente à Viriato Bandeira Duarte*” “[...] *bonita figura, estatura ordinária, e tem nas costas uma grande cicatriz de extensão de 4 polegadas*”. Fugiu um escravo de nação angola em 1843, com 25 ou 30 anos. “[...] com sinais nas costas, e no acento de ter sido há muito tempo castigado, além disso tem no cotovelo de um braço huma cicatriz tem as pernas principalmente huma muito arquiada pelo que mete a ponta dos pés muito para dentro, a que vulgarmente se chama pé de curica”. Maria da Cruz fugiu. “[...] tem os olhos papudos, e duas grandes cicatrizes na testa, que mostram terem sido feitas com cacete”.

Esses anúncios foram publicados entre os anos de 1842 e 1844 no jornal *Publicador Maranhense*. A partir dos impressos naquele periódico, constatamos nos 146 anúncios de fugas analisados, que as marcas da violência estavam muito presentes no cotidiano daqueles homens e mulheres negras. Desse modo, o trabalho de Freyre nos serve sim, para refletir a respeito da força do olhar da casa grande sobre a senzala que termina fortalecendo uma ideologia que perpassa décadas, mas não atesta amistosidade entre senhor e escravizado<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Para uma melhor compreensão das ideias de Freyre veja a obra *Casa Grande e Senzala* desse autor e também Ricardo Benzaquém de Araújo, *Guerra e Paz – Casa Grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994. Frank Tannenbaum, *Slave and Citizen*, Nova York, 1947, e Stanley Elkins, *A Problem in American Institutional and Intellectual Life*, Chicago, University of Chicago Press, 1959.

<sup>56</sup> As ideias de Freyre se mantêm forte por mais de 20 anos, quando são confrontados por um grupo de estudiosos saídos das universidades brasileiras, sobretudo, da Universidade de São Paulo/USP (Florestan Fernandes e Roger Bastide (1950), Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso na década de (1960)) que ressaltam a violência do sistema escravista e põe em cheque a ideia de brandura defendida por Freyre nas relações entre duas classes antagônicas – senhores e escravos. Da produção: Florestan Fernandes e Roger Bastide, *Branços e Negros em São Paulo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958; Octavio Ianni, *As Metamorfoses do Escravo*, São Paulo, Difel, 1962; Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional - o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, São Paulo, Difel, 1962 e Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, Col. Brasil Ontem e Hoje, 1982. Desse grupo, devemos relativizar a posição de Emília Viotti da Costa em relação aos demais, seja por esta apontar uma abordagem mais crítica das fontes, ou, por uma maior ênfase no processo histórico,

Nos anos de 1950, foram produzidos alguns trabalhos pelos quais se almejavam evidenciar as relações de produção no Brasil colonial e imperial, a partir de estudos que emergissem a importância da escravidão para a acumulação de capital. Entendemos ser esta uma segunda vertente teórica de interpretação da escravidão contra os africanos e seus descendentes no Brasil. Tal vertente, analisou o trabalhador escravizado sob a perspectiva estrita do lucro. Este estudo viria a compreender e justificar a escravidão brasileira como a melhor forma de produzir e exportar produtos primários em larga escala e ao menor custo<sup>57</sup>. Dessa forma, características e modos de vida no Brasil seriam resultantes do tipo de colonização imposto pela economia europeia e não seria possível explicar a situação do país por fatores outros, [clima ou os grupos étnicos formadores], pois o tipo de colonização que tivemos explicaria o que somos.

Conforme Ferrari e Fonseca (2011)<sup>58</sup>, o trabalhador escravizado então seria a força bruta, o material e elemento essencial para a realização dos trabalhos que moveriam a nossa colonização. E, na época moderna, o escravo seria apenas uma máquina de trabalho. Para Caio Prado Jr., o escravismo foi um meio, uma oportunidade, utilizada pelos europeus para explorar comercialmente os amplos territórios e as riquezas encontradas no Novo Mundo.

Ao analisar esta segunda vertente percebe-se que o principal problema desses trabalhos é que eles concebem os escravizados como objetos, citando entre outros, como representativos dessa tendência Jacob Gorender e Fernando Henrique Cardoso. Na concepção desses estudiosos, o escravizado não tinha personalidade, pois era tão somente um mero instrumento, uma vez que a escravidão tirava sua capacidade de pensar e de se ver como pessoa, como sujeito atuante e disposto a

---

ao atentar para as mudanças ao longo do tempo, e ainda por propor uma participação escrava mais ativa na derrocada da escravidão. Desse período merece também ser destacada a obra, desvinculada da academia, de Clóvis Moura, *Rebeliões na Senzala*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988 (primeira edição, em 1959).

<sup>57</sup> Caio Prado Júnior foi um dos grandes pensadores que embasou essa vertente. Este nasceu em São Paulo e, nos anos de 1930/40 se tornou um influente historiador brasileiro. "Ele é de origem aristocrática; saiu de uma família cafeicultora paulista, para se tornar o intelectual orgânico do movimento operário brasileiro! Sua vida é marcada pela "ruptura de classe"" (REIS, 1999, s/p.) Artigo disponível no scielo: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100012&script=sci_arttext)>. Acesso em 06/04/2016.

<sup>58</sup> FERRARI e FONSECA. **A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Junior e Jacob Gorender: uma apreciação crítica**. Artigo disponível no site: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2397/2925>>. Acesso em 06/01/2015.

lutar contra a sua própria condição de escravizado. Tais análises são acusadas de promover à *coisificação do escravo*.

Ainda sob este prisma, temos Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender que apresentam o conceito de *modo de produção escravista colonial*, no qual detecta uma lógica interna de reprodução da ordem escravista, que se opõe a forma de tratar a escravidão brasileira, como sendo sujeição ao processo externo de desenvolvimento do capital mercantil europeu (PINTO, 2004)<sup>59</sup>.

Nessa segunda vertente, encontra-se ainda Emília Viotti da Costa. Que, embora seja uma das referências que usamos, por considerá-la obrigatória nos estudos da escravidão contra os africanos e seus descendentes no Brasil. Esta sofre uma série de críticas, sobretudo ao livro “*Da senzala à Colônia*”, publicado pela primeira vez em 1966, quando ao tratar da transição do trabalho escravo ao livre nas áreas cafeeiras paulistas, propõe uma interpretação materialista e dialética do processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Com isso, a historiadora nesta obra, corrobora com a visão de outros ao defender que a escravidão retirava do escravo suas tradições, sua concepção de mundo, enfim, sua humanidade.

Todavia, Viotti “avança” ao se contrapor às explicações puramente políticas sobre a abolição. Para ela, tanto a presença do imigrante branco como mão de obra quanto às mudanças nos meios de transporte (implantação das ferrovias), bem como as formas e transformações nos processos de beneficiamento do café teriam também cooperado para o fim da escravidão<sup>60</sup>.

Clovis Moura, apesar da importância da sua obra e de nos referenciar, sobretudo ao tratar da resistência escrava, também pode ser considerado como pertencente a esta segunda vertente, pois ao contestar a brandura da escravidão idealizada por Freyre, estudou o escravo a partir de suas rebeldias. Moura (1959)<sup>61</sup> tratou das revoltas baianas ocorridas na primeira metade do século XIX, buscando

---

<sup>59</sup> PINTO, Diana Berman Correa. **A produção do novo e do velho na historiografia brasileira**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, 2004.

<sup>60</sup> EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. Nesta mesma linha estuda o processo de transição do trabalho escravo para o livre. Para ele, esses dois tipos de mãos de obra existiram simultaneamente e no Brasil, ressalta que não houve uma ruptura total porque uma não excluía a outra. Entre os temas debatidos no livro, o autor questiona a ociosidade do livre e do liberto como consequência do sistema agrícola estabelecido no Brasil.

<sup>61</sup> MOURA, Clovis. **Rebeliões na Senzala (quilombos, insurreição e guerrilhas)**. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.



com isso caracterizar a violência do escravismo, além de analisá-la também sob um prisma eminentemente econômico.

José Alípio Goulart em 1971 publica *Da palmatória ao patíbulo*, nesta obra o autor analisa a difusão do medo pelo governo dos escravos que porventura cometessem alguns crimes. Para Goulart, eram dois principais motivos para este medo, que era o de dar satisfação ao povo e, o de amedrontar os escravos quando estes fossem considerados criminosos.

Sobre o tema das reações ou resistência escrava, podemos citar a obra *Palmares – a guerra dos escravos*, escrita por Décio Freitas que, lançada em 1973 nos traz dados concretos sobre Zumbi e a formação social de Palmares<sup>62</sup>.

Ainda no período de afirmação da vertente da “coisificação do escravo”, sobressaíram também as ideias da Escola Paulista de Sociologia que estudou entre outros temas a situação dos africanos e seus descendentes e os preconceitos raciais existentes no Brasil. Essa Escola era composta por nomes como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Além desses autores criticarem a ideia de uma escravidão paternalista, bem como a existência de uma democracia racial, eles reforçaram a tese de que o escravo não se via como agente histórico. Dessa forma, essas discussões vieram também fortalecer o debate em voga sobre as relações raciais.

Em síntese, a partir dos anos de 1950, foram muitos os estudos que discutiram e criticaram e contestaram as ideias de Gilberto Freyre. Na sua maioria, eram debates embasados em teorias economicistas para compreender a escravidão. Estes findavam negando ao trabalhador escravizado a sua condição de sujeito histórico, em parte responsável pela sua própria libertação ao longo de todo o período de vigência do escravismo criminoso.

No cenário internacional, nos anos de 1970<sup>63</sup>, inspirado nos movimentos pelos direitos civis norte-americano, a historiografia daquela região das Américas e os

---

<sup>62</sup>FREITAS, Décio. **Palmares. A guerra dos escravos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Freitas explica neste texto, explica como eram marginalizadas as revoltas escravas até então que correspondia a diversos interesses históricos como “[...] os de preservar os mitos habilmente elaborados e hoje solidamente arraigados do caráter pacífico daquele processo e brandura do sistema escravista brasileiro” (FREITAS, 1973, p. 09).

<sup>63</sup> Ainda nos de 1970 nos Estados Unidos da América foram publicados dois trabalhos que merecem relevância, por representar a escravidão naquela região da América e suscitar reflexões noutras américas, a exemplo do sul. *Os trabalhos intitulados: Time on the cross - the economics of american negro slavery*, de Stanley Engerman e Robert Fogel, e *The black family in slavery and freedom*, de Herbert Gutman. O livro de Engerman e Fogel mostra a escravidão como uma instituição lucrativa na

estudos sobre escravidão se intensificam na busca de apontar o lugar do escravo como sujeito histórico. Dentre as obras que representam esta ideologia está o livro *A Terra Prometida* - o mundo que os escravos criaram de autoria de Eugene Genovese, publicado originalmente no ano de 1974<sup>64</sup>.

Nesta obra, Genovese utilizou de forma inovadora para o momento brasileiro, o termo paternalismo, (conceito este, vinculada ao conceito de hegemonia de Gramsci)<sup>65</sup>, no entanto, este difere da família patriarcal defendida por Freyre nos anos de 1930 no Brasil. Genovese afirmava que o paternalismo era encarado de forma diferenciada para os escravos e senhores. Segundo ele, para os escravos, o paternalismo era tido como instrumento de dominação e, conseqüentemente, uma maneira de impedir as redes de solidariedades entre os negros como uma forma de estabelecer obrigações entre ambos. Por sua vez, para os trabalhadores escravizados, tratava-se de uma negociação para a barganha de melhores condições de sobrevivência dentro da estrutura opressora.

A terceira das vertentes analisa o trabalhador negro escravizado na sua diversidade de condição jurídica, como um agente de sua vida, que de algum modo, lutava por uma vida menos oprimida, menos violenta. E para fugir da linha dura do escravismo, procurava meios para libertar-se do cativo.

Os anos de 1980 foram fecundos para essa linha de pensamento e despontou um grande combate à imagem do escravizado como mera mercadoria de um sistema econômico, buscando entendê-lo dentro de relações sociais, étnicas e culturais. São essas correntes novas leituras cujo início se deu perto do centenário da abolição da escravidão no Brasil como uma forma de comemoração que ainda hoje celebramos.

Resumidamente, a terceira vertente ao interpretar o escravismo no Brasil defende a existência ainda que relativa, de uma autonomia<sup>66</sup> do escravizado diante

---

primeira metade do século XIX e que, mediado por um sistema de punições e premiações, o paternalismo era deliberadamente combinado com a obtenção do lucro. Gutman por sua vez, focou seus estudos na família escrava, mostrando que embora não reconhecida legal e institucionalmente, a família escrava existiu somente no sul dos Estados Unidos conforme a regra.

<sup>64</sup> GENOVESE, Eugene. **A Terra Prometida - o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

<sup>65</sup> A análise de Genovese sobre as relações paternalistas no Sul dos Estados Unidos encontra-se em artigo de 1969 e no seu livro de 1974, traduzido no Brasil no ano de 1988.

<sup>66</sup> Autonomia no sentido do enfrentamento. Esses sujeitos não ficaram inertes a sua condição de escravizado e exposição à violência de toda ordem. As resistências cotidianas aconteciam. Pudemos verificar isso tanto no jornal, anúncios de fugas, quanto na sessão da secretaria de polícia e análise das Posturas municipais.

da sua relação com o cativo; com seus algozes, nas relações de trabalho na casa e na rua; das relações e redes de solidariedade; das negociações; nas fugas e enfrentamento com a polícia. Entretanto, mesmo não agregando a categoria de *luta de classes*, procura colocá-la, mesmo em parte, entre muitos outros conflitos que existiram ao longo da existência do trabalho escravo, e dessa forma, compreender esses trabalhadores nas suas múltiplas vivências. Para esta vertente, o enfoque não está no negro escravizado como agente econômico inserido nas condições objetivas de produção, mas como sujeito, isto é, enquanto partícipe do escravismo.

Kátia Mattoso (2003)<sup>67</sup> na obra *Ser Escravo no Brasil* examina como teria sido a vida do escravo no Brasil. Sua produção abrange um período extenso que vai do século XVI ao XIX com o objetivo de analisar de modo geral o escravismo, partindo do ponto de vista do escravizado. Esta autora fala sobre os motivos que levaram o escravo a não se submeter à rigorosa disciplina do seu senhor conforme fragmento a seguir e também já citado em outro momento desse trabalho:

[...] quando o negro não consegue criar seus espaços necessários de liberdade, não encontra família, grupo, confraria, divertimento próprio, então, sim, e somente então, recusa a disciplina do trabalho e passa ao terrível domínio da repulsa, dos castigos, da revolta (MATTOSO, 2003, p. 116).

A leitura desses textos, sobretudo da terceira vertente<sup>68</sup> dos estudos sobre a escravidão contra africanos e seus descendentes no Brasil, nos possibilitou compreender em diversos níveis os espaços de negociações dentro das relações de escravistas conformadas na opressão que foi o processo de escravização pelo qual passou muitos homens e mulheres negras brasileiras. E que, os escravizados na sua sapiência se utilizava muitas vezes do escravismo para melhoria das suas condições de vida e de uma cultura e vida familiar própria. As Nossas fontes da imprensa pontuaram de forma indireta uma ação, como a africana que foi liberta por força de lei “[...] fugiu *hontem tendo sabido da sua casa na praia do Caju antes das nove horas da noite, huma africana daquelles que forao libertos pela lei*”<sup>69</sup>.

<sup>67</sup> MATTOSO, Kátia de Queiróz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, reimpressão, 2003. (Reimpressão com prefácio de Ciro Flamarion).

<sup>68</sup> Linha que seguem importantes historiadores como Sidney Chalhoub, Silva Lara, Solange Rocha, Isabel Camilo de Camargo e tantos outros que são importantes referências para o nosso trabalho.

<sup>69</sup> Jornal Publicador Maranhense, edição nº 34. Sábado, 12 de novembro de 1842.

Nosso entendimento é de que, a construção da liberdade pelos trabalhadores escravizados não se deu tão somente por meio dos discursos inflamados dos abolicionistas, mas também e principalmente, se teceu pelos próprios trabalhadores escravizados que nunca, em nenhum momento do período escravista brasileiro, aceitaram passivamente a escravidão. No período estudado - primeira metade do século XIX no Maranhão - encontramos ao longo de todo esse período, anúncios de fugas de escravizados na província. Anúncios que nos chamaram a atenção pelo caráter que, em nosso entendimento, têm da não aceitação da escravidão pelos próprios escravizados. (CHALHOUB, 1990)

A extensa produção que demarcam os anos de 1980 a 2000, com trabalhos publicados que versam sobre os mais diferentes aspectos da escravidão negra brasileira, atesta que os temas da economia; quilombos; rebeliões e fugas se ampliaram e deram espaços para outros, tais como a processos para obtenção de alforrias e a vida do liberto, a família escrava, a legislação sobre escravidão e a utilização desta legislação pelos escravos, a exemplo da preta escravizada “*Esperança Garcia*” no estado do Piauí; as etnicidades e identidades; as relações entre escravos e libertos, os processos de re-escravizações e as liberdades, o cotidiano e as relações de trabalhos dos escravizados ao ganho, das ruas entre tantos outros

Ressaltamos também a importância das teses produzidas, tendo como ponto de reflexão a historiografia sobre resistência. Ao focarmos nos estudos de Maria Helena Machado da Universidade de São Paulo/USP (1991) que versa sobre criminalidade escrava nas lavouras paulistas e a de Sílvia Lara no campo de Goytacazes. Nesses trabalhos as autoras fizeram uma análise de como a violência é abordada durante o período escravista e a trazem para as relações cotidianas entre senhores e escravizados. Mostrando com isso, que havia uma relativa negociação entre os escravizados e seus senhores para a melhoria das relações e, por conseguinte, da vida. Com isso de certa forma, atesta-se primeiro que os senhores sabiam que uma rebelião escrava poderia lhe trazer consequências trágicas, sobretudo no tocante a sua produção. Por outro lado, os escravizados também tinham ciência da sua importância para a manutenção do capital. Logo, em alguns casos, havia abertura para negociações de ambas as partes. Nesse caso, a negociação aparece como forma de resistência de acordo com o entendimento que tivemos.

Nesta mesma linha, temos os importantes trabalhos de José Carlos Reis e Eduardo Silva (*Negociação e Conflito - a resistência negra no Brasil escravista*), que abordam o tema da resistência escrava no contexto das sociedades baianas e fluminenses. Em seguida, Sidney Chalhoub desponta com *Visões de liberdade* em que analisou as últimas décadas da escravidão e o seu declínio na corte. Nesta obra Chalhoub dá ênfase aos diferentes entendimentos da liberdade por parte dos senhores e dos escravos.<sup>70</sup>

Nosso estudo dialoga com a perspectiva de Lara, Maria Helena Machado e Chalhoub, no que tange a considerar os trabalhadores negros como sujeitos históricos ativos e também, a prática de fugas como forma de resistência. Todavia, não verificamos nas fontes pesquisadas, negociações, nem por partes dos escravizados, nem pelos senhores, na linha de Reis e Silva, mesmo sabendo que empiricamente isso ocorria.

Consideramos de grande relevância a vasta produção acadêmica sobre a escravidão contra os africanos e seus descendentes no Brasil. Este trabalho não somente acata, como se serve de muitas das reflexões teóricas e metodológicas, principalmente na linha que busca recuperar a experiência histórica dos trabalhadores escravizados e libertos e os sentidos políticos de seus atos e modos de viver, como atestam João José Reis, Sidney Chalhoub<sup>71</sup>, Leila Algranti, Silvia Lara.

É importante ressaltar que, embora seja ampla a produção acadêmica sobre o tema escravidão contra os africanos e seus descendentes no Brasil império, colônia e república, com expressão nacional e internacional, na sua maioria, se limitam às regiões sudeste, nordeste [Bahia e Pernambuco], ficando o resto do país com uma produção tímida ou inexpressiva. Nosso trabalho nesse campo, produzido sobre a província do Maranhão, especialmente com os trabalhadores negros da capital, São Luís, ao mesmo tempo em que nos foi um desafio, pretende-se contribuir e somar com as teses de Antônia Mota (2007); Josenildo Pereira (2007); Regia

---

<sup>70</sup> Maria Helena P. T. Machado, **Crime e Escravidão**, São Paulo, Brasiliense, 1987 e Silvia Hunold Lara, *Campos da Violência*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito - a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989 e Sidney Chalhoub, **Visões da Liberdade - uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

<sup>71</sup> Chalhoub (1990) busca nas suas análises observar detalhes que possam ser a chave para redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, e que são inacessíveis sem um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos. Foi esse exercício que concentramos em fazer ao analisar nossas fontes.

Agostinho (2013) entre outras dissertações de mestrado. Todavia, ao tratar especialmente dos trabalhadores urbanos, sem a pretensão de esgotar o tema, ou mesmo ampliar o quanto se necessita, abre caminhos para outros e deixa muitas lacunas a serem preenchidas, como por exemplo, as mulheres negras que viveram na cidade em fins do século XIX; o movimento do porto e as relações dos trabalhadores negros e negras com os estrangeiros; os apadrinhamentos entre negros e brancos; a criminalidade urbana e o papel da polícia, enfim, são muitos os caminhos e possibilidades de pesquisa<sup>72</sup>.

No contexto do Nordeste brasileiro, cenário em que se apresenta este trabalho, tem se produzido algumas pesquisas que merecem destaque e nos inspira por caminhar dentro da nossa linha teórica e metodológica. A tese de Solange Pereira da Rocha, *Gente negra na Paraíba Oitocentista*, produzida no âmbito do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco é um desses. Sua autora inova ao traçar do universo de parte da gente negra da província da Paraíba, notadamente de mulheres e homens escravizados e não-escravizados por meio do registro de batismo.

Nesta mesma linha temos também as teses: *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860 – 1888*<sup>73</sup>; *As Representações Da Escravidão Na Imprensa Jornalística do Maranhão da Década de 1880*<sup>74</sup>; *A Athena Equatorial: a fundação de um Maranhão no império brasileiro*<sup>75</sup>. Estes trabalhos além da demarcação geográfica, por serem produzidas sobre a região Nordeste do Brasil,

---

<sup>72</sup> Ainda no campo da pesquisa regional, atentamos para os trabalhos produzidos no sul do Brasil de Maestri (1984); Magda Ricci (2000) trata da busca da liberdade pelos escravos em Recife, com o recorte temporal de 1822 a 1850; Assunção (2002) analisa a escravidão em Fortaleza no período de 1850 a 1884 a partir dos inventários *post-mortem*; Amaral (2007) trata de questões relativas à escravidão, liberdade e resistência escrava em Cotinguiba – região localizada em Sergipe – no período de 1860 a 1888. No decorrer do estudo fica claro que foram usados como fontes históricas inventários *post-mortem*, a legislação do Brasil no século XIX, matrículas de escravos e cartas de alforria; Neves (2010) e Almeida (2012); Assunção (2010) discutem sobre o cativo no Maranhão ressaltando que, juntamente com o Pará, este estado tinha uma péssima reputação entre escravos e senhores, sendo que a ameaça de venda para o Maranhão era utilizada para punir e amedrontar os escravos desobedientes de outras províncias. Camargo (2015), discute as relações de trabalho e a resistência escrava em Sant’Ana de Parnaíba – província do Mato Grosso nos anos de 1828 a 1888.

<sup>73</sup> AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860 – 1888*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia no ano de 2007.

<sup>74</sup> PEREIRA, Josenildo Jesus de. **As Representações Da Escravidão Na Imprensa Jornalística do Maranhão da Década de 1880**. Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 2006.

<sup>75</sup> BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athena Equatorial: a fundação de um Maranhão no império brasileiro**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 2009.

no que tange a temática da escravidão e trabalho, nos possibilitam acessar a partir dos seus caminhos teóricos e metodológicos, tantos dos arquivos e fontes ainda pouco exploradas no Nordeste e sobre o Nordeste do Brasil. Dada a sua importância, estes somam-se aos estudos produzidas nas últimas décadas do século XX, conforme já destacamos Leila Algranti e Silvia Lara (1888); Correia (2011) e Santos (2013). Estes trabalhos são teses dos anos de 1980 aos de anos 2000 que apontam para um novo prisma a respeito da escravidão que é: “escravidão e poder no âmbito das relações”.

As reflexões aqui empreendidas levaram-nos a traçar um breve balanço histográfico o que nos permitiu na produção do trabalho e da pesquisa, compreender sobre a escravidão brasileira e a identificar três vertentes principais de interpretação: a primeira que busca uma visão paternalista; a segunda que traz uma discussão meramente econômica do escravo que – em linhas gerais, muitas vezes entende-o como objeto – e, por fim, a que busca compreender o escravo como um agente de sua própria história.

Foi preciso um estudo mesmo que breve da bibliografia citada. Para tanto, tivemos que fazer escolhas e considerar as especificidades da constituição de uma cidade ao norte da região nordeste do Brasil, inserida entre o mar e rios, agraciada por uma exuberante beleza natural. Nossas questões partiam da cidade de São Luís do Maranhão onde nas primeiras décadas do século XIX tinha uma população estimada em trinta mil habitantes, e destes, 51%<sup>76</sup> eram de africanos e seus descendentes.

A questão que nos perseguiu foi: como esses sujeitos não aparecem nos principais marcos de memórias que constitui aquela cidade? As fontes e as experiências de pesquisa postas pela historiografia foram nos conduzindo, sobretudo sob o prisma do “*paradigma da ausência*”<sup>77</sup>, num exercício que saísse da historiografia anterior à renovação do tema da escravidão, ou seja, não comparar a situação no Brasil do século XIX com a Europa no mesmo período, para concluir que lá, sim, havia um movimento operário, consciência de classe e todo o resto. Mas compreender a constituição de São Luís em conjunto com o resto do país que respiravam uma Europa

---

<sup>76</sup> Dados que podem ser conferidos também por meio dos estudos de doutoramento em história na USP de Josenildo de Jesus Pereira (2001).

<sup>77</sup> CHALHOUB, S.; SILVA, F.T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In: **Cadernos AEL**, Campinas, UNICAMP, v.14, n.26, 1º semestre 2009

mesmo nas menores províncias, e em meio a esses, conviviam com homens e mulheres negras inseridos nas categorias de escravo enquanto objeto ou sujeitos ausentes, invisíveis.

Esses equívocos cometidos por uma historiografia mais conservadora a partir de leituras de documentos dos muitos arquivos brasileiros, insensíveis as experiências dos escravizados, enquanto sujeitos históricos na escravidão.

Vale ressaltar que ao analisar a terceira vertente dos estudos sobre a escravidão negra no Brasil pôde-se perceber que em muitos desses têm-se grande influência metodológica, sobretudo, de E. P. Thompson, historiador inglês que, embora nunca tenha estudado a escravidão do africano no Brasil, entretanto a leitura criativa que este fez do marxismo apoiada em um amplo diálogo com antropólogos, contribuiu imensamente para a renovação do pensamento historiográfico brasileiro no que diz respeito aos estudos sobre a escravidão e as classes trabalhadoras de um modo geral.

Na visão de Schwartz (2001), essa nova historiografia da escravidão brasileira tenta compreender sua prática e seu funcionamento não apenas como forma de trabalho, mas também como um sistema sociocultural.

Falamos até aqui das diferentes linhas de pesquisa que nos fizeram entender o debate historiográfico em pauta e, apesar de compreender que a escravidão foi uma instituição violenta, percebemos que isso não basta para apreendê-la como um todo e também em seus pormenores. Visto que, ao lado da violência havia um espaço social que deve ser analisado, e objetivamos refletir como a conquista de pequenos benefícios cotidianos, quer seja a fuga ou a acolhida do trabalhador fugido na casa ou refúgio de outros que representou mudança de perspectiva do escravismo. Que, por conseguinte, muda também os modos e viveres daqueles trabalhadores escravizados e homens da cidade.

Em suma, apreendemos e seguimos essa linha de que, o escravismo criminoso repercutiu historicamente e ainda ecoa não somente nos âmbitos político e econômico, mas também no sociocultural, e que o negro escravizado participou ativamente da formação de nossa nação.



## CAPÍTULO II

### SÃO LUÍS: UMA CIDADE- ILHA INTEGRADA AO CONTINENTE



78

---

<sup>78</sup> Imagem 8 - São Luís, Cais da Sagração no início do século XX. Acima à esquerda o Palácio dos Leões, sede do Governo Estadual. O cais foi aterrado para a construção da Av. Vitorino Freire. Imagem que compõe o acervo São Luís 400 Anos: história da cidade. Disponível em: <<http://imirante.com/saoluis400anos/historia/>>. Acesso em: 30/01/2017.



*Se eu tivesse no peito um novelo, ai, ai...Eu tecia com ele um caminho... Com o rumo voltado pra dentro E aberto pro mundo todinho!*<sup>80</sup>

<sup>79</sup>Mapa 1 – Cartas da Província do Maranhão.

<sup>80</sup> Fragmento da música “Dente de Ouro” de Josias Sobrinho. Esse moço, de Penalva (MA), é Compositor, violonista e cantor. É também uma das expressões na área musical e da cultura popular do Maranhão. Quando conheci a Ilha de São Luís do Maranhão, sua música me encontrou juntamente com a gente negra daquele lugar. Esse fragmento de texto me lembra a Ilha de São Luís onde ao mesmo tempo em que nos convida a adentrá-la, nos permite ir além, ou levá-la para o mundo.

O título deste capítulo nos provoca uma reflexão tanto de cunho histórico, quanto geográfico e político, pois a pesquisa nos informa que a leitura do contexto histórico no qual a província do Maranhão está inserida não está isolada do resto do mundo.

O mapa que ora analisamos trata da província do Maranhão que é parte de um material que foi produzido pelo governo imperial e organizado por Candido Mendes de Almeida<sup>81</sup> em 1868, segundo o qual, destinado à instrução pública. Ao analisarmos, a primeira questão que suscita é: Quem aqui ele chama de público? Bem sabemos a resposta, pois de certo modo está dita. Aos filhos da elite branca, especialmente aos alunos do Imperial Colégio Pedro II, tendo em vista ser o mapa um modo de representar o mundo à luz dos interesses de classes.

No livro disponível na biblioteca do Senado Federal, intitulado: **Atlas do Império do Brasil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitoraes e judiciárias**<sup>82</sup>, contém o mapa de cada província do Brasil e foi Produzido em 1868. O mapa da província do Maranhão, que ora vemos na primeira página deste texto, traz em suas linhas 20 cartas cartográficas, sendo uma da Ilha do Maranhão assim chamada pelo autor.

Embora reconhecendo a relevância de todas as cartas, nossa análise se pautará pelas três primeiras, pois, estas de modo geral, darão conta de nos fazer compreender a cidade e a província na sua diversidade<sup>83</sup>. Sendo que a carta de número 01 trata as províncias de modo mais geral e foi produzida em 1820 pelo Coronel de Engenheiros, Antonio Bernardino Pereira do Lago homem português nascido em 1778, que prestava serviço ao governo do Brasil desde 1805. Em 1818,

---

<sup>81</sup> Nota: Candido Mendes de Almeida, segundo a sua biografia disponível no sítio da Fundação Getúlio Vargas, (CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) era filho do Maranhão e nasceu em 1818. Filho do Capitão Fernando de Almeida da esquadra portuguesa. Sua família muda-se para o Brasil junto com a família real portuguesa e, em 1816, Fernando, pai de Candido, chega ao Maranhão, especialmente na cidade de Caxias onde conhece Dona Esméria Alves de Sousa e por lá passa a viver. Candido nasce no Maranhão, juntamente com seu irmão de nome João Mendes. Formou-se em direito em 1839, pela faculdade de Olinda, então capital de Pernambuco, de onde despontou para o mundo da política defendendo, sobretudo, as questões religiosas. No Maranhão, fundou dois jornais: *O Brado de Caxias* e *O Observador*. Foi jornalista, jurista e escritor de muitas obras, dentre elas, o atlas que ora analisamos.

<sup>82</sup>MENDES, Candido de Almeida. **Atlas do Império do Brasil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias**. Disponível na biblioteca do Senado Federal. In: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>> acesso em: 04/03/2016.

<sup>83</sup> Outrossim, compreendemos todas estas cartas enquanto representação de uma concepção construída com o intuito de dominação e controle social, considerando que por trás desses traçados existem pessoas e, será que a cidade foi pensada a partir das pessoas comuns, ou dos homens de negócios e a expansão comercial?

com 39 anos, foi expedido para servir na província do Maranhão aonde produziu diversas obras sobre àquela província, dentre elas: Carta Geral da Província do Maranhão em 1820; Itinerário da Província do Maranhão em 1820; Memória Descritiva da Ilha de São Luís em 1821 e Estatística Histórica e Geográfica da Província do Maranhão em 1822. Pereira do Lago é ocupante da cadeira de nº 14 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>84</sup>.

De acordo com as informações contidas nestas fontes, o mapa foi reproduzido e desenhado pelo Tenente Joaquim Candido Guillobel, que foi um arquiteto, pintor, cartógrafo e militar português, chegando ao Brasil no ano de 1808 com a corte. Sua obra e produção do século XIX são bastantes conhecidas no Brasil e objeto de estudo da história e das artes e cartografia. Este compunha o mesmo corpo militar de Pereira Lago. A cópia do manuscrito encontra-se no arquivo militar.

Nesta primeira carta cartográfica, observa-se a dimensão do Maranhão dentro do Brasil e junto ao mundo. A província do Maranhão meio que se joga no mundo. Ela ultrapassa as fronteiras do Brasil e adentra ao continente, num contexto tanto externo quanto interno. Seus limites são abertos, para o mar, para os rios, para o norte que também era Maranhão. As fronteiras geográficas pareciam mais abertas. Dessa forma, em 1820, a cidade de São Luís, capital da província, era um reduto de estrangeiros, considerando os trabalhadores africanos que chegavam diariamente no porto da colônia. Informação essa que pode ser conferida no banco de dados produzido por Silva, (2008)<sup>85</sup>, onde este apresenta o contingente de africanos escravizados trazidos para o Brasil no intervalo de 1693 a 1755 em viagens negreiras rumo ao Maranhão que foram em número, apenas treze.

A entrada desses homens e mulheres também foi irregular, nos anos de 1700, não sendo regular a inserção desses na capitania e tampouco atender às solicitações/reclamações dos colonos.

Diante de tantas dificuldades a introdução de mão de obra escrava africana, até a segunda metade dos Setecentos, foi bem tímida tanto no Maranhão quanto no Pará, e apesar dos esforços da Coroa portuguesa para regularizar o tráfico de

---

<sup>84</sup> Informações pesquisadas na Revista de nº 39 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na edição comemorativa aos 400 anos da cidade de São Luís do Maranhão. Disponível em: <[https://issuu.com/leovaz/docs/revista\\_ihgm\\_39\\_-\\_setembro\\_2011](https://issuu.com/leovaz/docs/revista_ihgm_39_-_setembro_2011)>. Acesso em: 08/03/2016.

<sup>85</sup>SILVA, Daniel B. Domingues da. The Atlantic slave trade to Maranhão, 168-1846: volume, routes and organisation. In: **Slavery & Abolition**. London, v. 29, n. 4, p.447-501, dez. 2008, p.481.



escravos na região, somente a partir da segunda metade do século XVIII esse comércio foi regularizado.

A carta tipográfica de número dois trata da Ilha do Maranhão, do mesmo Capitão Pereira Lago. A cidade posta no gráfico está bem encaixada no Maranhão. São Luís é mesmo do Maranhão. A cidade entre rios, e dentro do mar que corre, conforme o filósofo Antenor Nascentes, escrito no dicionário Houaiss. Informações que também podem ser conferidas na Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de nº 083, sob o título: Poranduba Maranhense. Tomo LIV, parte I (1º e 2º trimestre), Rio de Janeiro, 1991, p. 15<sup>86</sup>. A ilha de São Luís nasce assim, inserida no Maranhão.

Descobre-se o rio Maranhão, e este nome se comunica à ilha oje assim chamada, e depois a todo o estado. Os donatários do Maranhão intentam plantar n'elle uma colonia, mas infelizmente o não efectuam. Os Francezes estabelecem-se na ilha do Maranhão, n'ella fundam os capuxinhos um convento, e se applicam á redução dos gentios. São levados á França e indios.

87

88

A terceira carta em análise é também da província do Maranhão. Segundo o autor, sua pretensão era que servisse de memória “sobre a população, cultura e

<sup>86</sup> BRASIL, IHGB. Poranduba Maranhense - Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 083 - Tomo LIV, parte I (1º e 2º trimestre), Rio de Janeiro, 1991. Esta edição da revista trata especialmente da província do Maranhão. A proposta da edição é escrever a história da província desde a sua descoberta até os primeiros anos do século XIX. O trecho em destaque refere-se à chegada de Colombo as Américas e os franceses no Maranhão. A revista estar disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=80>>. Acesso em: 19/02/2016.

<sup>87</sup> Imagem 9 - Maranhão.

<sup>88</sup> De acordo com o relatório de tombamento do centro histórico de São Luís, geograficamente está assim localizada aquela cidade. A cidade de São Luís (518 km<sup>2</sup>) ocupa a parte oeste da ilha de São Luís (905 km<sup>2</sup>), separada do continente pelo estreito dos Mosquitos (largura máxima: 150 metros), está situada entre as baías de São Marcos e de São José, que constituem o Golfão Maranhense. Esta localização geográfica compreende a parte da cidade mais antiga que se inicia na gerião do porto e segue pelo bairro da Praia Grande. E confere também a cidade a importância dos rios e mar. C. f: DOSSIE UNESCO: *Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO*. Secrétariat du Comité du patrimoine mondial (para os bens culturais) Division des sciences écologiques (para os bens naturais) UNESCO. Paris, França, 1881.

outras *cousas* notáveis”. Esta foi desenhada e organizada por Francisco de Paula Ribeiro<sup>89</sup> e o manuscrito pertencia ao Dr. A. J. de Mello Moraes<sup>90</sup>.

Esses homens, e eram mesmo homens, letrados que, nos legaram este documento que nos possibilita construir uma narrativa sobre àquela cidade.

Eles mapeiam a cidade com praças, ruas, comércio, igrejas e, o olhar do historiador logo vê: homens e mulheres, naquelas ruas e praças, navios e barcos ancorando naquele porto, trabalhadores, pescadores, velejadores. Ruas sem calçadas, vozes e ecos das diversas línguas que se misturavam.

Esses letrados e “ilustres” para sua época estavam inseridos dentro de um projeto de país, nação, que seguia oficialmente aos interesses políticos, econômicos, culturais e sociais de Portugal. Atentamos para o fato de estarmos tratando das primeiras décadas do século XIX e, dentro desse contexto, contratados para mapear, administrar, tomar posse daquele lugar, olhavam a província a partir das suas experiências, com o olhar do estrangeiro, de fora. Todavia, a imagem que apresentamos a seguir, enquanto documento que evidencia uma história social vivenciada pelo seu autor, nos sugere pensar que esses estrangeiros que passavam ou vinham para o Brasil a trabalho ou a negócio não viam tão somente a figura, mas também o fundo<sup>91</sup>, a base.

Esses homens percebiam o Brasil na sua diversidade e, ou seja, não somente a elite, mas também os trabalhadores das mais diversas atividades. Logo, a partir dos interesses do Governo Central e dos grupos dominantes locais, criavam

---

<sup>89</sup> Nota: de acordo com os estudos do Professor Doutor Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, docente na cadeira de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA, em artigo publicado em 2009, Francisco de Paula Ribeiro foi um militar português que prestou relevantes serviços à Coroa portuguesa, na Capitania do Maranhão, durante 28 anos (1795-1823). A partir dessa função, tornou-se sertanista, historiador, geógrafo, antropólogo e memorialista e logrou ao império português, por meio de elaborados roteiros e descrições pormenorizadas, o domínio do vasto território do Sul do Maranhão, até então desconhecido da Coroa. Disponível em:

<<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1158.pdf>. Acesso em: 08/03/2016.

<sup>90</sup> Sobre Alexandre Jose de Mello Moraes (1816-1882), em pesquisa na biblioteca do Senado, foi possível averiguar que este foi médico Historiador e político brasileiro. Revela-se como autor de um Compêndio de história no ano de 1854, quando publica a obra Ensaio cartográfico do império do Brasil. Sua obra o levou a mudar radicalmente a direção de seu interesse por assuntos tão diversos como a Medicina, Botânica e Agricultura para a História. Mello Moraes não tinha formação de historiador nem jamais se dedicara a pesquisa histórica, porém legou seu nome a posteridade como um dos maiores amehalhadores de documentos históricos relevantes. Sua obra é apresenta a preocupações políticas e se aproxima da tarefa de historiador a de um juiz que censura, mostra os defeitos, acusa os crimes ou louva as virtudes para a posteridade. Foi considerado um Grande colecionador e pesquisador. Informação disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182897>>. Acesso em: 08/03/2016.

<sup>91</sup> Perspectiva da Gestalt.

traçados pelos quais, já eram pensados os modos como a gente daquele lugar vivia, bem como as formas de controle para com os trabalhadores.

A Carta de número 2, que trata da Ilha do Maranhão, já nos apresenta a região próxima ao mar, conhecida mais adiante como a Praia Grande, que fica na parte baixa da cidade. Segundo Carlos de Lima em seu livro *Caminhos de São Luís* (2001), o bairro da Praia Grande teve origem na chamada Praia Grande.



92

Da Praia Grande que era a parte baixa da cidade, originaram diversas vielas ou becos, que adentravam a ilha por meio de ladeiras bastante íngremes. Mais que lugar de passagem de pessoas ou ligações entre a baixa e alta cidade, os becos<sup>93</sup> que cortavam a Praia Grande eram e ainda são, pontos de referência para entender como São Luís saiu de um núcleo urbano à beira-mar e foi subindo a ladeira. E, o Beco da Pacotilha ainda hoje, século XXI, mantém sua função de via de ligação entre a cidade alta e a cidade baixa. A Carta que trata da Ilha do Maranhão nos remete a essas memórias. Nesse sentido, também enxergamos a constituição de uma cidade baixa que se firma a partir do comércio e do porto, e uma alta que segue para a parte

<sup>92</sup> Imagem 10 - Rua da Estrela no início do século XIX e ao fundo, a subida pelo Beco da Pacotilha, ou Quebra Costas. O Beco da Pacotilha era uma rua estreita e irregular, com grande inclinação, ligava o Largo do Carmo, parte alta da cidade, em cuja direção fica o trecho mais inclinado do beco, à Rua da Estrela, na Praia Grande, o coração comercial da cidade à época e onde moravam as famílias mais abastadas. Onde o beco segue em declive.

<sup>93</sup> Conforme Andrès (1998) em geral, os becos eram vielas que ligavam duas vias principais, quase um despenhadeiro. Foi o engenheiro Pereira do Lago, quem procurou melhorar o acesso ao Beco da Pacotilha, dando-lhe alguns cortes, mas ainda assim seu tráfego era perigoso. "*São Luís era uma cidade de chuvas intensas, por causa disso, essas vias [os becos] se tornavam ainda mais íngremes, por causa dos lamaçais que se formavam*", disse Luiz Phelipe Andrès. Eram por esses becos que homens e mulheres trabalhadoras escravizadas subiam e desciam com mercadorias diversas; roupas sujas para lavar no rio; pescados; dejetos e até mesmo com os seus senhores nas costas ou nas cadeirinhas. Os mapas desses becos certamente foram produzidos por esses sujeitos negros que não estão nos escritos das cartas em análise.

no século XIX, mais periférica. Esta carta que tratam da cidade-ilha nos remete a memórias e as experiências vividas pelos moradores e visitantes daqueles lugares de trabalho, moradia, de passagem, de encontros e despedidas de homens e mulheres, bancas e negras.

Considerando o historiador Edward Palmer Thompson (1978), nossas reflexões se encaminham a partir do conceito de experiência, no sentido da percepção da história enquanto processo em que são vistos como atores também os sujeitos ocultados pela estrutura. Nesse prisma, cabe a nós, historiadores, a tarefa de perceber esses ocultamentos e introduzir esses sujeitos na história, não como autônomos ou livres, “mas como pessoas que experimentaram as suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e como antagonismos”.

Corroboramos com o pressuposto de que as experiências históricas requerem dos historiadores análises que descartem modelos abstratos e estruturais que tiram de cena os agentes da transformação social e histórica.

Nesse sentido, o mapa visto não está vazio de sentido, assim como a pintura. Ambos, quando contextualizados, produzem sentidos dentro do contexto em que foram produzidos. De repente, os sujeitos da praça pontuada no mapa são vistos ou desenhados pelo autor, de acordo com os seus interesses, pois supomos que esses homens percebiam esses sujeitos e planejavam suas ações a partir desse movimento visando o controle dos espaços.

Para o historiador, ao analisar o contexto de um Brasil agrário exportador, escravagista, numa cidade portuária, consegue pressupor a existência de diversos personagens naquelas ruas, praças e o olhar do contexto e grupos de interesses.

Atentamos então que, no início do século XIX, a cidade de São Luís era composta por dois bairros: a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Praia Grande) e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. A Praia Grande, embora em extensão geográfica menor do que Nossa Senhora da Conceição, era onde residia a maior parte dos 30 mil habitantes da cidade conforme Pereira (2006, p. 36). Era na Praia Grande que se encontrava todo o movimento da cidade, a concentração da área comercial e residencial, conforme em letras miúdas no mapa:

[...] a Praça do Comércio e os edifícios públicos como o Palácio do Governo, a Contadoria da Fazenda, a Cadeia Pública, a Câmara Municipal e a Casa do Bispo, antigo Colégio dos Jesuítas, contígua à



catedral. A topografia dessa área era bastante acidentada devido às suas elevações e depressões, as quais exigiam que os construtores de ruas adotassem o sistema de degraus em algumas delas. O segundo bairro, a Freguesia Nova de Nossa Senhora da Conceição, era mais extenso, mas com reduzido número de moradores e, por isso, com muito terreno ainda por povoar. Nele foi construído o Quartel Militar, chamado de Campo do Ourique. Um pouco mais de dez ruas configuravam esse núcleo urbano da cidade. Da Praia Grande até a Rua da Palma existiam três ruas paralelas ao mar: a Rua do Giz, a da Estrela e a Rua da Palma, e sete perpendiculares, desde o Colégio dos Jesuítas hoje Catedral da Sé, até o Desterro. (, 2006, p. 36).

O uso de mapas neste texto não consiste na intenção de incorporarmos a visão cristalizada dessa fonte enquanto documento detentor de verdades ou informações objetivas que registram a realidade de um tempo de conquista, invasões e exploração da Europa portuguesa e outros no interior da América. As Imagens e cartas cartográficas que usamos se tornam meios, evidências que nos permitem melhor compreender e produzir conhecimentos no contexto da história que buscamos desvelar na província do Maranhão oitocentista, espaço de pesquisa. Consideramos que uma imagem ou um mapa não servem apenas e fundamentalmente para ler o mundo, mas, sobretudo, para dar movimento a ele problematizando-o ante um dado contexto.

Dessa forma, a análise do mapa perpassa uma dimensão muito maior do que a vista, ou descrita sem lentes tão acuradas, pois, afinal, quem faz a história, os seus personagens/sujeitos ou aquele que propõe a narrativa? O que define as dimensões de passado, presente e futuro? Quais são os diversos universos que os indivíduos dispõem para pensar suas diferentes atividades?

A cidade, a província, não se resume a número e nomes de ruas. Ela nos vale para a compreensão de uma realidade que não está dada e o caminho que seguimos a partir das fontes nos têm revelado que por trás desses documentos e dados existem pessoas e projetos. E esses projetos nos vão revelando a São Luís do Maranhão no emaranhado de suas mediações e contradições conforme revelado no mapa a partir da sua base, ou seja, de quem o construiu e para quê.

As questões postas nos norteiam e, nesse prisma, quando olhamos o mapa e enxergamos para além das linhas, os sujeitos por trás dele e suas filiações; suas ligações e interesses com e na província do Maranhão e seguimos buscando entender o que era o Maranhão e o que era São Luís que também era do Maranhão que ainda não se revelou tão claramente.

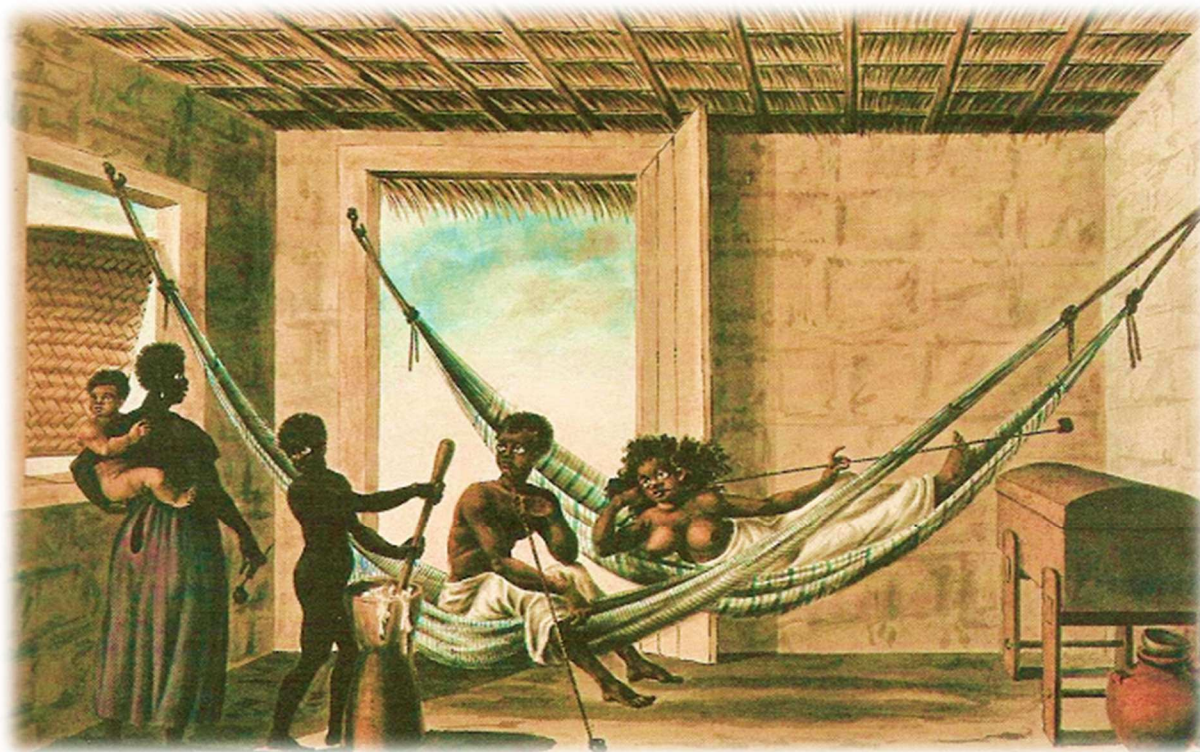


Imagem 11 - J. C. Guillobel - "*Interior de uma casa do baixo povo*" (1820)

A imagem/pintura a que nos reportamos anteriormente é esta, que quando pesquisando J. C. Guillobel encontramos, no blogger “Museu Casa Alcântara”<sup>94</sup>. Esta imagem foi produzida em 1820 por Guillobel, (produtor também do mapa) que, na nossa leitura, pode ser vista como código social que, quando inserido num contexto sócio-histórico, vê-se no interior de uma casa de homens e mulheres negras, possivelmente trabalhadores escravizados, atribui significado às suas práticas coletivas.

Com isso, voltamos ao debate em que se compreende que esses homens brancos letrados e estrangeiros, quando chegavam às terras brasileiras, não viam tão somente terras produtivas ou possibilidades de bons negócios em campo vazio. Eles percebiam os que ali estavam e habitavam.

Trabalhamos na perspectiva pensada por Walter Benjamin (1994)<sup>95</sup>, em que as imagens construídas sobre a realidade, as quais falam de uma forma diferente, mostram o que se quer mostrar e ocultam o que não é de interesse mostrar. Esta

<sup>94</sup> Cf. <<http://museucasaalcantara.blogspot.com.br/2011/01/interiores-no-brasil-colonial.html>>. Acesso em: 08/03/2016.

<sup>95</sup> BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1).

imagem reproduz uma experiência social do autor com o meio social. E retrata uma realidade social vivida por um dado grupo de trabalhadores e trabalhadoras negras.

À primeira impressão vê-se uma casa simples cobertura de *pindoba*<sup>96</sup>, o chão de terra batida e as paredes de *taipa*<sup>97</sup>, o pote para água com as cuias, as redes e o pilão<sup>98</sup>, elementos que aproximam esta ilustração do relato de Tollenare<sup>99</sup>. Observa-se também um baú, móvel muito comum para guardar roupas e outros objetos de valores de acordo com estudos sobre mobiliário no Brasil colonial.

A versão descrita até agora, pode ser vista por qualquer pessoa, brasileira ou não. Todavia, é um quadro produzido por um estrangeiro, rico, branco, europeu, letrado sobre o Brasil, país visitado. Com isso, quero dizer que esse homem via e analisava a vida real dos trabalhadores, a partir do seu olhar e da sua experiência. Nesse sentido, o quadro é histórico e tem como objetivo dar sentido ao real. As lentes do pintor alcançavam os detalhes por ele vistos para a composição da cena cotidiana e as desenhava conforme seu olhar. As mulheres erotizadas e os homens indolentes.

A pintura também possibilita-nos supor que nem todas as fazendas possuíam senzalas e muitos negros moravam em casas construídas para estes,

---

<sup>96</sup> Nota: Pindoba é uma palmeira muito comum no norte e nordeste brasileiro cujas folhas são usadas para cobertura de casas.

<sup>97</sup> Nota: Casa de *taipa* ou de *pau a pique* - construção simples a base de madeira e barro batido, muito comum no interior do Brasil, assim como a cobertura de pindoba, ainda no século XXI.

<sup>98</sup> Instrumento encontrado em diversos formatos desde a antiguidade. O pilão, também chamado de monjolo, é constituído por duas peças - o pilão e a haste, também conhecida por mão do pilão. Seu uso no Brasil data-se desde os primeiros tempos da colonização. De acordo com estudiosos do tema, eles tinham a capacidade de socar até trinta litros de milho, em hora e meia. Ainda hoje no interior de Pernambuco, ouve-se das pessoas mais idosas a expressão popular: *trabalhar de graça, só monjolo!* Atribui-se aos Árabes, outros a África sua vasta utilização, no entanto não encontramos certezas. O certo é que, foi através dos inventários do século XIX, que se pôde chegar à descrição dos monjolos, e ao nível de desenvolvimento técnico alcançado com a utilização desses aparelhos, tanto para a culinária afro-indígena, quanto de modo geral. Fontes consultadas: VAINSENER, Semira Adler. *Pilão e Monjolo*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10/03/2016. CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2004 e ainda: LIMA, Claudia. *Tachos e panelas*: historiografia da alimentação brasileira. Recife: Editora da Autora, 1999.

<sup>99</sup> Louis-François Tollenare de acordo com as nossas pesquisas foi o filho de um grande comerciante Frances que tinha negócios comerciais com o Brasil e a África. Tollenare fica órfão aos 15 anos e segue os negócios do pai construindo uma fábrica de algodão. Em sua viagem ao Brasil no início do século XIX, Tollenare produziu uma série de relatos que foram os manuscritos traduzidos por M. de Oliveira Lima e posteriormente publicados no livro pela empresa do Jornal Fo Recife em 1905. Vejamos: “*As scenas da escravidão emprestam aos quadros tons sombrios de miséria e castigo e tons tocantes de affecto e commiserção sobre um fundo de sujeição tradicional, que não era, contudo posta em realce pelo absoluto desprezo originado na diferença de raça ou de cor*”. J. C. Tollenare, no livro: *Notas Dominicaes 1816, 1817, 1818. A parte relativa à Pernambuco foi traduzida do manuscrito francez inédito por Alfredo de Carvalho com um prefácio de M. de Oliveira Lima. Recife, 1905*. A leitura do texto nos informa que o título que os relatos foram escritos nos dias do descanso (domingo), por isso do título. Cf. livro in: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg114650/drg114650.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg114650/drg114650.pdf)>. Acesso em 09/03/2016.

todavia, essas moradias não eram desvinculadas da dominação exercida pelos senhores de escravos. Se externa, cremos que essas casas eram construídas próximas a casa grande, de modo que o senhor pudesse observar todo o movimento dos escravizados. Logo, o olhar assustado dos personagens do quadro pode ser um olhar de medo do senhor que vem, ou que passa por perto.

Sobre o tema, na tentativa de compreender a tela em foco, buscamos aporte no historiador Robert Slenes, que, baseando-se em relatos de viajantes que percorreram o Centro-Sul do Brasil ao longo do século XIX, distingue três tipos de vivenda escrava: as senzalas "pavilhão", edifício único com pequenos recintos ou cubículos separados para os escravos solteiros e casados, as senzalas "barracão" onde viviam escravos e escravas solteiros em grandes recintos separados, e as senzalas "cabanas", onde viviam escravos casados ou solteiros de um mesmo sexo.

Slenes ainda nos ajuda quando, ao examinar as matrizes arquitetônicas africanas das senzalas, "cabana" construídas pelos escravos no Centro-Sul cafeeiro. Procedentes em grande parte da zona congo-angolana da África central, ele percebe que esses homens e mulheres negras teriam recriado no Brasil, muitas das técnicas de construção empregadas em seu continente de origem. Observou-se o uso de paus de forquilha para a sustentação da cobertura, a adoção de um formato retangular para as cabanas, com teto de duas águas e cômodos pequenos, ou a ausência de janelas. Afora os elementos formais da construção, o sentido básico da moradia negra – "a definição de como se usavam espaços internos e externos" – teria permanecido o mesmo na passagem da África para o Brasil: a cabana não era o local de moradia em um sentido burguês, mas apenas o local do sono ou do abrigo contra as variações do tempo; o habitar, portanto, se desenrolaria antes no entorno da cabana do que no seu interior, o que se aproxima a tela em análise. (SLENES, 1999, p.149-180) <sup>100</sup>.

As crianças, ativas, trabalhando, sem ingenuidade, sem ternura. Os olhos dos homens e das crianças pareciam atentos ao chamado de alguém. Quanto às mulheres, uma dava atenção ao personagem que chamava, chegava e a outra conversava como quem não ligava para quem chegava. O mais triste desta cena são os olhares assustados e/ou animais. Num contexto mais simples, podemos analisar que foi essa a visão do autor sobre aquelas pessoas.

---

<sup>100</sup> SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Vejamos o fragmento de texto, retirado dos escritos de Tollenare:

O gênio galanteador do Francez fel-o, sobretudo reparar para as mulheres que elle encontrava quasi só, espalhafatosamente vestidas e adornadas, nas igrejas, únicos lugares de ostentação, no seu dizer Barbara. Um resto de costumes estreitos, de ciúme exaggerado, que o contacto estrangeiro ia cada dia modificando, o privava, porem, d'aquella franca e encantadora convivência e só lhe permittia cerimonioso intercurso por occasião de festas como a do Poço; fielmente reproduzida com o seu mixto de devoção supersticiosa e de folgança ruidosa, e que já entrava a perder o seu character em parte fidalgo para revestir mais pronunciadamente o character plebeu, o qual Tollenare achou inteiramente e\*exoticamente estampado nos lascivos sambas e ingénuos pastoris a que assistiu, sem que o deleitasse em extremo o acompanhamento de maracá e de marimbáu. (TOLLENARE, 1905, p. 11)

Vale notar que não é nossa pretensão propor aqui originalidade, mas consideramos as memórias socialmente concebidas e, por conseguinte, a intertextualidade. Mesmo que, conforme aponta Silvia Lara (2002, p.11)<sup>101</sup>, citado por Freiras (2009, 126)<sup>102</sup>, o gênero do registro de costumes opera quase sempre no sentido de produzir conhecimentos prévios, traduzindo iconograficamente numa memória genérica de "tipos" humanos para nós já conhecidos de antemão, destinando-se mais a reiterar conhecimentos (a reconhecer) do que efetivamente instruir ou registrar descobertas e novidades direta e empiricamente observadas, para além de forma e volumes, estas imagens trazem diferentes usos e intuitos.

De modo geral, não é tão somente uma cena, ou uma imagem iconográfica, mas um texto, um contexto que quando analisado à luz da realidade brasileira daqueles anos de 1800, percebe-se que sob aquela sociedade aristocrata e letrada havia outras paisagens. Certamente, creio que não existe nenhuma teoria capaz de responder todas as indagações, pois a realidade é muito mais rica e complexa do que qualquer teoria. Ademais, para além das variantes em relação aos conceitos mais centrais da narrativa ou do documento em si, a exemplo da própria ideia de verdade, a fala do historiador sobre a história e as possibilidades de interpretação amplia a visão e faz emergir o contexto. Afinal, os homens ilustres e letrados, maranhenses, ou

---

<sup>101</sup> LARA, Silvia Hunold. **A Versão em português do texto "Customs and Costums: Carlos Julião and the Image of Black Slaves in Late Eighteenth-Century Brazil"** que mesmo, com reduções e alterações, foi publicado em *Slavery and Abolition*, 23 n.2 (ago. 2002).

<sup>102</sup> FREITAS, Iohana Brito de. **Cores e olhares no Brasil oitocentista: os tipos negros de Rugendas e Debret**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

estrangeiros, relacionavam-se com o Brasil a partir dos laços e traços históricos construídos sobre ele e a compreensão sobre as fontes produzidas está interligada ao contexto que as tornou possíveis. Cabe-nos, entretanto, outra análise.

Se para o autor da peça sua escrita fora produzida no dia do descanso, não seria este o da análise dessa cena para a produção do quadro? O local da cena não está descrito no quadro, tampouco trata-se da província de Pernambuco, Alagoas ou Maranhão. Desconfia-se que foi no interior da província, logo, poderia ser numa habitação de trabalhadores escravizados ou livres, libertos, alforriados. O fato é que estes relatos enquanto fonte para a produção dos conhecimentos históricos não podem nem devem ser analisados isoladamente dos sujeitos que as produziram. No caso de Tollenare, trata-se de um olhar de fora para dentro. Como esse sujeito olhava o Brasil no seu tempo e espaço e a partir das suas experiências.

Ademais, trazer à tona esses homens, brancos, europeus, letrados, ricos que compõem a cena da constituição não somente do Estado do Maranhão, mas também do Brasil enquanto nação corrobora para a edificação de mitos fundadores calcados em grandes homens, com a sagração da natureza, sagração da história e sagração do governante. Sabiamente, Marilena Chauí<sup>103</sup> nos informa que foram esses os pilares sobre os quais foi construído o nosso Mito Fundador do Estado brasileiro e, a cidade de São Luís do Maranhão não está isenta, conforme apontamos até agora.

A partir desta tríade, constituiu-se um repertório de leituras sobre a realidade social daquele lugar que foi reatualizado e isso fica claro nas páginas do jornal Publicador Maranhense a ponto de se manter vivo mais de quatro séculos depois.

A cidade de São Luís é assim: fundada em 1612, pelos franceses que edificaram uma fortaleza na extremidade abrupta do promontório, de onde se descortina uma vista maravilhosa do oceano e as duas largas embocaduras dos rios Anil e Bacanga. (UNESCO, 1881).

Na sagração da natureza estão presentes o elogio da terra, suas belezas e riquezas naturais. Deles emergem as qualidades de cidade exótica rodeada de uma exuberante natureza e, portadora de clima ameno.

---

<sup>103</sup> CHAUI, Marilena. Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2000.

As permanências, a memória histórica permanece lá e a historiografia mais conservadora a alimenta. A fortaleza edificada pelos franceses, conservada pelos portugueses, quando tomaram aquela cidade dos franceses, em 1615, foi reformada várias vezes nos séculos XVII, XVIII e XIX e conserva até hoje, século XXI, características de um belo palácio neoclássico (Palácio dos Leões), sede do governo do Estado 404 anos depois.

Memórias de uma cidade que viveu períodos de franco progresso, o que resultou no enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade, culminando no surgimento de uma elite de latifundiários e de uma nobreza rural que concedeu à província uma posição de primeiro plano no cenário nacional logo nos primeiros tempos de sua existência. (CABRAL, 1984, p. 109-110<sup>104</sup>; LACROIX, 1982, p. 40<sup>105</sup>).

Após a Independência, a Lei de 23 de outubro de 1823, por causa da grande extensão territorial do Brasil, que transformou as antigas capitanias em províncias; criando assim, a função de presidente da província; este seria o chefe do Poder Executivo e representante do Imperador; o qual conservou o município como base da administração. (MATTOSO, 1992, p. 248)<sup>106</sup>.

Essas permanências preservam uma memória, mas também silenciam e ocultam outras. Com os olhos vendados, acreditamos que está tudo certo, tudo no seu devido lugar. Para desnudar essa história, observemos então o que Chauí propõe sobre a sacração da história, que é quando temos o encontro do tempo terreno e do tempo divino; a busca do paraíso terrestre que encontra seu fim na descoberta, pelos portugueses, que ocorre em toda parte do Brasil. Ou seja, esses grandes homens apontados como descobridores. Nessa descoberta, conta-se com a inocência dos nativos (os indígenas) e sua relação com a natureza como garantia para uma sobrevivência feliz e harmônica.

Em Chauí (2000, p. 79-87), na sacração do governante encontramos esses homens; o elogio do Estado. Esse institui a nação sobre uma base que se assenta na ação criadora de Deus e da Natureza, e sob a égide de um poder uno, único, indivisível

---

<sup>104</sup> CABRAL, Maria do Socorro C. **Política e Educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís: SIOGE, 1984.

<sup>105</sup> LACROIX, Maria de Lourdes L. **A Educação na Baixada Maranhense (1828-1889)**. São Luís: SIOGE, 1982.

<sup>106</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia – Século XIX: uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

e inquestionável. Do Maranhão, em 1615 os franceses são expulsos; o engenheiro chefe do Brasil, Francisco Frias de Mesquita<sup>107</sup>, vem para consolidar as fortificações de São Luís, traça os planos da cidade e deixa uma casa "como modelo para as que viriam a ser construídas". O homem do rei vem demarcar e estabelecer as diretrizes da nova província.

Resumidamente, essa é a história da fundação da cidade de São Luís do Maranhão, contada por mais de quatro séculos e sagrada; e alimentada na memória do seu povo. Nela não existem: mulheres, crianças, negros, negras, gente que faz.

## 2.1 As Disputas Eleitorais e Projetos de Cidade

Para se compreender a participação dos grupos políticos nos setores sócio e geográficos da província do Maranhão, é necessário situá-los dentro do contexto de construção das ideias formadas em volta desses grupos, que são as ligas de famílias. Nesse sentido, verificamos que a construção de uma cultura histórica é demarcada juntamente com a conformação da província pela participação de cada grupo dentro do processo que está em jogo, que é a invasão, posse e exploração, naquele momento específico. Para Gomes (2007), a associação entre a construção de uma cultura histórica e a efetivação de projeto de cultura política estão sensivelmente alinhados, uma vez que:

O trabalho de investigar como, quem, e com que recursos de poder uma dada cultura histórica é formada, é muito difícil, mas a tentativa pode ser útil, pois culturas históricas costumam marcar uma memória

---

<sup>107</sup> TELLES, Augusto C. da Silva. Francisco Frias de Mesquita engenheiro-mor do Brasil. **Revista – Da Cultura**, ano V, nº 9, p. 26. De acordo com Telles, Francisco Frias de Mesquita engenheiro-mor do Brasil, nasceu por volta de 1578, e questiona-se, se ele teria pertencido à família dos Frias, tendo sido parente de Nicolau de Frias. "Ele de acordo com seu primeiro biógrafo, (Sousa Viterbo) em sua obra, Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a serviço de Portugal, cuja primeira edição é datada de Lisboa, 1899. em 1598 foi nomeado para uma vaga dos três lugares de aprender arquitetura era obrigado a aprendê-la com Nicolau de Frias, e a Geometria com o cosmógrafo-mor João Baptista Lavanha. No período de 1603 até 1635, ele esteve no Brasil, recebeu de ordenado anual 400 cruzados e participou intensamente na defesa do território, projetando, construindo e atendendo às fortificações implantadas ao longo de todo o litoral brasileiro. C.f.: <[http://www.funceb.org.br/images/revista/18\\_7q5t.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/18_7q5t.pdf)>. Acesso em: 17/03/2016. E: VITERBO, Sousa. Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a serviço de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899. Nova edição: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1988. v. 1, p. 376-80.



nacional, estando, frequentemente, vinculadas a culturas políticas e a políticas culturais (GOMES, 2007, p.50)<sup>108</sup>

A carta cartográfica geral, da província do Maranhão dividida em oito comarcas, disposta a seguir, foi produzida em 1838 e está disponível na mapoteca da Biblioteca Nacional Brasileira.<sup>109</sup> Ela nos traz uma série de informações que podem ampliar nossa visão no que tange especialmente ao interior da província do Maranhão durante as disputas territoriais e política dos anos de 1840, especialmente em 1842/3. A partir dela é possível visualizar todas as comarcas daquela província e compreender que as disputas políticas não estavam centradas na capital da província.

Como já dito, nossa intenção em explorá-la é a de ampliar a dimensão da província e, por conseguinte, compreender a perspectiva da sua história. O mapa, dessa forma, contribui com a problematização e contextualização histórica e geográfica.

De acordo com Pereira (2006), a província do Maranhão tinha por divisão civil, no século XIX, oito cidades: São Luís, Alcântara, Turiaçu, Viana, Itapecuru-mirim, Brejo, Caxias e Carolina; e vinte vilas: São Bento, Guimarães, Cururupu, Tutóia, São Bernardo, Vargem Grande, Anajatuba, Mearim, São Luís Gonzaga, Rosário, Icatu, Codó, Coroatá, São José dos Matões, Mirador, Picos, São Francisco, Chapada, Barra do Corda e Riachão. A divisão eleitoral era formada por dois distritos subdivididos em freguesias, os quais elegiam três deputados gerais e quinze deputados provinciais.

*“A divisão judiciária se formava por quatorze comarcas, vinte sete termos e setenta e quatro distritos de paz”.* A divisão administrativa era composta de trinta e seis municípios.

---

<sup>108</sup> GOMES, Ângela de Castro. Cultura Política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Marta et all. (Orgs). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>109</sup> Carta geral da província do Maranhão dividida em oito comarcas. Rio de Janeiro, 1838. (Autor desconhecido)  
Disponível em: < <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>. Acesso em: 15/03/2016.



b) os liberais<sup>112</sup> se fortalecem em fins dos anos de 1830 com o intuito de lutar pelos interesses daqueles que formavam a classe média da sociedade urbana e comercial, os bacharéis com seus ideais de mudança, sobretudo para o fim da escravidão, e os pequenos proprietários de terra e profissionais liberais e artesãos.

Foram eleições duramente contestadas pelos eleitores, e o clima foi tenso conforme o Relatório<sup>113</sup>, publicado em 1843, intitulado: “As Eleições da Província do Maranhão em 1842: sob a presidência do Dr. Venâncio José Lisboa”. Rio de Janeiro – Typographia Americanas de I. P. da Costa. Rua da Alfandega nº 43. Disponível na biblioteca do Senado Federal.

### ADVERTENCIA

O fim que levamos em vista publicando este opúsculo é oferecer a consideração da Camara dos Srs. Deputados, e ao público illustrado, documentos de muito valor, e que se oppoe a validade das eleições do Maranhão, onde triumphou uma facção anarchica e egoísta, apoiada no presidente da província, o Dr. Venancio Jose Lisboa, e no chefe de policia, o Desembargador José Mariani.

Pela leitura das peças officiaes, representações e dos artigos das folhas da época que servem de esclarecer esta importante matéria, pôde a Camara dos Srs. Deputados, e o público illustrado conhecer se são verdadeiros e legítimos deputados pela província do Maranhão os Srs.: Dr. J. A. Miranda, Dr. V. J. Lisboa, M. Jansen Pereira e J. Franco Sá.

O triumpho obtido em taes eleições é inteiramente phantastico: em muitas partes da província ellas se não fizeram; as actas de diversos collegios estão falsificadas, principalmente as de Viana e Alcântara: os roubos de votos a muitos cidadãos, depois de serem votados e lançados os votos nas actas dos collegios, que assignaram os eleitores, foram mui frequentes.

É indispensável que sobre tantos abusos a câmara temporária tome uma medida, ou mandando syndicar de taes eleições, ou annullando vários collegios da província, ou mandando proceder a novas eleições, reconhecendo-se a enormidade de semelhantes excessos; visto que existe na câmara grande e louvável em salvar a sua reputação perante a nação; do contrário ficam sancionados tão grandes escândalos.

É mui perigoso semelhante exemplo: quando se desconfia da legitimidade dos poderes dos que devem legislar, cessa o prestigio e confiança que é mister que mereçam os representantes da nação. **Assinam: Os Eleitores.**

(Relatório - As Eleições da Província do Maranhão em 1842: sob a presidência do Dr. Venancio José Lisboa. Rio de Janeiro – Typographia Americanas de I. P. da Costa. Rua da Alfândega nº 43, p. 11)

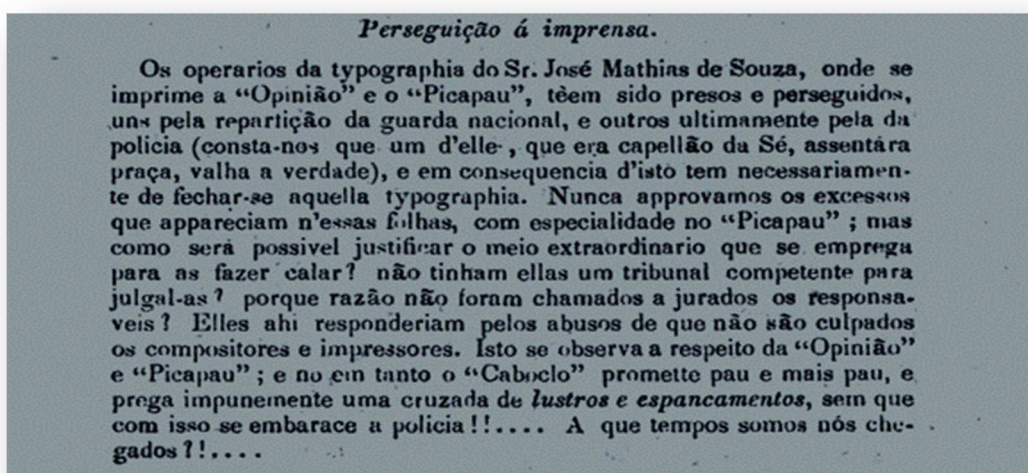
---

<sup>112</sup> Os Liberais advogavam a liberação das províncias, com um governo parlamentar mais aprimorado, com a abdicação do poder moderador, do vitaliciamente do senado e desejavam ainda a abolição da escravatura e a eleição bienal dos deputados. Os Liberais foram chamados "Luzias", nome derivado da Vila Santa Luzia do Rio das Velhas, em Minas Gerais, onde se travou a batalha em que a revolta Liberal mineira de 1842 foi sufocada pelo General Luís Aves de Lima e Silva, à época Barão de Caxias.

<sup>113</sup> BRASIL. Senado Federal. **As Eleições da Província do Maranhão em 1842**: sob a presidência do Dr. Venâncio José Lisboa”. Rio de Janeiro – Typographia Americanas de I. P. da Costa. Rua da Alfandega nº 43. Material disponível para baixar no Google book e no portal da biblioteca digital: <<http://biblioteca.portalbolsasdeestudo.com.br/?q=Prov%C3%ADncia+do+Maranh%C3%A3o>>. acesso em: 19/03/2016.

Neste Relatório é possível perceber não somente a indignação dos grupos que assinam como “Os Eleitores”, mas também dos representantes dos paroquianos da Freguesia de Nossa Senhora da Victória<sup>114</sup> da cidade do Maranhão, que fazem um abaixo assinado contra o escândalo que foi o pleito eleitoral e também acusam o chefe de polícia de compactuar com tais absurdos. Nesse mesmo clima famílias como Sabino e Belford assinam e proferem sérias acusações, sobretudo ao chefe de polícia, que no mesmo relatório responde às acusações bastante ofendido e pede para o queixoso se explicar melhor.

O documento segue com acusações de toda ordem, quando todos os citados vão se manifestando ou se defendendo. A imprensa também publica uma nota protestando contra a perseguição aos jornais e seus redatores.



115

Por fim, as instituições conforme a imprensa, a igreja, a política e outras também se pronunciam por meio de decreto e manifestos, especialmente as comarcas citadas. Para nós, a leitura deste valeu para buscar compreender o pano de fundo que estava por trás de uma cidade que na sua complexidade, era a porta de entrada e saída da província, era de fato a cidade do Maranhão.

<sup>114</sup> Nota: esta freguesia correspondia à região da Praia Grande, que na época concentrava a maior parte da população e comercio da capital, conforme já dito anteriormente.

<sup>115</sup> Imagem 12 - Matéria do jornal Publicador Maranhense.



**Maranhão :**

9446. – As eleições da Província do Maranhão em 1842, sob a presidência do Dr. Venancio José Lisboa. *Rio de Janeiro, Typ. Americana de I. P. da Costa, 1843, in-4.º de 61 pp. (B. N.)*

9447. – Collecção de peças e documentos, que comprovão os graves abusos que tiveram lugar nas eleições dos deputados por esta província em 1842, acompanhados de alguns extractos da Revista relativos ao mesmo objecto. *Maranhão, Typ. Imparc.-Maranhense, 1842, in-4.º de 54 pp.*

Exp.: Dr. Fernando Mendes de Almeida.

9448. – Representação que o Presidente e alguns Vereadores da Camara Municipal da Capital do Maranhão dirigem á Camara dos Srs. Deputados, relativamente ás occurrencias que tiveram logar na mesma Camara Municipal por occasião da apuração geral dos votos da Eleição a que ultima-

mente se procedeo para Deputados Geraes por esta Província. *Maranhão, Typ. Maranhense, Impresso por A. J. da Cruz, 1849, in-4.º de 23 pp. (B. N.)*

9449. – A eleição do 4.º districto eleitoral da provincia do Maranhão durante a administração do ex-presidente d'aquella provincia Antonio Candido da Cruz Machado no anno de 1857 (Pelo dr. José Sergio Ferreira). *Rio de Janeiro, Typ. de N. Lobo Vianna & Filhos, 1857, in-8.º de 38 pp. (B. N.)*

9450. – (Exposição offerecida pelo barão de S. Bento á Camara dos Deputados para provar a falsidade da acta do 2.º districto eleitoral da provincia do Maranhão). *Rio de Janeiro, Typ. do Diario, 1857, in-4.º de 31 pp. (B. N.)*

9451. – Maranhão. Eleição para um Senador. Relatório dirigido pelo Exm. Sr. Dr. Paranaguá ao Ministerio do Imperio. Breves considerações sobre a mesma eleição. *Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano, 1859, in-4.º gr. de 1 fl.-6 pp. (B. N.)*

9452. – Eleição senatorial do Maranhão. Breves considerações sobre varias occurrencias que se derão na eleição a que se procedeu na provincia do Maranhão, para o preenchimento da vaga que se verificou no Senado por occasião do fallecimento do Senador Viveiros. *Typographia do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos e Octaviano, Rio de Janeiro, 1859, in-4.º gr. de 11 pp. (B. N.)*

116

A cidade num tempo de disputa pelo poder político, pelos territórios e controle destes, o que permeia todo século XIX. Quanto ao fragmento de texto acima, trata-se dos anais da câmara dos deputados relativo ao pleito de 1842 e os anos subsequentes, até 1859. Neste é possível verificar as permanentes denúncias de fraudes e truculência.

Neste mesmo documento, atentamos para ocorrências de denúncia de fraude também em outros estados, como Piauy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, enfim, todas as províncias apresentavam graves problemas, desde assalto às urnas no Rio Grande do Norte, a procedimentos ditos ilegais na Bahia. As denúncias partiam, na maioria das vezes, da igreja e dos eleitores, que eram homens e brancos da elite local ou a mando desses. Essas ocorrências eram publicadas na imprensa em todas as províncias.

O jornal, Publicador Maranhense, nas suas primeiras páginas, nas quais tratava das notícias oficiais e políticas, escreveu em 23 de setembro de 1842:

### Notícias eleitoraes

Consta-nos que nas duas páginas do Ignara venceu o partido dominante, e que dão um 11, e outra 12 eleitores. Em Caxias onde venceu a oposição, dá a freguesia da Conceicao 14 a de S. Benedito 25. Andam por perto de 300 os eleitores de que temos já noticia, mas ainda nada sabemos dos números da Miritiba (Comarca do Itapecurú) da Trezidella e de José, (Comarca de Caxias) e das comarcas de Pasto Bom, Chapada, Viana e Alcantara, inclusive Santa Helena e Pinheiro.

Esta notícia não se encerra neste trecho, ao contrário, preenche quase uma página inteira deste jornal, dando conta dos resultados eleitorais e resumindo as notícias eleitorais noutras províncias. O certo é que, o cenário da província e da sua capital estava neste quase meio século insuflado pelas veias de disputas de toda ordem. E o jornal não se furtava de falar e publicar o debate tanto do estado, quanto dos partidos.

Carvalho, J. (1995, p.17)<sup>117</sup>, relata em artigo publicado na Revista de Políticas Pública da UFMA, que João Lisboa (redator do Publicador Maranhense de 1842 a 1845 e partidário do Bem-ti-vi) nos anos de 1850, quando questionado sobre a sua vida pública e a política na província do Maranhão, "não esconde o profundo pessimismo quanto aos costumes políticos de sua província, sobretudo quanto às práticas partidárias e eleitorais". Inclusive com dinheiro público; partidos personalistas, sem ideias e princípios; mudanças frequentes de partidos; campanhas baseadas em insultos pessoais visando à vida privada dos candidatos; fome de empregos públicos; troca de favores; corrupção generalizada; impunidade.

Visto isso, buscamos o apoio de Hespanha (2003)<sup>118</sup> para lembrar que, não tão distante, atravessávamos e ainda estamos imerso neste período, um mundo Atlântico marcado por diversas transformações, sobretudo o reconhecimento dos direitos civis instituídos pela Revolução Francesa (1789) e, a partir desse marco, a emergência das doutrinas liberal e constitucional e a independência de novos estados de carácter macro e seus subsequentes problemas.

<sup>117</sup>CARVALHO, Alba P. Estados e políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de políticas públicas**. São Luís: UFMA; 2002.

<sup>118</sup> HESPANHA, António Manuel. Pequenas repúblicas, grandes estados. Problemas de organização política entre antigo regime e liberalismo. In: JÁNCÓS, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

Em decorrência dessas mudanças, houve uma busca gradual por uma organização racional dos governos sede de suas administrações, que pudessem aliar controle territorial à manutenção da ordem no seio populacional, no qual alguns setores ganharam prerrogativas participativas nos processos eletivos (Hespanha, 2003, p. 93-95).

Atentamos, também, que até aqui tratamos de modo macro, panorâmico, de uma cidade/província que aparece sob a ótica de homens, brancos, letrados, que sob o ocultamento da malha trabalhadora que movia aquela província, ou seja, a visão desses homens não condizia muitas vezes, com o que se vivia naquela cidade/província, a considerar o Brasil escravagista vigente. Dessa forma, faz-se necessário passarmos a lidar com uma perspectiva da política enquanto espaço de luta que ultrapassa o campo do institucional, os limites da presença da ação do Estado, atentando para os micros poderes e os sujeitos ocultados nesse processo de luta. (VIEIRA, 2007, p. 8)<sup>119</sup>

Esse processo de disputa política intensifica-se levando a uma maior intervenção do poder administrativo na implementação do controle urbano da cidade, por meio de instrumentos normativos como os Códigos de Posturas. Esses códigos estabeleciam parâmetros gerais para o convívio em sociedade, disciplinando a ocupação e a utilização do espaço público, regulando a expansão do modelo urbanístico de São Luís em malha ortogonal, pelo menos até o período da República.

## **2.2 Imprensa: a cidade-porto nas lentes da sua gente letrada**

No contexto da primeira metade do século XIX, permeado pela diversidade de grupos humanos e origem, em que homens e mulheres se aventuravam ou desventuravam, quer seja de modo compulsório, quando trazidos de modo forçado, na condição de escravo ou por vontade própria, às Américas chegaram. O século XIX desvela uma série de acontecimentos que marcam o destino da nação e que a historiografia tradicional demarca por vezes de modo dissociado de um contexto sócio-político e cultural ou heterogêneo.

---

<sup>119</sup>VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 1989. (Princípios - 159)

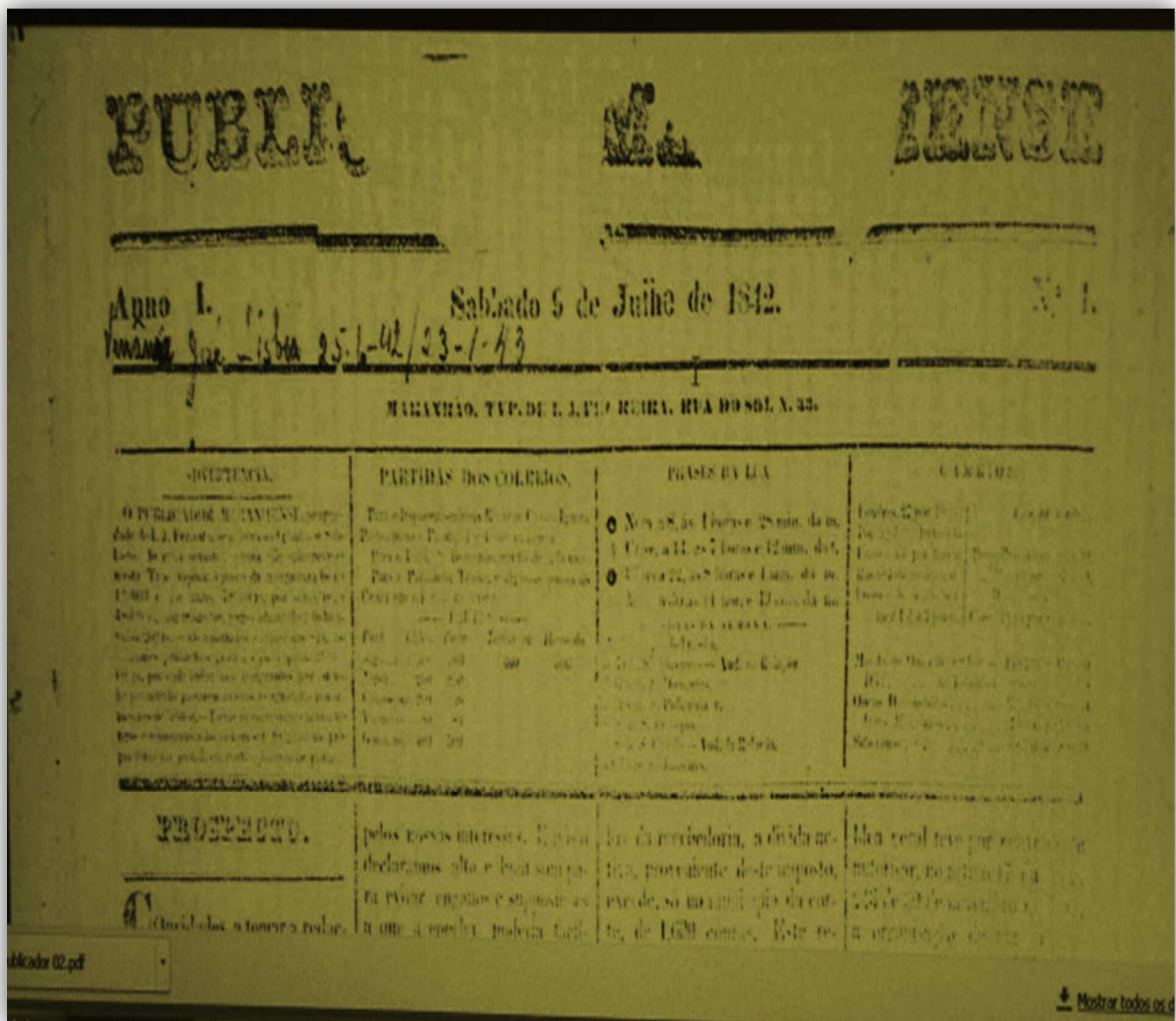
No tocante à história da cidade de São Luís do Maranhão, em que o próprio nome e configuração geográfica já a insere no Maranhão, como já apontado neste texto, está aberta, voltada para o mar, para os rios e para o mundo. A cidade cresce com uma sociedade voltada para o que vem do mar –como o contato com a “civilidade” europeia, lugar de luxo, erudição. Depois de lidos os jornais, percebemos que, neles, há uma recorrência esses pontos.

No Maranhão do século XIX, existiu um jornal chamado “*Publicador Maranhense*”, que passou a circular em 5 de julho de do ano de 1842. Este jornal, de propriedade de Ignácio José Ferreira, ou I. J. Ferreira, como assim assinava seu proprietário, impresso na tipografia de mesmo nome, (“Maranhão. TYP. de I. J. Ferreira. Rua do Sol nº 33”) nasce quando a sociedade de I. J. Ferreira é desfeita com Candido Mendes de Almeida, do “*Jornal Maranhense*”, que circulou entre 1841 e 1842, no qual trabalharam juntos por dois anos, com a última edição, a de nº 100, em 1 de julho de 1842 pela tipografia de I. J. Ferreira. I. J. Ferreira, contrata para redator do *Publicador Maranhense*, seu ex-sócio, o jornalista e escritor, João Francisco Lisboa<sup>120</sup>, nome que de certa forma valorizava aquele jornal, dada a experiência de Lisboa.

---

<sup>120</sup> João Lisboa assume a redação do *Publicador Maranhense* aos 31 anos, porém, apesar da pouca idade era um homem experiente, nascido em Pirapemas, interior da província viveu em São Luís até os 11 anos, quando volta para o interior com a sua família e se afasta dos estudos, retornando somente aos 14 anos com a morte do pai e na cidade, volta a estudar sendo aluno de Francisco Sotero dos Reis, com quem mais tarde se desentende e tornam inimigos. No jornalismo se destaca com a fundação de 1832 do *Jornal “O Brasileiro”*, que é uma continuidade do “*Farol Maranhense*”, de José Cândido de Moraes que tem sua última edição em 1827. Em 1834 reedita o “*Farol*”, que dirige por dois anos. Entre 1834-1836 dirige o “*Eco do Norte*”, que foi retirado de circulação, assim como o “*Farol*”. Nesse nterim, Lisboa deixa o jornalismo e assume algumas funções públicas na secretaria de governo e ingressa na política, concorrendo e ocupando por duas vezes a legislatura provincial. Quanto então, em 1838 ao jornalismo na direção de “*Crônica Maranhense*” e, neste mesmo ano é acusado de envolvimento na balaçada, ele retira-se da política por uns tempos, voltando à literatura e advocacia. Em 1843, assume a redação do *Publicador Maranhense*. A veia liberal de Lisboa é notada nas páginas deste jornal conforme veremos. (texto composto a partir do livro *A obra de João Francisco Lisboa: Natural do Maranhão; Precedidas de uma Notícia Biographica*. Organizada pelo Dr. Antonio Henriques Leal. Vol. I São Luís do Maranhão, 1864). Disponível no sitio da biblioteca do Senado Federal em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242775>>. Acesso em: 09/03/2016.





121

A edição de número 1 do Publicador, (imagem acima) encontra-se bastante mutilada, todavia, foi possível verificar na parte inicial o formato do jornal que segue nas edições, com quatro quadros informativos na parte superior da primeira página conforme a seguir:

Quadro 1 – jornal Publicador Maranhense

PUBLICADOR MARANHENSE <sup>122</sup>			
ANNO I		Sábado 05 de Julho de 1842.	
			Nº 1.
Advertência	Partidas dos correios	Phases da lua	Câmbios <sup>123</sup>
Fala-se do jornal; propriedade;	Trazia informações gerais sobre a	Nesse quadro que a priori parece simples, no entanto,	Esta sessão tratava das taxas cambiais tanto no Brasil ou

<sup>121</sup> Imagem 14 – Edição nº 1 do jornal Publicador Maranhense.

<sup>122</sup> Nota: este formato se mantém até 1846. Em 1847, na edição de nº 451, a primeira página acrescenta abaixo do título do jornal o subtítulo: “Folha Oficial, Política, Litteraria e Commercial”.

<sup>123</sup> Nota: a partir de 1847, este tópico é substituído por: designação das audiências.

dias de circulação e preço das assinaturas.	movimentação dos correios, tanto interno, quanto externo, inclusive para Lisboa. (parte I); Na II parte, havia a relação de produtos seguidos de uma tabela com os preços dos fretes. (ex. arroz, algodão...)	compreender esse tópico pesquisamos a partir dos estudos de <i>Athanasius Kircher</i> <sup>124</sup> , que em 1678 conseguiu por meio da descrição do padrão genérico dos “movimentos do mar” a importância da lua na indução destes movimentos. Logo compreendemos que, como o meio de transporte mais utilizado na época eram aquáticos, daí a importância de acompanhar os movimentos das marés a partir das fases da lua, tanto para a circulação de pessoas, quanto de mercadorias.	Rio de Janeiro, quanto na Europa (Inglaterra, França, Portugal...). Eles expunham o preço das moedas, mas também do ouro, tanto para compra, como para venda. Tendo em vista a circulação de pessoas e mercadorias na cidade por meio do porto, essa informação era suma importância e, esse jornal prestava esse serviço.
---	---	--	--

Ainda na primeira edição, com muita dificuldade, conseguimos ler, logo na primeira página, uma breve apresentação daquele periódico por parte do seu proprietário, que convidava o público letrado, assinantes e leitores do “Jornal Maranhense”<sup>125</sup> para continuarem consigo. Nesta fala de I. J. Ferreira percebe-se que existe uma dada disputa no que tange a credibilidade de partidários políticos no campo da imprensa, compreensível para a fase que a imprensa vivia naquele período. Fase esta que era de conformação da imprensa local e disputa entre si. Logo, era necessário a demarcação de espaço e o respeito ao assinante. Características que seguem no próximo número quando o proprietário se apresenta e nomeia seu editor-chefe.

O interessante neste jornal, a ponto da escolha para este estudo, perpassa o editorial que mesmo não destoando tanto de outros, traz nos seus anúncios gerais, os trabalhadores e as trabalhadoras negras. Ou seja, na página de anúncios comerciais e gerais, encontramos entre os produtos, os escravos enquanto

<sup>124</sup>*Athanasius Kircher*. Foi um jesuíta: físico, matemático, alquimista famoso por sua versatilidade de conhecimentos e particularmente sua habilidade para o conhecimento da ciência. Informações concebidas a partir de uma palestra intitulada: “A conquista do oceano: dos primórdios a atualidade”. Publicada por J. Alveirinho Dias da Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente, Universidade do Algarve em Portugal em: <[http://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/Palestras/08\\_BR\\_CE\\_CBO\\_HistOcean.pdf](http://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/Palestras/08_BR_CE_CBO_HistOcean.pdf)>. Acesso em: 10/03/2016.

<sup>125</sup> Periódico que antecede o jornal Publicador Maranhense.

mercadoria para venda, compra, aluguel e leilão. Bem como, aqueles trabalhadores escravizados fugidos conforme fragmentos a seguir:

<p style="text-align: center;"><b>ANNUNCIOS.</b></p> <p>☞ O Collector da Capital aviza aos proprietarios e proprietarias de predios urbanos, que o lançamento da Decima vai ter principio em o 1.º de Julho proximo futuro, pertencente ao anno financeiro de 1842 a 1843.</p> <p>Quem tiver a fazer alguma reclamação, lhe he permitido athe o dia que começar a cobrança. Maranhão 28 de Junho de 1842.</p> <p>☞ A. de Lecointe retiro-se para fora desta Provincia.</p> <p style="text-align: center;"><b>AVISO MARITIMO.</b></p> <p>☞ Para o Pará—A sair com toda a brevidade o Patacho 29 de Julho, quem no mesmo quizer carregar, ou hir de passagem, dirija-se ao proprietario Daniel Cezar da Silva Ferraz. Maranhão 5 de Julho de 1842.</p> <p style="text-align: center;"><b>ESCRAVOS FUGIDOS.</b></p> <p>—A Thomazia Senhora de Aquino, da Villa do Sobral, fugio uma preta crioula, de nome Gertrudes, estatura baixa, cabeça chata, desdentada na frente, e tem signaes antigos de chicote: quem a entregar a sua Senhora no Sobral, a Leonardo Ferreira Marques na Parnahiba, ou a José Domingues de Castro &amp; C.º no Maranhão: será pago do seu trabalho.</p>	<p>☞ Os abaixo assignados na praia grande tem para vender hum molato com principios de Officio de penteiro, huma preta moça que sabe cozinhar lavar, e gomar, e huma molata já idóza que tambem sabe lavar, e gomar, quem os pertender comprar dirijão-se a Loja dos annunciantes. Maranhão 12 d'Julho de 1842.</p> <p>José João dos Santos e Almeida &amp; C.º</p> <p>☞ Huma escrava, vinda do Rio de Janeiro, molata, clara, moça, e sem vicios, com hum filho de 2 mezes, vende-se em casa de Manoel Antonio de Caryalho e Oliveira Sobrinho. — Maranhão 11 de Julho de 1842.</p>
---	--

126

Faz-se prudente atentarmos a partir dos apontamentos de Sodré (1999)<sup>127</sup> que nos anos de 1840, a imprensa brasileira, já tem uma boa estrada, e no Maranhão não é diferente. Esta imprensa aberta e pública apresenta expressividade logo nas primeiras décadas do século XIX, com isso reafirmo que nos anos de 1840, já havia um significativo número de jornais e periódicos circulando. Rubens Borba Alves de Moraes<sup>128</sup>, no livro: *História da Imprensa no Maranhão: 1820 – 1880*<sup>129</sup>, publicado no Rio de Janeiro em 1883, assinala que: “Desde 18 de Abril de 1821 que começou a publicar-se em S. Luiz, capital da província, a folha manuscripta intitulada *O Conciliador do Maranhão*”.

<sup>126</sup> Imagem 15 – anúncio de compra e venda - Jornal Publicador Maranhense: Edições de nº 1, de 5 de julho de 1842 e nº 3 de 16 de julho de 1842. Disponíveis em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/publicador-maranhense/720089>>. Acesso em: 12/08/2016.

<sup>127</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>128</sup> C.f. [http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/01667400/016674\\_COMPLETO.pdf](http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/01667400/016674_COMPLETO.pdf)>. Acesso em: 09/03/2016.

<sup>129</sup> MORAES, Rubens Borba Alves de. **Sessenta Anos de Jornalismo: história da imprensa no Maranhão: 1820-1880**. Segunda edição, Rio de Janeiro, 1883.

O Conciliador do Maranhão saiu de circulação em 1823, mas outros jornais, que seguindo a mesma linha editorial, já existiam ou surgiram defendendo os interesses do governo central. Por exemplo: Folha Medicinal (1822); Brado Maranhense (1822), Palmatória Semanal (1822), Amigo do Homem (1824), O Argos da Lei (1825), O Censor (1825), O Farol Maranhense (1827), Minerva (1827), Bandurra (1828), Poraquê (1829), A Cigarra (1829), O Brasileiro (1830), Constitucional (1830), Publicador Oficial (1834), Echo do Norte (1834), Investigador Maranhense (1836), Chronica Maranhense (1838), Bem-ti-vi (1838), A Revista (1840), O Legalista (1840) e Jornal Maranhense (1841)<sup>130</sup> e a relação segue.

A fim de ampliar nossa compreensão acerca do era a imprensa em São Luís na primeira metade do século XIX, produzimos um quadro com os perfis dos principais periódicos em atividade na capital. O propósito do quadro é verificarmos como ainda na primeira metade do século XIX, a imprensa se amplia na capital da província, São Luís e, como esta imprensa se reflete na dinâmica social e política da cidade a partir dos perfis daqueles periódicos. A natureza desses jornais e folhetins eram as mais diversas, desde jornais políticos e partidários, aos literários. Como o Censor (1825); a Chronica Maranhense (1838); Recreio das Maranhenses (1839); O Guajajara (1840)<sup>131</sup> e O Caboclo Maranhense (1842).

Quadro 2 - Jornais de Circulação no Maranhão da Primeira Metade do Século XIX

Município	Título	Ano de Fundação	Resumo
São Luís	O Conciliador Maranhense	1821	“Primeiro” jornal maranhense de que se tem registro. Começou a circular em 15 de abril de 1821, estendendo-se até 16 de julho de 1823. O jornal era redigido por Antonio Marques Costa Soares e pelo padre José Antonio da Cruz Ferreira. Era composto pelo tipógrafo Francisco José Nunes Corres Real.
São Luís	O Amigo do Homem	1825	Fundado em 1824, circulou até 1827. Foi seu proprietário e redator o advogado Joao Crispin Alves de Lima, auxiliado por Garcia de Abranches. O Amigo do Homem foi criado para combater A Folha Medicinal.
São Luís	O Argo da Lei	1825	Jornal periódico de propriedade de Odorico Mendes, fundado em 1825, com circulação somente naquele ano, com impressão na

<sup>130</sup> Nota: Essas informações foram levantadas nos sítios da Biblioteca Nacional/Hemeroteca (<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/>) e da Biblioteca Pública Benedito Leite no Maranhão. (<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>). Em 10/03/2016.

<sup>131</sup> Único dos jornais que encontramos que era dirigido por uma mulher, Dona Anna Jansen.

			tipografia Nacional. Dedicava-se a publicação de Decretos e leis.
São Luís	O Censor	1825	Periódico sob a direção de João Garcia de Abranches; era contrário aos Portugueses e ao jornal O Argos da Lei. Garcia de Abranches, no período em que dirigia o jornal, foi preso e deportado pelo presidente da província Telles Lobo. Quando retornou. O Censor passou a chamar-se O Censor Maranhense. Sofreu muitas interrupções ao longo de sua trajetória.
São Luís	Farol Maranhense	1827	Pretendia, de acordo com seu programa, denunciar os excessos cometidos pelos empregados públicos e contra a Constituição.
São Luís	A Bandurra	1828	Tratava de assuntos diversos, tais como: a necessidade do governo civil, o valor da Constituição, direito do cidadão, liberdade, reflexões sobre o Império do Brasil, o espírito da lei. Apresentava como secções: Farol e Bandurra Afinada, Ticiro e as frases em latim. Era um Jornal político, de oposição ao Parol Maranhense.
São Luís	Minerva	1828	Jornal de propriedade de David da Fonseca Pinto, defensor do governo Costa Pinto, terceiro presidente do Maranhão. Este jornal publicava notícias sobre a corte; literatura política e artigos oficiais. Impresso na Typographia Nacional e Imperial
São Luís	O Despertador Constitucional	1828	Um jornal de oposição ao governo, por isso sua impressão se dava no Rio de Janeiro, na tipografia Tortes. Havia uma portaria do Presidente Manoel Pinto, que proibia aquele periódico de ser impresso no Maranhão.
São Luís	A Cigarra	1829	Impresso na Typographia Nacional e Imperial, Tinha Antonio Joaquim Picaluga, como redator. A folha objetivava defender a pátria, tratar do bem-estar da nação usando a lei; "desmascarar com polírica e dignidade os absolutistas". Saia em defesa da liberdade no Brasil e contra o absolutismo. Tinha a epigrafe "Desgraçados rafeiros que só mordem os pobres remendados: mas vendo fuzilar o roaz lobo, a Cauda desenrolão". A partir do número seis, passou a usar nova epígrafe: "Da liberdade a árvore, não floresce, sem que o sangue dos Déspotas a regue".
São Luís	A Estrella do Norte do Brasil	1830	Jornal informativo sobre leis, sessões do poder legislativo, editais, decretos do poder executivo, correspondências entre outros.
São Luís	O Brasileiro	1830	Teve como redator Jose Antonio de Lemos nos primeiros anos. Em 1832, sob a direção de João Francisco Lisboa e, no número treze, de 16 de setembro do mesmo ano, encerrou definitivamente suas atividades. Pretendia, no



			seu primeiro número, respeitar a vida privada dos seus concidadãos e não se afastar dos princípios da moderação e da imparcialidade. Trazia a epigrafe: "Os déspotas querem a ignorância, porque só ella pode segurar-lhes submissos escravos perpetuando a barbaridade".
São Luís	O Semanário Oficial	1830	Jornal especializado na publicação de leis e decretos do Império.
São Luís	Os Anúncios	1831	Folha publicada junto ao Farol Maranhense, por não ser permitido à publicação de anúncios em suas folhas. Tinha como único objetivo a publicação de anúncios relativos a vendas de produtos diversos e <b>escravos fugidos</b> .
São Luís	O Publicador Oficial		Jornal oficial do Estado. Substituto de O Semanário Oficial. A partir do número 59, teve novo dirigente, Francisco de Salles Nunes Cascaes, assessorado por Joaquim Serra Launé e Joao Rufino Marques. Impresso na Typographia Constitucional
São Luís	Echo do Norte	1834	De propriedade do jornalista Joao Francisco Lisboa. Começou a circular em julho de 1834, até novembro de 1836. Joao Lisboa era um dos líderes mais respeitados do Partido Liberal e o Echo do Norte seguia a linha do seu redator, defendendo o partido liberal contra seus adversários. Sebastiao Barros Jorge, em seu livro Os Primeiros Passos da Imprensa no Maranhão, diz que das páginas do Echo do Norte brotaram "artigos famosos que viriam João Lisboa como um dos maiores panfletários da imprensa maranhense de todos os tempos" (JORGE. 1987, p.87).
São Luís	Publicola Brasileiro	1834	Folha noticiosa impressa na Typographia de Ricardo Antonio Rodriguez de Araujo.
São Luís	O Investigador Constitucional	1836	Folha política de propriedade de Francisco de Salles Nunes Cascaes. Impressa na tipografia Monarquia Constitucional,
São Luís	O Investigador Maranhense	1837	Jornal político de oposição a administração de Joaquim Franco de Sá
São Luís	Caçambo	1837	Folha de combate ao governo. Teve como redator, Luis Carlos Cardoso Cajueiro. Impressa na tipografia de I. J. Ferreira.
São Luís	Chronica Maranhense	1838	Jorna] político de propriedade do jornalista Joao Francisco Lisboa, do partido Bemtivi. De alto teor político, o jornal trazia notícias de periódicos de outras províncias e do interior do Maranhão, sendo quase todas de cunho político.
São Luis	O Bemtivi		Jornal político de oposição ao presidente da província do Maranhão, Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, e de apoio ao partido

			dos Liberais, que incentivou o episódio da Balaiada. Foi seu editor, Estevão Raphael de Carvalho, que dizia não ter O Bemtevi um redator e sim um editor. Foi interrompido no ano de 1849, retornando em 1853.
São Luís	Recreio das Maranhenses	1839	Folha literária publicada por Francisco de Salles Nunes na Typographia Monarquia Constitucional.
São Luís	O Guajajara	1840	Folha política de propriedade de Ana Jansen. Fazia oposição aos jornais: O Canuto; O Legalista; O Amigo da Paz e A Revista.
São Luís	O Legalista	1840	Tinha como epígrafe: "Oh Pátria cara as almas bem nascidas/Com que alvoroço os lares meus comtemplo". De propriedade de Francisco de Salles Nunes Cascaes. Impresso na tipografia Monarquia Constitucional.
São Luís	Jornal Maranhense	1841	Periódico noticioso, com publicação de leis e decretos do governo e de normas de conduta para a cidade de São Luis.
São Luís	A Revista	1842	Folha literária. Trazia notícias do Rio de Janeiro e do exterior, (Portugal, França...). Era favorável ao Imperador.
São Luís	O Caboclo Maranhense	1842	Jornal de oposição aos cabanos (Partido Conservador), que, segundo o principal artigo dessa pequena folha, utilizavam a injúria para afrontar famílias e provocações para atingir seus adversários. O jornal tinha a missão de duelar com os cabanos.
São Luís	O Picapao	1842	Folha de linguagem crônica. Impressa na Typographia Constitucional, de J. M. de Souza e Companhia. O jornal trazia a epígrafe: "Para da Pátria os males libertar, vai o Picapao hoje cantar".
São Luís	Publicador Maranhense	1842	Jornal noticioso e oficial, que se dizia neutro em relação aos partidos. Publicava notícias do exterior e de outras províncias. No ano de 1854, surgiu com o subtítulo de Folha oficial política, literária e comercial e, no ano de 1879, mudou novamente de subtítulo, dessa vez para Jornal do Comercio, Administração, Lavoura e Indústria. Propriedade de I. J. Ferreira.
São Luís	A Malaggueta Maranhense	1844	Pequena folha de notícias. Em geral fazia declarada oposição a presença dos Portugueses e ao fato deles possuírem os melhores cargos públicos.
São Luís	Correio D'Annuncios e Semanário do Maranhão	1845	Folha noticiosa. Impressa na Typographia Temperanfi por Manuel Pereira Ramos.
São Luís	Jornal de Instrução e Recreio	1845	Folha literária, pertencente à Associação Literária Maranhense, composta por: Henrique Leal, Augusto Frederico Colin, Reis

			Rayol, dentre outros. Publicava textos sobre método de sistematização do estudo. Foi substituído em 1846 pelo jornal O Arquivo.
São Luís	O Almazem	1845	Impressa na tipografia Temperança por Manoel Pereira Ramos. Sem mais informações.
São Luís	O Tribuno do Povo	1845	Folha impressa na Typographia Constitucional por S. A. de Farias. Sem mais informações.
São Luís	O Archivo	1846	Pertencente a Associação Literária Maranhense, composto por várias seções tais como: literatura com publicação de contos, fragmentos de obras, poesias, bem com o artigos científicos e variedades...
São Luís	Jornal da Sociedade Philomatica Matanhense	1846	Jornal presidido pelo Des. Joaquim Vieira da Silva e Sousa. Especializado na área de saúde, com artigos cinéticos, que tratavam sobre aplicações e cuidados com as doenças. Editor: Raimundo Joaquim Cantanhede Filho.
São Luís	O Arre e Irra	1846	Pequena folha política de oposição a Izidoro Jansen. Trazia a epigrafe: " Cossarei a todo instante/ A matilha de Pilhante". Impresso na tipografia independente.
São Luís	O Observador	1847	Folha de propriedade de F.M. de Almeida. Pertencente ao Partido Saquarema. Dedicado a falar do partido e da Liga Maranhense. Sofreu modificações a partir de 1851, passando a publicar notícias do exterior e sobre literatura e variedades.
São Luís	O Progresso	1847	Jornal político, literário e comercial. Crítica e noticiosa com artigos diversos. Impresso na tipografia Maranhense por A. J. da Cruz.
São Luís	O Telegrapho	1848	Jornal político e noticioso. Publicava notícias do Maranhão, de outras províncias e também do exterior.
São Luís	O Estudante	1849	Folha política impressa na tipografia Bemtivi
São Luís	O Volcão	1849	Pequena folha política impressa na tipografia Amor da Pátria.
São Luís	A Marmota Maranhense	1850	Folha dedicada exclusivamente à divulgação de arte literária, com publicação de alguns romances e poemas.

Fonte: acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís do Maranhão – Brasil.

Os registros que tivemos acesso sobre a imprensa no Maranhão compõe o quadro acima mais especificamente em São Luís parece-nos bastante amplo. O que, por conseguinte, nos provoca importantes reflexões. A começar como esses agentes de comunicação mexem com a vida social e política da cidade? Ou seja, esses periódicos como meio de produção, no sentido da produção da vida dos sujeitos, conforme Williams (2011, p. 69):



[...] eles são apenas meios de produção, uma vez que a comunicação e os seus meios materiais estão intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas, quanto para as relações sociais e de produção<sup>132</sup>.

Nesses periódicos estão impressos as disputas, os conflitos, a cultura, enfim, a vida. Ao analisar esses periódicos, primeiramente nos chama a atenção o quantitativo, somente em São Luís. Depois os seus títulos como:

Farol Maranhense
A Bandurra
Minerva
O Despertador Constitucional
A Cigarra
A Estrella do Norte do Brasil
O Brasileiro
O Semanário Official
Os Anúncios
O Publicador Official
Echo do Norte
Publicola Brasileiro
O Investigador Constitucional
O Investigador Maranhense
Caçambo
Chronica Maranhense
O Bemtivi
O Observador
O Progresso

São agentes que se propõe a despertar; iluminar ou abrir os olhos das pessoas para o que ocorria no Maranhão e no resto do mundo. A Cigarra que canta sem parar. O brasileiro que chama a atenção para o interno, o Brasil. Enfim, o que queremos dizer é que não somente os listados acima, mas que, todos esses títulos, apesar de não explorados especificamente por nós, foram percebidos e compreendidos como propositivo. Eles por si só, já traziam uma mensagem e/ou um norte do que queriam dizer.

Esses agentes de produção de comunicação, ao longo dos anos seguiram discutindo questões polêmicas, que circulavam pelas principais Províncias, seguindo a linha dos famosos pasquins. De periodicidade incerta, eram comandados

<sup>132</sup> WILLIAMS, Raymond. Cultura e Materialismo. Trad. André Gloset – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

quase sempre por uma pessoa e, abordando um assunto direcionado e específico. Estamos então, percebendo que esta imprensa se constitui enquanto agente filiado aos projetos dos partidos políticos e, por conseguinte, defensora dos interesses desses partidos.

No tocante a capital maranhense, trata-se de uma cidade que nasce de múltipla dominação e/ou invasões (francesa, portuguesa, holandesa) e que tem sua história marcada pela ocorrência de dominações do nativo e exploração da força de trabalho tanto indígena, quanto africana e, evidentemente, em função de fatores sociais e econômicos. Além disso, existe ainda a força de intervenções externas, evidenciadas pelas ocupações e as permanências de vários grupos - franceses, portugueses, holandeses, ingleses, e americanos – disputando o domínio da cidade, sempre se beneficiando das riquezas locais, e simultaneamente por vezes levando-a a uma sofrível condição de fragilidade e isolamento diante de outros centros.

Possivelmente podemos propor a partir dos criativos nomes desses periódicos suas direções (O Censor; O Farol; A Cigarra; O Investigador). São nomes que, além de criativos, são sugestivos. O que guia, que critica, que acusa, que investiga. Era essa o caráter desses jornais, mesmo em muitos casos se dizendo oficial ou a serviço do governo.

Esse registro para nós não demarca uma cronologia, pois bem sabemos que as iniciativas de comunicação, quer seja por meio da imprensa jornalística, ou literária rompe com essa cronologia. O que interessa-nos a partir da imprensa é compreender ou enxergar a São Luís dentro de um contexto histórico, político, cultural e social com todos os seus contornos e nuances e o publicador enquanto meio que nos possibilita esse olhar histórico.

O Publicador Maranhense, jornal de circulação semanal, estampa em sua segunda edição o texto abaixo.

**PUBLICADOR MARANHENSE**

---

Anno I. Quinta-feira 14 de Julho de 1842.

---

MARANHÃO, TYP. DE I. J. FERREIRA, RUA DO SOL, N. 11.

ANUNCIOS	PARTIDAS DOS CORREIOS	FUSCAS DA LUA	CARRIÕES																																			
<p>Os PUBLICOS COM O ANUNCIANTE, sempre de I. J. Ferreira, se publicam a Quarta e Sexta-feira de cada semana, e para elle se recebem 1000 rs. 75 pagados e para de assignantes de 10000 rs. por anno, 5000 rs. por semestre, e 2000 rs. por trimestre, para o primeiro anno e 1000 rs. para o segundo e terceiro. Para os assignantes publicadores gratis, e para quem elle de 20 rs. por cada linha, com assignantes por anno de 10000 rs. por semestre e 5000 rs. por trimestre. Todos os assignantes, de anno e semestre, de anno em diante, se publicam de 10000 rs. por anno, 5000 rs. por semestre e 2000 rs. por trimestre.</p>	<p>Para o Superior-estado, Recife, Caxias, Maranhão, Parnaíba e Piauí, 1 e 11 de cada mes. Para o Maranhão, Parnaíba e Piauí, 11 de cada mes. Para o Rio de Janeiro e outras partes do Brasil, em 15 de cada mes.</p> <p style="text-align: center;">PREÇOS</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td>Para</td> <td>Linha</td> <td>Parte</td> <td>Inglaterra</td> <td>Europa</td> </tr> <tr> <td>Agosto</td> <td>100</td> <td>100</td> <td>400</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>Sete</td> <td>100</td> <td>100</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outubro</td> <td>100</td> <td>100</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Novembro</td> <td>100</td> <td>100</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dezembro</td> <td>100</td> <td>100</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Jan. de 1843</td> <td>100</td> <td>100</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	Para	Linha	Parte	Inglaterra	Europa	Agosto	100	100	400	100	Sete	100	100			Outubro	100	100			Novembro	100	100			Dezembro	100	100			Jan. de 1843	100	100			<p>1. Nova, a 11, de 4 horas e 20 min. da m. 2. Coroa, a 11, de 7 horas e 12 min. da t. 3. Chica, a 11, de 7 horas e 4 min. da m. 4. Maria, a 11, de 11 horas e 40 min. da m.</p> <p style="text-align: center;">LISTA DE CARREIAS</p> <p>11. P. S. Lisboa 12. P. S. Rio de Janeiro 13. P. S. Recife 14. P. S. Maranhão 15. P. S. Piauí 16. P. S. Ceará 17. P. S. Pernambuco 18. P. S. Bahia 19. P. S. Minas 20. P. S. Goiás 21. P. S. Mato Grosso 22. P. S. Mato Grosso do Sul 23. P. S. Mato Grosso do Norte 24. P. S. Mato Grosso do Oeste 25. P. S. Mato Grosso do Leste 26. P. S. Mato Grosso do Sul 27. P. S. Mato Grosso do Norte 28. P. S. Mato Grosso do Oeste 29. P. S. Mato Grosso do Leste 30. P. S. Mato Grosso do Sul</p>	<p>Leitura 12 por 10000 Partida 100 Para o Rio de Janeiro 100 Para o Maranhão 100 Para o Piauí 100 Para o Ceará 100 Para o Pernambuco 100 Para o Bahia 100 Para o Minas 100 Para o Goiás 100 Para o Mato Grosso 100 Para o Mato Grosso do Sul 100 Para o Mato Grosso do Norte 100 Para o Mato Grosso do Oeste 100 Para o Mato Grosso do Leste 100 Para o Mato Grosso do Sul 100</p>
Para	Linha	Parte	Inglaterra	Europa																																		
Agosto	100	100	400	100																																		
Sete	100	100																																				
Outubro	100	100																																				
Novembro	100	100																																				
Dezembro	100	100																																				
Jan. de 1843	100	100																																				
<b>ANNUNCIO.</b>	<b>MARANHÃO.</b>	<p>pela Delegada de Policia do distrito de acordo com o Juiz Municipal, sem que o Comman. deste messe a seu arbitrio al.</p>	<p>Pinto de Magalhães, Comman- dante das Armas da Provincia. — Em respeito ao seu officio de 7 do corrente trabou a regularisar.</p>																																			

Ignacio José Ferreira, um dos proprietários do Jornal Maranhense, que fazia publicar em sociedade com o Snr. Dr. Candido Mendes de Almeida, anuncia ao respeitável publico que se acha dissolvida a mencionada Sociedade, e que d'ora em diante o Jornal será publicado sob o titulo de Publicador Maranhense, que fica sendo de exclusiva propriedade do annunciante, seu unico responsável. As condições da empreza continuam a ser as mesmas; o jornal sahirá duas vezes por semana, em grande formato, publicará com regularidade as pecas officiaes, as noticias tanto da provincia e império como do estrangeiro, e o mais que se fez; ter mais largamente no Prospecto, sendo a assignatura de 12\$000 mil réis por anno, de 7\$000 por semestre, 4\$000 por trimestre. O Jornal conserva-se-ha absolutamente estranho a partido politico achando-se contractado para a sua redacção o Snr. João Francisco Lisboa, já conhecido nesta provincia como escriptor publico. O annunciante espera que os Snrs. assignantes do Jornal Maranhense continuem a prestar as suas assignaturas a este novo Periódico, que muda quasi só o título, e que será melhorado o mais possível quanto á redacção.

Para efeito de análise, o texto de I. J. Ferreira, já aponta a proposta do periódico, no entanto, a tipografia do proprietário do Publicador Maranhense, ao longo do século XIX aparece em muitos periódicos e referências sobre a história da imprensa no Maranhão, mas o sujeito por trás dessa tipografia some ou não aparece

<sup>133</sup>Imagem 16 – edição nº 2 do jornal Publicador Maranhense.

em termos de imagem fotográfica. A figura de I. J. Ferreira não é ocultada do que ele escreve, mas não aparece sequer em fotografia, tampouco a sua biografia nós encontramos.

Das pesquisas que fizemos descobrimos que este periódico é o único que traz seu nome completo na edição de número 2, datada de 14 de julho de 1842. No seu texto (acima em destaque), ele se coloca como o anunciante, ou aquele que traz novidade, algo novo e, sobretudo, o que paga para que suas notícias sejam publicadas. O jornal aparece como empresa, negócio de interesse público e privado. Nos termos capitalistas, ele diz não estar ali para levar a notícia gratuitamente, que tem tributos a pagar e dependerá dos assinantes para prestar um bom serviço, que dependerá da pontualidade de pagamento dos assinantes.

O anunciante também se declara “estranho à política”, entendemos com isso que o periódico, de certa forma, se afasta das questões da política local, todavia, no decorrer dos anos, vemos as contradições estampadas em suas páginas, sobretudo a partir dos anos de 1847. Sobre essa mudança, encontramos uma pequena nota no livro: “O livro no Brasil in: *memória sobre a tipografia maranhense*, (p.176)”<sup>134</sup>, publicado em 1866, no qual se acusava I. J. Ferreira de manter o monopólio sobre os serviços gráficos prestados ao governo provincial. Logo, aquele texto foi relacionado ao novo formato do jornal que agrega no subtítulo a palavra folha “*oficial*”. Ou seja, a relação daquele periódico se configura de modo oficial.

Por outro lado, como já foi dito, o redator-chefe do jornal outrora tinha sido acusado de liberal ou colaborador dos liberais, logo, a neutralidade política daquele periódico se esvai. Araújo (2014), no artigo intitulado: “*A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor*”, concebe o jornal Publicador Maranhense nas suas investigações como um órgão oficial do governo, conforme este:

[...] o jornal Publicador Maranhense fundado em julho de 1842. Era um órgão oficial do governo provincial e saía a três vezes por semana até 1862, quando se tornou diário. Ao longo de sua existência estiveram em sua redação diversos jornalistas de prestígio e com variada tendência política, como João Francisco Lisboa, que foi redator até 1855, e Sotero dos Reis, que assumiu a sua redação em 1856, permanecendo até 1861.<sup>135</sup>

<sup>134</sup> FRIAS, J. M. C. **Memória sobre a tipografia maranhense**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

<sup>135</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. **Revista Dimensões**, vol.33, 2014, p. 360-383. ISSN: 2179-8869.

O Publicador Maranhense, Jornal de mais ou menos quatro páginas; saía semanalmente às quintas-feiras e sábados. Este, por sua vez, conforme prenunciado pelo seu proprietário publicava anúncios e informações sobre o governo local, nacional e geral; preços e mercadorias o que incluía os escravos; os movimentos de navios, barcos e pessoas.

As colunas deste jornal eram escritas em negrito desde a “Parte Oficial”, até os anúncios comerciais. Este modelo se seguiu da edição primeira até a edição de número 451, de 12 de janeiro de 1847, quando este passa a agregar ao nome do jornal o subtítulo: **“FOLHA OFICIAL, POLÍTICA, LITTERARIA, E COMMERCIAL”**, em negrito e letras garrafais. Na secção Oficial, publicavam-se documentos referentes ao expediente burocrático da administração provincial.

Nalgumas edições como a de nº 41, de 10 de dezembro de 1843, não havia a parte oficial. Ao invés dela, aparecia a sessão “EXTERIOR”, onde eram publicadas as notícias da Europa e Américas. Esta é a edição de nº 2, na qual a sessão exterior na terceira página, todavia, esse modelo não permanece durante da vida do jornal. As permanências acontecem com a parte comercial, ou “exportação e importação” que é agregada ao jornal e, muitas vezes, ocupa a última página completa. Os anúncios às vezes não aparecem devido ao pouco espaço do jornal dado a esta coluna. Estes, em muitas das vezes, se repetem, sobretudo os anúncios de fugas de escravos que são repassadas de outros jornais, de outras províncias. Estes específicos anúncios, em determinados casos, passam anos sendo publicados nos jornais e os escravos nunca são capturados.

A linguagem deste jornal era rebuscada, seguindo a linha do público leitor que eram os letrados, ou seja, os ricos comerciantes e bacharéis.

Naqueles anos de 1840, a configuração estrutural da cidade capital da província do Maranhão já seguia rumo aos impulsos do capital, tendo em vista a decadência do modelo agroexportador e a e a industrialização que chega a cidade com força. Bancos, companhias de água, iluminação e transporte fluvial foram criadas entre o final da década de 1840 e 1860, logo, esse movimento já se configurava desde fins da década de 1830 atraindo muito recurso público, diante das limitações financeiras dos investidores privados e, as potencialidades que a província apresentava para àquela região do país. Os empreendimentos dessa época

fracassaram, mas ficou a tentativa de modernizar e dinamizar a província ante um passado complexo tal qual rememora Ferreira, (2008)<sup>136</sup>:

A ocupação do território maranhense esteve atrelada à exploração econômica Referente à produção de cana-de-açúcar, do algodão e do babaçu, desde o período colonial até os primeiros anos da República. Essa, contudo, sofreu várias transformações derivadas das necessidades da França (fundou a capital), de Portugal (retomou dos invasores duas vezes e efetivou estratégias de ocupação), Holanda (invadiu e dominou uma vez por vinte e sete meses) e Inglaterra (interferiu em acordos e econômicos), que viabilizaram o domínio e posse (assentamentos, entradas, engenhos), áreas de produção, escravização indígena e negra africana, exploração de recursos, e ações de políticas territoriais (fortes, missões, vias de acesso), culminando na ampla ação do povoamento. (FERREIRA, 2008).

Considerando que, a coroa portuguesa criou o Estado do Maranhão em 1621 (47% do território do Brasil) este durou até 1652. Em seguida ocorreram mais seis divisões. E, somente em 1920 o Maranhão alcançou a atual conformação territorial (Ferreira, 2008). Contudo, os estudos de Ferreira (2008); Pereira (2007) e Mota (2008) mostram que essas modificações territoriais foram todas determinadas por fatores econômicos.

Na sua edição de nº 1, não lemos as páginas na íntegra, devido à precariedade do documento; todavia, em algumas das partes que conseguimos ler, lá estava na sessão oficial, uma notícia que tinha como título: “*O Maranhão e o Dr. Miranda*”. Li todo o longo texto, cheia de curiosidade para compreender, - Miranda era o Presidente da província, João Antonio de Miranda – do jornal “*A Sentinella da Monarchia*”, do Rio de Janeiro da tipografia (C.OGIER e Cia), cuja data não se encontrou. Todavia, tal periódico é datado de 1840, logo presumimos que possa ser por aqueles anos.

O teor do texto circulava sobre a ordem provincial, que sob a ótica do jornal *Sentinella da Monarchia*, era acusado de estar de conchavos com os partidos políticos, especialmente o “bem-te-vi”. Lima (2009)<sup>137</sup>, na sua pesquisa de mestrado,

---

<sup>136</sup>FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas Territoriais e a Reorganização do Espaço Maranhense**. São Paulo: USP, 208. Tese de Doutorado. 269 f.

<sup>137</sup>LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas Famílias: poder e política no maranhão do século XIX (1821-1823)**. Dissertação de mestrado apresentada em 2009, ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

analisa a conformação das famílias da elite no Maranhão oitocentista e suas relações com o poder local e nacional. A partir desse estudo ela verifica que:

[...] as definições acerca das relações entre as famílias das elites maranhenses também passam pela conformação de que essas mesmas elites constituíam grupos muito mais heterogêneos e subdivididos, por isso portadores de diferentes discursos, mas que na configuração geral interagiam na busca de seus objetivos e na permanência de seus grupos no lugar ocupado (caso ocupassem postos privilegiados) ou no desejo de galgar novos espaços de poder.

Já Miriam Dolhnikoff<sup>138</sup>, no texto “*Elites regionais e a construção do Estado Nacional*”, delimita a participação das elites regionais dentro de um contexto menos centralizado e articulado à corte. Para a pesquisadora, esse grupo vai ajudar a construir o Estado Nacional pós-1822, mantendo inclusive a unidade, uma vez que esses núcleos regionais de poder possuem a autonomia necessária dentro da sua província. Dessa forma, Dolhnikoff afirma que essa mesma elite regional é a que dará origem às elites políticas regionais e dominarão o quadro político local durante parte considerável do Primeiro Reinado, informações visíveis nas páginas do jornal *Publicador Maranhense* dos anos de 1840.

Ainda, Dolhnikoff, em contraponto ao argumento de José Murilo de Carvalho, quanto para este, a elite nacional forma um bloco único coeso por suas próprias concepções ideológicas e sua formação acadêmica, transformando as elites regionais em pequenas unidades sem muita força política e decisória, afirma:

[...] a unidade e a construção do Estado foram possíveis não pela ação de uma elite bem formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação. (DOLHNIKOFF, 2003, p.432)

A partir dessas reflexões, compreendemos que estes partidos, que eram compostos a partir das ligas de famílias, se apresentam nas páginas do jornal num embate ferrenho. Buscavam, sobretudo, espaço para se afirmarem e/ou se acomodarem diante do contexto de instabilidade, que ao mesmo tempo em que aproximavam determinados grupos do poder, exigiam desses arranjos locais tanto com a elite do campo, como com os comerciantes e bacharéis.

---

<sup>138</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional*. In: JANCSÓ, István. (org.). **Brasil**: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijú; Fapesp, 2003.

No contexto de disputa eleitoral, conforme aparece no jornal, os Bem-ti-vis eram acusados de liberais ou mais próximos do povo<sup>139</sup>. Compostos por desordeiros; os Cabanos eram entre os grupos, os mais conservadores, formados por homens de bens e defensores da ordem. Vejamos texto publicado:

As censuras da Sentinella da Monarchia, ou de seu correspondente, dirigidas ao Dr. Miranda, tem chamado a atenção sobre o estado do espírito publico naquela provincia; porquanto sendo accusado esse Sr. por ter dado ao partido Bem-te-vi a influencia governativa e judiciaria, deixando de lado o partido Cabano, ninguém pode ter idéia da força dessa accusação, sem saber a índole e os princípios dos partidos qualificados por essa designação, pois se há um deles que seja anarchista, que propale as máximas de adversários de toda ordem, e se esse econtrou-se o presidente com ele, o governo, será inquestionável que um outro fizeram acto impolitico de que hão de se arrepender....

A colônia vivia um período em que se acirravam as disputas para as eleições de 1842. E o então Presidente da província, de acordo com o citado jornal do Rio de Janeiro, fazia o jogo dos partidos no sentido de abrir espaço de diálogo com ambas às forças, sejam as mais conservadoras ou liberais.

A cidade de São Luís era onde acontecia as disputas e projetos que giravam em torno de um discurso modernizador<sup>140</sup>. E Miranda estava no meio dessa disputa, sobretudo porque seu nome não era unanimidade nem na corte nem na província, conforme texto do Publicador Maranhense em 5 de julho de 1842:

Sabe-se hoje geralmente a rigor da luta de interesses que se travou na corte pró e encontra a volta do Snr. Joao Antonio de Miranda a esta provincia qualidade de seu presidente. Para que os nossos leitores possam apreciar os motivos que so fazia valer nessa contenda, que tocou tam de perto ao Maranhão, damos neste número um extracto de Brazil, que seguiu as partes do Snr. Miranda; sentindo não poder fazer outro tanto com a Sentinella, que so lhe oppoz, por que não no-lo permite a linguagem mais que desabrida que usou contra o mesmo Snr. e contra um dos partidos da provincia.

---

<sup>139</sup> Esse povo aqui não era toda a sociedade, pois não podemos esquecer que vivia-se imerso num sistema escravagista. Mas os bacharéis, comerciantes, artesãos brancos e até os comerciantes urbanos. (Estes comerciantes também não eram unidade entre si, junto aos liberais, pois boa parte defendia os cabanos). Desse povo, quem tinha direito ao voto eram os homens, brancos e votam também em homens, brancos e defensores dos seus interesses e não da sociedade em geral.

<sup>140</sup> No geral, o dito discurso civilizador tem início nas províncias brasileiras já nas primeiras décadas do século XIX, todavia, somente na década de 1870, com o cientificismo reinante na Europa, que, por conseguinte, ia se estabelecendo também entre a intelectualidade brasileira, passando pela disputar com a filosofia e a Igreja Católica, principalmente, sobre o lugar de fonte legítima de explicação para os fenômenos sociais, bem como de legitimação da ordem vigente (Schwarcz, 1987; Chalhoub, 1996).



João Antonio de Miranda ficou menos de 1 ano da presidência da província, de maio de 1841 a abril de 1842, quando foi sucedido Venâncio Jose Lisboa e tem como governador provisório Francisco de Paula Pereira Duarte. O debate político se repete numa disputa política e de território.

### **2.3 O que o jornal anunciava? Nas sessões de anúncios se vendia, se comprava, alugava, propagava e neles as pessoas comuns aparecem nos seus modos de vida**

Naquele dia 5 de julho de 1842, o jornal Publicador Maranhense, além de ter as suas quatro páginas cheias de notícias sobre política e atos do governo da província, trazia também uma sessão de anúncios, nos quais se percebe as vidas de homens e de mulheres com faces e cores por trás do jornal como meio de comunicação. O anunciante publica:

Collecclor da Capital avisa aos proprietários e proprietárias de prédios urbanos, que o lançamento da *Décima*<sup>141</sup> vai ter princípio em 1º de Julho próximo futuro, pertencente ao anuo financeiro de 1842 a 1843, Quem tiver a fazer alguma reclamação, lhe he permitido athe o dia que começar a cobrança. Maranhão 28 de Junho de 1842.

---

<sup>141</sup>LOBO, Rodrigo. Junta de Lançamento da Décima Urbana. In: **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2011. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2748>>. Acesso: 17/11/2016. A Décima era o imposto predial. De acordo com LOBO (2011) a Coletoria da Décima Urbana, criada como Junta de Lançamento da Décima Urbana pelo alvará de 27 de junho de 1808, era o órgão responsável pela arrecadação do imposto predial. O cálculo do tributo tomava por base o rendimento líquido dos prédios alocados e, no caso dos habitados pelos proprietários, a renda presumida em arbitramento. Já para os imóveis aforados, o imposto seria calculado utilizando-se o foro anual. Estavam isentos da cobrança da décima urbana os prédios que pertencessem às santas Casas de Misericórdia e também os rendimentos da agricultura. Para formar e dirigir os lançamentos, foram instituídas as Juntas da Décima em todas as cidades e vilas, cujas estruturas administrativas variavam de acordo com a extensão da localidade e suas especificidades.



142

Até então se trata de um aviso, mas neste, o agente público era o cobrador de imposto. Todavia, ao cobrar, este discriminou em “proprietários e proprietárias”. Homens e mulheres, o que, para a época, não era comum e nas contradições é possível encontrar a mulher sendo citada enquanto dona de algo. Sobre a situação das mulheres no século XIX, Teles nos informa que:

O século XIX não via com bons olhos mulheres envolvidas em ações políticas, revoltas e guerras, em geral. As interpretações literárias das ações das mulheres armadas, em geral, denunciam a incapacidade feminina para a luta, física ou mental, donde concluem que as mulheres são incapazes para a política, ou que esse tipo de ideia é apenas diversão passageira de meninas teimosas que querem sobressair (TELLES, 2010, p. 407)<sup>143</sup>.

Sim. Nos anúncios e embates políticos elas não apareceram até então, sabemos que a política não se limita aos partidos ou grandes atos vividos por homens, pois a concebemos no campo da luta e da experiência, as mulheres mesmo ocultadas nos escritos, aqui estão elas sendo cobradas e chamadas a se pronunciar no espaço público de igual maneira aos homens.

Aos poucos elas vão aparecendo no cenário da cidade, mesmo que, na maioria das vezes, sejam por trás do seu marido ou pai. Neste anúncio de fuga de escravos temos duas mulheres em condições diferentes: Tomazia, a Senhorinha e Gertrudes, a escrava.

<sup>142</sup> Imagem 17 - Modelo de Décima Urbana no sec. XIX

<sup>143</sup> TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

A Tomazia, Senhorinha de Aquino<sup>144</sup>, da Villa do Sobral, fugiu uma preta crioula, de nome **Gertrudes**, estatura baixa, cabeça chata, desdentada na frente, e tem sinais antigos do chicote: quem a entregar a sua Senhorinha no Sobral<sup>145</sup>; a Leonardo Ferreira Marques na Parnahyba, ou a José Domingues de Castro & C. s no Maranhão: será pago do seu trabalho. (Jornal “Publicador Maranhense de 05 de julho de 1842, p. 4”).

Sobre Gertrudes, o que ela pensava, sonhava, buscava pouco se sabe. É mais uma de muitas negras *crioulas*, que, certamente, nascera fruto de uma relação de sua mãe com um homem branco; baseada muitas vezes no estupro e na violência, sabe-se lá como ela nasceu; se foi amamentada ou minimamente acarinhada pela sua mãe, enfim, quem foi mesmo Gertrudes?

Esta notícia de fato pode ser vista como mais uma no universo das relações entre mulheres escravizadas e não escravizadas. Entretanto, nos possibilita também uma reflexão, sobretudo no campo das relações, seguindo a linha dos estudos iniciados na década de 1980 de Schwartz (2001) e Mattoso (2003), acerca da imagem do escravo não somente como mera mercadoria de um sistema econômico, mas procurando entendê-lo dentro de relações sociais, étnicas e culturais. E também, no campo da luta e da experiência com Silvia Lara (1995) e Rocha (2007) quando estas, em suas pesquisas, sendo uma em São Paulo e a outra na Paraíba, percebem que os trabalhadores escravizados tinham expectativas próprias, solidamente ancoradas em suas experiências e visões de mundo.

Dessa forma, Gertrudes, primeiramente, passa da condição de escrava para a mulher, negra, escravizada, vítima do racismo, machismo, sexismo<sup>146</sup> e será que, por ir de encontro à sua condição, foi muitas vezes chicoteada, violentada e, mesmo assim, fugiu não somente conquistando a sua liberdade individual, chega a ameaçar toda uma estrutura social? Certamente, sua história está marcada não

---

<sup>144</sup> Nota: Por meio de pesquisa, tivemos conhecimento a partir do livro: O Clã de Santa Quitéria sobre os Aquinos de Sobral. Trata-se do Coronel do Capitão das Ordenanças Thomaz de Aquino Souza, oriundo do Rio Grande do Norte que foi parar nas terras cearenses. Essas informações podem ser conferidas in: MACÊDO, Nertan. O clã de Santa Quitéria. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967, p. 27.

<sup>145</sup> Nota: Sobral (de onde Gertrudes fugiu) é uma cidade da província do Ceará e Parnahyba da província do Piauí. Estes detalhes nos permitem perceber primeiro o quanto esses escravos eram monitorados, pois a distância entre Parnahyba e São Luís não é tão pequena, bem como entre Sobral e São Luís. Outro ponto é supor que esses anúncios eram também publicados em periódicos de outros Estados, (Ceará, Piauí...). Não foi verificado por nós, mas creio haver essa possibilidade.

<sup>146</sup> Nota: temos ciência de que racismo, machismo, sexismo são categoria que não aparecem na documentação referente ao período estudado, no entanto, para efeito de análise, seguindo a linha de Del Priori (2010), fazemos uso deste para melhor compreender o contexto.

somente nas suas cicatrizes que teimam em permanecer vivas e reveladoras de sua situação, mas, sobretudo, nas suas ações e reações à opressão. Ainda, corroboramos com o entendimento de Kátia Mattoso, quando esta afirma que:

[...] quando o negro não consegue criar seus espaços necessários de liberdade, não encontra família, grupo, confraria, divertimento próprio, então, sim, e somente então, recusa a disciplina do trabalho e PASSA AO TERRÍVEL DOMÍNIO DA REPULSA, DOS CASTIGOS, DA REVOLTA (MATTOSO, 2003, p. 116).

Gertrudes teve a coragem de ir ao encontro do escravismo, o que culmina com a sua fuga. Gertrudes se rebelou ao fugir. Sua atitude, em diálogo com a reflexão trazida por Mattoso, nos revela que a vida de Gertrude, enquanto mulher nutrida de marcas ou experiências, não está dissociada de uma realidade histórica, ou não está isolada de um contexto permeado por dores e lutas, que se sobressai em maior intensidade ante a sua condição de mulher negra e escrava. Esse contexto vivido na cidade de Sobral não lhe possibilitou um viver e, sim, um sobreviver, e as suas cicatrizes revelam isso.

Quanto a Tomázia, “[...] *Senhorinha de Aquino*” senhora de Gertrudes, mas também senhora do senhor seu marido Aquino, também não era dona de si. Era a Senhorinha do Aquino. Nesse campo de ambiguidades e contradições, talvez Tomázia, a patroa e, portanto, opressora, tivesse a mesma consciência da sua condição que Gertrudes? Mas os limites de classe de certa forma a tornava mais confortável perante a criada, pois apesar de ambas partilharem de uma determinada condição feminina, as demais dimensões da vida as separavam de maneira muito objetiva. Não seriam essas afirmações, mas uma leitura reflexiva a partir das contradições apresentadas pela fonte?

Joana já aparece no jornal em condição diferente. Vejamos:

Joana Benedita Ferreira, moradora desta Cidade e cazada com Jozé Henrique Garra Monte-Negro mestre de alfaiate com loja e barraca na Praia Grande, Ella como tem em seu poder os bens de seus filhos órfãos e tem de fazer entrega delles ao juiz dos mesmos órfãos aviza ao respeitável publico que não tratem de hoje em diante dos mesmos com o dito seu marido, negocio de qualidade alguma, com pena de que toda e qualquer pessoa que fizer qualquer negocio, de o perder; e para constar mandei passar o dito avizo em que tão somente me assigno com as presentes testemunhas. Maranhão, 18 de agosto de 1842. Joana Benedita Ferreira. Como testemunha – Joaquina Miguel

de Lemos – José Francisco Borges de Almeida. (Publicador Maranhense, edição nº13, de 20 de agosto de 1842).

O jornal não diz se ela é branca ou negra, ou mesmo qual é a sua origem. O que fica compreendido é que ela é casada e possui a guarda dos filhos órfãos do marido e, pelo escrito, o marido quer usar os bens dos órfãos para seus negócios, daí, como é ela quem tem de prestar conta dos bens das crianças, lança mão da imprensa para informar que não pagará as contas do marido. Isso, para a época, é um avanço no sentido de romper com o padrão que seria Raimunda de fulano e não, uma mulher com aparente autonomia para dizer como iria agir. Ela avisa, ela manda avisar. São contradições apresentadas pelo jornal.

Vale lembrar que o modo como a mulher foi tratada na historiografia tradicional se ancorava em uma ordem patriarcal que a mantinha silenciada e/ou subjugada socialmente a uma cultura machista, afastando-a dos espaços públicos. Muito bem. Mas isso cabia para a mulher branca e de posses. Isso cabia para Tomázia, “*Senhorinha de Aquino*”. Como compreender Gertrudes? E Raimunda? Em sua obra *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (2002, p. 217)<sup>147</sup> nos explicita que:

As mulheres não tinham história, não podendo, conseqüentemente, orgulharem-se de si próprias. [...]. Uma mulher não nasce mulher, mas tornava-se mulher. Para que isto acontecesse ela deveria submeter-se a um complexo processo no seio de uma construção histórica cujo espírito determinaria seu papel social.

Até então, ainda se explica a condição de Tomázia, todavia, as contradições da dinâmica social, não nega sua história e sua condição de sujeito social. Nesse prisma, analisar Gertrudes requer retirá-la da condição de coisa e vesti-la de mulher provida de corpo que serve ao trabalho, mas também aos desejos tanto dela, quando dos outros. Gertrudes, ao contrário de Tomázia, não tinha restrição para ir à quitanda comprar mantimentos ou à feira comprar peixes sozinha. Para ela, os limites da cidade eram mais amplos e, por conseguinte, lhe ampliava as experiências e as redes de sociabilidades, os contatos com o mundo social da rua e esse social está intrinsecamente interligado com o que vamos chamar aqui de privado, que é o âmbito dos sonhos e desejos.

---

<sup>147</sup> BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

Corroborando com Cruz, Peixoto e Khoury, assumimos a cultura enquanto campo privilegiado do viver e da reflexão histórica, constituído pelas “experiências sociais de homens, mulheres, jovens, migrantes, negros, em diferentes momentos e situações históricas”<sup>148</sup> Com isso, afirmamos também que a escravidão não retirava do escravizado suas tradições, sua concepção de mundo, enfim, sua humanidade.

Dessa forma, as duas mulheres quando num contexto social permeado pelas suas experiências que formam a teia social, conseguimos compreendê-las nos seus campos de luta e de acomodação, e nas suas contradições. O pequeno anúncio nos permitiu tais reflexões.

No sábado, 16 de julho, na coluna do anunciante, página de número 4 da edição de número 3 daquele jornal Publicador Maranhense, o seguinte resumo:

Na tarde de 14 docorrente entrou de Pernambuco a escuna Carolina. Trasendo-nos Diários daquela cidade até a data de 9 — No lugar competente ficam transcriptas as noticias mais importantes de S. Paulo e Minas. Não ocultaremos que correm outros boatos, mas em senlido contraditorio, e que carecem absolutamente de confirmação. Disem que em Pernambuco o presidente fisera prender alguns officiaes suspeitos de conspirar contra a ordem estabelecida. Ao sahir da Carolina, entrava o vapor do Sul. Nesta provincia foi nomeado insnector do Thesouro Provincial o senhor Estevan Raphael de Carvalho.

Esta notícia resume o panorama da província vizinha por meio das informações que chegam pelo mar. O porto naquela cidade era o canal aberto com o mundo e a imprensa, se alimentava também das informações vindas de todos os cantos. O diário do qual ele falava era o Jornal Diário de Pernambuco que circulava nas diversas províncias do Brasil. Assim como outros jornais chegavam e saíam, com o movimento dos navios e barcos. As novidades são postas em cheque pelo anunciante e conferidas em mais de uma fonte. Isso atesta a experiência do redator e respeita a credibilidade dos leitores.

O Doutor em medicina Miguel Ferreira Tavares, achando sem dinheiro e sem trabalho, oferece seus serviços; no escritório de Manoel Ferreira da Costa Tavares vendem-se pílulas vegetais diversas com algum abatimento para quem levar uma porção, tais pílulas foram trazidas por um representante de Nova York; vende-se

---

<sup>148</sup>CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. Introdução. In. ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olhos D'Água, 2006. p. 13.

pílula da família, preparada pelo boticário Manoel Lopes do Rio de Janeiro; José João dos Santos Almeida e C; morador da Praia Grande vende um moleque com princípio de pedreiro, uma preta moça que sabe cozinhar, lavar e gomar e uma mulata idosa que também sabe lavar e gomar. Quem tiver interesse procure a loja do anunciante. Resumidamente eram esses os anúncios de venda.

E assim se movimentava a cidade daquele sábado de julho. Os escravos eram oferecidos como uma mercadoria qualquer, todavia, destacava-se o direcionamento para o ofício, sendo este atribuído à qualidade da mercadoria. Ele é jovem, um moleque, mas tem princípio de pedreiro. A mulata é moça e sabe lavar e gomar; a outra é idosa, mas também sabe lavar e gomar.

A cultura daquele lugar, daquela cidade portuária aparece nos anúncios de modo muito permanente, vejamos alguns:

1. NO ESCRITORIO DE MANOEL PEREIRA DA COSTA continua a vender-se as verdadeiras PÍLULAS VEGETAES UNIVERSAES Americanas do Doutor BRANDRELT, recentemente vindas de Nova Yoik, ao modico preço de 800 réis cada caixinha; e com algum abatimento para os que levarem porção. Igualmente continua. 16/07/1842 – Ed. nº 3.
2. Vender-se os (ÍENU10S POSATNT-BILIOZOS E PURGATIVOS preparados por Manoel Lopes, Boticário clínico no Rio de Janeiro, e as antigas pílulas da família por seu verdadeiro author na Cidade do Porto: estes remédios já experimentados, e de reconhecida utilidade serão acompanhados das instruções necessarias ao seu uso. 16/07/1842 – Ed. nº 3.
3. Huma escrava, vinda do Rio de Janeiro, mulata, clara, moça, e sem vícios, com hum filho de 2 mezes, vende-se em casa de Manoel Antônio de Carvalho e Oliveira Sobrinho. Maranhão 11 de Julho de 1842. 16/07/1842 – Ed. nº 3.

Tudo era produto. Uma mulata e seu filho postos no mesmo anúncio em que se anunciava a venda de uma casa. Esses anúncios se repetem nas diversas edições do jornal, seguindo a vida ordinária da cidade.

4. Pelo paquete de vapor entrado do sul na manhã de 18 do corrente recebemos jornais da corte até a data de 26 de junho. Nos lugares competentes ficaram transcritas as notícias mais interessantes de S. Paulo, Minas, e Rio Grande. Por cartas particulares, e por informações de pessoas dignas de crédito, consta-nos que havia toda a probabilidade de se dispersarem completamente os revoltosos de S. Paulo e os de Minas mui fraca resistência poderiam fazer, por se acharem circunscriptos aos dous únicos

termos de Barbacena e Pombas, nem depois da debandada de S. Paulo é crível que outros pontos adhiram ao movimento<sup>149</sup>. 20/07/1842 – Ed. nº 4.

5. Francisco Marque Rodrigues & Irmão, tem para vender o seguinte, por preços eomuiodos (Lonas da Kuvsia, e Cabos de Cairo de superior qualidade, Oleados, Bonetes de panno com galão d'oro para oficiaes, Talins, Chorões Bandas: Corrêa mes de polimento para G. N. tudo do último gosto, chegado aproximadamente.

As novidades tanto oficiais, ou as notícias e correspondências do governo, quanto às relativas à cultura, economia, produtos e demais gêneros vinham pelo mar via barcos e navios do Rio de Janeiro, da Europa, das Américas, de todo lugar, como já pontuado. Este tipo de anúncio é encontrado neste jornal durante toda a sua existência, o que traz a cidade, o lugar e a cena com as suas peculiaridades.

Na perspectiva da história social, olhar para a província, para a cidade/província, passa por ampliar o olhar para além do que está posto estruturalmente. Nesse exercício, olhamos para a província pela vitrine do jornal Publicador Maranhense, sobretudo na última página, a dos anúncios. Lá observamos o movimento da cidade a partir das notícias que vinham e iam por meio do porto.

Ler esse jornal era também olhar o porto com seu movimento, que diretamente influencia na localização das pessoas naquela cidade, cujos habitantes apareciam no jornal de todas as formas, desde anunciando a venda ou compra de um escravo às propagandas de produtos nos jornais e ali, naqueles anúncios a cidade ia se revelando. A Rua Grande, Rua do Sol... Era na Praia Grande que o comércio movimentava o porto que movia a cidade/província.

## 2.4 Os Avisos Diversos do Jornal

Ainda sobre os anúncios do Jornal Publicador Maranhense, analisando esta feita, a coluna “**Avisos diversos**”, percebemos que esta coluna do jornal Publicador Maranhense que ficava nas últimas páginas (3 e/ou 4), foi possível encontrar as pessoas comuns da cidade, ou seja, as mulheres, os trabalhadores escravizados, as crianças, bem como o movimento dessas pessoas e do comércio e

---

<sup>149</sup> Nota: trata-se das Revoltas Liberais de 1842 que foram movimentos que agitaram o Brasil durante o Império, promovidos e organizados pelo Partido Liberal, que contestava a elevação do Partido Conservador ao poder.



do porto. Nesta coluna se vendia, comprava, alugava, ofertava-se de tudo. Desde gêneros alimentícios, vestuários, a medicamentos e escravos todos juntos.

Os anúncios abaixo nos deixam passear na cidade, especialmente na região da Praia Grande, cujo nome, de acordo com Meirelles e Teixeira (1979), está relacionado às reentrâncias que se compunham na maré baixa, chamadas vulgarmente de praias.

O mar, ontem como hoje, invadindo terra à dentro, emprestava à foz do Ibacanga — que em verdade não passa de um modesto riacho insular— a largura quase majestosa de cerca de um quilômetro de extensão, como se fosse ele um verdadeiro e portentoso rio. Mas, a cada refluxo de suas ondas na intermitente oscilação das marés, deixa-lhe nas margens aquele lodaçal fétido que então se alargava, ladeando a Rua do Trapiche, desde a Rampa do Palácio ao pé do antigo Forte de São Luís, até a Rua da Estrela onde se confrontavam a Alfândega e o Arsenal da Marinha, o qual vinha descambar, em acentuado declive, a ladeira da Rua do Giz. (MEIRELES; TEIXEIRA, 1979, p.1)<sup>150</sup>.



151

A narrativa de Meirelles, a imagem da Rua da Estrela do início do século XX e mais, os anúncios a seguir, nos permitem analisar àquele lugar de comércio, de

<sup>150</sup>MEIRELES, M. M; TEIXEIRA, A. O. M. O projeto Praia Grande: Subsídios Históricos. In UFMA-PREXAE, **Proposta para recuperação urbana da Praia Grande** - Universidade do Maranhão, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – São Luís, 1979.

<sup>151</sup> Imagem 16 – Rua da Estrela. Fonte: arquivo privado hospedado no site: <http://kamaleao.com/saoluis/3097/fotos-e-imagens-antigas-de-sao-luis-do-maranhao>. Acesso em: 29/08/2016.

passaio e morada como um lugar sem fronteira, onde pretos e brancos nas mais diversas condições jurídicas se encontravam e disputavam àqueles espaços urbanos. Esses por sua vez, também eram espaços políticos e de embates, pois o porto da Praia Grande como o principal entreposto comercial, entrada e saída obrigatória da cidade através do transporte marítimo-fluvial, possibilitava essa diversidade de caminhos e olhares. Nas falas da sociedade letrada, onde apareciam os negros e negras mencionados como mercadorias ou mesmo como elementos perigosos na sessão policial; ou ainda, o sujeito mal-agradecido e fujão, a cidade também está lá naqueles impressos, nos espaços e ruas: da Estrela, do Giz, da Paz, Rua Grande, Rua Formosa e tantas outras. Nos anúncios conforme a seguir:

Em casa de Joze João dos Santos de Almeida & C. na Praia Grande tem para vender um bom rapé de Lisboa chegado Ultimamente. (Publicador Maranhense, edição nº10, de 10 de agosto de 1842)

Joze Rodrigues Vidal aluga a casa de nº 25 na Rua Formosa, quaze fronteira as do falecido Comendador Felipe Gomes da Silva Belfort. (Publicador Maranhense, edição nº10, de 10 de agosto de 1842)

Raimundo Carlos Ribeiro, morador da Rua de Nazareth tem para vender os objectos abaixo declarados: 1 Chaõ com 2 braças de frente, com seu respectivo fundo fronteiro ao portão do quartel do Campo d'Ourique, 1 aparador, 1 meza de jantar, 42 cadeiras inglesas, 1 lustre grande, 1 lampeão de 3 bicos, 2 ditos pequenos 1 espelho grande para Senhora se vestir 1 piano horizontal com pouco uzo 1 carrinho de 4 rodas com arreo para 2 cavallos e varaes para um, com almofadas volante para servir com boleero ou sem ele, óleo de linhaça, barris de tintas de diferentes cores novamente chegadas, flor de anil cré, alvaiada secante, agoarás, barretes, escocezes, rolos de chumbo em pasta, dito em barra, o que tudo pode vender com muito pouca da factura. (Publicador Maranhense, edição nº10, de 10 de agosto de 1842)

Está aí no jornal, senhores vendendo seus produtos e alugando seus imóveis. Mais abaixo, João Rocha vende um escravo jovem enquanto o promotor anuncia a cidade que mudou de endereço.

Em casa de João da Rocha Santos tem para vender um escravo de 22 a 24 annos de idade, sadio e sem vicio, vindo da Granja no Patacho São Matheus, Maranhão, 1 de agosto de 1842. (Publicador Maranhense, edição de nº10, de 10 de agosto de 1842)

João Pedro Dias Vieira, Promotor Público da Capital, avisa aos Snrs. Impressores, que mudou sua residência para a rua do Giz nº 22; e

igualmente aos que quiserem utilizar dos dispostos no art. 279 do C. P. C. (Publicador Maranhense, edição nº11, de 13 de agosto de 1842)

Tais anúncios nos revelam, dentre outras coisas, a geografia da cidade e os espaços que, para os trabalhadores escravizados também podem ser de passeio, de encontros, de lazer, de comércio. São nos espaços das ruas da Praia Grande que a cidade negra se revela no jornal.

João Antônio da Costa Rodrigues, tem para vender Pixe, Belak-veniz, e Cabos de Linho. (Publicador Maranhense, edição nº11, de 13 de agosto de 1842).

Continua a andar em praça os alugueis das Casas dos herdeiros de Faustino Antônio da Rocha avalladas por 550\$000; em caza do Illm. Sr. Dr. Juiz dos Órfãos todos os dias de Audiencia. (Publicador Maranhense, edição nº11, de 13 de agosto de 1842)

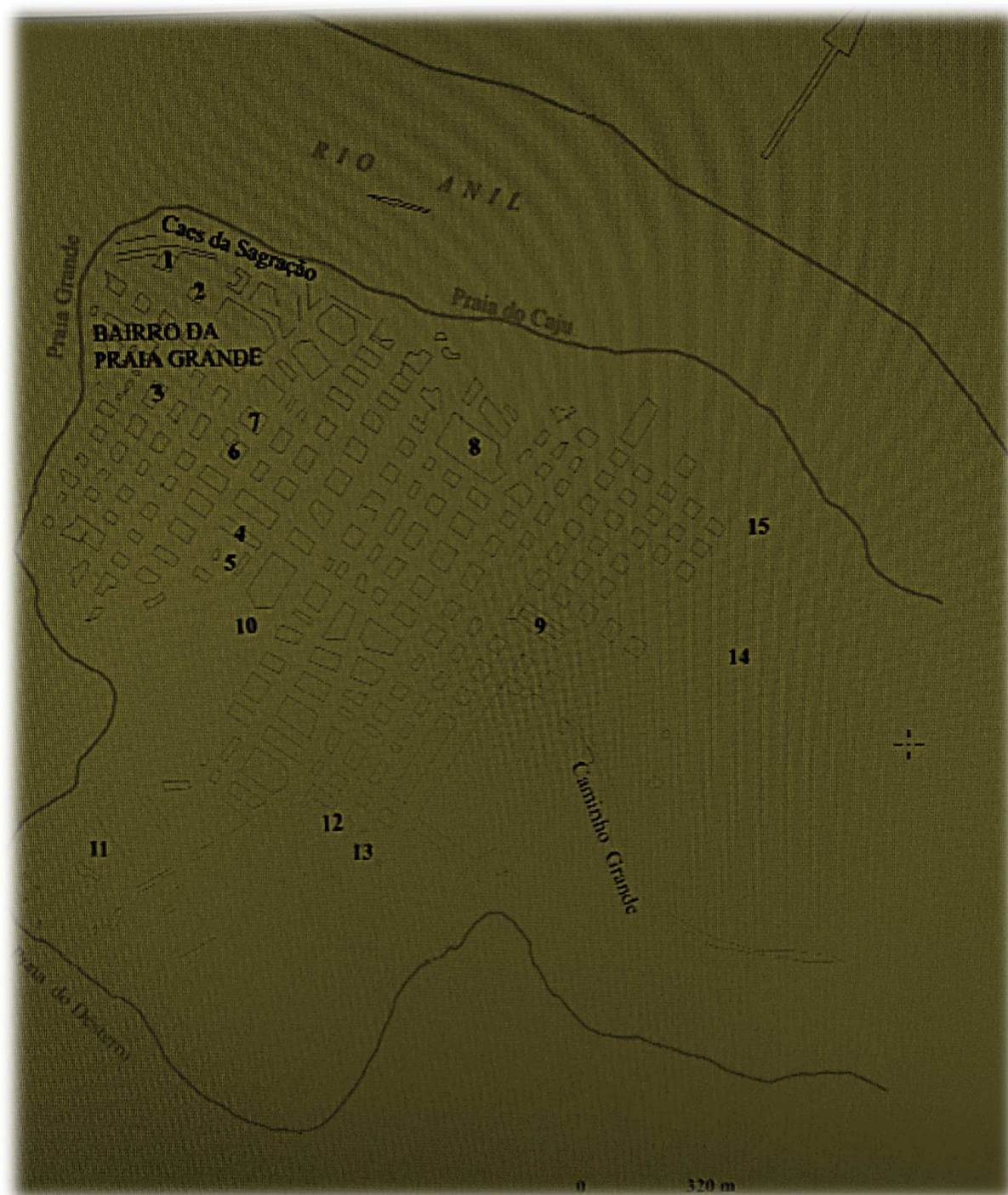
Cobre para forro de navios com a competente pregadura vende Raimundo Carlos Ribeiro na sua caza Rua do Nazareth e também aluga huma boa preta para ama de leite. (Publicador Maranhense, edição nº11, de 13 de agosto de 1842).

João anuncia a venda de pixe e verniz e Raimundo vende cobre para casco de navio, mas quem era João ou Raimundo, o que faziam e onde estavam? Como viviam? Eles viviam em uma cidade dividida entre o lugar de morar e o lugar de trabalhar.

E, nesse caso, tratava-se de homens brancos que viviam do comércio e/ou, como moradores da Praia Grande. O pequeno mapa abaixo nos dá uma ideia de como a cidade funcionava e o ponto de ligação da cidade com o Caes da Consagração que era a zona portuária. Ao lado, a Praia do Caju, que era onde havia as feiras, chegadas de barcos de pesca, conforme Araujo e Soares (2006)<sup>152</sup>; Pereira (2006).

---

<sup>152</sup>MOREIRA, Carlos Eduardo (et. al). **Cidades Negras**: Africanos, crioulos e espaços urbanos *no* Brasil escravista - Século XIX. Editora Alameda, coleção Presente Passado, 2ª edição: São Paulo, 2006.



153154

Fonte: RODRIGUES, Z. M./2004; Adaptado por PEREIRA, J. de J./2006  
 -CIDADE DE SAO LUIS EM 1844

<sup>153</sup> Mapa 3 – Bairro da Praia Grande 1844.

<sup>154</sup> Este fragmento de mapa foi recortado da tese de PEREIRA, Josenildo de Jesus. USP, 2006. O qual é professor da Universidade Federal do Maranhão/UFMA e importante historiador e pesquisador maranhense. Nosso intuito era encontrar um mapa que possibilitasse a compreensão não somente da cidade, mas da importância do espaço da Praia Grande enquanto área que concentrava a maior parte da população e do comércio já na primeira metade do século XIX.





155

O destaque nos dois mapas, a região ao redor do porto, é o bairro da Praia Grande que, por sua vez, acolhe a cidade na sua parte baixa, no qual foi construído um porto somente no final do século XVIII. As outras partes baixas, ocupadas pelos mangues ou submetidas às frequentes inundações, permaneciam desocupadas. A cidade vai subindo a ladeira e se espalhando.

O primeiro mapa, de 1844, mostra a planta de uma cidade concentrada ao redor do porto, mais próxima do mar e dos rios, que segue as atividades comerciais e de mobilidade. Era por essa região que se chegava a São Luís e ao Maranhão. No segundo mapa, quase dois séculos depois, percebe-se que a porta de entrada continua a mesma e que a cidade continua subindo a ladeira, sem deixar de ter a região da Praia Grande como importante referência.

No jornal, *Publicador Maranhense*, esta parte da cidade aparece como sede das atividades comerciais de médio e grande porte. Dos negócios mais simples

<sup>155</sup>Mapa 4 – Bairro da Praia Grande 2015. Fonte: Google Maps Brasil, 2015.

como aluguéis de casas, até ao comércio de gêneros alimentícios, vestuários e pessoas (escravos). Era na Praia Grande que se concentravam o comércio e as casas residenciais.

Os anúncios são os mais diversos, desde o José que aluga uma casa, até grandes casas de negócios como a de Joze Ferreira conforme anunciado na edição nº12 do Publicador Maranhense, em 17 de agosto de 1842. “*a caza de Negócio de Joze Ferreira da Silva & Irmão Rua da Estrella nº 18*”. Conforme Silva (2010)<sup>156</sup>:

[...] por causa do porto, tornou-se centro comercial, onde se importavam e exportavam mercadorias controladas por militares e chefes do executivo da cidade, o que possibilitou a concentração de atividades comerciais e residenciais por muitos anos.

A cidade que de São Luís do Maranhão nos apresenta o jornal “Publicador Maranhense” a partir dos anúncios gira em torno do bairro da Praia Grande e do porto e do comércio. A área comercial importante, onde eram tratados grandes negócios. Esses anúncios eram de compra, venda e aluguel de trabalhadores e trabalhadoras escravizadas, objetos e bens.

O Brigue Escuna Suarte 3º Capitão Antônio Nogueira dos Santos, vai sahir com toda a brevidade para o Porto, e quem no mesmo quizer carregar ou hir de passagem dirija-se ao seu proprietário Antonio Juarez Soares Duarte, ou no mesmo Capitão abordo. Maranhão de Julho 25 de 1842. (Publicador Maranhense, edição nº10, de 10 de agosto de 1842)

Vende-se hum mulato de 34 annos de idade, pouco mais ou menos, o qual he natural de Maceio, donde veio, e se vende com a condição de ficar nesta província, He carreiro, vaqueiro e tem princípios de ferreiro; pode passar-se no escriptorio das snr<sup>as</sup>. Meirelles, Rua da Estrella nº 47. (Publicador Maranhense, edição nº11, de 13 de agosto de 1842)

Para Pernambuco, a sahir com toda a brevidade o bem conhecido Brigue Escuna Lauro. Quem no mesmo quizer carregar ou ir de passagem, falle com os seus proprietários José Ferreira da Silva & irmão. (Publicador Maranhense, edição nº10, de 10 de agosto de 1842)

Manoel Joaquim Lopes da Silva, pertende mandar para Portugal seu filho Joze Joaquim Lopes da Silva de 13 anos de idade, cujo anuncio faz a fundo do dito se poder habilitar pela Policia. Maranhão 9 de

---

<sup>156</sup>SILVA, Geórgia Patrícia da. **De volta à Praia Grande**: o “velho” centro com o “novo” discurso. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão em Políticas Públicas. 2010.

Agosto de 1842. (Publicador Maranhense, edição nº12, de 17 de agosto de 1842)

João Jose da Cruz na Rua do Alecrim nº 11, tem para vender duas escravas ainda moças, e propias para o serviço de caça. (Publicador Maranhense, edição nº12, de 17 de agosto de 1842)

Dos anúncios, não havia tantas mudanças, seguia a ordem do capital que exigia a propaganda dos seus produtos e a própria dinâmica da cidade que norteava os avisos e anúncios diversos.

Antônio Bernardo de Sena tendo chegado apouco de Caxias tenciona hir para n Cidade da Bahia, quem tiver negocio a tratar com o dito pode procurá-lo na rua Estrella em caza de Joaquim Alves de Oliveira. (Publicador Maranhense, edição nº12, de 17 de agosto de 1842)

João Joze Vieira, Dr. em medicina, recém chegado a esta capital, residente na travessa do Ribeirao junto à botica franceza; onde poderar ser procurado para qualquer negócio que lhe dliirà respeito: outro sim ofereço os meus serviços ptofissionaes ao Público da mesma Capital. (Publicador Maranhense, edição nº13, de 20 de agosto de 1842)

FOLHINHAS D'Porta e Algibeira para o anno de 1843, Impressas em bom papel e muito exatas. Vendem-se na tipographia deste Jornal, e na loja do Snr. Pinho e irmão, na Praia Grande. (Publicador Maranhense, edição nº13, de 20 de agosto de 1842).

Na Loja de Livros cita na Rua Grande ha ultimamente chegados de Portugal, Romances de Paulo de Kock ditos Valtec Scolt; O conde de Tolosa; A Viuva, ou o Epitafio; A Mulher ou os seis amores; Alfândega papal; Emilio ou os teres de meu pai; o Conselheiro das Damas; o Enredo misterioso; Pauorama, Archivos , Biblioteca, Familiar, Museo pittoresco; Magasin pitto resque; Recreio das Famílias, Dicionario de Moraes, dito Clássico' Obra de Tiliho Elyσιο, ditas de José -Daniel Rodrigues da Costa, e outras muitas Latinas, Francezas e Portugueza. Na mesma Loja encaderna toda a qualidade de Livros, José Antônio Gonsalves de Magalhaens. (Publicador Maranhense, edição nº43, de 17 de dezembro de 1842)

Essas dezenas de anúncios que estampavam as duas últimas páginas do jornal Publicador Maranhense naqueles anos de 1840 nos revelam a cidade comercial e o movimento do porto, os produtos que vinham da Europa e América do Norte. O fluxo e movimento na Praia Grande e as ruas que cercavam aquela região da cidade.

Das permanências, o que aparecia com bastante frequência naquele jornal era o cenário da Praia Grande e os anúncios de fugas de escravos. Com o passar dos

anos esses anúncios foram se avolumando nas páginas daquele jornal, o que compreendemos como a falta de controle dos donos de escravos sobre àqueles trabalhadores, ou a capacidade daqueles homens e mulheres criarem estratégias de resistência à dominação e exploração dos seus proprietários, numa cidade-ilha onde as fronteiras eram bastante largas.

Antônio Francisco Lisboa morador na Rua do Cruzeiro de S. Antônio caza n.º 24 vende um molato de 23 anos de idade, e compra um moleque que tenha de 10 a 16 anos. Hum Moleque Criôlo, de 16 a 18 anos de idade, e sadio, em Caza de João da Rocha Santos tem para vender. Maranhão 16 de Dezembro de 1842. (Publicador Maranhense, edição nº43, de 17 de dezembro de 1842)

Na Rua do Giz n. 12, Manoel Antônio dos Santos Leal, tem para vender huma escrava preta de bôa figura, com leite-, sem cria , que entende de costura , gomar, lavar e mais serviço domestico. (Publicador Maranhense, edição nº43, de 17 de dezembro de 1842)

São Luís, a “cidade do Maranhão”, nos moldes como era escrita na literatura jornalística e documentos oficiais da época, era a porta de entrada para a província. Tudo passava por aquela cidade e, claro, a cidade e a província se projetavam para fora, antes e pós 1822 (ano da independência do Brasil).

Como analisamos, sobretudo nos anúncios: da escrava vinda do Rio de Janeiro, capital do império, mas próxima da “civilização”; as pílulas vindas do Rio e fabricadas na cidade de Porto em Portugal. O vir de fora, nesses casos, parece-nos que tanto agregava valor ao produto, quanto atestava a qualidade do mesmo, tudo do mais fino gosto, ou seja, o da nobreza, o da Europa ou da América do Norte.

Em a caza de Negocio de Joze Ferreira da Silva & Irmão Rua da Estrella nº 18 ha para vender chegado de fresco, pelo Brigue Escuna Laura, bons Cha rutos, em caixinhas, Araruta, pretas com habilidades, remos para lancha, e botes, amarra de Piaçaba, bom assucar em latas refinado e mesmo branco em burricas e meias barricas muito superior, Agoa de Colonia, as verdadeiras pílulas vegetaes do Dr. Brandreth, o superior Leroy, remédio contra as Lombrigas, chapeos do Chile, barretinas para snr. muito bom breu, e peixe, pedras de amollar, muito bom superior rapé novo de Lisboa, vindo por Pernambuco , Areia preta, e Muquem. (Publicador Maranhense, edição nº12, de 17 de agosto de 1842)

João Antonio da Costa Rodrigues tem colleções de panoramas, Archivos encadernados, Recreio, ou jornaes de famílias, Retrato em Biografias das personagens illustres de Portugal, Muzeu Pitoresco e





atento aos avanços artísticos, culturais e científicos internacionais. Contudo, politicamente vivia-se tempos de tensão no processo de institucionalização do Estado Imperial entre a centralização e as tendências à descentralização, o que nas províncias aumentavam a pressão e responsabilidade das autoridades locais e regionais em conter os focos de instabilidade.

No dia a dia do jornal, as notícias chegam pelo mar e, daquela quinta-feira, 27 de julho de 1843, chegara um grande navio no Porto de São Luís com mercadorias diversas. Conforme já pontuado, o transporte de cargas e pessoas acontecia principalmente pelo mar e, com isso, a importância do porto para vida e movimentação naquela província era enorme. Percebemos isso sobretudo nas últimas páginas de cada edição do jornal, onde tratava da economia e da vida de quem vende, compra, aluga, chega, sai, foge.



Imagem<sup>159</sup> 20 – Porto<sup>160</sup> de São Luís no séc. XIX.

---

<sup>159</sup>Fonte: imagem retirada do Blogger Sky. Disponível em: in: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=468725>>. Acesso em: 12/03/2016.

<sup>159</sup> No jornal, na coluna de anúncios, havia um item que era o “Movimento do Porto”. A partir dos anúncios de entrada e saída de embarcações era possível verificar o entre e sai das pessoas, sobretudo homens que vinha a cidade trazer negociar mercadoria, assim como partia de São Luís para outras províncias como Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro. Outro ponto que encontramos, tanto nos coluna da repartição de polícia do jornal, quanto nos registros da secretaria de polícia do Arquivo Público do Estado do Maranhão foram os marinheiros, muitas vezes presos por embriaguez, desordem e envolvidos em brigas com outros. Isso nos leva a constatar a presença desses sujeitos na cidade.

<sup>160</sup> O Porto de São Luís, de acordo com a toponímia oficial adotada pela Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, compreende o cais da Praia Grande, a Rampa Campos Melo, o Cais da Sagração e

Percebemos, então, nas contradições das memórias apresentadas que aqueles sujeitos que apareciam no jornal, embora juridicamente em condições distintas, ou seja, escravizados, alforriados ou livres, eram trabalhadores explorados, mas sujeitos das suas histórias por meio das suas experiências. Um bom exemplo do que estamos falando é o grande número de fugas de escravos publicados diariamente naquele agente de comunicação.

Nesta primeira parte, analisamos as publicações do jornal entres os anos de 1842 e 1845 a fim de verificar não somente como apareciam, ou eram apresentados os trabalhadores naquele periódico, mas também como eles viviam na cidade de São Luís do Maranhão. Ou em que lugares da cidade e em que condições. Nesse sentido, já pudemos perceber que eles estavam em todos os lugares. Na casa, na rua, na praça, na igreja, na prisão, na quitanda, na feira, no cais....

Em resumo, foi um querer entender essa cidade que me trouxe até aqui. Nos jornais, nos textos diversos, especialmente no periódico de nome “Publicador Maranhense”. Encontramos nesses registros *marinheiros e homens de negócio*<sup>161</sup> que atracavam seus barcos no porto da Sagração, na Praia Grande e adentravam aquela cidade de ruas estreitas e becos acidentados.

Os anos se passaram e aqueles homens fundaram um marco de memória que é constantemente ativado nos processos que visam explicar a fundação de São Luís do Maranhão, a cidade entre rios, e dentro do mar que corre, conforme o filósofo

---

suas áreas adjacentes de atracação e fundamento, na foz do Rio Bacanga, em frente ao antigo prédio do Tesouro do Estado e ao Palácio dos Leões, no Centro Histórico de São Luís Patrimônio Mundial. O Porto de São Luís foi o fulcro dos negócios do Maranhão nos tempos da colônia, do Império e da República, funcionando intensamente nas relações nacionais e internacionais de transporte marítimo (longo curso e cabotagem) e fluvial durante mais de três séculos e meio. Hoje resume suas operações ao transporte de cargas e passageiros oriundo das demais cidades do litoral maranhense, mantendo sua vocação e tradição cultural por meio de suas belas embarcações artesanais de madeira. A organização dos portos brasileiros foi pensada por D. João VI, o Príncipe Regente, em 1813, com a criação das Divisões Navais nas costas do Brasil, estando o Maranhão subordinado à Divisão Naval do Norte. Os Presidentes das Províncias eram os únicos juízes para qualquer assunto, daí porque as Divisões, embora tendo os seus comandantes, a eles eram subordinadas. Com o aumento dos movimentos nos portos marítimos e fluviais vem a necessidade de definir responsabilidades na área portuária. Foi então que o Governo Imperial criou a Capitania do Porto através do Decreto de número 358, de 14 de agosto de 1845, em todas as capitanias que possuísem porto. Informações encontradas no site da capitania dos portos de São Luís do Maranhão. In: <<http://www.mar.mil.br/cpma/index.htm>>. Acesso em: 17/03/2016.

<sup>161</sup> No jornal, na coluna de anúncios, havia um item que era o “Movimento do Porto”. A partir dos anúncios de entrada e saída de embarcações era possível verificar o entre e sai das pessoas, sobretudo homens que vinha a cidade trazer negociar mercadoria, assim como partia de São Luís para outras províncias como Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro. Outro ponto que encontramos, tanto nas colunas da repartição de polícia do jornal, quanto nos registros da secretaria de polícia do Arquivo Público do Estado do Maranhão foram os marinheiros, muitas vezes presos por embriaguez, desordem e envolvidos em brigas com outros. Isso nos leva a constatar a presença desses sujeitos na cidade.

Antenor Nascentes, escrito no dicionário Houaiss. (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de nº 083, sob o título: Poranduba Maranhense. Tomo LIV, parte I (1º e 2º trimestre), Rio de Janeiro, 1991, p. 15)<sup>162</sup>, conforme já mencionado na página 58 deste trabalho.

Tantas foram as leituras acerca daquela cidade/província. Naqueles textos havia sempre perguntas que nos traziam boas reflexões: onde estão as mulheres dessa província? Onde estão as crianças e os negros?

Foram as páginas amareladas dos jornais, especialmente do Publicador Maranhense, selecionado para este estudo por razões já ditas, que nos mostraram a cidade viva com gente que vende, compra, aluga, viaja, chega, trabalha, resiste, propõe, impõe, negocia, propaga.

O jornal, no cenário sócio-político daquela província do Maranhão, da primeira metade do século XIX, desempenhou uma ação política bastante significativa uma vez que os articulistas de periódicos, por meio de seus vínculos ideológicos com as classes sociais maranhenses, não só divulgaram bem como discutiram a respeito do quadro social e de opressão. É bem verdade que a parcela letrada da sociedade era ínfima, todavia, as notícias chegavam por meio do porto e saíam para outros portos. Vejamos o editorial do Publicador Maranhense, na edição de nº 63 de, 01 de março de 1843 e 68 e 79 do mesmo ano:

Por uma embarcação entrada de Lisboa, no dia 25 do passado, tivemos jornaes daquella capitais até a data de 25 de janeiro. As noticias não offerecem, interesse, a excepção das de Hespanha. O regente Espartero dissolveu as cortes, o na opposição se manifestavam serias aprehensoes de tentativas da sua parte contra a constituição. Em Madrid 13 jornaes independentes, e são quase todos os daquella côrte, publicaram uma espécie de protesto contra os planos premeditados. No logar competemte damos os artigos que achamos mais dignos de extractar-se.

Continuamos a dar as notícias que podemos colher dos jornaes da corte. Em um dos numeros do Jornal do Commercio se vê que sendo interpellado o ministro da marinha sobre os boatos que corriam acerca da recomposição do gabinete, S. Ex. respondeu que era muito

---

<sup>162</sup> BRASIL, IHGB. Poranduba Maranhense - **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 083 - Tomo LIV, parte I (1º e 2º trimestre), Rio de Janeiro, 1991. Esta edição da revista trata especialmente da província do Maranhão. A proposta da edição é escrever a história da província desde a sua descoberta até os primeiros anos do século XIX. O trecho em destaque refere-se à chegada de Colombo as Américas e os franceses no Maranhão. A revista estar disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=80>>. Acesso em: 19/02/2016.

provavel a entrada de mais um membro para elle. Dizia-se geralmente que seria o Snr. Paulino; a Sentinella falla também no Snr. José Clemente.

Pelo vapor entrando do Sul houtem á tarde 28 do corrente, recebemos jornaes da corte até a data de 8. Nada havia ocorrido de extraordinário, e o Rio Grande do Sul continua no mesmo estado. Havia chegado á corte o príncipe de Joinville; linha partido para Inglaterra no dia 2 o embaixador Ellias: reservamos para o seguinte numero a publicação dos artigos de mais interesse, pois quando recebemos as nossas folhas já este estava no prello.

Esse e outros jornais que circulavam pelo país e, de certa forma, direcionavam uma parcela média da população em prol ou contra o governo. Aventava contra aquele velho mito fundador que justificava a apropriação do poder político pelos grupos mais ricos do Brasil/províncias, transformando a nação recém-nascida num instrumento ideológico do Estado.

Nesta perspectiva, esses meios de comunicação serviam também como intercessor prós e contra a um Estado que versava sobre o povo de modo absoluto com o controle desde o patrimônio econômico, ao histórico e geográfico, exercendo o controle do ir e vir das pessoas.

Percorrendo os mapas e estudando a cidade, temos sempre a impressão de que há uma cidade preexistente, que sem dúvida é imaginária, é visceral. É nessa cidade que se enraíza a memória dos seus construtores, dos seus praticantes, do seu povo, isto é, daqueles que a vivem cotidianamente.

O olhar da imprensa sobre àquela província do Maranhão nos revelou uma cidade que se constitui, não diferente do país Brasil, forjada em mitos e fundadores a partir da naturalização das desigualdades e conflitos que permeavam também àquelas sociedades coloniais. Conforme a Professora Marta Emísia Jacinto Barbosa<sup>163</sup> (2004, p. 22) constatava em estudo de doutoramento sobre a fome do Ceará de fins do século XIX e início do XX: *“Imprensa, memória e poder se articulam, produzindo modos de viver nos distintos lugares, mas como essa memória é produzida, memória sobre o que e quem?”*. Os registros de memória são mesmo seletivos e, conforme, os ocultamentos são naturalizados.

---

<sup>163</sup> BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. **Famintos no Ceará**: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e início do século XX. Tese produzida no âmbito do programa de pós-graduação em história da PUC-SP em 2004.

Aprendemos com Marilena Chauí que o “*Mito Fundador*”<sup>164</sup> esvazia as origens históricas desses. Ao mesmo tempo em que desqualifica a ação do povo como sujeito na constituição do país, colocando-o como obra do Estado, a partir da ação criadora de Deus e da Natureza, e isso explica o ocultamento nos diversos textos oficiais e literários, de alguns grupos que compõe a história do Maranhão, como os indígenas e os africanos e seus descendentes.

---

<sup>164</sup> Mito aqui no sentido de se compreender as muitas histórias contadas e reproduzidas em torno da fundação da cidade de São Luís. Histórias muitas vezes cheias de contradições e incoerências, por isso a necessidade de revisão a novos olhares a partir dos registros deixados pelos que viveram em tempos mais remotos.



### CAPÍTULO III

#### BRÇOS QUE MOVEM A CIDADE: RELAÇÕES DE TRABALHO E A RESISTÊNCIA



Foto: Memorial Fotográfico  
do Transporte Coletivo  
de Passageiros do Maranhão



Foto: Memorial Fotográfico  
do Transporte Coletivo  
de Passageiros do Maranhão

165

*A escravidão desonra o trabalho*  
Alex Tocqueville<sup>166</sup>

*[...] E Neste paíz que se estabeleceu solidamente a liberdade da  
palavra e da imprensa; e ainda mesmo quando desaparesem*

<sup>165</sup> Imagem 21 – trabalhadores urbanos em São Luís do início do século XX.

<sup>166</sup> Jornal a PACOTILHA, São Luís, 29 de maio de 1883, p. 3.

*todas as suas outras conquistas, bastaria aquela para assegurar-lhe um posto glorioso na história do mundo.*<sup>167</sup>

Como já dito, o jornal Publicador Maranhense, entre os anos de 1842 e 1885, publicava em suas edições semanais uma série de anúncios de fugas de escravos. Esses anúncios geralmente vinham na última página daquele periódico e muitos deles eram publicados e republicados por semanas e até por meses e anos.

Aquele jornal, que iniciou com duas edições semanais, a partir da segunda metade do ano de 1842, passou a publicar três edições por semana em dias como terça, quarta, quinta, sábado. Ou seja, não havia mais um padrão, nem para os dias da semana, nem para o número de páginas que, a princípio, eram quatro, e em 1843 e 44, já verificávamos edições com 5 páginas.

As leituras desse periódico nos levaram a ver que a demanda de notícia parecia crescer junto com a cidade, mesmo que os personagens continuassem os mesmos. Homens e mulheres brancos como protagonistas, os negros como objeto de venda, troca, aluguel, ou como sujeitos fujões e mal-agraçados e/ou ainda, contraventores e perigosos segundo a polícia, e os indígenas invisíveis.

Numa quarta-feira, 7 de dezembro de 1842, o publicador Maranhense, na sessão que tratava das notícias do exterior, bem no finalzinho da página de número 2, traz a seguinte notícia, extraída do “Diário do Governo de Lisboa”:

## **TRÁFICO DA ESCRAVATURA**

### **Acto do Parlamento Britânico, de 12 de Agosto de 1842**

- I. Tendo-se promulgado no terceiro anno do reinado de sua Magestade um acto com o titulo de Acto para a supressão do trafico da escravatura, cuja parte relativa ás embarcações portuguezas é justo e conveniente revogar, decreta Sua Magestade a Rainha, com o concelho e consentimento dos lor da espirituaes, e dos communs, reunidos no presente parlamento, e por auchoridade do mesmo que tudo quanto no referido acto do terceiro anno do reinado de sua Magestade diz respeito às embarcações portuguezas ficará revogado, como ficará edffeticamente Por este, salvo porem no que toca as embarcações port.iuuezas que tenham sido ou fõrem apresadas, segundo as disposições daquelle acto, antes deste ter força de lei, e delle ter conhecimento o apprehendedor ou apresador.

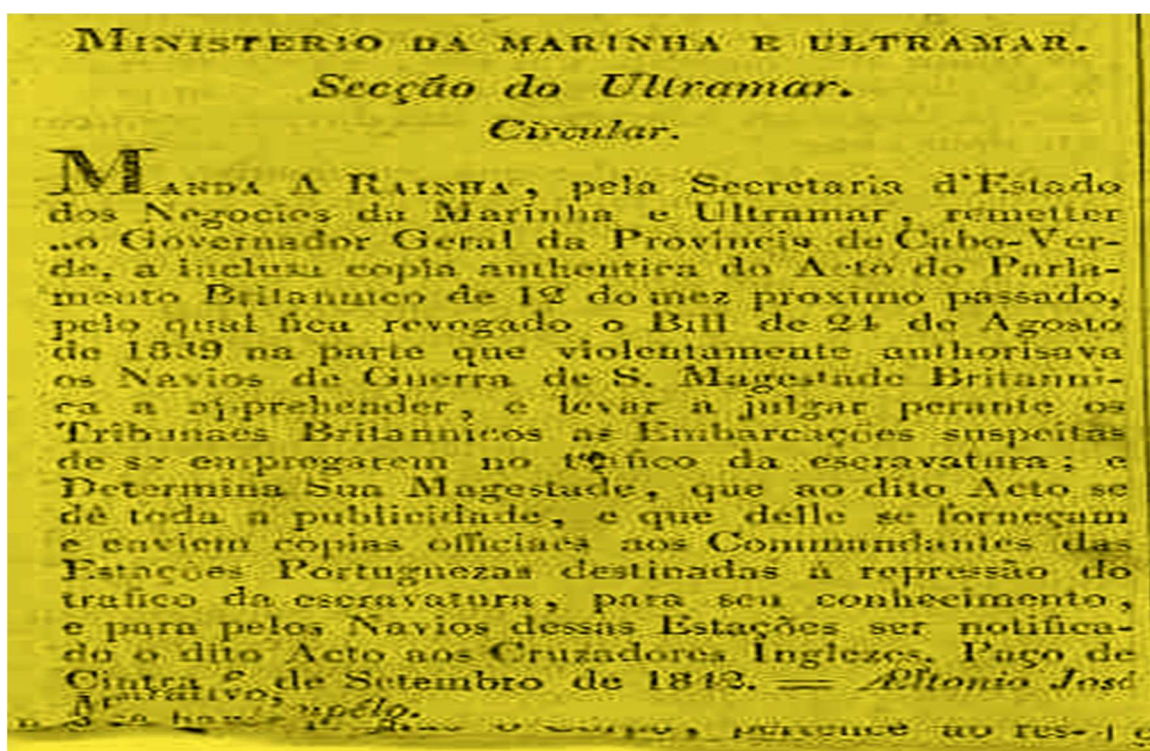
---

<sup>167</sup> Fragmento de um artigo publicado na edição 49 do jornal Publicador Maranhense em 11 de janeiro de 1843. Esse artigo sem assinatura se reporta ao contexto da Revolução Industrial e contradição com a Revolução Francesa, quando uma trata da abertura do mercado e expansão do capital, em detrimento da outra que, mesmo inserida no contexto do capital, fala de direitos e liberdades. A imprensa que se estabelece na província do Maranhão do século XIX, traz consigo muito dessas contradições entre o que se escreve e o que se vive na sociedade.



- II. E decreta q' o lord almirante, ou commissários a quem cumpre desempenhar o cargo de lord grande almirante da Grão-Bretanha, e os secretários de Sua Magestade, e as pessoas que lhe são subordinadas, tomem a possível brevidade as necessárias medidas para dá conhecimento a todas as pessoas a quem possa interessar, do facto de já ter força de lei este acto.
- III. E decreta que o dito acto do terceiro anno do reinado de Sua Magestade não continuará por maneira alguma em vigor e effeito por respeito de embarcações poertuguezas as apprehendidas e detida desde o primeiro dia do mez de dezembro do anno de 1842, no Cabo da Boa Esperança de Hora e em todos os lugares situados a leste do Cabo da Hora, e a oeste do Cabo da Boa Esperança; nem a respeito de qualquer embarcação portugueza apresada e detida em qualquer outro lugar desde, o primeiro dia do mez de fevereiro do anno de 1842 (**Diário do Governo de Lisboa.**)

Não satisfeita com o recorte do diário de Lisboa, fomos pesquisar e, encontramos no *Arquivo do Instituto Histórico Nacional: Arquivo Sobre o Tráfico de Escravos*, a fonte que gerou esta notícia. Como dito, trata-se de uma Portaria Circular do governo português, em que manda publicar o ato do parlamento inglês de 12 de agosto de 1842, relativo à repressão ao tráfico de escravos.



168

<sup>168</sup> Imagem 22 - Carta Circular da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha Ultramar. Arquivo do Instituto Histórico Nacional. Arquivo Sobre o Tráfico de Escravos. Disponível em <<http://infogestnet.dyndns.info/ahn/Cv-leg.03-1.htm>>. Acesso em: 19/03/2016.

Este documento nos possibilitou perceber o cenário internacional em relação ao tráfico de escravos<sup>169</sup>. Nossa compreensão é a de que, no Brasil, este ato do governo britânico em 1842 sugere que se intensifique o tráfico interno<sup>170</sup> interprovincial<sup>171</sup> e, por conseguinte, a vigilância e o controle dos trabalhadores, sobretudo dos escravizados. Essa afirmação passa a ser mais recorrente nos anúncios do jornal, na sessão de anúncios de fugas de escravos, na última página.

Com a proibição do comércio de escravos e a repressão mais acentuada, os traficantes começaram a vivenciar um processo marcado por dois aspectos principais: de um lado, a transformação de sua imagem social, passando de comerciantes ricos e influentes a piratas vorazes e indignos de se manterem no país; de outro, os traficantes tentaram, nem sempre com êxito, manter o comércio de africanos, lançando mão de diversos artifícios<sup>172</sup>. (RODRIGUES, p. 127-128)

O cenário internacional e os debates acerca do fim do tráfico adentra àquela cidade de São Luís do Maranhão de portos abertos e trânsito de muitas pessoas, em 1842, o que sugere entre outras coisas o controle e organização interna.

### 3.1 Os Códigos de Posturas

Em 1842, foi produzido pela Câmara Municipal, publicado em forma de edital um **Código de Posturas**. Instrumento jurídico e normativo composto por 113

---

<sup>169</sup> Nota: a leitura do texto de Jaime Rodrigues nos possibilitou perceber o tráfico de escravos entre a África e o Brasil, eram questões debatidas na sociedade e parlamento brasileiro às vésperas da proibição desse comércio. Ademais, que o fim do tráfico de africanos não estava ligado a um projeto único, e sim constituía um campo de luta de várias propostas.

<sup>170</sup>SLENES, Robert W. **The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888**. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976.

<sup>171</sup> Nota: todavia, a historiadora Hebe Mattos em seus estudos nos informa que o comércio interno é muitas vezes utilizado como explicação para os desequilíbrios, diminuição ou transferência de escravos entre regiões (tanto intra quanto inter-regionalmente), sendo seu estudo essencial para uma melhor compreensão histórica do período e das variáveis de cada região. MATTOS [DE CASTRO], Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988 Slenes (1976, p. 120) por sua vez, nos aponta que, a decadência da produção de açúcar, com a queda dos preços internacionais, somada à expansão da lavoura de café, teria incentivado a transferência de milhares de escravos para a região Sudeste do Brasil.

No caso do Maranhão, são temos dados suficientes para afirmar se houve ou não com intensidade o tráfico inter-região, contudo, nossas fontes sugerem que sim de modo interno. Dentro da própria província.

<sup>172</sup>RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Unicamp, 2000.

artigos, sendo que os três últimos tratavam de posturas provisórias, tinha a função objetiva de tratar do ir-e-vir das pessoas.

O Código de Posturas, editado pela Câmara Municipal de São Luís em 1842, era um dos principais instrumentos da ação institucional dos vereadores, aprovado pelo Conselho Geral de Província. E, enquanto documento oficial, este foi uma das primeiras iniciativas sistematizadas para tentar ordenar o espaço urbano de forma a adequá-lo aos novos modelos civilizatórios importados para o Brasil.

Em linhas gerais, apresenta três ordens de questões, tituladas assim:

- a) Regularidade e Aformoseamento
- b) Cômodo e Seguridade
- c) Salubridade.

Cada um desses títulos é composto por uma série de posturas que indicavam as preocupações mais relevantes que se vivenciavam no seio da sociedade do Maranhão, especialmente da capital, permitindo, assim, uma reconstrução parcial da cidade projetada e almejada por parte dessa sociedade, ou seja, dos que constituíam o poder em São Luís no período. O artigo primeiro deste Código diz:

1<sup>a</sup>

Nenhuma pessoa poderá edificar nesta cidade e seus subúrbios confinando com ruas, estradas públicas, muro ou casa, sem licença da Câmara devendo proceder-se antes a uma vistoria ou arrumação pelas Justiças Ordinárias, sendo citado o Procurador da Câmara para se assinalar a linha de direção que o prédio deve seguir: pena de ser demolido à custa do proprietário o que estiver edificado.

Este artigo atesta a existência de um subúrbio – postura 21<sup>a</sup> – e, na tentativa de organizar, propõe uma ordenação a um modo de casa, de viver que possivelmente, poderia não ser do querer do sujeito morador. Ou seja, o olhar que se sobrepõe aqui é o do Estado que serve aos interesses da classe abastada. Que são os homens e as mulheres ricas.

A cidade então construída a partir desse olhar ou pautada numa memória oficial aparece no jornal Publicador Maranhão constituída a partir de outras matrizes, como os homens e as mulheres negras, os brancos e as brancas pobres; as mulheres negras trabalhadoras das ruas; nas feiras; das tabernas e essas pessoas, certamente viviam a cidade a partir de outras lógicas, ou seja, a dos mundos do trabalho, da sobrevivência, do lazer e da resistência. Outros modos então<sup>173</sup>.

---

<sup>173</sup> Cf. PEREIRA, 2001, p. 36

Os africanos, os mestiços não são inseridos nesse projeto de cidade proposto pelos Códigos de Posturas, mas eles estão ali e a imprensa, ao seu modo, mostra isso. Claro que esta afirmação pauta-se nas evidências que o documento nos traz, todavia apoiamo-nos nas assertivas de Moreira [et. al] (2006, p. 87)<sup>174</sup>, quando este diz: por trabalharmos muitas vezes com evidências limitadas, “é *sempre importante estarmos atentos. Isso para não esquecer que a voz que emana dos documentos é aquela dos algozes*”. Ademais, como afirma Moreira, na página 82 do mesmo texto:

As cidades negras não foram apenas desenhadas pelas arquiteturas e invenções urbanísticas. Entre palacetes, chácaras, prédios públicos, chafarizes e calabouços, surgiram moradias populares. Para essas cidades fortemente africanas e cada vez mais negras e mestiças, faziam-se necessárias casas para tantos escravos, muitos dos quais como trabalhadores *ao ganho* que não residiam com seus proprietários, libertos e toda a população urbana.

A postura de número 14 estabelece espaço para as feiras livres. Do jeito que está posto, é a cidade sendo refeita, reorganizada, mexendo com as pessoas e mudando seus espaços de trabalho, mas também de encontros, de conversas, de fuxicos e de amizades. Enquanto as posturas de número 20 e 21 apresentam as contradições e diferenças que veremos a seguir.

Vejamos: a postura de número 14 destina os locais de venda de alguns gêneros de modo imperativo; a 20 de modo flexível, mas com prazo essa flexibilidade. Ainda no tocante à postura 14, Moreira (2006, p. 64), nos informa que a praia do Caju em São Luís era considerada o principal palco de conflitos envolvendo escravos e libertos. “Este local era ocupado de brigas constantes”. Aquele lugar era desde sempre, local de encontro de trabalhadores negros. Era ali espaço de sociabilidade e trabalho, como também espaços de disputa entre o poder privado dos senhores e o poder público do Estado.

14<sup>a</sup>

A Câmara Municipal tem designado para venda de peixe as praias do Caju – Pequena – de Santo Antonio – Desterro – Madre de Deus; para venda das aves, ovos e alguns outros comestíveis desta natureza e bem assim, frutas e hortaliças – Largo das Mercês – Santo Antonio – Praça do Açougue.

20<sup>a</sup>

---

<sup>174</sup> MOREIRA, Carlos Eduardo (et. al). **Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista - Século XIX**. Editora Alameda, coleção Presente Passado, 2. ed. São Paulo, 2006.

D'ora em diante não se poderá estabelecer tenda alguma de ferreiro dentro da cidade, só sim no bairro do Desterro; pena de dezesseis mil réis e nas reincidências de trinta e dois mil réis; porém as tendas que atualmente existem, serão conservadas durante a vida de seus donos.

21<sup>a</sup>

Ficam proibidas todas as fábricas de curtume dentro da cidade e só poderão estabelecer-se fora dos subúrbios da mesma; e sendo nas suas imediações terão lugar somente na parte que fica a sotavento do Apicum por diante; pena de seis mil réis e doze na reincidência.

O controle do Estado, sobre a cidade, era um dos pontos postos no código de postura, principalmente, sobre os trabalhadores, em particular, os negros. Das 113 posturas, 15 se aplicam diretamente aos trabalhadores negros, e outras 15 de modo indireto, também evidenciam seu cumprimento pelos negros. Esses sujeitos eram cercados e vigiados em todos os cantos da cidade conforme podemos conferir a partir dos fragmentos a seguir:

109<sup>a</sup>

Ficam sujeitos às penas da postura nº 47 os que consentirem em suas tabernas, botequins ou casas públicas, escravos entretidos em quaisquer objetos de distração.

95<sup>a</sup>

Os proprietários de chãos nesta Cidade, os terão limpos, fazendo-os limpar de mês em mês, ou logo que se acharem sujos, quando não estejam cercados/ pena de oito mil réis no caso de contravenção, incorrendo na mesma pena aqueles que nos ditos chãos lançarem lixos ou qualquer imundície; e se não tiver com que pagar, sofrerá a pena de três dias de prisão; se, porém, for escravo o que lançar os ditos lixos, será logo preso por qualquer patrulha, à ordem de Juiz de Paz do Distrito, a fim de ser punido com seis dúzias de palmatoadas publicamente, de cuja pena será absolvido se o seu senhor ou administrador pagar a multa de oito mil réis; e toda a patrulha ou pessoa do povo, que com testemunhas fizer cumprir o determinado nesta Postura receberá metade da multa imposta a cada infrator por sua vigilância.

87<sup>a</sup>

Fica proibido o ajuntamento nas ruas e praças desta cidade de mais de três escravos, exceto para algum serviço reconhecido, que será logo dispersado pelas rondas e no caso de reincidência serão presos para serem entregues a seus senhores administradores ou quem suas vezes fizer para os punir publicamente, e não o fazendo incorrerá na multa de quatro mil réis.

86<sup>a</sup>

Nenhum escravo depois do toque de recolher sairá à rua sem escrito assinado por seu senhor, administrador ou quem suas vezes fizer; pena de ser recolhido à prisão para ser entregue no outro dia ao

senhor, administrador etc. que será obrigado a castigá-lo publicamente, e não o fazendo incorrerá na multa de mil réis.

52<sup>a</sup>

Toda a pessoa que alugar casas a escravos que não mostrarem licença de seus senhores de assim o poderem fazer pagará quatro mil réis, pela primeira vez e nesta proporção até ao máximo pelas reincidências.

Tais registros de infrações dos Códigos de Postura nos permitem perceber as disputas e os conflitos que permeavam a dinâmica das relações sociais e culturais e de classe daquele período numa cidade/província movida por braços negros e indígenas e gerida por cabeças e mentes brancas e estrangeiras. Em meio a isso tudo questionamos: como impedir a gestação de símbolos e significados culturais praticados por meio de cantos, instrumentos e músicas negras? Como controlar esses sujeitos negros que, mesmo sob o controle senhorial, viviam a cidade e criavam símbolos e significados nas suas práticas cotidianas?

Para melhor compreensão, analisamos a partir de Pereira (2001); Farias (2001) e Cabral (1984) a vida social de São Luís entre os anos de 1820 e 1850. Vejamos o que diz Cabral (1984, p. 110)<sup>175</sup>:

De um lado havia uma minoria branca, constituída de proprietários de terras e de escravos, comerciantes e altos funcionários da Coroa Portuguesa – gênese da classe senhorial maranhense. De outro lado, aparecia, num primeiro plano, a grande massa de escravos africanos. [...]. Além dos africanos, era possível distinguir outra classe dominada, formada de uma população livre e heterogênea, onde se destacavam os índios – desengajados de suas aldeias – os caboclos e os mestiços, a qual vivia, em geral, marginalizada das atividades econômicas básicas.

Maria de Lourdes Lacroix (1882, p. 64) em suas pesquisas com registros eclesiásticos também nos traz dados sobre a estratificação social da província do Maranhão. Dessa forma, nas dependências da igreja se organizava assim:

[...] a classe dominante ocupando os primeiros lugares da nave central, onde ficavam ricos genúflexórios em madeira trabalhada e forração de cetim ou veludo, e a população dominada, dividida em classe intermediária e escravaria, a primeira assentada nos bancos corridos, e a segunda em pé nas laterais ou portas da Igreja.

---

<sup>175</sup> CABRAL, Maria do Socorro C. **Política e Educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís: editora SIOGE, 1984.

A contradição aparente entre um volumoso número de homens e mulheres de cores variadas trabalhadores e trabalhadoras escravizadas e reprimidos em detrimento a um número bem menor de dominantes, gera a necessidade de controle. Logo os Códigos de Posturas, no geral, especialmente os artigos que destacamos tendem a exprimir o desejo de controle e segurança desses sujeitos escravagistas.

A postura 45, diz que “*Fica proibido apitar ou dar assobios à noite e mesmo outro qualquer sinal de que só devem usar as patrulhas e oficiais rondantes: pena de dois mil réis*” Proíbe o ajuntamento ou súcia a fim de coibir práticas, de sinais e modos de comunicação existente entre os negros, sobretudo para burlar a postura 86, que estabelece o toque de recolher. Todavia, essas proibições e sansões não dizimam esses fazeres<sup>176</sup>.

Analisando estes códigos, verificamos que eles não só revelam parte da realidade daquela cidade em sua época ao normatizar as permissões e proibições, práticas que são aceitas ou rejeitadas, a ação social disseminada ou criminalizada, mas também a necessidade de controle, sobretudo da população negra, com os toques de recolher.

A cidade desenvolve-se, neste contexto, entre o que é estabelecido como legal e ilegal, incorrendo na separação dos grupos sociais e partindo do contexto da expansão do espaço urbano de São Luís, tendo em vista a necessidade daquela província de pouco mais de 30 mil habitantes se adequar ao chamado mundo civilizado (Selbach, 2010)<sup>177</sup>.

Falo das transformações por que passou o Brasil no século XIX tendo como pano de fundo a consolidação do capitalismo ao incremento de uma vida urbana, que vem viabilizar novas alternativas de convivência social. Como resultado, à “imposição” ou as ideias de uma “suposta” “civilização”, ou de uma adequação do Brasil aos moldes da Europa, instalado no país desde a vinda da Família Real, em 1808, em que D. João VI fez gestões para a vinda de uma Missão Francesa com o objetivo de aqui cumprir missão civilizatória, basicamente no plano da cultura, consagrando a França como modelo para as elites brasileiras e proporcionando à colônia um banho de civilização.

---

<sup>176</sup> Fazeres aqui entendido como cultura ou prática social, como a existência que proporciona novos saberes.

<sup>177</sup> SELBACH, Jeferson Francisco (Org.). **Códigos de Postura de São Luis/MA**. São Luis/MA: EDUFMA, 2010.

O conceito de civilização aqui posto é calcado em Norbert Elias (1994, p. 23)<sup>178</sup>, que para o estudioso *“refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes”*. Essa proposição recebe o apoio de Schwarcz (1998, p. 583)<sup>179</sup> para quem *“civilização é [...] um nome abrangente, que comporta vários significados: tecnologia, maneiras, conhecimento científico, ideias, religião, costumes; enfim, resume determinada situação política e cultural e faz par com a noção de progresso”*.

Seguindo essa linha, o Rio de Janeiro, sede da Corte, transforma-se num polo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagens para todo o país, bem como se transforma no cenário principal em que desenrolava a dramatização de vida social da boa sociedade.

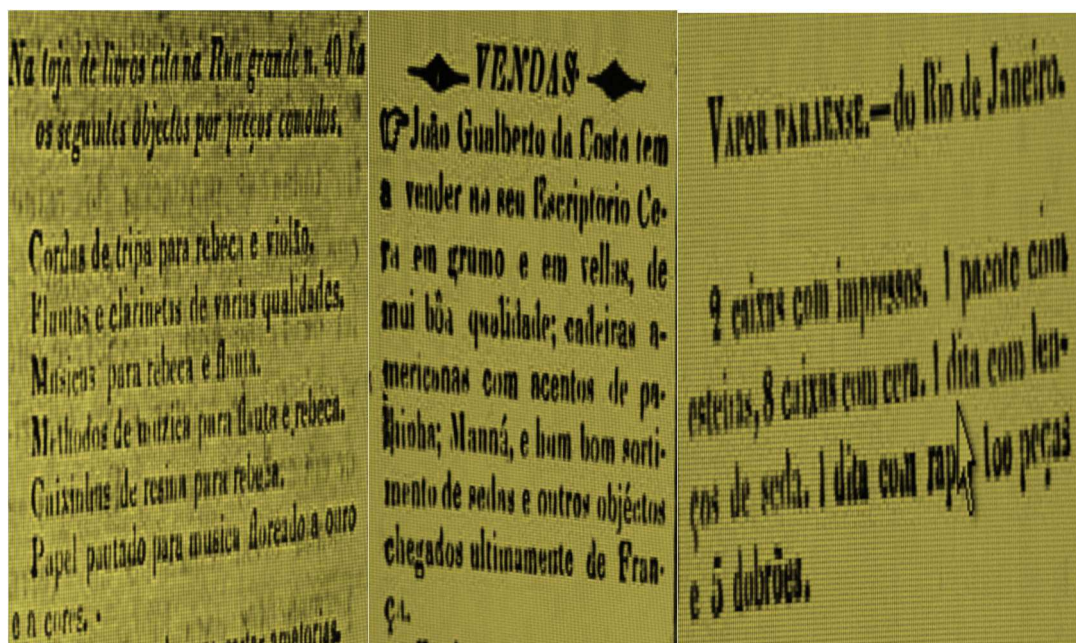
Em São Luís, capital da província do Maranhão foi perceptível essas transformações, uma vez que se encontrava no momento áureo de sua economia, graças, sobretudo, à exportação de seus principais produtos agrícolas, o algodão e o arroz, para países europeus, entre eles a Inglaterra. Nas páginas do jornal *Publicador Maranhense*, essa fase vivida pela cidade era perceptível, especialmente nos anúncios de venda de vestimentas, utensílios e adornos vindos da Europa. Conforme podemos conferir nos fragmentos a seguir: (*Publicador Maranhense* - Edição nº 173 de 1844; edição nº 49 de 1843 e edição 13 de 1842).

---

<sup>178</sup> Dentre as visões acerca do conceito de civilização, nos referenciamos em Elias, apesar de reconhecer a existência de outras que dê conta deste debate.

<sup>179</sup> SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.





180

O Publicador Maranhense, a partir da sua edição de número 63, publicado em 1º de março de 1843, passa a ter uma sessão chamada: **Repartição de Polícia**. Nesta sessão, são anunciadas as demandas da secretaria de polícia, quanto às infrações, crimes e, por conseguinte, as prisões. A matéria publicada nesta sessão merece análise, todavia, vale voltar um pouco a 1842 para, de posse do Código de Postura produzido pela Câmara municipal, compreendermos melhor a matéria.

Nesse sentido, a organização espacial da cidade influenciou diretamente na maneira de controlar os trabalhadores escravizados. O que nossos pressupostos norteadores indicam, a partir de uma situação ambivalente ou, a existência de uma “cidade ideal” - cristalizada nos códigos - e no campo das experiências, uma “cidade possível” – perceptível nas infrações anotadas nas partes gerais das novidades do dia do Corpo de Polícia, que o Jornal Publicador Maranhense noticia em suas páginas semanais.

### 3.2 Como os trabalhadores negros apareciam no jornal?

Nas páginas do jornal Publicador, em todas as suas edições, entre os anos de 1842 a 1885, os trabalhadores negros apareciam de diversas maneiras, de modo que, apesar daquele periódico nos anúncios na maioria das vezes só apresentarem

<sup>180</sup> Imagem 23 – anúncios de vendas.

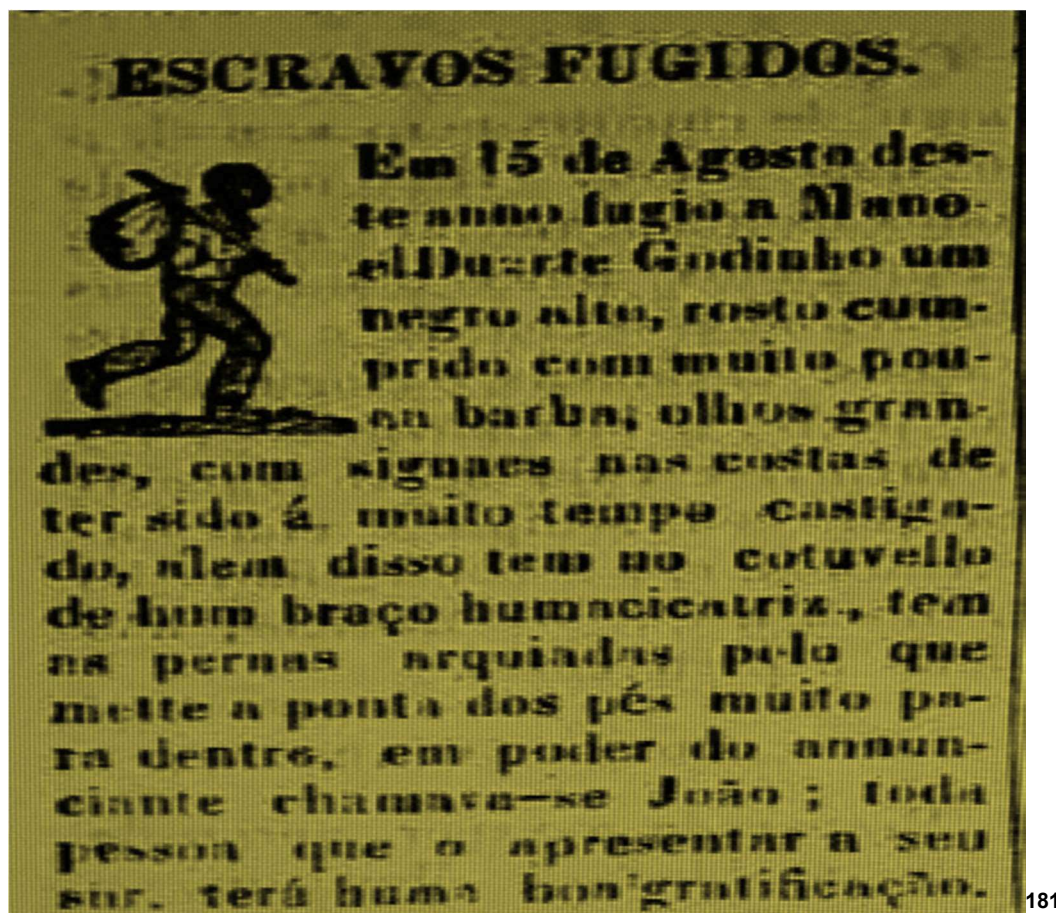
os negros como mercadorias a venda; para aluguel; leiloados ou fugidos, o certo é que eles estavam lá. Eles compunham o cenário urbano daquela sociedade letrada.

Dos anúncios, os mais frequentes eram os de compra, venda e aluguel. Nestes, os negros e negras eram desenhados conforme as suas qualidades, exaltando muitas vezes a sua beleza física, atribuindo a esse sujeito inteligência e vigor para o trabalho, como o da edição de nº 49 do Jornal em 11 de janeiro de 1843:

Vende-se hum lindo escravo sem ponta de barba, robusto, fiel, e inteligente, aplicável a qualquer serviço, ou officio; sabendo bem servir no domestico, e particularmente à pessoa solteira de bom tratamento. Na loja de J. B. S. Çadet. no largo do Carmon.º 14. Maranhão 10 de Janeiro 1843. João Bernardino Gaspar Giffinig.

A exploração da mão-de-obra escrava e a negociação desses sujeitos eram costumeiros nas vilas do Brasil que remontava ao século XVIII. Na cidade de São Luís do Maranhão, essa prática não era diferente. Trabalhadores escravizados ao aluguel ou ao ganho faziam parte do cenário daquela cidade. Havia, porém, uma distinção sutil entre os dois modos de trabalho: no primeiro caso, o trabalhador proporcionava uma renda constante ao seu senhor, ao prestar serviços a terceiros durante um determinado período; o trabalhador de ganho, por sua vez, somava a algumas tarefas na casa de seu proprietário as atividades remuneradas que desenvolvia na rua (ALGRANTI, 1988, p. 49).

No entanto, os anúncios de fugas chamavam a atenção do leitor logo pelo título em letras maiúsculas e em negrito: “**ESCRAVOS FUGIDOS**”. Ou ainda o título em negrito seguida da imagem de um negro em movimento de corrida, com uma trouxa amarrada a uma vara apoiada sobre um dos ombros. Levavam na trouxa sobre as costas, o que possuíam de bens materiais. Uma muda de roupa surrada muitas das vezes, conforme fragmento a seguir:



181

A leitura desses anúncios nos permite conhecer como eram esses trabalhadores sob o olhar dos seus donos e daqueles que editavam esses anúncios, a partir da riqueza de detalhe que eles escreviam ao descrever esses sujeitos. Esses anúncios eram quase sempre objetivos e frios. Na descrição do fugitivo, conseguimos ter uma confissão do seu dono da violência impressa àquele trabalhador. Do jornal, transcrevemos 146 anúncios dos anos de 1842, 1843 e 1844 até o início do mês de maio.

Para a produção desse quadro nos debruçamos durante dias sobre uma série de jornais, e a cada edição fomos encontrando os anúncios e os agrupando de modo cronológico. Nosso propósito primeiro era verificar a frequência desses anúncios e as permanências desses trabalhadores fugitivos nesse jornal. Ao final da pesquisa e, apesar do curto espaço de tempo de menos de 3 anos, encontramos um bom panorama onde os trabalhadores eram apresentados; eram postos nas páginas daquele jornal bastante significativo.

<sup>181</sup> Imagem 24 – anúncio de fuga de escravos

A dúvida era colocar no corpo do texto na íntegra, ou analisar e inserir pequenos trechos? Decidimos pôr na íntegra, pois assim, o leitor juntamente conosco, pode compreender a visão da sociedade branca e abastada sobre o negro; como eles são apresentados por esses homens e mulheres que se diziam seus donos. Veremos as marcas da violência sofrida por esses sujeitos escravizados, atestadas nas descrições feitas pelo anunciante; a fuga do cativo enquanto forma de resistência à escravidão; as relações de trabalho e sobrevivência dos negros; a proibição do tráfico internacional e a permanência do tráfico interno, bem como as reescravizações. Esses são alguns pontos que esse quadro nos permite perceber, além de evidenciar o quanto negra era aquela cidade de São Luís do Maranhão.

Partimos da compreensão de que, para o senhor ou a senhora donos de escravos, a mulher negra escravizada Felicidade ou o homem negro escravizado Ignácio mesmo em face da dor deixadas pelos castigos ainda tinham forças para continuar a lutar pela liberdade. Tendo em vista que a construção da liberdade escrava não se deu apenas pelos discursos inflamados dos abolicionistas, mas também e principalmente, se teceu pelos próprios escravizados que em nenhum momento do escravismo criminoso no Brasil, aceitaram passivamente a escravidão.

Os anúncios de fugas apresentados pelo jornal Publicador Maranhense nos chamam também a atenção o caráter que, em nosso entendimento, têm da não aceitação da escravidão pelos próprios escravizados (CHALHOUB, 1990)<sup>182</sup>.

A considerar o cenário nacional, internacional e local, percebemos que, o quadro posto registrado pela sociedade letrada, não se refere tão somente a um ou outro escravo, e também, não diz respeito apenas ao senhor ou senhora que teve prejuízos pela perda do seu bem. Representa, sobretudo, um embate entre os trabalhadores escravizados e a dos senhores seus donos. Trata-se de um processo de resistência, quando esses sujeitos não aceitam a sua condição e fogem, assumindo o risco de serem pegos, castigados e até reescravizados por outro senhor; mas também um risco para a estrutura vigente, mostrando ainda em metade do século XIX, a fragilidade deste, dada a capacidade dos escravos de se voltarem contra ele por meio da fuga.

---

<sup>182</sup>CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Outro ponto que merece destaque e é verificado nos anúncios, é a especificação das habilidades laborais dos trabalhadores escravizados. A maioria expressiva desses sujeitos tinham ofícios, quer seja de sapateiro, pedreiro, calafate<sup>183</sup>, marceneiro, carpinteiro, ferreiro, cozinheiro, entre outros.

Tal constatação parece óbvia, todavia, quando associada ao campo das relações escravistas por trás desses sujeitos, percebemos que os negros fugitivos não eram tão somente um trabalhador rebelde que na fuga encontrava a liberdade, mas as suas fugas representavam a quebra de uma ordem, ou uma lacuna no campo de trabalho. Com isso quero trazer para a reflexão, o significado de cada um daqueles trabalhadores para a constituição, construção e vida daquela cidade. Visto que, cada uma dessas pessoas exercia um ofício dentro da cidade. Logo, as fugas desfalcavam o desenvolver da vida daquele lugar.

Vejam, num universo de pouco menos de dois anos e meio de pesquisa num único jornal de circulação na província do Maranhão, com duas ou três edições semanais foi possível pesquisar em 146 anúncios<sup>184</sup> de fugas cerca de 60 trabalhadores escravizados envolvidos em fugas, e/ou fugitivos. Dessa forma, se pesquisados mais uns três periódicos neste prisma, teríamos um número significativo de trabalhadores, que conseqüentemente, mexeria com a vida da cidade. São caminhos para novas reflexões?

Anna, Bento, Jerônimo, Felicidade, assim como tantos outros nomes, muitas vezes sem sobrenome, em termos quantitativos são muitos os sujeitos negros e negras que figuram e estiveram nas páginas dos classificados do jornal Publicador Maranhense naqueles anos de 1840.

No geral, os anúncios pesquisados apresentam como elemento comum a ideia de fuga, que a tratamos como uma forma de resistência. E, essa afirmação se faz a partir da descrição feita do sujeito escravizado pelo anunciante, sobretudo, no tocante as marcas da violência. O que permanece em todos os anúncios são as descrições com riqueza de detalhes desses trabalhadores. Havendo, portanto, uma diferença entre os homens e mulheres, quando estas não aparecem como portadoras de um ofício. Outro ponto em comum também são os tratamentos. O negro, o africano,

---

<sup>183</sup> Oficial que trabalhava da limpeza dos cascos dos navios. Muito procurado no período, sobretudo nas cidades portuárias.

<sup>184</sup> Dos anúncios transcritos muitos se repetiam durante semanas, meses e até anos. Transcrevemos todas às vezes publicados.

o escravo ou a escrava. Exceto, o caso de uma africana liberta que fugiu de Domingo Feliciano Marques Perdigão, da Praia do Caju e este reclama o direito de posse sobre ela. Dentre outras, a questão que fica deste anúncio é: Liberta em fuga?

Domingos Feliciano Marques Perdigão faz publico por este meio; que hontem tendo sabido da sua casa na praia do Caju antes das nove horas da noite, huma africana daquelles que forao libertos pela lei<sup>185</sup>; baixa de cara redonda com miúdos e compridos d'ambos os lados; algum tanto velha, e fallando pouco; não voltou mais: suposto que não he mais sua escrava, com tudo tem direito aos serviços que ela pode prestar, por isso que o arrematou perante a autoridade competente; e assignou um termo por onde se responsabilizou por ella, por tanto com justiça reclamará com pertencente à dita, e o valor dos serviços prestados de quem a houver seduzido, assim como agradecerá a lha troucer . Maranhão, 9 de novembro de 1842.Publicador Maranhense, em Sábado 12 de novembro de 1842.edição nº 34

O periódico de propriedade de I. J. Ferreira, morador da Rua do Sol nº 33, publica as mais diversas notícias da província de São Luís e Estados vizinhos. A partir da edição de número 63, foi acrescida a sessão Repartição de Polícia, com notícias vindas da companhia de polícia da capital, onde eram divulgadas as “*partes das novidades do dia*”<sup>186</sup>.

Para efeito de análise desta deste jornal enquanto fonte, reiteramos que tratar dos trabalhadores anunciados no jornal por fuga, texto na íntegra conforme anúncio no quadro posto, nos leva a ver: Quem eram? Quais eram seus nomes, origens e etnias? O que faziam, qual a sua ocupação e, sobretudo, as marcas impressas pelo cativo eram descritas pelo anunciante? As dezenas de anúncios publicados diariamente nos permitem perceber também a importância da ocupação ou ofício daqueles trabalhadores. E que essas, muitas vezes, significavam uma abertura para fugas e sobrevivências fora da casa grande ou noutras casas grandes. Como Antonio oficial de calafate, ou a africana forra que cuidava de uma casa na Praia do Caju que, certo dia, resolveu fazer jus à sua “liberdade”.

Observamos também nos anúncios que é pequeno o número de mulheres fugitivas. No universo de quase 60 pessoas, são apenas 9 as mulheres e, destas,

---

<sup>185</sup> Não encontramos referências sobre essa lei, mas ficou a questão: reclamar pela posse de uma liberta não seria uma reescravização?

<sup>186</sup> Nota: Neste periódico foi possível revisar fontes de polícia que já havíamos manuseado no arquivo público do Estado Maranhão, sessão “documentos avulsos” e, algumas delas utilizada neste trabalho. As partes do dia ou movimento da companhia de polícia era publicada às quartas e sábados no Publicador Maranhense.



nenhuma era anunciada como reincidente, ou seja, que empreendia fuga por mais de uma vez, pelos menos não havia esta informação nos anúncios. Enquanto que, em relação aos homens, havia casos em que era a terceira tentativa de fuga e, em vezes, fugiam com ferros no pescoço ou nos pés, como é o caso do escravizado *Benjamin* que já andava fugido e foi pego para o trabalho na Fazenda Remédios, no Centro de S. Roque onde esteve trabalhando e, depois de 7 meses, tornou a fugir.

Benjamim em fuga foi pego para o trabalho numa fazenda. Esta prática, de acordo com os anúncios, ocorria com frequência, nalguns eles enfocam o nome que o escravo era usualmente chamado, mas afirmava que eles poderiam trocar de nome ou se dizer forro. Outro ponto que aparece nos anúncios, é quando os senhores, “rogava-se a quem o encontrasse para que devolvesse”. Como também os valores oferecidos aos que pegassem e devolvessem os escravos fugidos.

Fortunado também fugiu com ferro no pescoço. Fortunado:

Fugiu de Caxias em 4 de outubro um preto de nome *Fortunato* crioulo, filho do Rio de Janeiro, comprado em julho deste ano ao Dr. Joaquim José Gonçalves Ribeiro com os sinais seguintes: baixo fornido do corpo, cor fula, com cicatrizes antigas nas costas e braços levando no pescoço uma gargalheira, e provavelmente que tenha-se encaminhado para Itapecuru Mirim ou Maranhão. Quem pegar queira entregar em Maranhão ao Sr. Meirelles e em Caxias a Sergio José Vianna e terá boa alviçara.

Vejamos o caso de *Maximiliano*, 20 anos, anunciado no dia 14 de setembro de 1842 no Publicador Maranhense como fugitivo da Bahia:

[...] há toda a probabilidade que ele se evadisse no vapor Paquetá do Sul, que saiu naquela na manhã daquele dia para portos do Norte, porque ali foi visto atracar no ato da saída, o que, de certo, não deixou duvidoso a proteção de alguém que seguisse no mesmo Vapor, tornando-o como criado, ou como quer que seja; no que o dito escravo consentiria por ser muito ladino, capaz, de intitula-se forro, mudar o nome a até deixar se recrutar. Foi cria de uma preta Vicência Maria de Paula, que o vendeu ao anunciante João Baptista Fetal, no ano de 1833.

Esses dois anúncios e mais tantos outros que temos no periódico pesquisado nos levam a pensar nesses sujeitos que não falam por si e, que pouco os conhecemos, tão somente pela descrição feita pelo seu algoz senhor. Mas também, não dá para não pensar o Maximiliano ou o Benjamin, ou mesmo a Anna ou Bia, o que diriam sobre si? Quais experiências carregam? Quais memórias seriam

selecionadas para nos contar o que de fato houve e o porquê da fuga? Enquanto historiadores, nossa tarefa é procurar compreender esses sujeitos em suas historicidades, considerando suas possíveis memórias.

Memória compreendida como uma dimensão em disputa e em constante movimento, e não como um corpo estático sobre um passado já dado<sup>187</sup>. Nesse sentido, como uma corrente capaz de unir elos que se comunicam, nem sempre de forma consensual, todavia, que liga pontos de compreensão entre a forma como os trabalhadores escravizados eram vistos e apresentados pelos senhores de escravos a partir dos anúncios de jornais, abrindo margem para a discussão e o questionamento da força ativa e dos elementos da memória (CAMURCA, 2011, p. 30).<sup>188</sup>

Fragmentamo-nos a partir da memória experimentada, vivida. Ou seja, o sujeito existe apenas na medida em que se constitui como tal. A experiência, por sua vez, traz em si mesma sua própria historicidade, os limites temporais que a delimitam. Ou, a presença do passado na memória e quando ela volta pode provocar na ação do tempo presente os objetivos do agir para e no futuro.

Para os nossos sujeitos, o passado dói, machuca, deixa marcas profundas como as diversas descritas pelos seus senhores nos anúncios e isso nos propõe pensar que experimentar a liberdade, mesmo que por horas, dias ou meses era experimentar viver. As histórias dos sujeitos e os sujeitos nas histórias. Compreendemos essas dimensões como um jogo tenso e contraditório, sobre o qual, diferentes sujeitos criam e recriam suas práticas. Considerando-se que essas fugas acontecem graças à construção dos embates entre diferentes sujeitos e instâncias sociais; as redes de solidariedades como elementos construídos dentro da trama das relações diárias e da vida, são muitas vezes o fio de esperança que esses sujeitos precisam.

Com isso não estamos aqui afirmando ou exaltando um heroísmo nesses sujeitos, mas um movimento de reação ao escravismo criminoso e violento, vivenciados por eles. Seria essa uma consciência de classe, ou, conforme Thompson, o trato cultural da experiência (“tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”). Para ele:

---

<sup>187</sup> FENELON, Déa Ribeiro et al. (org.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2004.

<sup>188</sup> CAMURCA, Daniel. **Memória e Resistência na Construção das Famílias Escravas no Sul de Minas Gerais (1810-1888)**. Tese produzida no âmbito do programa de pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2011.



[...] o que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes [...] a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma ‘superestrutura’ correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações e crenças humanas (Thompson, 2001, p. 260-262).<sup>189</sup>

Para ele, a experiência consiste em desempenhar um papel mediador entre a consciência social e o ser social. Thompson aqui está tratando do seu tempo e contexto. O texto referência dessa reflexão é “*A formação da classe operária inglesa*” que trata, de maneira geral, do processo histórico segundo o qual se elabora um espaço de ação onde se constitui um sujeito a partir da experiência.

No dia 17, do corrente mês de março, (*ano de 1842*) fugiu ao Cirurgião Mor desta Província, José Maria Barreto, um escravo de nome **Ignácio**; bem alto, terá 58 anos, anda como derriado; ele é aleijado da mão esquerda cujos dedos não pode bem estende; leva calças e camisas do algodão e um ferro ao pescoço, e numa braga na perna esquerda, pois é acostumado a frequentes fugas, e sempre para o mato; e ultimamente foi encontrado em Balaio: quem dele tiver: noticia entregar a seu senhor, receberá as alviças.

Experimentar a cidade não trouxe boas memórias para *Ignácio* que nasceu em 1786 não se sabe se no Brasil ou em terras africanas. O pouco que se sabe é que, aos 58 anos, as muitas histórias tatuadas em seus corpos, testemunhos de uma memória que quer ser esquecida, lhe dão força e coragem para ter esperança e lutar contra a opressão.

Ainda seguindo esses sujeitos negros e negras nas notícias de um periódico, verificamos que o jornal, Publicador Maranhense, em 26 de maio no mesmo ano trazia o expediente do dia 18 de maio de 1849, onde, na sessão oficial, o governo da província do Maranhão, anunciava a necessidade de enxugamento das contas públicas daquela província e, medidas para a contenção das despesas conforme documento a seguir:

#### **Governo da Província do Maranhão**

---

<sup>189</sup>THOMPSON In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). E. P. Thompson: As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998, p. 11-46. V. 2. (Coleção Textos Didáticos).

Expediente do dia 18 de maio de 1849.

Ao Diretor das Obras Públicas. Transmito a Vmc. para que sejam observadas do dia 21 deste mês em diante, as instruções constantes da cópia inclusa a respeito dos trabalhadores que só devem empregar na obra do canal do Arapapahy.

O Presidente da Província tendo reconhecido que o Tesouro Público Provincial não pode atualmente manter o número de trezentos trabalhadores empregados no canal do Arapapahy, pagando seus salários com a devida pontualidade, sem que lhe falte o dinheiro preciso para acudir a das outras despesas públicas, igualmente necessária, e urgentes, e tomando em consideração as informações do Diretor das Obras Públicas sobre os mais convenientes meios de fazer progredir aquela interessante empresa com toda a possível regularidade, e economia, ordena que se observem as seguintes instruções.

**Art. 1.** O número total dos trabalhadores do canal do Arapapahy, incluídos os oficiais ou mestres de ofícios, é provisoriamente fixado em duzentos e trinta, sendo cento e oitenta livres, e cinquenta escravos.

**Art. 2.º.** A admissão e dispensa dos trabalhadores compete ao Engenheiro encarregado do canal, tendo por condições essenciais a perfeita robustez, e a regularidade de conduta; mas o Diretor das Obras Públicas pode também mandar despedir os que lhe parecerem impróprios para o serviço.

**Art. 3.º.** Os trabalhadores livres já existentes, e os que de novo se oferecerem não serão admitidos sem que apresentem ao engenheiro um atestado do subdelegado do Distrito da sua residência; do qual conste o seu bom comportamento, estado, profissão, e idade provável. Os que pertencerem à Guarda Nacional deverão apresentar também uma Guia do Chefe do respetivo Batalhão; rubricada pelo Comandante Superior.

**Art. 4.º.** O Engenheiro fará matricular todos os trabalhadores livres em um livro próprio, com as declarações indicadas no artigo antecedente, e uma cópia da matrícula será enviada ao Governo da Província no princípio de cada mês para que possam ser justamente atendidas às reclamações de qualquer deles que, por ventura seja recrutado, ou chamado ao serviço da Guarda Nacional.

**Art. 5.º.** O trabalhador matriculado conservará o seu lugar) sem que possa ser preterido por outro, enquanto bem cumprir os seus deveres. Será, porém, despedido, e riscado da matrícula quando ocorra qualquer das seguintes razões. **1.º** Insubordinação ou desobediência, insubordinação ou desobediência às ordens do engenheiro, Administrador ou feitor da obra. **2.º.** Embriaguez, preguiça, ou qualquer outro vício, que torne a sua presença inútil, ou nociva à boa ordem do serviço. **3.º.** Falta do comparecimento por oito dias em um mês sem causa que ao Engenheiro pareça atendível; ou por trinta dias consecutivos, ainda que por motivo justificado.

**Art. 6.º.** A falta de trabalhadores livres será suprida por escravos, e havendo superabundante número destes deverá, o engenheiro preferir aqueles cujos senhores quiserem anuir à maior redação no jornal atualmente marcado.

**Art. 7.º.** Podem ser também admitidos trabalhadores de 14 até 17 anos, livres; ou escravos, vencendo a metade do jornal estabelecido para os perfeitamente robustos.

**Art. 8º.** O homem livre que trabalhar das seis horas da manhã até meio dia vencerá trezentos reis, o das duas ás seis da tarde, duzentos e quarenta reis. O escravo vencerá no primeiro caso duzentos e cinquenta reis, e no segundo duzentos reis. O serviço prestado por prazo menor do que este não terá direito apagamento algum. Palácio do Governo do Maranhão 18 de

Maio de 1849. Herculano Ferreira Penna.

*(Sábado 26 de maio de 1849. Jornal Publicador Maranhense - ano VII - nº 811 Folha Oficial, Política, Literatura e Comercial)*

Os artigos deste documento são medidas diretas do governo sobre os trabalhadores, o qual limita o número de vagas, regula as condições e critérios tanto para a contratação, quanto para o pagamento a partir das especificidades dos sujeitos, bem como a sua condição jurídica específica. Este texto, por si, já apresenta algumas contradições, ao mesmo tempo em que exclusões. Vejamos o art. 3º:

Os trabalhadores livres já existentes, e os que de novo se oferecerem não serão admitidos sem que apresentem ao engenheiro um atestado do subdelegado do Distrito da sua residência; do qual conste o seu bom comportamento, estado, profissão, e idade provável.

Neste caso, podemos entender que livre pode ser o liberto, o alforriado ou mesmo o branco pobre também? Destes, os negros mesmo com profissão, ainda eram marcados pelo estigma da cor e da escravidão. Nesse caso, o governo está perfilando os trabalhadores a serem contratados a partir de uma lógica branca e capitalista. Sobre isso, Hall (2003, p. 247-248)<sup>190</sup> fala do interesse de aproximação do capital com a cultura da classe trabalhadora quando a constituição de uma nova ordem social dependia dessa proximidade para fim de reeducação desses trabalhadores. Claro que Hall está debatendo a existência e tentativas da desconstrução de uma cultura dita popular das classes trabalhadoras e dos pobres.

Os nossos trabalhadores, portanto, são esses pretos e brancos pobres. E mesmo, em tese, estando todos na condição de trabalhadores, havia a distinção entre o branco e os outros. Todavia, os trabalhadores existiam. Contrariando a história social do trabalho, nos seus moldes mais conservadores, eles existiam aos milhões, pontuados nos mais diversos registros oficiais e não oficiais.

**Art. 6º.** A falta de trabalhadores livres será suprida por escravos, e havendo superabundante número destes deverá, o engenheiro preferir aqueles cujos senhores quiserem anuir a maior redação no jornal atualmente marcado.

<sup>190</sup> HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Aqui no art. 6º, eles são discriminados por condição jurídica, mas são chamados em conjunto com os demais de trabalhadores. Enquanto a imprensa, com raras exceções, os apresenta como serviçais. Como as notícias veiculadas em 4 de janeiro de 1845, edição 248 do jornal *Publicador Maranhense*: “*Nesta typogrnhia se diz quem vende hun escravo sadio, e próprio para serviço de roça, e vende-se por preço cômodo*”. Ou mesmo: *Vende-se huma preta ainda mossã, que sabe lavar, cozinhar o diário de huma caza, e faz bom dosse*. Ainda: *Vendem-se dois escravos, sendo hum muito bom official de carapina, e outro proprio acostumado ao serviço da roça. E ambos de boas qualidades*. Como os anúncios de fugas, os de compra e venda de escravos apresentam esses homens e mulheres como portadores de um ofício, de saberes que podem ser úteis àqueles que os tiverem. No entanto, o termo trabalho é pouco usado, portanto, merece ser problematizado. Por quê?

Considerando que, “o objeto imediato do conhecimento histórico [...] compreende ‘fatos’ ou evidências, certamente dotados de existência real, mas só se tornam cognoscíveis segundo procedimentos que são e devem ser a preocupação dos vigilantes métodos históricos” (THOMPSON, 1978, p. 231).

Essa discussão sobre trabalho, que até então não foi profundamente pontuada por nós, faz parte de inquietações não tão recentes, nem somente nossa, pois um repensar o caminho histórico e metodológico da escrita da história do trabalho no Brasil faz necessário.

Das fontes, pudemos verificar nas análises de diversos anúncios do jornal “*O Publicador Maranhense*”, enquanto periódico de circulação na província do Maranhão entre os anos de 1842 a 1885 que, para esses homens e mulheres trabalhadoras negras urbanas, a experiência de viver e trabalhar na cidade pode não ter sido algo tão fácil. Visto que, ao mesmo tempo em que esses sujeitos não tinham acesso a uma série de serviços e bens sociais e culturais, – até porque, eles e elas não eram considerados no contexto e sim produtos – esses não eram ocultados nas suas ações de resistências e transgressões.

Afinal, assim como o historiador Carlos José Ferreira dos Santos percebe nos anos de 1990 em sua pesquisa sobre a cidade de fins do século XIX, que “Nem tudo era Italiano”, numa cidade de São Paulo permeada por imigrantes, mas também por negros, indígenas e pobres brasileiros. A imprensa Maranhense, constituída em

grande parte pelo olhar da sua sociedade letrada, nos permite perceber que a tentativa de exaltação dos modos de vida europeus nos trópicos gera o apagamento da história e da memória na cidade, da presença e dos modos de vida de outros grupos sociais como os negros e negras (SANTOS, 2003).<sup>191</sup>

Dos homens com ofício se destacam várias profissões. Daqueles homens fugidos, são muitos os oficiais de sapateiro, pescador e cozinheiro. Esses trabalhadores em quase meado do século XIX variavam em idade entre 16 e 58. Muitos crioulos, ou seja, nascido da miscigenação do branco com a negra. Esse quadro também nos propõe pensar na formação desses trabalhadores oficiais ou detentor de um ofício.

Fugiu da Cidade da Bahia no dia 23 de julho do corrente ano, um escravo crioulo, de nome Maximiliano de cor bem preta estatura regular, rosto Redondo, sem barba idade 20 anos mais ou menos, corpo cheio de espáduas largas; umbigo grande, mãos e pés largos e grossos e o pé esquerdo com sinal de golpe de ostra na parte superior do lado de fora, e ele é ligeiro no andar. Tem ofício de alfaiate e de copeiro. Levou vestido camisa de algodão, calça de aninhagem desbotada, jaqueta de pano cor preta e chapéu preto e de sobressalente uma calça de pano alvadio, e outra de brim branco de algodão de lista, um colete preto, uma camisa de cambraia, e um lenço de seda pintado. Ha toda a probabilidade que ele se evadissem no vapor Paquetá do Sul, que saiu naquela na manhã daquele dia para portos do Norte, porque ali foi visto atracar no ato da saída, o que, de certo, não deixou duvidoso a proteção de alguém que seguisse no mesmo Vapor, tornando-o como criado, ou como quer que seja; no que o dito escravo consentiria por ser muito ladino, capaz, de intitula-se, mudar o nome a até deixar se recrutar. Foi cria de uma preta Vicência Maria de Paula, que o vendeu ao anunciante João Baptista Fetal, no ano de 1833. A apreensão deste escravo é necessária, não; tanto pelo valor dele, como também uma implicação importante, de cuja falta resta grave comprometimento. Dá-se 50\$00, a quem o apresentar ou der noticia certa aonde se acha. Em Maranhão a Serafim Gonçalves de Faria & C. Em Pernambuco ao Ilm.º Sr. Manoel Joaquim Ramos e Silva, e no Rio de Janeiro aos Ilmos. Srs. Joaquim Antônio Pinheiro, ou Manoel Machado Guimarães, e na Bahia ao anunciante<sup>192</sup>.

Maximiliano conforme o anúncio acima, nascera em 1822. Tinha 20 anos quando fugiu da Bahia. Apesar da pouca idade, seu corpo já estava bastante marcado pela violência do escravismo. Era um crioulo de pele escura e apesar de muito moço, enfrentou a vigilância do senhor em busca da liberdade. Não sabemos ao certo o que

---

<sup>191</sup> SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem Tudo era Italiano**: São Paulo e Pobreza 1890 – 1915. Annablume/Fapesp, 2. ed. São Paulo, 2003.

<sup>192</sup> Maranhão Quarta-feira 14 de setembro de 1842. Jornal Publicador Maranhense, edição nº 19.

é ser livre, pois não conhecemos o cativo, mas arriscamo-nos a afirmar em consonância com a perspectiva de Lara (1998, p. 28) que para Maximiliano, ser livre significava “*viver longe da tutela do senhor e do teto senhorial, ou poder ir e vir sem controle ou restrições*”; “[...] *poder reconstituir laços familiares e mantê-los sem o perigo de ver um membro de a família ser comercializado pelo senhor*. A notícia sobre a fuga de Maximiliano correu todo Norte e Nordeste, pois suspeita-se que ele tenha embarcado para as bandas no Norte.

Já Manoel Duarte, bastante marcado pela violência da casa grande, fugiu em meados de agosto de 1842. Ele, assim como muitos negros escravizados, travou um embate com a escravidão e se arriscou à rua. Esse feito não o torna herói nem tão somente vítima, como afirma Reis e Silva, “[...] *Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo*” (REIS e SILVA, 1989, p. 07)<sup>193</sup>. Todavia, ante uma sociedade branca e excludente, ele foi um resistente. Sobretudo por ter suportado as marcas da violência que levava no corpo e na alma.

José Rodriguez Vidal fugiu no mês de julho deste ano, um preto de nome Domingues, nação Moçambique, o qual é um tanto magro e alto e consta que transita pelo Distrito do Bacanga, quem o pegar e entregar ao anunciante morador na rua da cascata nesta cidade será recompensado do seu trabalho. (Maranhão, 10 de agosto de 1842. Jornal Publicador Maranhense, edição nº 11).

Domingues era africano de nação Moçambique. Morador de São Luís fugiu da região do centro da cidade, mas não foi muito longe, o avistaram transitando na região do Bacanga. Para nossa melhor compreensão recuperamos os significados do cativo enquanto espaço mantido pela violência e desta, para os sujeitos viventes nesse cativo. O significado do castigo para os próprios negros, suas concepções acerca da escravidão e da liberdade, entendendo a prática escravista como uma estrutura social que resulta em negociações e acomodações cotidianas, que na maioria das vezes não eram verbalizadas ou expostas entre senhores e escravos.

Com isso compreendemos que viver no cativo é também pensar 24 horas num modo de se livrar dele. No livro “*Campos da Violência*” (1988), Silvia Hunold Lara procura compreender o escravismo como produto do paternalismo e da violência,

---

<sup>193</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

considerando a subjetividade do escravo e revelando que ele não era um ser anônimo<sup>194</sup>. Domingues compreendia muito bem o significado dos seus atos dentro das normas vigentes. Ele simplesmente assumiu o risco, pois a violência sofrida muitas vezes era tão perversa que não poderia piorar.

A Raimundo Honório Bayma do Lago, do Itapecuru, fugiu no dia 13 de outubro p. p. e se dirigiu para esta Cidade, o seu escravo Bento, mulato escuro, alfaiate, pouca barba, fraca figura, dentes alvos, e uma cicatriz em uma das costas das mãos; levou calças de sarjão preto, e camisa de paninho. O dito escravo, veio do Ceará a 10 anos, esteve nesta cidade muitos, e hoje terá 24 de idade, e foi de Joaquim Zeferino Rodrigues Bayma. Quem o pegar e entregar nesta, a Manoel Gonçalves Ferreira Nina, ou a seu senhor, na sua fazenda, receberá boa paga. Maranhão 8 de novembro de 1842. Jornal Publicador Maranhense, edição nº 36.

Bento, dito *“mulato escuro, era alfaiate com apenas 24 anos. Assim como todos os sujeitos dos anúncios, são apresentados com uma enorme riqueza de detalhes, “pouca barba, fraca figura, dentes alvos, e uma cicatriz em uma das costas das mãos levou calças de sarjão preto, e camisa de paninho”*.



<sup>194</sup> Esses sujeitos não eram desprovidos de norma; desprovido de lei(s); sem regra(s); anarquia ou desorganização.

<sup>195</sup> Imagem 25 - Fotografia de São Luís do Maranhão no século XIX. Coleção Mestres do Século XIX. Disponível em: <<http://ims.com.br/ims/explore/acervo-a-z>>. Acesso em: 30/01/2017.

#### 4.1 Trabalhadoras Negras das Páginas do Jornal Publicador Maranhense

No jornal Publicador Maranhense, buscamos as muitas mulheres negras, a fim de perceber como estas eram apresentadas pelo jornal. Lá, as encontramos nos anúncios de compra, aluguel, venda, leilão, empréstimos... elas estavam lá e um pouco das suas histórias iam se revelando naqueles anúncios. Claro que aquelas mulheres não estavam lá naqueles anúncios à toa, mas pelo seu valor comercial como força de trabalho a serviço do escravismo. Com isso queremos afirmar que para o anunciante, não importava o fato de ser mulher ou homem, mas a função social desses sujeitos trabalhadores escravizados da casa ou da rua.

Num estudo primeiro, entre 146 anúncios de fugas de escravos, encontramos, dos anos de 1842 a 1845, somente 9 mulheres negras. O fato de encontrar somente nove mulheres em tantas páginas daquele periódico nos levou a aprofundar a procura. Ficamos nos questionando, será que as fugas das mulheres eram menos frequentes do que a dos homens, ou não eram publicadas? Levantamos algumas hipóteses, propondo que talvez essas mulheres evitassem as fugas por não conseguirem deixar para trás seus filhos ou por que, de modo mais geral, elas ficariam mais desamparadas nas ruas das cidades, também porque ficariam vulneráveis às agressões e abusos sexuais e de toda ordem. São questões que, embora não possam ser respondidas com precisão, ainda merecem pesquisas mais aprofundadas para ampliar as possibilidades de compreensão dessas situações.

Primeiramente descortinamos as nove que estavam nos anúncios de fugas a partir do que conseguimos apreender naqueles textos. Logo na edição de número 1, de 5 de julho de 1842, do jornal Publicador Maranhense, aparece nos anúncios de “fuga de escravos”, Tomázia, a mulher branca, que busca recuperar sua escrava Gertudes<sup>196</sup> que havia fugido. O caso dessas duas mulheres se soma ao de Raquel, Rita, Felicidade, Ignácia, Maria da Cruz, Anna, Anastácia e Bia que são encontradas em edições seguintes. Essas mulheres foram personagens das páginas do jornal Publicador Maranhense, especialmente nos anúncios de fugas de escravos, entre os anos de 1842 a 1845<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> Não vamos analisar em especial a Gestrudes, pois fora feita esta análise, mesmo que breve, no capítulo II.

<sup>197</sup> Nota: produzimos um quadro com a transcrição de 146 anúncios de fugas de escravos do jornal Publicador Maranhense entre os anos de 1842 e 1845. Este quadro nos fez perceber que, do total de



Sobre àquelas mulheres dos anúncios de fugas pouco descobrimos por meio de outras fontes, todavia, a descrição feita pelo jornal, exaltando suas marcas e sinais, nos permitiu analisar à luz da historiografia e dos seus lugares sociais e históricos.

A preta Raquel nasceu mais ou menos em 1793 não se sabe onde. Viveu até seus 50 anos como escravizada. Também não se sabe se viveu esses 50 anos com D. Anna M. Gonçalves Nina<sup>198</sup>, ou se passou por outros donos/as. Todavia, quando pesquisamos sobre a sua senhora D. Anna M. Gonçalves Nina, encontramos suas origens em Manaus. Raquel, depois de cinquenta anos, sai do cativeiro. Foge<sup>199</sup>. Dos muitos anos de trabalho forçado lhe restou quase nada. *“Uma velha saia de Maria segunda roxa e o velho lenço amarrado na cabeça”*. “[...] Quem a levar a sua Sra. ou dela der notícia na travessa da faca velha casa n. 11, informa o jornal<sup>200</sup>, será recompensado”. Isso é o que se sabe sobre Raquel.

Seguimos essas mulheres a partir de outras fontes como os documentos produzidos pela secretaria de polícia, não as encontramos. Além do mais, compreendemos que as fugas representavam o grau de complexidade que envolvia duas ações: a ação, fugir; a de manter-se escondido. Eram situações bem complexas e que colocavam no mesmo patamar as experiências de tanto dos fugidos quanto as dos escravizados. Gomes (2003)<sup>201</sup>, numa assertiva nos faz compreender que: *“As fugas estavam inseridas na experiência cotidiana dos escravos e constituem um aspecto revelador dos mecanismos de resistência, destacando a constituição de comunidades, identidades e culturas.”* Essas comunidades são os quilombos, sendo o quilombo dos Palmares o mais conhecido, expressão de luta e resistência negra, no Estado de Alagoas<sup>202</sup>.

---

anúncios somente 9 eram de mulheres negras. Daí resolvemos procurar na mesma fonte, as mulheres negras.

<sup>198</sup> D. Anna M. Gonçalves Nina, possivelmente, descendente da família Nina, oriunda do Manaus, cujo membro importante que encontramos nas nossas pesquisas foi o dentista Raimundo Gonçalves Nina Filho. Dados encontrados no sítio da UFAM, ou Universidade de Manaus dos anos de 1920. Disponível em: <http://www.ufam.edu.br/2013-04-29-19-37-05/arquivo-de-noticias/3522-conheca-a-familia-que-ha-quatro-geracoes-acompanha-a-nossa-historia>. Acesso em: 12/08/2016.

<sup>199</sup> Salientamos no que, no Maranhão, a fuga de escravos para os quilombos ou para outras cidades e províncias está muito bem documentada em jornais, fontes policiais e relatórios e falas de presidentes de Província. Utilizamos-nos de um dos muitos jornais da província do Maranhão.

<sup>200</sup> Jornal Publicador Maranhense, quinta-feira 16 de março de 1843, edição 67.

<sup>201</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003.

<sup>202</sup> Nota: Para não denotar que estamos aqui unificando o olhar ao tratar das fugas enquanto resistências ao escravismo, e também, para lembrarmos da impossibilidade de se congelar determinados fatos num tempo e espaço. Faz-se necessário compreender a dimensão sócio histórica

Na edição de número 115 do jornal *Publicador Maranhense*<sup>203</sup>, conhecemos Anastácia como fugitiva. Fugiu do Ceará no dia 12 de julho escrava de José Semella de Vasconcelos, com os sinais seguintes:

[...] cabra de cabelos pegados, porém crescidos na frente, barriguda, canelas finas, pés grandes com os dedos abertos. Fuma muito cachimbo, e inculca ser forra; levou três saias além de outras, uma de chita azul, outra de chita desbotada, e outra branca, e mais dois chalés hum de lã com palmas encarnadas, e outro encarnado d'chita com sercadura branco.

Anastácia também fugiu e, pelos sinais apontados pelo jornal, não era muito jovem. Das informações apresentadas pelo jornal sobre Anastácia, tem um dado que nos chama a atenção: "*inculca ser forra*". Essa afirmativa nos remete a outras leituras, seguindo a possibilidade dela, Anastácia, ser de fato alforriada. Sim, ela pode ser alforriada e reescravizada. O que nos remete ao texto da historiadora Fernanda

---

desses quilombos para não apontar como possibilidades únicas a fuga de todos os homens e mulheres negras para essas comunidades. Domingues (20013), em seus apontamentos nos rememora as concepções historiográficas acerca desses quilombos, quando verifica-se que entre os anos de 1930 e 1960, havia dois tipos de visões acerca dos quilombos:

a) Visão culturalista – com força nos anos supracitados, que pensou os quilombos tão somente como resistência cultural, ou seja, os escravizados fugidos organizavam quilombos para resistir culturalmente ao processo de opressão. Nestas interpretações era somente nos quilombos que os africanos e seus descendentes conseguiam preservar suas identidades étnicas africanas. Ainda mais, o continente africano era visto numa perspectiva romantizada, homogênea ou essencializada. Autores como Nina Rodrigues, Artur Ramos, Edison Carneiro e Roger Bastide argumentaram nesta direção. (BASTIDE, (1974) e (1985); CARNEIRO, (1966); RAMOS, (1935), (1942), (1953) e (1979) e RODRIGUES, (1977; [1905]).

b) Visão materialista – que ganharia força nos anos de 1960 e 1970, com críticas às teses de benevolência da escravidão brasileira propostas por Gilberto Freyre (FREYRE, 1933) - apresentaria os quilombos como as principais características da resistência escrava. "*Devido aos castigos e maus-tratos, escravizados resistiram à opressão senhorial fugindo para os quilombos. Estas visões apareceram com forças nos textos de Clóvis Moura, Luís Luna, Alípio Goulart e Décio Freitas*". (FREITAS, 1976; 1982; GOULART, 1972; JUREMA, 1935; LUNA, 1968; MOURA, 1972, 1981, 1982). Corroboramos com Domingues (2013) no tocante as essas duas visões que ora reforça a perspectiva culturalista (defendida por antropólogos), ora aquela perspectiva materialista, (marcada por um marxismo estruturalista no Brasil dos anos de 1960 e 1970) que acabariam produzindo uma ideia da "marginalização" dos quilombos. Trata-se de mundos isolados tanto para a resistência cultural como da luta contra a escravidão. Essas perspectivas de isolamentos territoriais e culturais ainda têm ressonância nos dias atuais em algumas imagens construídas a respeito das comunidades remanescentes de quilombo. Dito isso, a luz da História que interpreta fatos que estão localizados em um ponto específico do passado e que se utiliza de um grande número de indícios/fontes (eleitos pelo historiador como documentos para sua pesquisa), e sendo esses indícios provas de um tempo passado e que foram elaborados para um determinado fim. A leitura que fazemos dos quilombos segue certamente, a guisa da história social.

<sup>203</sup> Jornal *Publicador Maranhense*, quarta-feira 30 de agosto de 1843, edição 115.

Pinheiro<sup>204</sup>, quando esta registra em sua pesquisa algumas narrativas sobre reescravização:

Depois de muitos anos vivendo como escravo, Antônio Rodrigues foi informado que, na verdade, era um homem livre. Sem demora, retirou-se da Vila do Caeté, na capitania das Minas Gerais, e passou a morar em companhia de sua mãe nas Catas Altas, freguesia pertencente à cidade de Mariana. Foram quatro anos desfrutando da liberdade até que, em 1762, chegou uma notícia assustadora: seu ex-senhor mudara de ideia e tentava encontrá-lo para levá-lo de volta ao cativo.

A literatura que trata de escravidão e liberdade é farta de caso de reescravização, conforme Grinberg, (2006)<sup>205</sup>. A reescravização é um fato corriqueiro, todavia, no caso específico da Anastácia, não tenho essa confirmação, são somente evidências que nos levam a crer na afirmação dela de fato, ser forra.

O anúncio a seguir, publicado no jornal Publicador Maranhense, na edição de nº 702, em 05 de setembro de 1848, nos possibilita reflexões sobre essas situações de homens e mulheres alforriados e suas lutas para fazer valer os documentos<sup>206</sup>.

### Escravos Fugidos

— Fugirão em princípios do corrente mês d'Agosto consta que por sedução de cena pessoa da Policia, a Antonio Pinto Ferreira Viana, os escravos Domingos e Maria mulher do mesmo ambos idosos, magros e altura regular, e no dia 22 para 23 fugio igualmente o preto Athanasio, estatura regular cheio de corpo um tanto calvo e oleijado da mão direita, os quaes todos três forao escravos da finado Padre Joao Rodrigues de Miranda, e consta mais que se querem valer d'um papel que dizem ser carta de liberdade, porém não é só passado por pessoa incompetente com data anterior, mas que muito posteriormente a huma escriptura publica de venda d'estes e outros escravos passada pelo herdeiro e que sendo convencido de falso, esteve por isso preso na cadeia do Itapecurú-Mirim, cujo crime lhe perdoou o anunciante e houve além d'isso sentença civil no Juizo competente com plena discussão e disputa judicial, o que se commonica pelo presente aviso para que não se illudao com outra

<sup>204</sup> PINHEIRO, Fernanda Domingos. Escravo outra vez. **Revista de História**. Publicado em 1/12/2015. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigosrevista/escravoutravez>. Professora da Universidade do Estado do Mato Grosso e autora da tese "Em defesa da liberdade: libertos e livres de cor nos tribunais do Antigo Regime português – Mariana e Lisboa, 1719-1820" (Unicamp, 2013).

<sup>205</sup>GRINBERG, Keila. "Reescravização, Direitos e Justiças no Brasil do século XIX". In: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli (Orgs.). **Direitos e Justiças: ensaios e história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 101-128.

<sup>206</sup> Nota: não faz parte do nosso foco discutir com profundidade as situações de reescravizações, todavia, vale notar que durante as leituras e análises do jornal em estudo, percebemos alguns desses casos. Logo o aparte para esse tema.

alguma traficância, e protesta contra quem os acoitar e para desenganno d'algum que se presoada do contrário, está pronto a mostrar os títulos dos mesmos escravos e do que deixa expendido.

Nos anúncios de compra e venda do Jornal Publicador Maranhense, aparece um de mulheres, para vender e, como não visto nos anúncios de fuga, nessa sessão de venda, elas são apresentadas com profissão e qualidades, tais quais os homens. Vejamos os dois anúncios: o primeiro de venda e o segundo de fuga:

Os abaixo assignados na praia grande tem para vender hum molato com princípios de Officio de pentieiro, huma preta moça que sabe cozinhar lavar, e gomar, e huma molata já idóza que também sabe lavar e gomar, quem os pertender comprar dirijão-se a Loja dos anunciantes. Maranhão 12 de Julho de 1842. José João dos Santos e Almeida & Cia.

Vale ressaltar que temos ciência de que, ao analisarmos os anúncios de jornal, estamos vendo ou analisando o texto produzido pelos homens e mulheres brancas donas de escravos. Ou como esses os senhores viam e apresentavam suas trabalhadoras escravizadas. E, a partir das informações prestadas por eles, nas suas contradições, vamos configurando essas pessoas e traçando seus perfis. Lilian Schwarcz (1987)<sup>207</sup>

Essas leituras do avesso nos possibilita reconstituir o universo dessas mulheres negras escravizadas, à luz de dois mundos, seja: o mundo dos senhores e o dos escravizados. Dos senhores, ao perceber como esses apresentavam seus escravizados. O dos escravizados, quando fazemos uma leitura a contrapelo, como propõe Walter Benjamin (1985)<sup>208</sup>, nos tornando atento às fissuras e às brechas onde podemos enxergar aquilo que os setores dominantes não quiseram nos dizer, mas disseram assim mesmo; por isso, acreditamos que esses anúncios são riquíssimos para nos fazer compreender como as mulheres negras escravizadas e seus senhores organizavam seus mundos no Maranhão do século XIX.

Em 1 de junho do corrente ano fugiu da casa de Manoel Boaventura Rodrigues, na Caxias uma cafusa de nome **Felicidade**, escrava do Antônio Severiano de Gois, e hoje Antônio José Martins por comprar que dela faz: consta que fugiu para esta cidade, a tem os sinais

<sup>207</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>208</sup> BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas, v. I, Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

seguintes – graça do corpo, peitos grandes, cabelos grandes, e costuma andar asseada, quem a entregar esta cidade a Guimarães Magalhães & Silva, ou na de Caxias no Major Feliciano José da Silva será recompensado do seu trabalho. Maranhão 13 de setembro de 1843<sup>209</sup>.

Felicidade não tem ofício declarado, é uma mulher escravizada, ou aquela que sabe fazer tudo dentro de uma casa. Enquanto a preta e a crioula do Anúncio de venda, não tem um nome, mas também, assim como Felicidade, é limpa. Essa informação é evidenciada no anúncio (“*costuma andar asseada*”) tem saberes que pode interessar ao comprador.

Ao longo da leitura das edições do jornal, fomos encontrando mais e mais mulheres, exercendo as mais diversas atividades. Sua participação na dinâmica socioeconômica e cultural da cidade era bastante relevante. Elas estavam em todo lugar. Na casa, na roça, na rua, na praça, na praia.

Na casa, assumindo as atividades domésticas, sob a dominação senhoriais, como lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras, amas de leite, cuidadoras; nas ruas e feiras com as vendas de comidas e produtos alimentícios; nas praças e lojas, com vendas de produtos e muitas vezes também à noite servindo a prostituição; nas lavouras da roça e no trato com a casa grande; e domésticas de lavadeiras, entre outros serviços. Isso é notado nos anúncios do jornal, quando os proprietários das escravizadas procuravam destacar suas qualificações, sobretudo nos serviços de lavar, gomar, coser e cozinhar, e também habilidades na venda de tabuleiro<sup>210</sup>.

Sobre escravos de ganhos e trabalhadores de rua, as pesquisas no Rio de Janeiro, do historiador Luiz Carlos Soares, da Universidade Federal Fluminense<sup>211</sup>, nos informa que:

A escravidão de ganho era bastante diversificada. As modalidades do ganho de rua eram mais evidentes e chamavam imediatamente à atenção dos visitantes estrangeiros mais preocupados em registrar os diversos aspectos da vida da cidade, isso porque uma multidão de cativos tomava as ruas da cidade, vendendo os seus produtos e transportando pesados fardos. [...] até mesmo a prostituição e a mendicância constituíram-se em modalidade de exploração dos

<sup>209</sup> Jornal Publicador Maranhense, quarta-feira, 13 de setembro de 1843. Edição 119, p. 4.

<sup>210</sup> Aquelas mulheres negras que saíam pelas ruas com um tabuleiro na cabeça ou exposto num canto da rua vendendo comidas, ervas, fumos e outros gêneros.

<sup>211</sup> SOARES, L. C.. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 16, 1988, p. 108.

ganhos dos cativos, fornecendo aos seus senhores consideráveis rendimentos.

Quando lemos o jornal *Publicador Maranhense*, sobretudo nas colunas de anúncios de venda, compra, aluguel, leilão, bem como a coluna da Secretaria de Polícia com as “partes do dia”, que é onde aparecem os trabalhadores e trabalhadoras escravizadas conseguimos perceber esse movimento de que Soares (1998) se refere.

Em se tratando das mulheres negras, elas estão nas casas, e isso é evidenciado também nos anúncios. Mas também, trabalhando nas ruas, sobretudo com vendas.



Foto2: Cristiano Júnior<sup>213</sup>

As imagens acima nos fornecem além da percepção das mulheres negras vendedoras de tabuleiros, possibilidades reflexivas ao notar que as mulheres que trabalhavam nas ruas criavam seus filhos e filhas ali, nos lugares de trabalho. Elas carregavam os pesados tabuleiros e nas costas suas crianças. A rua como o local de trabalho de muitas mulheres negras, também era o local de comunicação; de articulação; de sociabilidade; de educação para as suas crianças.

<sup>212</sup>Imagem 26 - Johann Moritz Rugendas. Disponível em: <<http://eufrate.blogspot.com.br/p/bullying-etnico-um-crime-que-sempre.html>>. Acesso em: 22/10/2016.

<sup>213</sup> Disponível em: <<http://alexprocesso.wordpress.com/tag/photo/>>. Acesso em: 22/10/2016.

Como vemos e, assevera Maria Lucia Mott (1991)<sup>214</sup> as crias quando não tinha uma escrava velha que cuidasse deles nas fazendas eram amarradas às costas das mães enquanto elas continuavam realizando as tarefas de carpindo e semeadura da terra, ou ficavam em pequenas choças ou mesmo no relento em locais próximos da área do cultivo. No caso das mulheres negras trabalhadoras das ruas, esse exemplo também era seguido, o que sugere também a solidariedade do grupo.

Ademais, quanto ao trabalho nas ruas, os estudos das historiadoras Maria Odila Dias e Mary Karasch<sup>215</sup>, verificam que o trabalho das mulheres nas ruas não era estranho às negras importadas pelo tráfico negreiro, pois que, em muitas sociedades africanas delegavam-se às mulheres as tarefas de subsistência doméstica e circulação de gêneros de primeira necessidade. Muitas ganhadeiras africanas eram provenientes da costa Ocidental da África, onde o pequeno comércio era tarefa essencialmente feminina, garantindo as mulheres papéis econômicos importantes. Explicação esta que não exclui mulheres dos grupos bantos, que praticavam igualmente o comércio ambulante em suas terras. Experiências estas que foram provavelmente exploradas nas mulheres negras viventes em terras maranhenses do século XIX.

São muitas as mulheres que aparecem no jornal *Publicador Maranhense* como produto de venda e aluguel como veremos a seguir:

João Joze da Cruz na Rua do Alecrim nº 11 tem para vender duas escravinhas ainda moças e propria para o serviço de caza. *Jornal Publicador Maranhense, quarta-feira, 10 de agosto de 1842, edição nº 10.*

Francisco José Gonçalves Vieira & Cia vendem hum preto de nação, próprio para serviço de roça, e huma preta crioula, sadia, sabe lavar, gomar cozer, e cozinhar. Quem pretender comprar dirija-se á Rua Grande nº 18. *Jornal Publicador Maranhense, terça-feira, 26 de junho de 1849. Edição nº 824.*

Essas mulheres negras trabalhadoras e escravizadas eram também, por muitas vezes, crianças. As meninas que aprendiam desde muito jovem os afazeres ordinários de uma casa. Os anúncios ora analisados evidenciam isso. Uma escravinha

<sup>214</sup> MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e Resistência: a mulher escrava na luta contra escravidão.** 2 ed. São Paulo. Contexto, 1991.

<sup>215</sup> DIAS, Maria Odila S. **Quotidiano e poder in São Paulo no século XIX.** São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 116. Ver também Mary Karasch. *Slave Life in Rio de Janeiro 1808- 1850*, Tese de Ph.D., University of Wisconsin, Mimeo, 1972, p. 507.

ainda moça que servia ao trabalho doméstico e possivelmente também aos caprichos e perversões dos senhores.

Deseja-se comprar uma escrava de idade pouco mais ou menos 14 a 18 anos propria para o serviço da caza, ou para qualquer outra couza que lhe queira ensinar; quem tiver e queira vender dirija-se nesta tipografia. *Jornal Publicador Maranhense, quarta-feira, 18 de outubro de 1842, edição nº 28.*

Joaquim de Souza Ramos, estabelecido na Rua Direita, com a da de Estrella, bem defronte do Ilm. Snr. João Gualberto da Costa, tem para vender um escravo crioulo próprio para todo o serviço, bem assim duas escravas molatas, uma das quaes lava engoma, coze e cozinha o diário de uma caza. *Jornal Publicador Maranhense, quinta-feira, 05 de janeiro de 1843, edição nº 47.*

Nos anúncios que tratam de compra e venda, nota-se a exaltação das qualidades laborais das mulheres. Elas são excelentes, espertas, bonita figura. Esses adjetivos são verificados em todos os anúncios, tanto dos homens quanto das mulheres. Dos adjetivos, encontraremos também a fidelidade, os bons costumes. Ter bons costumes era extremamente importante, uma vez que, estas mulheres escravizadas iriam adentrar o seio familiar daqueles que as contratassem na forma de aluguel ou as compravam. Essas mulheres com os seus mais variados serviços e cuidados, eram obrigadas a se adequarem aos padrões morais impostos pelos senhores e senhoras da elite, que conforme Chauí (1981, p. 40)<sup>216</sup>, significa adentrar no seio da família aristocrática e autoritária. E, imerso nos seus padrões e cultura tido como único, viável e melhor, negar a sua cultura tida como atrasada. Com isso afirmamos que, embora exigida a moral, havia uma distinção muito clara entre os senhores e essas mulheres negras escravizadas que têm uma relação mais próxima com a “casa grande”.

Logo, não bastava saber fazer os serviços ordinários de uma casa, mas aprender a viver sob os moldes dos seus senhores e senhoras.

Com Soares (1994)<sup>217</sup> e a leitura dos diversos anúncios publicados no jornal Publicador Maranhense, compreendemos que as atividades domésticas

<sup>216</sup> CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 2. ed. São Paulo: Moderna: 1981.

<sup>217</sup> SOARES, Cecilia Moreira. **Mulher Negra na Bahia no Século XIX**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 1994.



destinavam-se a execução de tarefas economicamente não produtivas e que comportavam uma certa especialização, responsável pela fixação de limites de status entre homens ou mulheres escravizadas de uma mesma casa. “*O trabalho da casa incluía, dessa forma, o realizado pelas cozinheiras, costureiras, arrumadeiras, lavadeiras, amas-de-leite e mucamas*”. O que implica na produção da vida. Assim:

Luis Carlos Pereira de Castro tem para vender uma escrava com 18 annos de idade principio de costureira e lavagem, muito esperta, de bonita figura, sadia e excelente para o serviço de casa. Quem quizer dirija-se ao anunciante. *Jornal Publicador Maranhense, sabado, 29 de outubro de 1842, edição nº 30.*

Como já assinalado, o serviço da casa compreendia, o saber fazer tudo: lavar, engomar, cozinhar, arrumar, costurar... pelo que revelam os anúncios, não havia, necessariamente, negras especializadas em cada uma dessas ocupações. Uma trabalhadora da casa podia se ocupar de duas, três ou mais tarefas, a depender das necessidades do senhor e sua família. O jornal publicador Maranhense anunciava o que as pessoas queriam vender, comprar ou alugar. No tocante às mulheres negras, em muitos desses anúncios vamos encontrar assim: “procura-se uma negra que saiba *“o serviço ordinário de uma casa”*, portanto que fizessem o trabalho de limpar, lavar, arrumar, engomar e cozinhar. No caso das cozinheiras, era comum que se exigisse apenas que soubessem cozinhar “o diário de uma casa”, mas como veremos mais adiante, o caso da Catharina Mina, havia também as especialistas nessa área.

A fidelidade também se destaca como fator importante, sobretudo para com as trabalhadoras da rua, das vendas de rua. Nesse sentido, compreendemos que a ocorrência de fugas das mulheres escravizadas enquanto trabalhavam de aluguel ou como negras de ganho, portanto, era sempre uma possibilidade a ser prevista pelo seu proprietário.

Com a continuidade da leitura daquele jornal Publicador Maranhense, ao longo dos anos fomos encontrando mais e mais mulheres nos anúncios e nestes, outro ponto que tinha destaque, a aparência.

Para satisfazer um pedido de Pernambuco, Torquato de Lima, rua do Sol, n. 28, precisa comprar uma preta de vinte e cinco annos, muito sadia, de bons costumes, e bem parecida; é indiferente o ser ou não prendada. *Jornal Publicador Maranhense, 24 de fevereiro de 1859, edição 44.*

Ter boa aparência legava a esta mulher possivelmente, a exploração sexual e mesmo a prostituição como ofício ao ganho. Ou também como sugerem Jacinto (2008) e Pereira (2001), essas mulheres apresentadas pelo jornal, poderiam ser procuradas por sua beleza, para fazer “companhia” aos senhores; não é à toa que, em um dos anúncios, fala o comprador que não interessava que a cativa fosse prendada, o que nos leva a crer que talvez o comprador só a quisesse para lhe fazer “companhia” (PEREIRA, 2001).

“*Compra-se huma negrinha de 12 a 14 annos, quem a pretender vender procure Domingos da Silvai Porto*”. Assim estava anunciado na edição de nº 508, do ano de 1847, no Publicador Maranhense. Mulheres, meninas, negras, negrinhas. Pouco a pouco, enchiam as colunas de anúncios do jornal. Nesses anúncios podemos perceber que, esperava-se que as negras escravizadas que fossem morigeradas, sadias, obedientes, boas cumpridoras do dever, o que, muitas vezes, faz-nos pensar que, ao prometer isso, os vendedores admitiam que nem todas o eram, principalmente, passivas e obedientes, ao oferecer morigeração e obediência, admitiam os senhores que havia desobediência e falta de passividade.

Jacinto (2008)<sup>218</sup> em estudo sobre as *relações de intimidade* de sujeitos escravizados na capital de São Luís na segunda metade do século XIX destaca, que o ambiente da rua promovia certa autonomia dos sujeitos escravizados. Muitos escravizados moravam fora<sup>219</sup> das casas dos seus donos, o que favorecia o desenvolvimento de uma rede de solidariedade, conforme apontado noutros pontos deste texto, possibilitando os escravizados, brechas na estrutura escravista.

O sentimento de afeto aos filhos era o que levava estas mulheres escravizadas a se submeterem muitas vezes à morada na casa dos seus senhores. No entanto, havia casos inversos em que as crianças nasciam livres, no entanto, as mães eram escravizadas. Estas que decidiam morar fora da casa dos seus donos, se

---

<sup>218</sup> JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Laços & Enlaces**: relações de intimidade de sujeitos escravizados. São Luís: EDUFMA, 2008. Ver também: PEREIRA, Josenildo de Jesus. Na fronteira do cárcere e paraíso: um estudo sobre as práticas de resistências escrava no Maranhão oitocentista. 2001. Trabalho de conclusão de Curso (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

<sup>219</sup> PEREIRA, Josenildo de Jesus. In: Na fronteira do cárcere e paraíso: um estudo sobre as práticas de resistências escrava no Maranhão oitocentista. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. Informa-nos que esses sujeitos escravizados moravam em cortiços e/ou senzalas dos casarões que ficavam na parte inferior dos edifícios. Ou mesmo em partes mais afastadas da cidade.

responsabilizariam pelo seu sustento, mas não eram isentas das obrigações para com o seu senhor, sobretudo no tocante ao repasse do dinheiro.

Jacinto ainda, conclui que a atividade laboral como negras do tabuleiro era realizada com sucesso pelas mulheres escravizadas e pobres livres. Esse trabalho de rua lhes possibilitava que as negociações ficassem nas mãos das vendedoras, e com isso, em muitos casos era lhes possível guardar algum dinheiro a fim de pagar pela sua alforria e dos seus entes queridos.

## 4.2 Os Ofícios Femininos

Nos anúncios do jornal, encontramos ofícios estritamente femininos, como as amas de leite. Os textos escritos no jornal deixam claro na maioria dos casos, que elas não podiam ter filhos. Daqui a questão, o que acontecia com os filhos dessas mulheres? Quem eram as amas de leite?

Carneiro (2006)<sup>220</sup>, nas suas pesquisas sobre o tema nos informa de modo bastante instigante sobre as amas e nos afirma: “[...] *amas-de-leite? Foram mulheres desapossadas de si, de seu desejo de mãe, de amamentar suas próprias crias, coagidas a serem aleitadoras de outras crianças*”. E de modo geral, lá estava mais um anúncio nos idos dos anos de 1849, no jornal Publicador Maranhense: “*Quem quizer alugar uma boa uma ama de leite sem cria dirija-se a rua Formosa nº 21 que achará com quem tratar*”<sup>221</sup>. E esses anúncios seguiam o jornal. E essas mulheres a alimentar e fortalecer os filhos de outras, muitas vezes à custa da morte por inanição dos seus.

No tocante a esse tema, ou o destino dos “pequenos negrinhos” Cristiane Jacinto (2008) ao pesquisar tal assunto em São Luís do Maranhão, sustenta que os senhores de escravos não costumavam se desfazer dos recém-nascidos das mulheres escravizadas, enquanto exploravam as mesmas na atividade de ama de leite, pois estas crianças trariam lucros futuros. Dessa forma, esta aponta possibilidades para o destino dos recém-nascidos estratégias, como buscar o auxílio de amigos e parentes e também de liberações esporádicas para garantir a

---

<sup>220</sup> CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se “Preta, com Muito Bom Leite, Prendada e Carinhosa”**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). Tese produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília/UnB, no ano de 2006.

<sup>221</sup> Jornal Publicador Maranhense. Terça-feira, 05 de setembro de 1849, edição 702.

amamentação e alimentação de seus filhos, concomitantemente aos ganhos que geravam para seus proprietários conforme:

Supondo que o trabalho de ama de leite implicava um afastamento temporário, essas mães possivelmente se valiam de estratégias, como buscar o auxílio de amigos e parentes e também de liberações esporádicas para garantir a amamentação e alimentação de seus filhos, concomitantemente aos ganhos que geravam para seus proprietários (JACINTO, 2008, p. 127).

Na citação acima, Jacinto sugere a existência de uma rede de proteção e solidariedade em volta dos filhos das trabalhadoras negras escravizadas. E, dessa forma possibilitava-se a sobrevivência maior daquelas crianças. Essa rede solidária possivelmente era composta por entes da comunidade negra, como: mães, avós, tios, irmãos e mesmo, por pessoas sem laços sanguíneos que às vezes acabavam por ocupar lugar dos pais efetivos, a exemplo dos padrinhos. De modo geral, as condições pouco favoráveis dispensadas às escravizadas provocavam aborto espontâneo e uma alta taxa de mortalidade.

Nos anúncios a seguir, elas precisam ser boas e sem filhos. O que implica em ser boa nesses casos? Ter bastante leite, ou ser submissa? Cremos que as duas coisas.

Huma boa ama de leite sem filho se aluga na Rua Grande nº 61. *Jornal Publicador Maranhense, segunda-feira, 26 de setembro de 1842, edição nº 22.*

Aluga-se uma ama de leite sem filho. Quem precisar procure nesta tipografia. *Jornal Publicador Maranhense, quarta-feira, 05 de outubro de 1842, edição nº 24.*

A presença de amas-de-leite nos registros de venda e aluguel do jornal Publicador Maranhense era comum. Elas eram figuradas significando costumes que estavam arraigados e marcavam àquela sociedade colonial, bem como o escravismo. No desvalor de suas vidas escravizadas, as amas-de-leite eram peças importantes para o aleitamento das crianças nos lares. Ao mesmo tempo em que eram necessárias, não somente servir para o aleitamento das crianças, mas também para

o serviço da casa. Carneiro (2006) e Dias (1984)<sup>222</sup> nos lembram ainda que vivia-se imerso num cenário, no caso dela, Rio de Janeiro e, para nós, São Luís:

[...] em movimento, que sofria mudanças políticas, institucionais e urbanísticas espelhadas em experiências das “nações civilizadas”, onde a produção da vida também se dava nas margens da planificação da cidadania. Ali circulavam inúmeros “desclassificados sociais”, entre eles mulheres pobres, escravas, forras, negras, pardas e brancas.

Quando estudávamos esses anúncios aliados à questão do trabalho, ofício, serviço. Encontramos, Martins (2012)<sup>223</sup>, com a qual corroboramos nas suas assertivas, quando na sua pesquisa de mestrado ela estuda esse tema. Martins assim como nós, compreendeu a ama negra enquanto uma trabalhadora que desenvolve um ofício. “[...] como uma das funções possíveis para a mulher escrava ou livre no mercado de trabalho”. Portanto, nos anúncios de jornais, essas mulheres aparecem como uma trabalhadora qualquer. A diferença é que essa função não pode ser desempenhada pelos homens. Ademais, essas mulheres quando contratadas como amas, nem sempre somente servia àquela função conforme Soares (1994) atesta em sua pesquisa. Porém, não encontramos no jornal pesquisado evidências que pudesse confirmar a afirmação a seguir:

[...] nem todas as escravas eram consideradas aptas para esta tarefa. Haviam critérios de escolha. Empregavam-se escravas de acordo com a origem, a cor, a idade e estado de saúde (4). Estes aspectos somados deveriam definir uma escrava de “bonita figura”, expressão amplamente mencionada em anúncios da época.

Em todos os anúncios do jornal *Publicador Maranhense*, os filhos das mulheres escravizadas são chamados de “cria”, a qual era afastada da mãe logo após o nascimento. Esse é um dado que reforça ainda mais a constatação da violência com que eram tratadas essas mulheres. Vejamos o caso a seguir:

Na Rua do Giz n. 12, Manoel Antônio dos Santos Leal, tem para vender huma escrava preta de bôa figura, com leite, sem cria, que entende de costura, gomar, lavar e mais serviço doméstico. *Jornal*

<sup>222</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.15.

<sup>223</sup> MARTINS, Bárbara Canedo R. **Reconstruindo a Memória de um Ofício**: As Amas-De-Leite no Mercado de Trabalho Urbano do Rio de Janeiro (1820-1880).

*Publicador Maranhense, sábado, 17 de dezembro de 1842, edição nº 43.*

De acordo com o anúncio de venda acima, ela não servia somente para a amamentação dos filhos do senhor. Na casa, ela também fazia outros serviços. Dessa forma, uma ama prendada para os serviços da casa certamente tinha mais valor comercial.

Procuramos relativizar algumas linhas de pesquisa que apontam para as amas de leite ora como posição privilegiada diante do restante das trabalhadoras escravizadas domésticas, ora em destaque por sua situação de máxima exploração e violência ao terem negada a sua “condição de maternidade” (MOTT, 1988, p. 36-39)<sup>224</sup>.

Mott (1989)<sup>225</sup> e Martins (2012) ainda nos lembram que a pretensa proximidade que essas trabalhadoras tinham do núcleo familiar poderia sugerir o usufruto de certo conforto, por estarem amamentando o filho do senhor. Com isso essas mulheres nas suas funções ganham contornos políticos com colorações ideológicas das mais variadas. Compreendemos então que, se, por um lado, elas poderiam desfrutar de um tratamento diferenciado ou até melhor em relação aos outros escravizados da casa, por outro, sofriam ainda mais, com a maior vigilância, ou mesmo por ficarem presas, devido à necessidade dos seus serviços, “*tornando-se, algumas vezes, insubstituíveis para seus senhores*” (MOTT, 1989).

Nesse contexto, buscamos compreender as amas de leite negras como mulheres pertencentes e viventes em uma época e com isso verificamos a partir da pesquisa de Mendes (2013) que em pesquisa de mestrado trata da mulher maranhense na primeira metade do século XIX e Abranches (2004) em assertivas que apontam para o imaginário social da época:

Nesse imaginário social, exaltava-se a virgindade, o papel de esposa e mãe exemplares. O casamento era apresentado como o ideal da mulher, a concretização dos seus sonhos de juventude, o alvo de sua existência. Amparados na ideia da natureza frágil e débil da mulher, reforçava-se a tradição de sua vida tutelada pelo homem, seja seu pai,

---

<sup>224</sup>MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**. A mulher na luta contra a Escravidão. São Paulo: Contexto, 1989.

<sup>225</sup>MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Escritoras negras**: resgatando a nossa história. Papéis Avulsos. Rio de Janeiro: CIEC - Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos/UFRJ, 1989.

irmão ou marido, que deveria garantir-lhe a proteção, o sustento e também a honra (ABRANTES, 2004, p. 143-144)

Certamente, nossas leituras nos anúncios, do jornal *Publicador Maranhense*, não encontraram a mulher acima descrita. Pois, falar da presença das mulheres negras no *Jornal Publicador Maranhense*, é falar das especificidades destas mulheres em relação as brancas não negras e não escravizadas. Esse exercício é sem dúvida o que se vem buscado fazer cada vez mais inspiradas pelos estudiosos da recente historiografia social da escravidão, e entre eles podemos destacar: Mattoso (1982), Silva Dias (1984), Giacomini (1988), Rocha (2001 e 2007), Schwartz (2001), Gomes (2003), entre outros. É falar da mulher escravizada do século XIX, e a extrema opressão a qual estava imersa a população negra; é penetrar no universo de quem viveu a experiência de ter tido sua condição de mulher ou homem negro detentores de uma cultura invisibilizada; ter sido submetida à expressiva violência. Conquanto, esses estudos também destacam suas ações de resistência ao escravismo criminoso, como as fugas, os abortamentos, as redes de solidariedade entre outras formas.

Dessa forma, no jornal pesquisado, ao analisarmos dezenas de anúncios entre fugas, compra, venda e aluguel de mulheres negras escravizadas, quer seja na sessão referente à Secretaria de Polícia, que passa a ser publicada no jornal *Publicador Maranhense* a partir da edição de nº 70, em 1843, ou mesmo nas sessões comerciais e de denúncias de escravos fugidos, o é certo que eles e elas, a população negra da Província do Maranhão estava lá naquele jornal.

### **4.3 Transgressões e Prisões sofridas por mulheres negras**

Ainda tratando das mulheres negras apresentadas pelo jornal *Publicador Maranhense*, continuamos seguindo-as naquele periódico. Dessa vez, partimos para verificar sua presença na coluna da repartição de polícia daquele jornal. Para tanto, analisamos uma série significativa de 86 ocorrências entre os anos de 1843 e 1845.

Em meio às ocorrências policiais verificamos uma série de prisões por embriaguez e furtos praticados por negros escravizados, livres e alforriados. No tocante às mulheres negras, estas apareciam na grande maioria das denúncias referentes à vadiagem, na companhia de outros; cometendo pequenos furtos e roubos; e também envolvida em brigas, ou mesmo como vítimas de violência.

### Parte Geral das Novidades do dia 15 do maio de 1843.

Soldados Manuel do Rozario, Mmool de Jezus Martins, o Luiz Domingues prenderam ao meio dia na Rua da Santa'Anna, as pretas Floriana forra e Joza escrava de D. Maria Quitéria Catarina, D. Maria Alexandrina, Ferreira, Matildes Maria da Conceição, Beatriz de José Maria Cavaco, Margarida de Joana de tal, enteada de Joaquim José Pereira de Burgos, Felicidade de João Alves, e Clara do Tenente Coronel Bernardo Pereira de Berredo, por estarem assentadas na mesma rua com vendas de frutas o legumes em contravenção a Postura nº 13 da Câmara Municipal da Cidade.

Essas ocorrências podem ser compreendidas por nós como modos de resistências utilizados pelos homens e mulheres negras escravizadas contra seus senhores ou até mesmo para fugir do eito (MOTT, 1991, p. 30)<sup>226</sup>. Foram nessas ocorrências também que percebemos as mulheres nas ruas fora do seu horário de trabalho; arriscando-se; resistindo; vivendo a cidade nas suas ações cotidianas.

A 5ª Patrulha prendeu as 4 horas da madrugada no Trapixe de Joze dos Reys e Brito a preta Joaquina escrava de Manoel Antonio, por estar deitada em cima de umas sacas de algodão naquele mesmo trapixe, e parecer que estava fugida. Foi entregue a seu senhor. *Publicador Maranhense, quarta-feira, 5 de abril de 1843.*

Ela, Joaquina, estava cansada por demais e adormeceu em cima de umas sacas de algodão lá mesmo no Trapixe. Ou ela Anna, saiu para dar uma volta na cidade no meio da madrugada. Ou saiu para encontrar com amigos; para namorar, ser feliz; ou mesmo para planejar algo. Ao certo, não se sabe. Todavia, os escritos pela secretaria de polícia e publicados no jornal nos permitem perceber os mais diversos modos de resistência ao escravismo utilizados por mulheres negras em São Luís do Maranhão.

Nas ocorrências policiais, os infratores são castigados, ou pela polícia, ou pelos seus donos, tendo em vista que essas infrações e correções também estavam previstas nos Códigos de Posturas.

---

<sup>226</sup> MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e Resistência**: a mulher escrava na luta contra escravidão. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.



A 13ª patrulha prendeu às 3 horas da madrugada na rua do Sol a preta Anna, escrava de Antônio Ferreira de Gouveia Pimentel por esta fora de caça sem autorização por escrito de seu senhor infligido assim a Postura da Câmara Municipal desta cidade. Foi entregue a seu senhor para ser castigada. Secretaria de Polícia do Maranhão, 31 de março de 1843. *Publicador Maranhense, quarta-feira, 5 de abril de 1843, edição nº 73.*

Joana e Catarina estavam em questão, logo foram presas. Estar em questão é estar brigando. Não se sabe os motivos, mas como não seguimos os sujeitos, dificilmente o saberemos, pois nesses casos, os envolvidos na ocorrência eram entregues aos seus donos e, por conseguinte, não se gerava um processo conforme consta a seguir:

#### **Parte geral das novidades do dia 31 de Março de 1843**

A 2ª Patrulha prendeu ao meio dia na do S. João as pretas Joana, escrava de Rita da Silva, e Catarina, escrava de Maria do Carmo, por estarem em questão. Foram entregues as suas senhoras. Secretaria de Polícia do Maranhão 1 de abril de 1843. *Publicador Maranhense, quarta-feira, 5 de abril de 1843, edição nº 73.*

Seguindo o jornal *Publicador Maranhense*, encontramos dezenas de ocorrências envolvendo mulheres negras e variados crimes e infrações cometidos por elas, tais como:

#### **Parte geral das novidades do dia 4 de dezembro de 1844**

Foi preza na rua dos Affogados, a preta Iria escrava de D. Joaquina Serra, por supol-la fugida. Foi entregue à sua senhora. *Publicador Maranhense, sábado, 14 de dezembro de 1844, edição nº 243.*

Na mesma edição:

Foi preza na rua dos Remédios, a preta Joaquina escrava de Marcolino Severiano da Silva, por infringir a Postura nº 86 da Camata Municipal. Foi entregue a seu senhor para ser castigada.

Na edição seguinte:

Forão presos na rua da palha, o preto Benedito, e o preta Maria escravos de João Gualberto da Costa, por estarem em rixa. Forão entregues a seu senhor.

E seguimos a leitura do jornal e da coluna da repartição de polícia. Elas, as mulheres iam aparecendo. Tentando fugir; infringindo as normas e posturas impostas pelos senhores; resistindo ao escravismo. Um dado, todas após a prisão, são entregues aos seus senhores ou senhoras para os devidos castigos. Daí permite-nos constatar as limitações da polícia e o poder dos senhores e senhoras. Vejamos a seguir, os casos de Thereza, Ana e Dominga:

Foi presa no Trapixe de José dos Reis e Brito a preta Thereza escrava de Izaac Expoz de Miranda, por infringir a Postura nº 13 da Câmara Municipal. Foi entregue a seu senhor que pagou a multa.

Forão prezas na rua do Mocambo as pretas Dominga escrava do Dr. Cazimiro José de Moraes Sarmiento, e Ana uma escrava de João José da Cruz, por estarem em rixa. Forão entregues a seus senhores. *Publicador Maranhense, quarta-feira, 18 de dezembro de 1844, edição nº 244.*

Izaac de Miranda assumiu o ônus da multa para não deixar que sua escrava fosse presa.

A patrulha prendeu no canto pequeno a preta Brígida, escrava de Augusto Garéia, por infringir a Postura nº 13<sup>227</sup> da Câmara Municipal. Retido ao Delegado de polícia para impor a multa.

Atentamos que, tanto Brígida, quanto Thereza eram vendedoras de rua, logo ficar presa também significava para o senhor ou senhora, ficar sem a força de trabalho da negra escravizada e sem o dinheiro ganho por elas. Dessa forma, se compreende melhor o motivo de todos após prisão nas ruas serem entregues aos seus senhores ou senhoras, apesar de, no caso de Brígida, não ter ficado explicito que pagaria a multa. Sabedoras disso, podemos propor também que essas mulheres se arriscavam cientes de que se pegadas, seriam castigadas pelos seus senhores e voltariam para suas labutas.

Foi presa no Ribeirão a requisição de José Ferreira do Valle a preta Raimunda, escrava de Paulo Nunes Gaspar, por infringir a Postura nº 98<sup>228</sup> da Câmara Municipal. Oficiei ao Delegado de Polida para impor

---

<sup>227</sup> Postura nº 13: As hortaliças, aves, peixes, frutas e outros provimentos serão vendidos livremente pelas ruas da cidade como a cada um convier; contanto que os vendedores não façam com eles paradas, senão nos lugares designados pela Câmara; nos quais se não poderá erigir telheiro ou barraca, sem licença da mesma; pena de quatro mil réis para os que erigirem telheiro ou barraca, sendo obrigados a demolir tudo à sua custa; e de mil réis para os vendedores, que estiverem assentados fora dos lugares designados.

<sup>228</sup> Esta postura trata da proibição de se jogar lixos e imundices em terrenos baldios.

a multa. *Publicador Maranhense*, quarta-feira, 8 de janeiro de 1845, edição nº 249.

Infração às posturas municipais era um dos delitos frequentes nas notícias da repartição de polícia, cometidos pelas mulheres. Essas infrações geralmente culminavam em multas, que eram pagas pelos senhores e, nalguns casos, como já dito, não fica explícito no texto do jornal quem pagaria a multa.

Naquele jornal *Publicador Maranhense*; nas ruas da cidade; envolvidas nos mais diversos conflitos as mulheres negras estavam lá. Todavia, mesmo com tantas ocorrências, essas não nos sugerem rebelião ou mesmo um movimento organizado dessas mulheres. Apesar de ter sido constatado por estudos como o da historiadora Maria Odila Silva Dias, quando nos lembra que *“Muitas dessas medidas repressivas focalizavam, em especial, os movimentos das mulheres escravas, em função do papel importante que desempenhavam na vida comunitária dos escravos”*. No caso de São Luís e, a partir da fonte que analisamos, não foi verificado.

Como já dito, no que (DIAS, 1984, p. 114)<sup>229</sup> chama de “movimentos das mulheres escravas”, não encontramos registros nas fontes pesquisadas, entretanto, verificamos nas produções da região Norte e Nordeste do Brasil e encontramos alguns casos que podem ser visto como movimento ou rede de solidariedade entre os negros, negras e até indígenas. Vejamos os registros<sup>230</sup> dos historiadores Ygor Olinto da Rocha Cavalcanti<sup>231</sup> e Patrícia Melo Sampaio<sup>232</sup> na Amazônia:

Encerrado o expediente do dia 21 de outubro de 1855, Joaquina esperou cair a noite, vestiu seu “vestido de chita roxa e camisa de riscadinha cor de rosa” e fugiu. Subiu a Rua Brasileira, dobrou para o pequeno Largo da Imperatriz, segurou firme sua lanterna e, em minutos, estava às margens de um pequeno braço do igarapé do Espírito Santo. Lá estava o índio José Maria com sua *montaria*, a pequena canoa adaptada aos rios amazônicos. Era comum fugir assim.

<sup>229</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>230</sup> CAVALCANTI, Ygor Olinto Rocha Cavalcante; SAMPAIO, Patrícia Melo. **Histórias de Joquinas: mulheres, escravidão e liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX)**. Afro-Ásia, 46 (2012), 97-120. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0002-05912012000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000200003)>. Acesso em: 16/07/2016.

<sup>231</sup> CAVALCANTI, Ygor Olinto Rocha Cavalcante – mestre em história pela universidade Federal do Amazonas 2012.

<sup>232</sup>SAMPAIO, Patrícia Melo. Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas.

Como vemos nessa narrativa, o cotidiano das mulheres escravizadas, nem só de conflito e submissão era composto. A Joaquina como tantas outras mulheres, depois de anos de submissão e violência, reagiu. Fugiu.

Desse modo, conclui-se que nesse universo urbano, onde os trabalhadores da rua e da casa se inter-relacionam e, solidariamente se ajudam, é preciso notar que, muitas das vezes, esses arranjos também se davam com a participação dos brancos. É preciso lembrar também que o limite entre a casa e a rua se tornou mais definido dentro desse processo de movimentos dos trabalhadores na rua, e os personagens que passavam a ocupar cada um desses mundos também. Se no oitocentos a casa “surge como um palco onde a família brilha”, foi nas ruas que a forte presença escrava se fez sentir, inclusive da mulher negra (ALGRANTI, 1998)<sup>233</sup>.

Fecha-se este capítulo então, constatando-se a presença negra, tanto de homens quanto de mulheres em todos os cantos da cidade. Em todas as ruas e becos. Dessa forma, mas uma vez constata-se as contradições historiográficas, quando não se constitui a cidade a partir dos seus viventes. Esse caminho de pesquisa nos fez perceber não somente em número, mas também em evidências cultural e social a história e memória da cidade de São Luís do Maranhão imersa nas histórias da sua gente negra e não negra, sem mensurar o grau de importância de cada grupo étnico que compõe não somente a geografia, mas a vida quotidiana daquela cidade ainda na primeira metade do século XIX.

Outrossim, o trabalho de pesquisa nos fez compreender a cidade de São Luís como um lugar de viver constituída a partir de seus viventes. Dessa forma, corroboramos com o geógrafo Milton Santos (1994, p. 36)<sup>234</sup> para quem o lugar é a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto. No caso dos negros e brancos, a inter-relação de dependência guiado pela violência imposta pelo escravismo os obrigava a viver juntos, na casa, na rua, na praça e na igreja em uma relação nada solidária.

Entretanto, percebemos também que os negros entre si, se solidarizavam. Nesse sentido, o lugar é então o *locus* do coletivo, do intersubjetivo. Por essa razão, o que nos interessa aqui não é discutir a memória individual ou sob um único foco, por

---

<sup>233</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: **História da Vida Privada no Brasil I**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

<sup>234</sup> SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

definição subjetiva e única, mas a memória compartilhada, a memória solidária, onde tanto a história daquele que oprime, quanto a do oprimido são deveras importantes. A memória de um lugar, a memória de uma cidade, é, portanto, uma memória social. É a memória de todos que a viveu.

Era assim que os homens e mulheres eram apresentados no jornal. Como Bento, Gertrudes, Raquel e Bia. E naquele jornal, nos anúncios de fugas, compra, venda, leilão e nos boletins policiais, apresentavam aqueles homens e mulheres negras como mercadorias ou fugitivos perigosos, numa cidade ou província cercada por contradições.

Quanto aos ofícios exercidos pelos trabalhadores negros, conforme verificado anteriormente, *Spix e Martius* (1981), em seus relatos de viagens pelo Brasil, assinalam que nas primeiras décadas do século XIX, já havia um quadro significativo de oficiais especializados na província do Maranhão. Reproduzimos o quadro abaixo de acordo com o ofício exercido pelos trabalhadores segundo as condições jurídicas, em 1821:

Quadro 3—profissão, trabalhadores e sua condição jurídica

Ofício	Número de trabalhadores	Livres <sup>235</sup>	Escravizados
<b>Pedreiro os e canteiros</b>	<b>1.012</b>	404	<b>608</b>
<b>Carpinteiros</b>	<b>464</b>	138	<b>326</b>
<b>Alfaiates</b>	<b>157</b>	61	96
<b>Entalhadores</b>	<b>138</b>	96	42
<b>Carpinteiros navais</b>	<b>118</b>	80	38
<b>Ourives</b>	<b>60</b>	49	11 <sup>236</sup>
<b>Ferreiros</b>	<b>60</b>	37	23
<b>Marceneiros</b>	<b>57</b>	30	27
<b>Pintores e caiadores</b>	<b>15</b>	10	05
<b>Caldeireiros</b>	<b>5</b>	04	01
<b>Seleiros</b>	<b>5</b>	04	01
<b>Serralheiros</b>	<b>5</b>	05	00

Fonte: *Spix e Martius, 1981, II, p. 285*<sup>237</sup>

<sup>235</sup>Livres: a fonte consultada não especifica se esses trabalhadores livres eram africanos ou indígenas, europeus, o que nos deixa a questão: Quem?

<sup>236</sup> Esse dado nos permite verificar uma distância significativa entre o escravizado e o livre. Todavia, a fonte também não informa o por quê. Logo, podemos supor que seria o domínio da técnica? O valor do produto fabricado?

<sup>237</sup> SPIX e MARTIUS. **Viagens pelo Brasil**. Vol. 2, editora melhoramento – Mec 1981.

Das ocupações, verifica-se o número de pedreiros e canteiro, seguidos de carpinteiros que supera os demais. Esses dados nos propõem pensar que a cidade encontrava-se em construção. Suas edificações e firmavam naquele período dos anos de 1820. Atentamos também para os números de trabalhadores livres, que possivelmente incluía os negros livres e alforriados, como também os brancos pobres. Esse quadro nos leva a refletir sobre a importância desses sujeitos para a produção e manutenção da vida naquela cidade. Pois eles ocupavam todos os espaços cosendo as vestimentas, construindo as casas, os móveis, os sapatos, o artefato de ferro, enfim, conduzia de certo modo, a organização da vida na cidade.

Para melhor compreensão dos dados posto por *Spix e Martius* (1981), buscamos as estatísticas do coronel Antônio Bernardo Pereira do Lago, que contava em 1822<sup>238</sup>, a população da província em 152.843 habitantes, dos quais 74.979 eram os livres e 77.914 eram escravizados. Já naquele período os escravizados somavam 51%<sup>239</sup> do total de habitantes.

Numa outra comparação, Farias (2001, p. 49)<sup>240</sup> apresenta outros dados que não difere dos já postos, todavia fortalece o argumento de que a cidade de São Luís foi constituída como uma cidade negra. Vejamos em número em os anos de 1821 e 1872:

Quadro 4 - População do Maranhão – 1821/1872

ANO	LIVRES <sup>241</sup>	ESCRAVOS	TOTAL
<b>1821</b>	68.359 (44,7%)	84.534 (55,3%)	152.892 (100%)
<b>1841</b>	105.147 (48,4%)	111.905 (51,6%)	217.054 (100%)
<b>1872</b>	284.101 (69,2%)	74.939 (20,8%)	359.048 (100%)

<sup>238</sup> LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822). **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

<sup>239</sup> Dados que podem ser conferidos também por meio dos estudos de doutoramento em história na USP de Josenildo de Jesus Pereira (2001).

<sup>240</sup> FÁRIA, Regina Helena Martins de. **A Transformação do Trabalho nos Trópicos: propostas e realizações**. Recife, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. p. 49.

<sup>241</sup> Vale salientar que entre esses sujeitos livres ainda consta os negros e negras livres e libertos que também compunha a população.

Esses sujeitos escravizados ao mesmo tempo em que foram o sustentáculo da vida da cidade, figuravam também uma ameaça ao controle destes, tido como era cada vez mais necessário.

Para o historiador Marcus Carvalho<sup>242</sup>, a existência civil do negro escravizado promovia insubordinação e desequilíbrio social. Entre as rebeliões escravas e as diversas formas de rebeldia dos libertos. As páginas do jornal Publicador Maranhense (1842 e 1880) nos ajudam a refletir sobre essa questão. A documentação utilizada neste trabalho e produzida pelos homens brancos sugere a constante preocupação dos interessados na organização da nova ordem provincial, em conexão com as autoridades estabelecidas, a polícia e a câmara municipal, reconhecidas e legitimadas para a manutenção da ordem escravocrata, um dos pilares de sustentação do governo imperial que se instituía.

A seguir, apresentamos uma série de dados produzidos pelo historiador João José Reis, da Universidade Federal da Bahia e publicado no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. O qual nos possibilita não somente perceber a presença negra no Brasil em fins da primeira metade do século XIX, mas também ver a província do Maranhão no cenário da região do extremo norte. Os estudos de Reis (2000), nos mostra em gráficos que às vésperas da abolição, o Maranhão aparece como o Estado mais negro do extremo norte do país. O que já é anotado também por Spix e Martius (1991) nas primeiras décadas do século XIX e Farias (2001) entre os anos de 1821 e 1872.

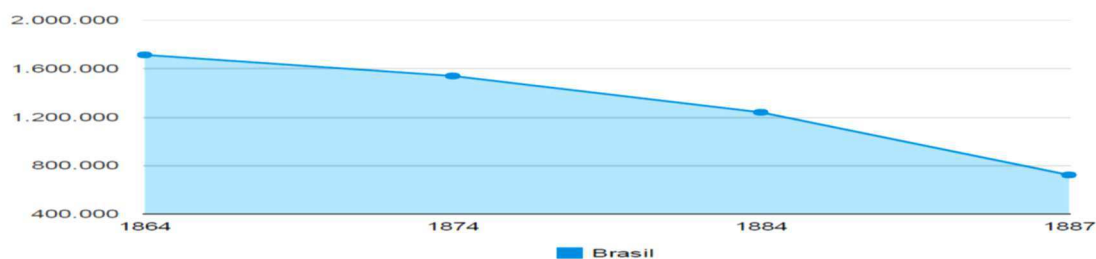
Os gráficos a seguir apontam:

- 1.) População escrava no Brasil;
- 2.) População escrava por região;
- 3.) População escrava no nordeste e, extremo norte do Brasil.

---

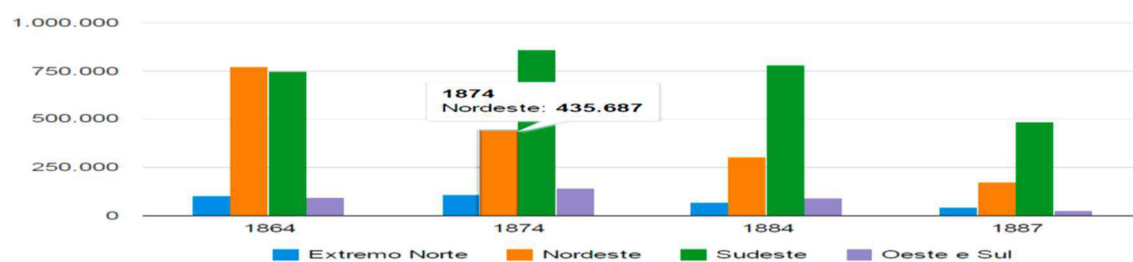
<sup>242</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848). In: JANCSÓ, Istvan (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2005, p. 881-914.

estatísticas do povoamento>  
**população escrava no Brasil**  
 Imprimir  
 Brasil



Ver tabela

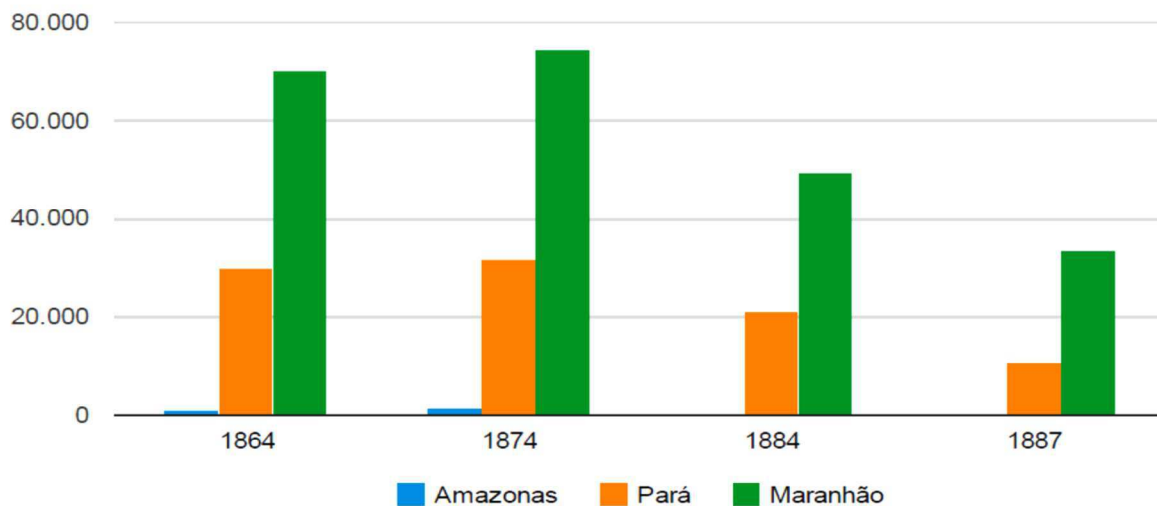
**Grandes Regiões**



Ver tabela

**Extremo Norte**

<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/populacao-escrava-no-brasil?tmpl=component&print=1&page=>



243

Fonte: REIS, J. J. Presença Negra: conflitos e encontros. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento* Rio de Janeiro, 2000. p.91.



O número de trabalhadoras e trabalhadores negros na condição de escravo diminuiu substancialmente com a proibição do tráfico negreiro em 1850, momento no qual o Maranhão passa de importador de escravos a exportador, através do tráfico interprovincial, enviando grande parte dos trabalhadores escravizados para o Sudeste conforme Jacinto, 2009, p. 169-194<sup>244</sup>.

No jornal, *Publicador Maranhense*, quer seja na sessão da Repartição de Polícia ou nos anúncios de compra e venda de escravos, verifica-se uma concentração maior de trabalhadores escravizados com ofícios como pedreiro e carpinteiros, no entanto, há um número maior de carpinteiros, do que de ferreiros e serralheiros. Ou seja, as distâncias e proximidades entre os ofícios variavam, daí a lembrar as experiências dos africanos<sup>245</sup> com ofícios como o de ferreiro. No geral, como os africanos estavam inseridos em todos os campos de trabalho e serviços, numa dinâmica de percepção das ausências, distâncias e concentrações pode ser problematizada e não afirmado tendo em vista os limites deste trabalho.

### 3.4 O Controle sobre os trabalhadores e trabalhadoras negras: no jornal os sujeitos presos pela polícia

Na edição de número 63, do *Jornal Publicador Maranhense* 1843 aparece na coluna da repartição de polícia a notícia descrita a seguir:

**REPARTIÇÃO DE POLICIA**  
**Jornal Publicador Maranhense 1843 – Edição nº 63**

**Data da publicação**

---

<b>Maranhão, quarta-feira, 1 de março de 1843</b>	Parte Geral das novidades do dia 22 de fevereiro de 1843
<b>Edição 63</b>	—Foi rondada a Cidade por 1 Capita, 3 Alteres, 1 Furriel, 2 Cabos, e 4 Aspeçadas <sup>246</sup> , 4 sentinellas, 1 na praia de Santo Antônio, 1 nas Caju e Pequena, 1 no Portino, e 1 na praia da Madre de Deus, 4 Patrulhas de dia, e 16 durante a noite. —O Auspeçada da 1ª C. n ° 257 Benedicto Antonio da Cruz, que rondou das 6 às 9 da noite, deu parte que suicidou-se em huma casa na Rua de São Pantaleão huma molar de nome Fortunata, escrava do casal do falecido Ajudante Sotero

---

<sup>244</sup> JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Laços & enlaces**: relações de sujeitos escravizados. São Luís-Século XIX. São Luís: EDUFMA, 2008.

<sup>245</sup>[...] a tecnologia usada pelo povo Haya (povo de fala banto, habitante de uma região da Tanzânia perto do Lago Vitória) entre 1500-2000 anos atrás, para produzirem aço em temperaturas mais altas que os fornos europeus fossem capazes (200°C a 400°C de diferença) até o século XIX. (SHORE, 1983 in: NASCIMENTO, 1994, p.27).

<sup>246</sup> Dicionário online de língua portuguesa: Nome que se dava antigamente ao posto militar acima de soldado e subordinado ao cabo.

---

Antônio dos Reis, e que se achava entregue a Helena Maria da Conceição. O Juiz, de Paz está procedendo a corpo de delito, e consta que a mulata suicidou-se por viver desgostosa de huma grande ferida que tinha em hum pé.

—A 4. p Patrulha composta dos soldados do 1 C. n.º 185 Benedicto Nunes Corrêa, e da 3, C.º n.º 155 Filipe Antônio prendeu as 6 horas da manhã na rua de São João, o cufuz Marcollino, escravo de D. Constança Nunes, por andar fugido. Foi entregue a sua senhora. Secretaria de Polícia do Maranhão 23 de Fevereiro de 1843. José Mariani.

---

Os anúncios da coluna policial em seus enunciados seguiam sempre o mesmo padrão, com os nomes e graduação dos agentes públicos envolvidos e o título da ronda do dia e da noite. Das ocorrências, eram anunciadas todas juntas de homens, mulheres, menores, brancos e estrangeiros.

Quanto às ocorrências, a mais frequente, num universo de 280 (1843 a 1845,) edições (63 a 247), do jornal *Publicador Maranhense*, analisadas por nós, era embriaguez, pequenos furtos e roubos; por andar com armas e artefato de corte; brigas e fugas; seguidas de infrações aos artigos 86 e 87<sup>247</sup> entre outros, do Código de Postura Municipal.

Vimos que, em 22 de fevereiro de 1843, Fortunata sucumbiu. Não aguentou tanto sofrimento. Marcollino não conseguiu realizar o sonho da liberdade naquela empreitada. Essas histórias interrompidas perfaziam as páginas daquele periódico, de modo que, ao lermos, ficada sempre uma pergunta: o que será que aconteceu com Leandro? Será que um dia ele conquistou a tão sonhada liberdade?

### **Parte geral das novidades do dia 20 de março de 1843**

*Publicador Maranhense*, edição de nº 69 de 22 de março de 1843  
O soldado Gualdino Amâncio da Silva, e Antônio Mendes da Silva que se achavão encarregados da captura dos dezertores e escravos fugidos, prenderão às 10 e meias horas dá manhã na Praia Pequena, o preto de menor idade Leandro, escravo de Muriana Thereza por estar fugido. Foi entregue a sua senhora.

O cabo dos cometas, Jeronimo José Ferreira, prendeu as 4 horas da tarde na Rua Grande, o preto Sebastião, escravo do Capitão mor Joaquim José da Silva Roza, por estar embriagado. Foi entregue a seu senhor para ser castigado.

---

<sup>247</sup> “Fica proibido o ajuntamento nas ruas e praças desta cidade de mais de três escravos, exceto para algum serviço reconhecido, que será logo dispersado pelas rondas e no caso de reincidência serão presos para serem entregues a seus senhores administradores ou quem suas vezes fizer para os punir publicamente, e não o fazendo incorrerá na multa de quatro mil réis”. Código de Postura de 1842, postura nº 87.

Na edição de nº 160 do dia 21 de fevereiro de 1944, foi preso na Rua das Hortas, Domingos, escravo de D. Anna Jansen Pereira, por infringir a Postura n.º 86 da Câmara Municipal desta cidade. Foi entregue a sua senhora para ser castigado. Esta postura trata do toque de recolher. Antonia estava na rua após o toque de recolher e sem autorização do seu senhor.

#### **Parte geral das novidades do dia 20 de março de 1843**

O cabo dos cometas, Jeronimo José Ferreira, prendeu as 4 horas da tarde na Rua Grande, o preto Sebastião, escravo do Capitão mor Joaquim José da Silva Roza, por estar embriagado. Foi entregue a seu senhor para ser castigado.

A patrulha prendeu às 7 e meia hora da noite no trapixe de José do Reis e Brito, o preto Benedito, escravo de Thomaz Antônio, por querer furtar hum pão de huma porção que se achava no mesmo trapixe. Foi entregue a seu senhor para ser castigado.

Os soldados Gualdino Amnncio da Silva, o Antônio Mendes da Silva, que se nelião encarregados da captura dos desertores, e escravos fugidos, prenderão às 8 horas e três quartos da noite no canto de Santa Ana, o preto Manoel Antônio, escravo de D. Emitia Guillion, por supor estar fugido.  
Foi entregue a sua senhora

À medida que analisávamos àquelas páginas, fomos encontrando mais e mais sujeitos infratores; fugidos; brigando; roubando; resistindo. Esse movimento de leituras e análises nos permitiu perceber os sujeitos negros, escravizados ou não, vivendo a cidade e enfrentando as privações e violências contra eles. Percebemos também o quanto esses sujeitos incomodavam a vida comum daquela cidade que insistia em se configurar como se os negros e negras não existissem. Mas nas contradições, as posturas são produzidas e impostas, sobretudo àqueles negros e negras.

#### **Parte geral das novidades do dia 24 de agosto de 1844**

Publicador Maranhense, edição de nº 211 de 22 de março de 1844  
Foi prezo na Rua da Paz, o preto Raimundo escravo de Bento Roque por estar muito ébrio e deitado na rua. Foi entregue a seu senhor.

Foi prezo no trapixe de D. Anna Francisca de Sá, o preto Pedro escravo de Jerônimo Tavares, por infringir a Postura n.º 86 da Câmara Municipal e supol-o fugido. Foi entregue a seu senhor para ser castigado.

Foi preso na praia de Santo Antonio, o preto Benedicto escravo de Antônio Fogueteiro, por infringir a Postura n.º 86<sup>248</sup> da Câmara Municipal. Foi entregue a seu senhor para ser castigado.

Foi presa na praia de Santo Antonio, a preta Maria escrava de D. Rita de Jezus Barbosa, por estar fugida. Foi entregue á sua Senhora.

Foi preso na Rua Formosa, o prelo José escravo de Joaquim Maria Serra, por infracção da Postura n.º 32<sup>249</sup> da Câmara Municipal. Foi entregue a seu senhor.

**Parte geral das novidades do dia 7 de outubro de 1845.**

Foi preso na praia da Madre de Deus o pescador Benedicto dos Santos por infringir a postura n. 112<sup>250</sup> da Câmara Municipal. Remettido ao delegado de polícia para lhe impor a multa.

São muitos os anúncios em cada edição, sobretudo porque, nalgumas edições do jornal, talvez por falta de espaço, verifica-se que não há publicação por parte da polícia, em compensação, noutras vemos uma ou até duas semanas de anúncios, quando junta-se todas numa única edição. No geral seguem esse perfil do transcrito. Na série de anúncios analisados, verifica-se que o destino dos sujeitos presos não era a cadeia, mas ao castigo dos seus senhores ou senhoras. O que sentimos falta é do prosseguimento de alguns processos, todavia, não é nosso objetivo aqui seguir esses sujeitos, mas encontrá-los no jornal.

Ademais, outro dado que nos possibilita analisar esses anúncios são os cantos e ruas da cidade. Os lugares que esses sujeitos frequentavam. As ruas e praias que nos sugerem pensar esses ambientes como espaços de encontros e sociabilidades.

### 3.5 Legislação e Liberdades

---

<sup>248</sup> Nenhum escravo depois do toque de recolher sairá à rua sem escrito assinado por seu senhor, administrador ou quem suas vezes fizer; pena de ser recolhido à prisão para ser entregue no outro dia ao senhor, administrador etc. que será obrigado a castigá-lo publicamente, e não o fazendo incorrerá na multa de mil réis.

<sup>249</sup> Todos os que publicamente insultarem ou injuriarem com palavras ou ações obscenas a qualquer pessoa serão multados em mil réis.

<sup>250</sup> Fica desde já proibido aos pescadores vender peixe, sem que primeiro o tenham desembaraçado em lugar enxuto. O Arrais que o contrário praticar incorrerá pela primeira vez na multa de quatro mil réis e pela reincidência na de oito mil réis e três dias de prisão

Olhando para além da província do Maranhão; para além da corte brasileira, rememoramos os anos de 1830 com a Lei que advoga pela liberdade de todos os escravos vindos de fora do império. A lei:

#### **Lei de 7 de novembro de 1831**

Declara livres todos os escravos vindos de fóra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os Subditos do Imperio, que a Assembléa Geral Decretou, e Ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Exceptuam-se:

1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permittida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

2º Os que fugirem do territorio, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil. Para os casos da excepção nº 1º, na visita da entrada se lavrará termo do numero dos escravos, com as declarações necessarias para verificar a identidade dos mesmos, e fiscalisar-se na visita da sahida se a embarcação leva aquelles, com que entrou. Os escravos, que forem achados depois da sahida da embarcação, serão apprehendidos, e retidos até serem reexportados.

Art. 2º Os importadores de escravos no Brazil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Codigo Criminal, imposta aos que reduzem á escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despezas da reexportação para qualquer parte da Africa; reexportação, que o Governo fará effectiva com a maior possivel brevidade, contrastando com as autoridades africanas para lhes darem um asylo. Os infractores responderão cada um por si, e por todos.

Art. 3º. São importadores: 1º O Commandante, mestre, ou contramestre. 2º O que scientemente deu, ou recebeu o frete, ou por qualquer outro titulo a embarcação destinada para o commercio de escravos. 3º Todos os interessados na negociação, e todos os que scientemente forneceram fundos, ou por qualquer motivo deram ajuda, a favor, auxiliando o desembarque, ou consentindo-o nas suas terras. 4º Os que scientemente comprarem, como escravos, os que são declarados livres no art. 1º; estes, porém só ficam obrigados subsidiariamente ás despezas da reexportação, sujeitos, com tudo, ás outras penas.

Art. 4º Sendo apprehendida fóra dos portos do Brazil pelas forças nacionaes alguma embarcação fazendo o commercio de escravos, proceder-se-ha segundo a disposição dos arts. 2º e 3º como se a apprehensão fosse dentro do Imperio.

Art. 5º Todo aquelle, que der noticia, fornecer os meios de se apprehender qualquer numero de pessoas importadas como escravos, ou sem ter precedido denuncia ou mandado judicial, fizer qualquer apprehensão desta natureza, ou que perante o Juiz de Paz, ou qualquer autoridade local, der noticia do desembarque de pessoas livres, como escravos, por tal maneira que sejam apprehendidos,

receberá da Fazenda Publica a quantia de trinta mil réis por pessoa apprehendida.

Art. 6º O Commandante, Officiaes, e marinheiros de embarcação, que fizer a apprehensão, de que faz menção o art. 4º, têm direito ao producto da multa, fazendo-se a partilha, segundo o regimento da marinha para a divisão das presas.

Art. 7º Não será permittido a qualquer homem liberto, que não fôr brasileiro, desembarcar nos portos do Brazil debaixo de qualquer motivo que seja. O que desembarcar será immediatamente reexportado.

Art. 8º O Commandante, mestre, e contramestre, que trouxerem as pessoas mencionadas no artigo antecedente, incorrerão na multa de cem mil réis por cada uma pessoa, e farão as despezas de sua reexportação. O denunciante receberá da Fazenda Publica a quantia de trinta mil réis por pessoa.

Art. 9º O producto das multas impostas em virtude desta lei, depois de deduzidos os premios concedidos nos art. 5º e 8º, e mais despezas que possa fazer a Fazenda Publica, será applicada para as casas de Expostos da Provincia respectiva; e quando não haja taes casas para os hospitaes. Manda, portanto, a todas as Autoridades, a que o conhecimento, e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar, e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos sete dias do mez de Novembro de mil oitocentos trinta e um, decimo da Independencia e do Imperio<sup>251</sup>.

Francisco de Lima e Silva.  
José da Costa Carvalho.  
João Braulio Moniz.

A lei de 7 de novembro de 1831 é legislação de iniciativa externa ao Brasil que repercute diretamente na vida e social política e econômica do Brasil. Tudo tem início no alvorecer do século XIX, quando a Grã-Bretanha lança uma campanha de combate ao tráfico internacional de escravos, justificada de acordo com o texto por “*preocupações humanitárias*”<sup>252</sup> e apoiada nos princípios naturais de liberdade, segundo os quais todos os homens nasciam livres e iguais. Sobre esse pressuposto, ela denunciava as péssimas condições de transporte, alimentação, saúde e trabalho a que eram submetidos os africanos, vítimas da exploração desse “infame comércio” conforme (RODRIGUES, 2000, p. 111)<sup>253</sup>.

<sup>251</sup>Fonte: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 182 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em:

<file:///D:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/collecao\_leis\_1831\_parte1.pdf> . Acesso em: 10/04/2016.

<sup>252</sup> Tal justificativa não foi comparada ou dialogada com outras fontes, por isso a escrita em destaque em entre aspas.

<sup>253</sup> RODRIGUES, J. **O Infame Comércio**. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: ed. da UNICAMP/ Cecult. 2000.

De acordo com Bethell (1976, p. 20-21)<sup>254</sup> para o governo britânico, O projeto de transformar o comércio de escravos em uma atividade ilegal nos países europeus e nas colônias americanas tornou-se a principal política de Estado durante a primeira metade do século XIX.

Certamente que as divergências diplomáticas entre Portugal e a França contribuíram de modo oportuno para a Inglaterra nesse período, sobretudo devido à ameaça sofrida por Portugal de uma ofensiva mais intensa por parte das tropas francesas, o que resulta na transferência da administração portuguesa para a colônia brasileira e, com isso, a Inglaterra consegue, em troca da proteção oferecida ao reino português, assinar com este país, em 1810, um tratado de aliança e amizade que, entre outras coisas, definia princípios de abolição gradual do comércio de escravos. Todavia, mesmo após o acordo, Portugal resistiu a colocar em prática tendo em vista a importância do comércio de trabalhadores escravizados para a economia colonial.

Ante a realidade de Portugal e sua dependência do comércio de trabalhadores escravizados, a Inglaterra impôs um novo tratado, firmado em 1815, com medidas mais definidas, tais como a declaração de ilegalidade do tráfico de escravos ao norte do paralelo do Equador. Acordo regulamentado na íntegra mais tarde, na Convenção Adicional de 28 de junho de 1817, que tratava da permissão ou não à marinha britânica a capturar embarcações portuguesas ou brasileiras carregadas de africanos, bem como julgar os seus comandantes e tripulantes nos tribunais de uma comissão mista.

A independência do Brasil, em 1822, suscita na Inglaterra a esperança de ver o tráfico suspenso na ex-colônia portuguesa e obter um avanço significativo na sua cruzada internacional, tendo em vista que o Estado brasileiro se destacava nesse período por apresentar o mais elevado índice de importação de escravos africanos (BETHELL, 1976, p.41-46).

Por fim, em 1826 o Brasil assumiu o compromisso com os ingleses de tornar o tráfico ilegal num prazo de três anos e incorporar as cláusulas dos antigos tratados firmados entre as Coroas da Grã-Bretanha e Portugal. O acordo foi ratificado pelas partes em 13 de março de 1827, porém no Brasil, esse acordo gerou a insatisfação de muitos latifundiários e deputados, com a atitude do governo central de

---

<sup>254</sup> BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869**. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976.

firmar acordos internacionais sem consultá-los, desrespeitando a Constituição, ficou evidenciada nos discursos registrados em atas durante esses anos.

A principal alegação dos deputados e donos de escravos era que as intenções inglesas não primavam pela filantropia ou espírito humanitários, mas pelo desejo de afastar as influências comerciais brasileira na África, visando obter o domínio da região com a finalidade de transformá-la num mercado para seus produtos manufaturados e numa fonte de matérias primas.

Todo esse cenário de descontentamentos internos e pressão e expectativas externas culmina com a lei de 7 de novembro de 1831, que proíbe a entrada de africanos nos portos brasileiros.

Todavia, o tráfico continua e, segundo Bosi (1998, p. 5)<sup>255</sup>

O tráfico mais ativo do que nunca, trouxe aos engenhos e às fazendas cerca de 700 mil africanos entre 1830 e 1850. As autoridades, apesar de eventuais declarações em contrário, faziam vista grossa à pirataria que facultava o transporte de carne humana, formalmente ilegal desde o acordo com a Inglaterra em 1826 e a lei regencial de 7 de novembro de 1831.

Não temos aqui o intuito de retomar o quadro histórico que trata da vida dos fazendeiros, latifundiários ou mesmo dos vaqueiros maranhenses ou brasileiros que caracterizou a sociedade do século XIX. Pois muitos notáveis textos já o fizeram com riqueza de dados e abonações textuais.

Todavia, essas memórias e releituras no exercício da profissão valem-nos de estímulo ante a diversidade das posições teóricas que as reformam, tais quais as Obras como Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mocambos, de Gilberto Freyre; Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Jr.; História do Café no Brasil, de Affonso de Taunay; Capitalismo e Escravidão, de Eric Williams; Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado; Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba, de Stanley Stein; Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, de Fernando Henrique Cardoso; As Metamorfoses do Escravo, de Octavio Ianni; Da Senzala à Colônia, de Emília Viotti da Costa; Homens Livres na Ordem Escravocrata, de Maria Sylvia Carvalho Franco; A Formação do Povo no Complexo

---

<sup>255</sup> BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois Liberalismos. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Revista Estud. Av.** vol. 2, nº. 3, São Paulo Sept./Dec. 1988, p. 5. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300002)>. Acesso em: 12/04/2016.



Cafeeiro, de Paula Beiguelman; Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, de Robert Conrad; e, O Escravismo Colonial, de Jacob Gorender; somadas as tantas outras, nos dão a análise do processo pelo qual os senhores de engenho e os fazendeiros de café, de algodão, de arroz e de cana de açúcar, controlaram a vida econômica da nova nação e compuseram, desde a ruptura com o pacto colonial em estreita conexão com o comércio internacional e o tráfico negro.

Quanto à visão política desse grupo, Bosi (1998, p. 6), nos ajudar a recordar que:

[...] à obra política dessa classe, encontrou intérpretes de pulso em Tavares Bastos (A Província, Cartas do Solitário), Joaquim Nabuco (Um Estadista do Império), José Maria dos Santos (A Política Geral do Brasil), Victor Nunes Leal (Coronelismo, Enxada e Voto), Raymundo Faoro (Os Donos do Poder), José Honório Rodrigues (Conciliação e Reforma no Brasil) e Sérgio Buarque de Holanda (Do Império à República).

A imprensa jornalística, ainda na primeira metade do século XIX, mantinha suas páginas cada dia mais extensas de anúncios de negociações e fugas de escravos. A necessidade de controle dos trabalhadores negros nas suas mais diversas condições jurídicas e a pressão externa que tanto impulsionava a necessidade de organização, salubridade e urbanidade das cidades, forçou as câmaras municipais a produzirem seus códigos de posturas.

Em São Luís do Maranhão, sob a ótica do jornal Publicador Maranhense, na repartição de polícia enquanto instituição pública e nos códigos de posturas, vê-se o reflexo desse contexto de disputa pelo bem precioso – o escravo – e pelo controle da ordem pública, em nome do progresso, do bem comum; da civilidade e da segurança pública, proposto para o bem viver primeiramente desses grupos de homens brancos, fazendeiros e grandes comerciantes, que a partir de uma visão liberal e escravocrata, tentava a todo custo manter controle da sociedade.

Nossas reflexões seguem a imprensa e a legislação, e esta foi-nos fecundas, pois nos possibilitou analisar a partir da documentação posta, as lacunas e contradições como o fim do tráfico humano da África. – Lei Eusébio de Queiróz<sup>256</sup>, que passa a proibir o tráfico de escravos para o Brasil – e as tentativas de controle interno dos negros fujões que gera prejuízo.

---

<sup>256</sup> Ver: Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm)> acesso em: 17/01/2016.

Essa imprensa nos possibilita de um modo geral, pensar, ver e analisar a cidade de São Luís não de modo isolado da província ou resto do país, mais ao contrário, de modo muito integrado, apesar das suas contradições. Aquela cidade, sobretudo dada a sua abertura para o continente, era composta pelos modos de viver que emanavam da corte e da Europa e da África e das Américas.

As notícias veiculadas pelo jornal advindas da repartição de polícia nos levam a crer que a presença de negros na cidade e o ajuntamento destes na província eram notadas pelas autoridades policiais. Eles bem sabiam que as fugas, além de prejuízos para os donos ou donas, significavam também um risco para a estrutura vigente. Tanto que, os Códigos de Posturas Municipais de 1842, 1866 e 1898, em seus artigos 46 (cód. 1842); 30 (cód. 1866); (cód. 1898)<sup>257</sup>, conforme transcrição a seguir traz explícitas as restrições, as liberdades não consentidas e/ou controlam por meio da legislação municipal, como os códigos e posturas. Vejamos os fragmentos a seguir:

**Art. 46.** Toda a pessoa que depois do toque de recolher for achada nas vendas, tabernas, botequins ou casas de jogo, pagará quatro mil réis pela primeira vez, pela segunda o duplo, e assim progressivamente; excetuam-se os bilhares e jogos privados, que deverão ter depois daquela hora a porta fechada: pena de seis mil réis e na reincidência oito mil réis. Se for escravo o infringente desta postura, será entregue ao seu senhor para o fazer castigar publicamente, faltando ao que, pagará a pena de quatro mil réis; e o caixeiro da casa pública pagará a multa em todo o caso referido. (cód. Postura de 1842)

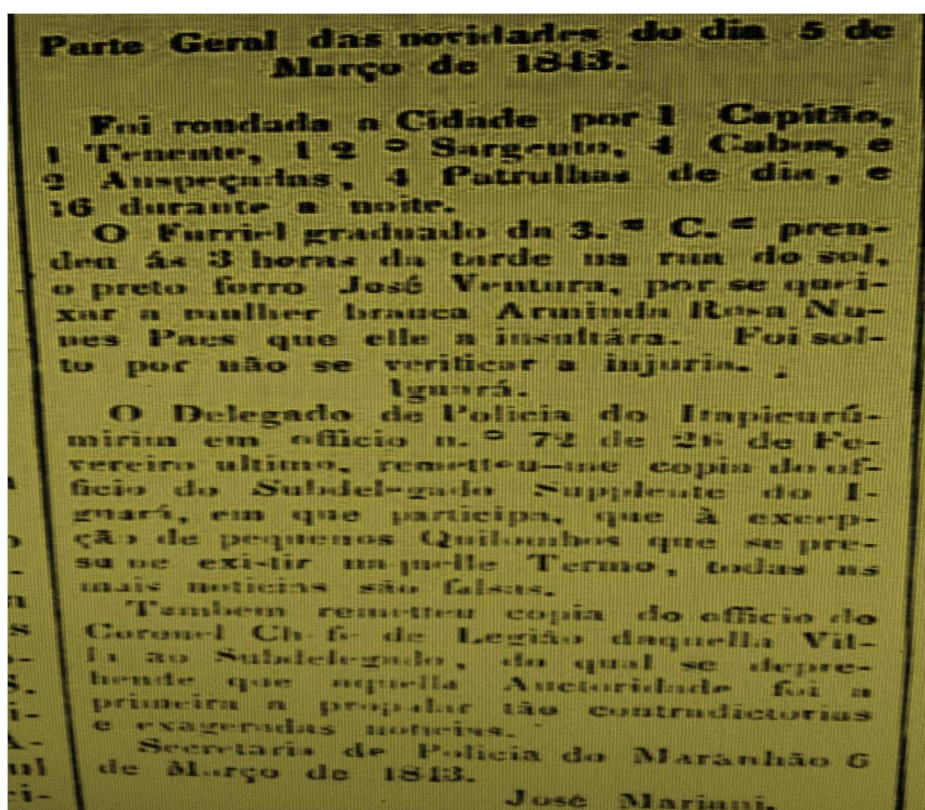
**Artº 30.** Nenhum escravo poderá estar fora de casa além dez horas da noite sem autorização escripta de seu senhor. Os infractores serão presos até o dia seguinte, pra serão entregues a seus senhores, que pagarão a multa de mil reis, por cada escravo assim encontrado; e no caso de não satisfazerem, ficará o escravo retido por mais vinte quatro horas. (cód. Postura de 1866)

**Art. 6.º** Aos guardas municipais dos diffrentes districtos incumbe avisar o intendente da infracção de qualquer disposição deste código. Lavrando e remettendo os termos de flagrante contra os infractores. (cód. Postura de 1998)

---

<sup>257</sup> Código de Posturas de 1842. Edital a Câmara Municipal desta cidade &. Maranhão, re-impresso na tipografia da temperança. Ano 1842; CÓDIGO DE POSTURA DE 1866. E Código de postura da Câmara Municipal da Capital do Maranhão. Lei nº 775 de 4 de julho de 1866.

Na terça-feira, 14 de março de 1843, o jornal Publicador Maranhense, na sua edição de número 66, traz na sessão da Repartição de Polícia a seguinte notícia que trata de um ofício do delegado de polícia de Itapecuru-Mirim<sup>258</sup>, que insiste em negar a existência de quilombos naquela localidade. Ora, com base nos anúncios de fugas e nesta notícia, bem como a proximidade da Vila de Itapecuru-Mirim de São Luís, são mais que evidências para nos propor pensar que pode conter veracidade. Ou seja, o ofício anunciado pelo chefe de polícia, pode ser uma forma de ocultamento desses negros pelas autoridades a fim de evitar que outros negros fugidos migrem para lá?



259

258 De acordo com informações contidas no sitio IBGE Cidades, Itapecuru-Mirim é uma comunidade constituída em 1768. O povoado foi até 1817 ligado a Comarca de São Luís. Em 1818 foi elevado à vila, desmembrada do município São Luís e, somente em 1870, torna-se cidade. Pela proximidade com a capital Maranhense e, por ser, no século XX, umas das maiores áreas de remanescentes de quilombos no Maranhão, é possível que esta notícia tenha veracidade, todavia, para a chefatura de polícia, talvez fosse mais interessante daqueles anos de 1840, manter sigilo e/ou negar a existência desses ajuntamentos de negros fugidos.

259 Imagem 27 – jornal Publicador Maranhense: Parte Geral do dia 5 de março de 1843.

A cidade de São Luís do século XIX, sobre a qual lançamos nosso olhar a partir da imprensa, centro político e econômico da província do Maranhão, espaço de labuta, mas também de lazer, local onde amizades, os encontros, amores, as fugas e os conflitos se originavam e se desenvolviam. Quanto aos negros, os ajuntamentos previstos no artigo 87 do código de postura municipal de 1842 era infringido com frequência.

Era na rua onde se desdobrava a vida ordinária de atores como grandes comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, marinheiros, policiais, homens pobres livres e escravos, dividindo, numa complexa rede de relações, os espaços na urbe de São Luís do Maranhão. Os casarões e sobrados erguidos durante todo século eram um dos principais elementos integrantes do cenário, pertenciam aos membros da elite, que mandavam vir de navios da Europa materiais como pedras de cantaria e gradis que ornamentavam suas casas e auxiliavam na definição de sua posição social. Tal cenário estava circunscrito, principalmente, ao bairro da Praia Grande e às proximidades de fontes e Igrejas, sendo habitado pelas famílias ilustres, seus escravos e trabalhadores livres<sup>260</sup>.

Por fim, as páginas do Publicador Maranhense, bem como os códigos de posturas apresentam os trabalhadores negros e negras em movimentos pela cidade como carregadores, pedreiros, carpinas, lavadeiras, vendedoras de tabuleiro e amas-de-leite, calafates, cozinheiras. Essa identificação de algumas tarefas por eles desenvolvidas torna perceptível no campo das relações, que esses sujeitos negros estavam ou viviam no entorno de tudo. Da vida política, econômica e social e, mesmo invisibilizados, eles estavam ali e, sempre que podiam, fugiam, inventavam, criavam, se manifestavam contrário à opressão.

---

<sup>260</sup> FARIA, Regina Helena Martins de. **Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão. 1998.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Econômica Regional) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998. Corroborando com Faria (1998, p. 78) quando esta refere-se, nesse caso, aos caixeiros, que normalmente moravam nas casas dos grandes comerciantes, ocupando-lhes os mirantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação investigadora me levou a São Luís e, naquela cidade, encontrei as condições possíveis para a produção da pesquisa, ou seja, eu mulher negra do século XXI, em busca de desvelar nos estudos da história no/do Brasil, especialmente no campo das Ciências Humanas, os homens e mulheres trabalhadoras negras escravizadas que serviram à sociedade maranhense do século XIX, ordenada segundo os valores patriarcais e escravocratas. Esse foi o fio condutor.

A reflexão sobre o percurso da pesquisa que permeou este trabalho nos fez considerar os ensinamentos de Marc Bloch traduzido no seguinte fragmento: “[...], *mas a história não é uma marcenaria ou relojoaria. É um esforço para conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento*”.<sup>261</sup>

Dessa forma, entendemos a história como uma busca dinâmica e mais aprofundada do conhecimento, alimentado cotidianamente por uma curiosidade que nos leva a pensar o processo histórico. Pelo caráter ativo da pesquisa, seja histórica ou não, se torna alvo de novas reflexões e novas interrogações, determinando visões diferenciadas sobre os distintos fenômenos.

Em busca de compreender a cidade de São Luís do Maranhão da primeira metade do século XIX, compreendendo-a enquanto espaço instituído a partir da experiência de seus habitantes, considerando ainda a relação de interação entre os habitantes e trabalhadores e a própria cidade.

Tencionamos os registros sobre a cidade a partir da imprensa jornalística; dos registros cartoriais como Testamentos e Inventários; policiais como os boletins de policiais ou “partes do dia”; dos registros de controle, como passaportes de escravos e códigos de Posturas, no sentido de tirar desses, a fala implícita dos homens e mulheres negras da cidade de São Luís. E, foi a partir de uma série de evidências encontradas nesses documentos que fomos tecendo a narrativa.

No processo de produção do trabalho, partimos do pressuposto de que todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) certamente, em virtude do conviver com pessoas mais velhas e ouvir suas histórias. Possivelmente, todas as sociedades

---

<sup>261</sup>BLOCH, M., **Apologia da história ou o ofício do historiador**, p.46.

humanas que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais distantes foram povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já contava com uma longa história. Com isso afirmamos que ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado, enquanto grupo, mesmo que seja muitas vezes para rejeitá-lo. E, para nós historiadores cabe analisar a natureza desse “*sentido do passado*” e *localizar suas mudanças e transformações conforme* Hobsbawm, (1997)<sup>262</sup>.

Nosso primeiro capítulo, já a partir do título, afirmamos o quão vasto são os escritos sobre a escravidão contra os africanos e seus descendentes no Brasil. Dessa forma, as obras aqui discutidas de longe esgotam todas as produções existentes sobre o tema, ou seja, ainda há muito por se fazer, pois a escravidão negra é um dos grandes marcos de nossa sociedade e seu legado infelizmente ainda se faz muito presente no cotidiano de homens e mulheres negras. Dessa forma, a expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nosso país tem contribuído sobremaneira, a fim de mostrar por meio de estudos e pesquisas sobre a temática da escravidão, que o escravismo esteve presente em todo o território brasileiro e que, mesmo o senhor tendo menos trabalhadores escravizados, esta relação não era menos violenta do que àquela em que o senhor possuía muitos desses homens e mulheres escravizadas.

Buscamos ao longo da pesquisa compreender não somente a constituição da cidade de São Luís do Maranhão como mais uma cidade colonial imersa nas relações de trabalho e escravidão. Assim como, a sociedade ludovicense como um todo, buscando compreender a sua formação, por isso empreendemos uma pesquisa ampla e abrangente.

O que nos levou àquela cidade foi sua gente negra. O desafio era compreender as lógicas presentes na constituição de uma cidade-ilha; nos projetos de cidades imersos em mudanças históricas e sociais e, nas experiências dos diversos sujeitos da primeira metade do século XIX, na cidade de São Luís do Maranhão.

No decorrer deste trabalho de investigação, composto por quatro capítulos, fomos a partir dos registros, descortinando memórias e constando naquela, uma cidade negra. Uma cidade em que, já nas primeiras décadas do século XIX, se

---

<sup>262</sup> HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. Companhia das Letras, 1997, p. 20.



constatava um percentual de homens e mulheres negros que superava a população branca, ao mesmo tempo, este contingente de negros dado a sua condição jurídica e sua configuração étnica e racial era ao longo dos anos suprimido dos projetos de cidade e, por conseguinte, excluídos dos marcos de memórias oficiais. Dessa forma, o exercício de emergir as histórias e memórias da cidade de São Luís enquanto uma cidade negra, exigiu desta historiadora que vos escreve uma leitura cuidadosa e vagarosa das inúmeras fontes policias, cartoriais e impressas. Fontes estas na sua maioria manuscritas e com pouca legibilidade. Esse movimento de ir e vir aos arquivos públicos por si só já é uma experiência notável para qualquer historiador. Muito mais ainda, para alguém em início de carreira como esta mulher de pele preta que, busca trazer para a academia, para as narrativas da história social o discurso do Nós.



263

264

<sup>263</sup>Imagem 28 – Largo do Carmo em São Luís/MA.

<sup>264</sup> MARQUES, César Augusto. D acordo com os apontamentos do historiador e memorialista maranhense Cesar Marques, no seu *Diccionario historico-geographico da provincia do Maranhão, Typ. do Frias, 1870, p. 363-364*: na cidade São Luís do Maranhão do século XXI, o Largo do Carmo é bem conhecido como a Praça João Francisco Lisboa. Esta praça está ligada a fatos históricos importantes como a batalha entre holandeses e portugueses; o local da primeira feira ou mercado da cidade e do primeiro abrigo público. Naquele lugar, existia um pelourinho que foi destruído após a Proclamação da República. No largo ou praça realizava-se desde fins do século XVIII a Festa de Santa Filomena, acontecimento de grande importância na vida da cidade. Em fins do século XIX, ou mais precisamente em 1901, o Largo recebeu a denominação de Praça João Lisboa em homenagem ao escritor e jornalista maranhense que ali residiu. Em 1911, foi instalada no centro da praça a estátua do escritor, de autoria

O discurso do nós, muito acatado no passado e, fortalecido pela memória de luta de um passado de opressão rememorado nos espaços da cidade de São Luís, no Lago do Carmo, palco de muitos comícios abolicionistas e discursos promovidos por pequenos grupos de estudantes contrários ao escravismo criminoso. O Largo do Carmo para Nós fortalece toda uma memória de luta da cidade não somente em prol das causas mais gerais, mas também, da causa dos homens e mulheres negras que viviam sob a opressão da escravidão.

Nós academia e, Nós mulheres, homens, jovens e velhos negros, que numa posição comum entre relações de poder que confere uma coerência específica. Como também, um latente “pragmatismo visionário” à produção intelectual de pesquisadoras ativistas negras que investigam a interseção<sup>265</sup> entre raça, classe e gênero que está frequentemente conectada.

Foram essas conexões e esse discurso e o olhar desnaturalizado e sensível que nos permitiu a construção de uma narrativa histórica sobre uma cidade colonial permeada por mulheres e homens nas suas diversidades étnicas e raciais visando quiçá trazer para essa pessoa que ora nos lê a possibilidade reflexiva de pensar que a constituição da cidade de São Luís do Maranhão se deu por meios tortuosos e violentos para com seus construtores ou, os muitos trabalhadores e trabalhadoras negras e escravizadas envolvidas. Carney (1986)<sup>266</sup>.

Assim como o foi para a experiência das Américas e do mundo atlântico. Suas histórias e memórias foram muitas vezes constituídas a partir de olhares pouco atentos para todos os pontos. Porém, bastou ampliar as lentes para se perceber outras possibilidades de olhar e narrar tais memórias.

Tal perspectiva pauta-se numa reflexão que exige uma imersão no universo escravista, o que nos leva a pensar sob a ótica do negro vivendo como negro, preto,

---

de Jean Magrou, sendo inaugurada em 1918. O largo sofreu inúmeras reformas e, na administração do Prefeito Haroldo Tavares, foi redenominada de Largo do Carmo. Esse nome explica-se por aí se encontrar o Convento e Igreja Nossa Sra. de Monte Carmelo. Nessa área, no século XXI, tombados pelo IPHAN, situam-se o prédio dos Diários Associados, o solar dos Belford, o Sobrado nº 328, com características do primeiro quartel do século XIX, o de nº 37 e a Igreja e Convento do Carmo. Fonte: portal do IPHAN: [www.iphan.gov.br](http://portal.iphan.gov.br). Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_belas.gif&Cod=1251](http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1251)>. Acesso em: 12/09/2016.

<sup>265</sup> Patricia Hill Collins. **Fighting words: Black Women & the Search for Justice**, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

<sup>266</sup>Carney, J. A. *The Social History of Gambian Rice Production: An Analysis of Food Security Strategies*. Berkeley, Ph.D. Dissertation, University of California, 1986.



na sociedade setecentistas e oitocentistas. E, nesse universo entra um elemento que é estruturante na constituição da sociedade brasileira desde períodos muito longínquos que é o racismo. Sabe por quê?

Porque *“de qualquer janela que quisermos ver o horizonte do Brasil, fatalmente iremos nos deparar com a presença negra. E por que seria? [...] por quê? Simplesmente porque existe uma história do negro sem o Brasil, o que não existe é uma história do Brasil sem o negro”* (Garcia, 2005)<sup>267</sup>. Essa acertada frase do fotógrafo Januário Garcia já nos responde. Mas, a historiadora Ana Flávia Magalhaes Pinto (2006)<sup>268</sup> nos diz que o silenciamento da existência de práticas racistas e de choques culturais entre grupos raciais/racializados e das ações de combate ao racismo engendradas na sociedade brasileira existem desde um passado longínquo. Ou seja, não dá para ocultarmos essa discussão, pois o racismo é um elemento importante na formação e conformação da sociedade brasileira.

Ler uma série considerável de impressos de um jornal maranhense, mais especificamente do jornal Publicador Maranhense e desses debulhar tantas história e memórias, sobretudo da gente negra daquela província do Maranhão foi o que fizemos nos capítulos que compuseram a tese.

Encontrar nos manuscritos e impressos do século XIX homens e mulheres negras e lhes conferir nomes, saberes e ações de resistências é o que se espera de historiadoras como essa que vos escreve. Historiadora e pesquisadora ativista das causas dos homens e mulheres negras.

Para nós, pesquisadoras e ativistas negras, estudar a história da gente negra deste país, nos rememora que, não foi somente a escravidão que nos deixou marcas, mas também mostrar que diversas mazelas de nossa sociedade atual, do século XXI, advêm da nossa formação social e cultural. Dessa forma, o estudo e a busca pelo conhecimento são grandes aliados para uma melhoria, pois só quando reconhecermos que habita em nosso ser o preconceito racial e social e, que somos

---

<sup>267</sup>GARCIA, Januário. **Vi Vendo**. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/oq/memoria-detalhes.asp?cod=11868>>. Acessado em 19 de junho de 2015.

<sup>268</sup>PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De Pele Escura e Tinta Preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Dissertação defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: História Cultural, Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições e Processos – da Universidade de Brasília, em setembro de 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf>> Acesso em: 16 de junho de 2015.

violentos ou aceitamos parcialmente atos graves de agressão, poderemos pensar em alguma solução para esses males.

Buscamos somar com o descortinar de uma história da cidade de São Luís do Maranhão e da sua gente negra num exercício que não prever esgotar esse debate, mas abrir caminhos e possibilidades para outras e outros que fogem à visão naturalizada da população brasileira em que não se vê as diferenças quando se trata de algum benefício para o segmento negro do país; ou o não existir enquanto povo negro; quando se trata de uma historiografia geral, homogeneizadora.

Por fim, e ainda com a impressão que ainda tenho muito a dizer, desejo que este trabalho de pesquisa possa contribuir para o estudo da escravidão contra os africanos e seus descendentes no Brasil; para o estudo da história da província do Maranhão e da cidade de São Luís do Maranhão; e, de uma forma mais ampla para uma análise da sociedade brasileira. Segundo Certeau, “[...]. Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim” (2006, p.94), por isso termino aqui a minha tese, mas não os meus estudos e a minha pesquisa, tampouco se encerra aqui a minha sede pelo conhecimento histórico.

## **ACERVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIAS**

### **Acervos**

ANNT – Arquivo Nacional Torre do Tombo de Portugal

AHUM – Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal

APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão

APTJMA - Arquivo Público do Tribunal de Justiça do Maranhão

BPBL - Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luis do Maranhão

ADBN - Acervo Digital da Biblioteca Nacional - tráfico de escravos no Brasil - Rio de Janeiro

BDIHGB – Biblioteca Digital do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MIHGB – Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FBN – Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

HDBN - Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BDSF- Biblioteca Digital do Senado Federal em Brasília/DF

BDCF - Biblioteca Digital da Câmara Federal em Brasília/DF

### **Fontes manuscritas**

MARANHÃO. Tribunal de Justiça do Maranhão. Arquivo Histórico. Comarca de São Luís. **Testamento e Inventário *Post-Mortem* do Preto Forro Vitoriano Ramos da Silva**, 1802. Luis.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Maranhão. Arquivo Histórico. Comarca de São Luís. **Testamento da Preta forra Maria dos Santos Neves**.

\_\_\_\_\_. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça do Maranhão. Arquivo Histórico. Documentos: inventários *post mortem* de famílias 1785 – 1815.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Maranhão. Arquivo Histórico. Comarca de São Luís. **Testamento Catharina Rosa Pereira de Jesus**, (Catharina Mina) 1886.

### **Fontes impressas**

BRASIL. Senado Federal. Biblioteca Histórica. Dr. LEAL, Antonio Henriques, (Org.). **A obra de João Francisco Lisboa**: Natural do Maranhão; Precedidas de uma Notícia Biographica. Vol. I São Luís do Maranhão, 1864. Disponível no sitio da biblioteca do

Senado Federal em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242775>>. Acesso em: 09/03/2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **As Eleições da Província do Maranhão em 1842**: sob a presidência do Dr. Venancio José Lisboa. Rio de Janeiro – Typographia Americanas de I. P. da Costa. Rua da Alfandega nº 43. Material disponível para baixar no Google book e no portal da biblioteca digital: <<http://biblioteca.portalbolsasdeestudo.com.br/?q=Prov%C3%ADncia+do+Maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 19/03/2016.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro. Biblioteca Digital. Acervo: Carta **geral da província do Maranhão dividida em oito comarcas**. Rio de Janeiro, 1838. (autor desconhecido). Disponível em: < <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>. Acesso em: 15/03/2016.

\_\_\_\_\_. Arquivo do Instituto Histórico Nacional. **Arquivo Sobre o Tráfico de Escravos**. Disponível em <<http://infogestnet.dyndns.info/ahn/Cv-leg.03-1.htm>>. Acesso em: 19/03/2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831**, Página 182 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em: <[file:///D:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/collecao\\_leis\\_1831\\_parte1.pdf](file:///D:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/collecao_leis_1831_parte1.pdf)> . Acesso em: 10/04/2016.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm)> acesso em: 17/01/2016.

\_\_\_\_\_. IHGB. **Poranduba Maranhense** -Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 083 - Tomo LIV, parte I (1º e 2º trimestre), Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=80>>. Acesso em: 19/02/2016.

**Jornal Publicador Maranhense – 1842 – 1885.**

MACÊDO, Nertan. **O clã de Santa Quitéria**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.

MENDES, Candido de Almeida. **Atlas do Império do Brasil**: compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias. Disponível na biblioteca do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>> Acesso em: 04/03/2016.

PARIS, FRANÇA. **Dossie Unesco**: Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Secrétariat du Comité du patrimoine mondial (para os bens culturais) Division des sciences écologiques (para os bens naturais) UNESCO. Paris, França, 1881.

TOLLENARE, J. C. **Notas Dominicaes** 1816, 1817, 1818. i traduzidas do manuscrito francez inédito por Alfredo de Carvalho com um prefácio de M. de oliveira Lima. Recife, 1905. Disponível em:

<[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg114650/drg114650.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg114650/drg114650.pdf)>. Acesso em 09/03/2016.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. **Código de Posturas de 1842**. Edital a Câmara Municipal desta cidade &. Maranhão, re-impreso na tipografia da temperança. Ano 1842;

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. **Código de Postura de 1866**. Câmara Municipal da Capital do Maranhão. Lei nº 775 de 4 de julho de 1866.

VITERBO, Sousa. Dicionário **Histórico e Documental dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a serviço de Portugal**, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899. Nova edição: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1988. v. 1, p. 376-80.

VIVEIROS, Jeronimo de. **História do Comércio do Maranhão: 1612-1895**. Edição da Associação Comercial do Maranhão. São Luis, 1954.

### Fontes imprensa

Jornal **Publicador Maranhense** São Luis do Maranhão: Diversos artigos, vários números, 1842 a 1850.

### Crônicas e Obras Memorialísticas

FRIAS, J. M. C. **Memória sobre a tipografia maranhense**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822). **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

SPIX; MARTIUS. **Viagens pelo Brasil**. Vol. 2, editora melhoramento – Mec 1981.

### Documentos oficiais e Normas Técnicas

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Acervo: revista do **A r q u i v o Nacional**. — v. 8, n. 1-2 (jan./dez. 1995). — Rio de J a n e i r o: Arquivo n a c i o n a l, 1995.

**Coleção das Leis do Império – 1808-1889**. BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: [www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio](http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio). Acessado em 22/03/2016.

**Declaração e Plano de Ação da Cúpula Juvenil Internacional Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância**, realizada em Durban em 26 e 27 de agosto de 2001.

**Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância**, realizada em Durban de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001.

**Declaração e Programa de Ação do Fórum de Ongs da III Conferência Mundial Contra o Racismo**, realizado em Durban de 28 de agosto a 1º de setembro de 2001.

**Dicionário Léxico e Enciclopédico ilustrado da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: editora Codex LTDA, 1970.

MARANHÃO. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos. **Catálogo de documentos manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão**: Comarca de São Luís, 1785 – 1835 [elaborado por] Christofferson Melo de Oliveira e Natália Athan Fernandes. — São Luís, 2012.

**Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos**. Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1993. Disponível em: <<http://www.aab.org.br/normtec.htm>>. Acesso em 08/03/2016.

### Obras Literárias

AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro - Editor, 1909.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Organização, atualização e notas por Luiza Lobo; Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cantos à beira-mar**. 1871. Fac-símile ed. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1976.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

### Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte/MG: ed. Itatiaia, 1989.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. Introdução: Modelos da história e da historiografia imperial. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord); ALENCASTRO, Luis Felipe de. (org). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2.

ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian de. **A cidade e o rio – escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza – o caso de Corumbá (MS)**. Passo Fundo: UPF Editora, 2006, (Coleção Malungo, 11).

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio das Contas – Bahia: século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2012.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Tese de doutorado.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. Tocantins: Editora Kelps, 2007.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão em Fortaleza: um estudo a partir dos inventários *post-mortem* (1850-1884)**. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia. Dissertação de mestrado. 2002.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **A memória do tempo de cativo no Maranhão**. IN: **Revista Tempo**, n. 29; Dossiê: Patrimônio e Memória da escravidão atlântica: História e Política Niterói, julho- dezembro 2010. p. 67-110.

AZEVEDO, Philippe Luiz Trindade de. **Política indigenista no maranhão oitocentista: a criação das colônias Januário e Leopoldina**. Revista Tempo Amazônico. Vol. 1, nº 2, janeiro de 2004.

BACELLAR, Carlos. **Fontes Documentais**. Uso e mau uso dos arquivos. IN: PESSOA, Angelo Emílio da Silva Pessoa. **As ruínas da tradição: a casa da torre de Garcia D'ávila. Família e propriedade no nordeste coloquial**. 2003. (Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP).

BAKER, Keith M. Introduction. In: BAKER, K. (org.) **The French Revolution and The Creation of Modern Political Culture**. Oxford: Pergamon Press, 1987. V.1. p. XII.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. **Famintos no Ceará: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e início do século XX**. Tese produzida no âmbito do programa de pós-graduação em história da PUC-SP em 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)**. 2 ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2001.

BEZERRA NETO, José Maia. **Napoleão e a presença africana na Amazônia**. IN: **Revista Estudos Amazônicos**. Vol. III, nº 1, 2008, p. 119-124.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, Antônio de Pádua. **Reforma Urbana e Luta de Classe: Uberabinha/MG (1888 a 1922)**. São Paulo: Xamã, 2004.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso**. Passo Fundo: UPF, 2002.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1).

Nota: Pindoba é uma palmeira muito comum no norte e nordeste brasileiro cujas folhas são usadas para cobertura de casas.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memória e Histórias de uma Cidade**: Experiências e Lembranças de Viveres Urbanos - Uberlândia 1938-1990. Tese de doutoramento produzida no âmbito do programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no ano de 2001.

CALVO, Célia Rocha. **Sobre Cidades, Culturas, Memórias e Histórias**. Anais eletrônicos – VI encontro de História – ANPUH/BA – 2013.

CAMURCA, Daniel. **Memória e Resistência na Construção das Famílias Escravas no Sul de Minas Gerais** (1810-1888). Tese produzida no âmbito do programa de pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ / Relume-Dumará, 1996.

CABRAL, Maria do Socorro C. **Política e Educação no Maranhão** (1834-1889). São Luís: SIOGE, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Escravos do Atlântico equatorial**: tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). IN: **Revista Brasileira de História**. Vol 26, n. 52. São Paulo, 2006. p. 79-114.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2000.

CARDOZO, José Carlos da Silva. A tutela dos filhos de escravas em Porto Alegre. IN: **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 1. nº. 3. Março de 2012. Edição Especial – Lugares da História do Trabalho.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Modos de producción en América Latina**. Argentina: Siglo XXI Ed., 2005.

CARVALHO, Marcus, **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850, Recife, Editora da UFPE, 1998.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. **Laços de família e direitos no final da escravidão**. IN: NOVAIS, Fernando A. (Coord); ALENCASTRO, Luis Felipe de. (org). **História da vida privada no Brasil**: Império. Vol 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: companhia das Letas, 1990.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Escravidão, fronteira e liberdade (Resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil**: da senzala à Guerra do Paraguai. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORDEIRO, Enio. **Política indigenista brasileira e promoção internacional dos direitos das populações Indígenas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999; CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. Coleção Humanidades. V. 05. São Luís: Edufma, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1996.

COSTA, Fernando A. Alves da. E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários *post-mortem* do século XIX. IN: **Histórica – Revista on-line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Dossiê: Vestígios da escravidão. ISSN 1808-6284. Ano 10. Nº 61. Maio de 2014. Disponível em:  
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/materia.php?id=1&edicao=60>.  
Acessado em: 26 de maio 2014.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. Introdução. In. ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olhos D'Água, 2006.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808). In: **1822**: "Dimensões". São Paulo: Perspectiva, 1972.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István. (org.). **Brasil**: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijú; Fapesp, 2003.

DUARTE, Nestor. A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira. São Paulo: Nacional. 1939.

DI CREDDO, Maria do Carmo. O Inventário como fonte para a análise nas formas de riqueza social: reflexões sobre estudo de caso. In: DI CREDDO, M.C., ALVES, Paulo, OLIVEIRA, Carlos Roberto (orgs.). **Fontes Históricas**: Abordagens e Métodos. Assis, SP: PPGH/FCL/UNESP, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1974.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Econômica Regional) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998. Corroborando com Faria (1998)

FENELON, Dea R. et al. Introdução. **Muitas Memórias, outras histórias**. CAPES/PROCAD. São Paulo. Olho d'Água, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.

FERRARI, Andrés. A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Junior e Jacob Gorender: uma apreciação crítica. In: **Revista Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 161-196, jun. 2011.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum: escravidão e liberdade sob a pena do Estado imperial brasileiro (1830-1888)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **Presença africana na Amazônia**. IN: Revista Afro-Ásia. n. 12. Salvador, 1976. p. 145-160.

FLORENTINO, Manolo e GOÉS, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850**. São Paulo: Editora Record, 1997.

FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro imperial. In: **Revista USP**. São Paulo, n.58, junho/agosto 2003. p. 104-115.

FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro séculos XVII-XIX**. São Paulo: Civilização brasileira, 2005.

FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor" – História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. IN: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREITAS, Décio. **Palmares – a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Movimento, 1973.

FREITAS, Iohana Brito de. **Cores e olhares no Brasil oitocentista**: os tipos negros de Rugendas e Debret. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mocambos**: decadência do Patriarcado Rural desenvolvimento urbano. 16. Ed. São Paulo: Global, 2006b.

FREYRE, Gilberto. **O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do século XIX**. Recife, Imprensa Universitária, 1963.

GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da província do Brasil, Brasília: Instituto Nacional do Livro, Ministério de Educação e Cultura 1965.

GENOVESE, Eugene, **A Terra Prometida- o mundo que os escravos criaram**. Vol.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

GOULART, José Alípio. **Da Palmatória ao Patíbulo**: Castigos de Escravos no Brasil. Conquista: Rio de Janeiro, 1971.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. IN: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **Cultura Política e cultura histórica no Estado Novo**. In: ABREU, Marta et all. (orgs). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES; Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no. Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GRAHAM, Richard, **Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil, São Paulo**, Brasiliense, 1973.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não** - histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **O escravismo colonial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

GRINBERG, Keila. **Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

\_\_\_\_\_. **Liberata**: a lei da ambiguidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HANEMANN, Marcos. **O povo contra os seus benfeitores**: aplicação da lei penal em Sant'Ana de Paranaíba, Mato Grosso (1859-1889). Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2012.

HESPANHA, António Manuel. **Pequenas repúblicas, grandes estados**. Problemas de organização política entre antigo regime e liberalismo. In: JÁNCÓSÓ, István (org.). Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 14 ed. Rio de Janeiro: Ed. J. Olímpio, 1981.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et labor, 1988.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Laços & enlaces**: relações de sujeitos escravizados. São Luís- Século XIX. São Luís: EDUFMA, 2008.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LACROIX, Maria de Lourdes L. **A Educação na Baixada Maranhense (1828-1889)**. São Luís: SIOGE, 1982.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822). **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Revista Projeto História: **Revista do Departamento de pós-graduação da PUC-SP**. São Paulo, EDUC, no 16, 1998, pp. 25-38.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas Famílias**: poder e política no maranhão do século XIX (1821-1823). Dissertação de mestrado apresentada em 2009, ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

LIMA, Solimar Oliveira. O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense. In: MAESTRI, Mário (org.). **O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio**

**Grande do Sul, Uruguai e Brasil.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão:** trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MAESTRI FILHO, Mário José. O cativo, o gaúcho, e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: MAESTRI, Mário (org.). **O negro e o gaúcho:** estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul:** a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Rio Grande do Sul: Editora da universidade de Caxias do Sul, 1984.

MAIA NETO, José, "Histórias Urbanas de Liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860/1888". **Afro-Ásia**. n. 28, 2000, pp.221-250.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão:** vida material e população no século XIX. Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MARTIUS, Karl Friedrich Philip Von. **Como se deve escrever a História do Brasil, publicado com O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil.** Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982.

MATTOS, Hebe Maria, **Das Cores do Silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. O filho da escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre). IN: **Revista Brasileira de História**. Vol 8, n. 16, São Paulo: mar./ago. 1988. p. 37-55.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

\_\_\_\_\_. **Bahia:** uma Província no Império, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1992.

MEIRELES, M. M; TEIXEIRA, A. O. M. **O projeto Praia Grande:** Subsídios Históricos. In: UFMA-PREXAE, Proposta para recuperação urbana da Praia Grande - Universidade do Maranhão, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – São Luís, 1979.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala.** São Paulo: Zumbi, 1959.

MOREIRA, Cecília, "As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX", **Afro-Ásia**, n.17 (1996), pp.57-71.

MOREIRA, Carlos Eduardo (et. al). **Cidades Negras:**Africanos, crioulos e espaços urbanos *no* Brasil escravista -Século XIX. Editora Alameda, coleção Presente Passado. 2. ed: São Paulo, 2006.

MOTT, Luiz. "O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. n.29 (1987), pp.133-147.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência. A mulher na luta contra a Escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e São Paulo: **PubliFolha**, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

NEVES, Erivaldo Fagundes. Historiografia sobre o Negro, a Escravidão e a Herança Cultural Africana na Bahia. In: **Revista POLITEIA: História e Sociedade Vitória da Conquista**, 2010, v. 10, n. 1, p. 151-171.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, Escravidão e Pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. IN: **Anais da Segunda Jornada de História Regional Comparada**. Porto Alegre, PUCRS, 2005, p. 1-16.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

PEREIRA, Josenildo Jesus de. **As Representações Da Escravidão Na Imprensa Jornalística do Maranhão da Década de 1880**. Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 2006.

PINTO, Diana Berman Correa. **A produção do novo e do velho na historiografia brasileira**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 13. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Global, 1984 (História Popular, 4).

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX**. Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília, INL, 1977.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Liana; SOUZA, Tânia Maria Ferreira de. Notas sobre a historiografia da escravidão nas Minas Gerais do século XIX – Tendências e debates nos anos 1990 e 2000. In: **Anais do CEDEPLAR**, Diamantina, 2008. Disponível em: [http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A088.pdf](http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A088.pdf). Visualizada em 05/06/2013.

REIS, Liana Maria. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias de sobrevivência no cotidiano escravista mineiro. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Anpuh, 1996, v.16, n. 31 e 32, p. 179-192.

REIS, João José. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. Vol 1. 2 ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

RICCI, Magda. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. In: **Revista Brasileira de História**. vol.20, n.39, 2000. pp. 291-296. ISSN 1806-9347.

ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco individual. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. Ser ou não ser: suicídios de cativos (as) na sociedade cuiabana de 1854 a 1888. IN: **Revista eletrônica Documento Monumento**. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Vol. 4 - N.1 - Jul/2011. p. 98 a 110.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SAUNDERS, Andy C. de C. M. **História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441- 1555)**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.

SELBACH, Jeferson Francisco (Org.). **Códigos de Postura de São Luis/MA**. São Luis/MA: EDUFMA, 2010.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime de escravidão**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **A produção da liberdade**: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. IN: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro séculos XVII-XIX. São Paulo: Civilização brasileira, 2005.

SCHLEUMER, Fabiana. **Bexigas, curas e calundus**: a escravidão negra em São Paulo (século XVIII) sob uma perspectiva cultural. IN: Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. MNEME – **Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em: [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais). Visualizado dia 02/10/2013.

SCHWARTZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo, Editora 34, 2000.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 -1835, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **Que Horas São?** Ensaios. Companhia das Letras, 3ª reimpressão: São Paulo, 1987.

SILVA, Cesar Mucio. **Processos-crime: escravidão e violência em Botucatu**. São Paulo: Alameda, 2004.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem Tudo é Italiano**: São Paulo e Pobreza 1890 – 1915. Annablume/Fapesp, 2.Ed. São Paulo, 2003.

SILVA, Eduardo; REIS, João J., **Negociação e Conflito** - a resistência negra no Brasil escravista, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Georgia Patrícia da. **De volta à Praia Grande**: o “velho” centro com o “novo” discurso. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão em Políticas Públicas. 2010.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo. 2. ed. Rio de Janeiro: AGIR, 2001.

SPIX; MARTIUS. **Viagens pelo Brasil**. Vol. 2, editora melhoramento – Mec 1981.

SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico, eds. **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. **A política administrativa de D. João III**. 2 ed. Brasília: UNB, 1983.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários *post mortem*: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. In: **Revista Mal-Estar e Sociedade** - Ano V - n. 8 - Barbacena - janeiro/junho 2012 - p. 63-83. Disponível em: <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/187/189>. Acessado em 26 de maio 2014.



TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **Dos Campos D'Ouro à Cidades das Ruínas: Apogeu e Decadência do Colonialismo Português no Vale do Guaporé (sécs.18-19)**. Dissertação de mestrado pela UFPE, 1997.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar.

THOMPSON, Edward P. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo, 2001.

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. vol 1. 2 ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário, e KHOURY, Yara Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989. (Princípios - 159)

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. et al. **A Pesquisa em História**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2005.

VIVEIROS, Jeronimo de. **História do Comércio do Maranhão: 1612-1895**. Edição da Associação Comercial do Maranhão. São Luis, 1954.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional: guia bibliográfico**. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Materialismo**. Trad. André Gloset – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Imprensa e a Cultura Popular: uma perspectiva histórica**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 15-26, dez. 2007.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**, São Paulo, Hucitec, 1998.

XAVIER, Regina Célia Lima. **A Conquista da Liberdade- libertos em campinas na segunda metade do século XIX**. Campinas, CMU-UNICAMP, 1996.

ZANETTI, Valéria. **Calabouço urbano**. Escravos e libertos em Porto alegre (1840-1860). Apresentação de Mário Maestri. Passo Fundo:Universitária: Universidade de Passo Fundo, 2002.Coleção Malungo, 6.